

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TWANE MARIA CORDEIRO XAVIER

**ARRANJO URBANO-REGIONAL DISPERSO DO POLO DE CONFECÇÕES DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO**

RECIFE

2024

TWANE MARIA CORDEIRO XAVIER

**ARRANJO URBANO-REGIONAL DISPERSO DO POLO DE CONFECÇÕES DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e análise regional

Orientadora: Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia

RECIFE

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

X3a Xavier, Twane Maria Cordeiro.
Arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco / Twane Maria Cordeiro Xavier. – 2024.
202 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Doralice Sátyro Maia.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2024.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Aglomeração produtiva. 3. Atividade de confecção.
4. Cidade dispersa. 5. Dispersão urbana. 6. Processos de regionalização. I. Maia, Doralice Sátyro (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-103)

TWANE MARIA CORDEIRO XAVIER

**ARRANJO URBANO-REGIONAL DISPERSO DO POLO DE CONFECCÕES DO
AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Jan Bitoun (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Denise de Souza Elias (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico esta tese às pessoas que mais amo no mundo: meus pais (Virgínia e Jairo) e minhas irmãs (Natália e Thaís). Vocês são meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Seis anos se passaram desde a defesa do meu mestrado em Geografia também pela UFPE. Seis anos que parece ter durado uma vida inteira para passar. Seis anos em que, de fato, muita coisa mudou. Posso dizer que novas vidas foram surgindo no meu caminho, enquanto outras se foram durante todo o processo de dedicação e escrita à tese. Não foi fácil, assim como não é fácil para nenhuma pessoa que se arrisca a fazer um doutorado. Mas no final deu tudo certo. Passamos por uma pandemia que acometeu o mundo inteiro e dizimou milhares de pessoas, dentre elas dois tios meus (que estejam descansando em paz).

Além disso, passei por mudança de cidade duas vezes, por mudança de residência cinco vezes, enfrentei a dificuldade de conseguir um trabalho depois do término da bolsa de estudos... Mas também conquistei novos espaços, aprendi coisas novas, venci desafios que pareciam impossíveis pra mim mesmo. Enfim, foram momentos de altos e baixos no decorrer desses seis anos e, dentro deles, tive o prazer de ter pessoas incríveis ao meu lado. Algumas que chegaram e ficaram, outras que chegaram, cumpriram o papel delas e depois se foram. Tudo bem, né? São os ciclos da vida! Então, quero aproveitar esse momento para deixar registrado meus agradecimentos às pessoas e às instituições que me apoiaram durante esse percurso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, aos professores com quem tive o prazer de cursar disciplinas e ao assistente da secretaria Eduardo, funcionário sempre atento e disposto a ajudar. Bem como, agradeço à agência de fomento, CAPES, pela concessão de bolsa durante todo o período de estudo.

Agradeço a minha orientadora Doralice Sátyro Maia, a quem tive o prazer de conhecer por intermédio do meu ex-orientador, que me conduziu de forma atenciosa, compreensiva, profissional e muito humanizada ao longo desses seis anos. Uma orientadora com extrema sensibilidade e empatia, que me entendeu e me ouviu bastante em um dos momentos delicados que passei durante o curso. Só tenho a agradecer por todo apoio.

Quero deixar registrado, mais uma vez, meu eterno agradecimento aos meus melhores amigos, com quem pude dividir as apreensões e as pequenas conquistas acadêmicas centenas de vezes, além do compartilhamento e acolhimento de vida que tenho com eles e eles comigo: Nina e Jeimison. Meus irmãos de outras mães e pais.

Agradeço às amigas e amigos que tive a oportunidade de conhecer e conviver em São Paulo, que na maioria das vezes entendiam (sem questionar) que eu não podia estar presente em algum lugar porque precisei me dedicar à tese, e sempre demonstraram estar torcendo muito para que desse tudo certo no final. E deu! Obrigada pelo apoio: Andrea, Alessandra, Flávia,

Heidy, Joyce, Kátia, Kleverson, Luísa, Lays, Naiary, Thais e Sato. Deixo, também, o meu registro de agradecimento aos colegas de trabalho que me aguentaram ansiosa e falando sobre a conclusão da tese nos últimos meses e me incentivaram nessa reta final: Adilson, Fernanda, Keila, Kenji, Lucas, Mariana, Marystela, Nayara, Paula, Reinaldo, Renato, Viviane F., Viviane, Vinicius C., Vinicius F e DJ.

Agradeço a Carolina Jordão, que nesse último ano de escrita da tese, foi minha pequena grande companheira e uma das pessoas que mais me incentivou e deu suporte, além de ter contribuído com a correção ortográfica de quase todo o trabalho.

Agradeço ainda às amigas que hoje estão fisicamente mais distantes, mas que as redes nos permitem estar perto, acompanhar e torcer umas pelas outras: Alexandra, Bárbara, Josiane, Keila e Sabrina.

E, por fim, agradeço a minha família: mainha, mulher que me ensinou a amar e cuidar como ninguém; painho, que sempre foi muito presente em minha vida e tem um coração cheio de amor para dar as três filhas; Ná, a mais velha, de quem tenho orgulho por ter uma personalidade forte e sensível ao mesmo tempo, com um coração cheio de amor; e Xu, a caçulinha, que eu sempre me esforcei para cuidar e dar o melhor exemplo de irmã possível, a nossa nerd de casa. Amo vocês e sem vocês eu não chegaria aonde cheguei. Obrigada por tudo! Obrigada por tanto!

RESUMO

A problemática desta tese surgiu ao observar a dinâmica econômica provocada pela confecção de roupas no Agreste pernambucano nos últimos 40 anos, a mudança socioespacial da região é perceptível. A região tem passado por transformações que vão além do crescimento populacional e da expansão urbana. Onde uma atividade produtiva, que começou de maneira incipiente em Santa Cruz do Capibaribe – PE na década de 1970, difundida para Toritama – PE e Caruaru – PE nos anos 1980, alcançou um conjunto de pequenos municípios dispersos no interior de Pernambuco e alguns municípios paraibanos nos últimos anos, dando contorno a um novo processo de regionalização. Para entender esse processo, buscou-se analisar a influência dessa atividade produtiva na reconfiguração urbano-regional dos municípios que fazem parte do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, com apoio em discussões contemporâneas que trazem luz às novas estruturas espaciais, ou ainda aparados na definição de processos de dispersão urbana, cidade difusa, urbanização extensiva e arranjo urbano-regional. Assim, esse trabalho teve como objetivos (i) identificar a evolução da mancha urbana e da ocupação do solo dos municípios que compõem a região a partir do período de consolidação da atividade de confecção; (ii) verificar e revelar as relações interescares existentes entre as três cidades principais do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e os municípios influenciados pela atividade produtiva; (iii) identificar os agentes sociais que atuam na produção do espaço nesse arranjo espacial, e como se dá sua articulação em rede; (iv) apresentar como a atividade de confecção conseguiu se consolidar em uma região marcada pela pluriatividade e pela disponibilidade de mão de obra, com estrutura agrária de pequena e média propriedade e estrutura urbana formada por muitas pequenas cidades. Para tanto, foi realizada a quantificação das mudanças na cobertura do solo em um intervalo de 40 anos, baseada em classificações do GHSL e do MapBiomas; foram realizadas análises quantitativas de dados socioeconômicos oriundos das RAIS e o IBGE; além de atividades em campo e aplicação de entrevistas com agentes sociais. Essa abordagem conceitual, associada aos resultados obtidos em cada análise, permitiram mostrar a evolução da ocupação das cidades ao longo dos anos, a relação da população com a atividade de confecção, as interações espaciais entre as cidades com apoio dos agentes sociais e, por fim, a proposta de regionalização composta pelo conjunto de cidades dispersas que tem a atividade de confecção como ponto em comum, identificada como arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

Palavras-chave: aglomeração produtiva; atividade de confecção; cidade dispersa; dispersão urbana; processos de regionalização.

ABSTRACT

The problem of this thesis arose when observing the economic dynamics driven by clothing manufacturing in the *Pernambuco Agreste* over the past 40 years, the socio-spatial change in the region is noticeable. The region has undergone transformations beyond population growth and urban expansion. An economic activity that began modestly in Santa Cruz do Capibaribe – PE in the 1970s, expanded to Toritama – PE and Caruaru – PE in the 1980s, and in recent years reached a set of small municipalities scattered throughout the interior of Pernambuco and some municipalities in Paraíba, driving a new process of regionalization. To understand this process, we sought to analyze the influence of this productive activity on the urban-regional reconfiguration of the municipalities comprising the *Polo de Colo de Confecções do Agreste*, based on contemporary discussions that aim to show new spatial structures, or in the definition of urban dispersion processes, diffuse city, extensive urbanization, and urban-regional arrangement. Therefore, this work aimed to (i) identify the evolution of the urban sprawl and land occupation in the municipalities comprising the region from the consolidation period of the clothing manufacturing activity; (ii) examine and reveal the inter-scale relationships between the three main cities of the *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco* and the municipalities influenced by the productive activity; (iii) identify the social agents involved in space production in this spatial arrangement and how their networking takes place; (iv) present how the clothing manufacturing activity managed to consolidate itself in a region marked by multi-activity and the availability of labor, with a agrarian structure of small and medium property and an urban structure formed by many small cities. To achieve these objectives, we quantified the land use changes over a 40-year period, based on classifications from GHSL and MapBiomas; we conducted quantitative analyses of socioeconomic data from RAIS and IBGE, carried out field surveys, and interviewed social agents. This conceptual approach, associated with the results obtained in each analysis, made it possible to show the evolution of the occupation of cities over the years, the population's relationship with the clothing manufacturing activity, the spatial interactions between cities with the support of social agents, and finally, we present the proposed regionalization composed of a set of scattered cities that share clothing manufacturing as a common point, identified as a dispersed urban-regional arrangement of the *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*.

Palavras-chave: clothing manufacturing; cluster; regionalization process; urban sprawl.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Exemplo das fases do GHSL até chegar ao Grau de Urbanização	69
Figura 2 – Processo de formação de clusteres com o método Skater.....	73
Figura 3 – Localização dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em Pernambuco	79
Figura 4 – Feira do gado e feira livre em Santa Cruz do Capibaribe (décadas de 1940/50)	81
Figura 5 – Caminhoneiros em Santa Cruz do Capibaribe	82
Figura 6 – Costureiras e vendas nas ruas de Santa Cruz do Capibaribe.....	82
Figura 7 – Colagem de fotos com costureiras e feirantes nas ruas de Santa Cruz (entre 1980 e 2000).....	83
Figura 8 – Ocupação das ruas centrais de Santa Cruz do Capibaribe	85
Figura 9 – Toritama quando ainda era vila.....	87
Figura 10 – Outdoors com propagandas de jeans na entrada da área urbana de Toritama	88
Figura 11 – Outdoors com marcas das lojas nas proximidades do Parque das Feiras - Toritama	88
Figura 12 – Espaços de produção de jeans pelas ruas do município de Toritama	89
Figura 13 – Lavanderia em Toritama (processo de lavagem e tingimento)	90
Figura 14 – Facção de jeans em casas da zona rural de Toritama (esquerda) e Caruaru (direita)	91
Figura 15 – Canal na PE-090 com despejo de líquido azul em Toritama	92
Figura 16 – Fotografias da feira de Caruaru (décadas de 1950 e 1960).....	93
Figura 17 – Localização da Tradicional Feira de Caruaru na Praça 18 de Maio	100
Figura 18 – Diversidade encontrada na Feira de Caruaru	101
Figura 19 – Feira da Sulanca FUNDAC antes da reforma	103
Figura 20 – Feira da Sulanca no Parque 18 de Maio (boxes e bancos).....	103
Figura 21 – Feira de Caruaru e terreno da FUNDAC com feirantes da Sulanca (2000 e 2014)	104
Figura 22 – Mudanças no espaço privado destinado à feira da Sulanca (2018 e 2021).....	105
Figura 23 – Feira da Sulanca FUNDAC.....	106
Figura 24 – Fotos do Polo Caruaru (parte externa e parte interna)	107
Figura 25 – Parque das Feiras	109
Figura 26 – Parque das Feiras e entorno com a feira da Sulanca nas ruas (2014)	110
Figura 27 – Feira livre de Santa Cruz do Capibaribe (início do séc. XX).....	111

Figura 28 – Colagem de fotos da Feira da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe (entre os anos de 1960 e 1970)	112
Figura 29 – Ruas ocupadas pela feira da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe (início dos anos 2000).....	112
Figura 30 – Moda Center Santa Cruz	113
Figura 31 – Colagem de fotos do Moda Center Santa Cruz (parte externa e interna em dia que não tem feira).....	114
Figura 32 – Artigos exposto no Museu da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe.....	115
Figura 33 – Feira do Poeirão localizada atrás do Moda Center Santa Cruz.....	116
Figura 34 – Moda Center Santa Cruz (delimitação vermelha) e Calçadão Miguel Arraes (delimitação azul)	117
Figura 35 – Circulação de pessoas em dias de feira no Moda Center Santa Cruz.	118
Figura 36 – Mapa com grau de urbanização em recorte espacial de 60 km a partir das três principais cidades do Polo de Confecções (1975)	128
Figura 37 – Mapa com grau de urbanização em recorte espacial de 60 km a partir das três principais cidades do Polo de Confecções (2015)	129
Figura 38 – Recorte sobre área entre Surubim e Santa Cruz do Capibaribe (1975 e 2015)...	133
Figura 39 – Recorte sobre a área entre as três principais cidades do Polo (1975 e 2015).....	134
Figura 40 – Recorte com classificação do MapBiomias sobre a área abrangendo as três principais cidades do Polo e municípios vizinhos (1986 e 2019)	137
Figura 41 – Mapa com deslocamento pendular para trabalho nas três principais cidades do Polo de Confecções.....	146
Figura 42 – Mapa de deslocamento para compras nas três cidades do Polo de Confecções..	149
Figura 43 – Cartazes da Rodada de Negócios da Moda Pernambucana	165
Figura 44 – Principais ações dos agentes durante o período 2020/2021	168
Figura 45 – Cartograma com resultados dos agrupamentos espaciais gerados com modelo Skater para as variáveis e os anos selecionados	174
Figura 46 – Cartograma com aplicação do modelo Skater de regionalização (2019).....	177
Figura 47 – Cartograma com proposta de delimitação do arranjo urbano-regional do agreste de Pernambuco	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz metodológica da tese	20
Quadro 2 – Percentual de deslocamento pendular para trabalho com destino às três principais cidades do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco	147
Quadro 3 – Percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios com a indústria têxtil e de confecção (1985)	175
Quadro 4 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos de fábricas e confecções têxteis sobre o total da indústria de transformação (ano 2000)	176
Quadro 5 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios no comércio têxtil e de confecção sobre o total de comércios em geral (ano 2000)	176
Quadro 6 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos de fábricas e confecções têxteis sobre o total da indústria de transformação (ano 2019)	178
Quadro 7 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos do comércio têxtil e de confecção sobre o total de comércios em geral (ano 2019)	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação das classes do Grau de Urbanização para área de estudo (1975 e 2015)	130
Tabela 2 – Variação das classes do Grau de Urbanização para as mesorregiões de PE (1975- 2015).....	131
Tabela 3 – Quantidade e variação de população urbana e rural entre 1980 e 1991	138
Tabela 4 – Quantidade e variação de população urbana e rural entre 1991 e 2010	139
Tabela 5 – Ocupação/vínculos formais na indústria da transformação	140
Tabela 6 – Quantitativo de vínculos por setor da economia definido pelo IBGE.....	142
Tabela 7 – Comparação do quantitativo de deslocamento pendular para trabalho	148
Tabela 8 – Valores das importações anuais em dólares americanos	153
Tabela 9 – Valores das exportações anuais em dólares americanos.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIT	Associação Comercial e Industrial de Toritama
APL	Arranjo Produtivo Local
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Câmaras de Dirigentes Lojistas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COMEX STAT	Comercio Exterior do Brasil
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
GHSL	<i>Global Human Settlement Layer</i>
GLOBAU	Grupo de Pesquisa de Globalização, Agricultura e Urbanização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEP	Instituto de Tecnologia de Pernambuco
MapBiomias	Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil
MCSC	Moda Center Santa Cruz
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NTCPE	Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMI	Pequenas e Médias Indústrias
PPP	Parceria Público Privada
PROAPL	Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais
PT	Partido dos Trabalhadores

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RedeSist	Rede de Pesquisas em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
REGIC	Regiões de Influência de Cidades
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Regiões Produtivas Agrícolas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIVEST	Sindicato das Indústrias do Vestuário de Pernambuco
SPC	Sistema de Proteção ao Crédito
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ZM	Zona da Mata

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	24
2.1	PILARES CONCEITUAIS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	24
2.1.1	Regionalizações brasileiras e abordagens regionais contemporâneas.....	34
2.1.2	Conformações urbanas: urbanização difusa e dispersa	44
2.1.3	Aglomeração produtiva e circuitos da economia urbana	56
2.2	PERCURSO METODOLÓGICO E INSTRUMENTOS ANALÍTICOS	65
3	A PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO NO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	74
3.1	AS TRÊS PRINCIPAIS CIDADES DO POLO DE CONFECÇÕES	80
3.1.1	Santa Cruz do Capibaribe – PE	80
3.1.2	Toritama – PE.....	86
3.1.3	Caruaru – PE	92
3.2	O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES NAS CIDADES DO INTERIOR NORDESTINO E A TRANSFORMAÇÃO DAS FEIRAS DA CONFECÇÃO	95
4	TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS NAS CIDADES PRODUTORAS DE CONFECÇÕES.....	121
4.1	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E RELAÇÕES COM A ATIVIDADE ECONÔMICA PREDOMINANTE	125
4.1.1	Caracterização socioeconômica	137
4.2	REDES E RELAÇÕES EXISTENTES VINCULADAS AS ATIVIDADES DE CONFECÇÃO.....	144
5	CONSOLIDAÇÃO DA CONFECÇÃO E O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO EM CURSO.....	158
5.1	A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS PRODUTORES EM ATUAÇÃO NO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	158

5.2	COMPOSIÇÃO DO ARRANJO URBANO-REGIONAL DISPERSO DO AGRESTE PERNAMBUCANO	171
6	CONCLUSÃO	185
	REFERÊNCIAS	192

1 INTRODUÇÃO

Durante meu¹ último ano de graduação em Geografia, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) em Recife – PE. Ao final do ano de pesquisa nessa instituição, ganhei como premiação três livros, dentre eles estava o do Eugênio Pereira Neto (2013), cuja temática voltava-se para a qualificação e a informalidade do trabalho no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. Livro que acabou me chamando muita atenção e influenciou na escolha do tema da minha pesquisa de mestrado, na qual tratei sobre as transformações urbanas que ocorreram em Santa Cruz do Capibaribe – PE a partir da chegada da atividade de confecção na cidade (Xavier, 2018), e em seguida como tema do doutorado.

Descrevo esse fato porque, durante a construção desta tese, muitas vezes questionaram-me o porquê da escolha do Polo como objeto de estudo, mesmo não existindo relação direta minha com alguma das cidades da região. Lembro-me que durante a infância, como filha de caminhoneiro, tive a oportunidade de passar algumas vezes por Caruaru – PE, mas nunca fui levada à feira da Sulanca, apesar de saber de sua existência, porque minha mãe já a havia frequentado em algum momento a fim de comprar roupa para as três filhas (minhas irmãs e eu). Associado a esses motivos, após a leitura do livro que retrata a região, não tive dúvidas sobre o tema ao qual me dedicaria a estudar durante o mestrado e o doutorado: a importância da atividade de confecção na transformação do espaço no agreste de Pernambuco.

Na dissertação defendida em 2018, conseguimos propor a delimitação de dois raios de abrangência da região produtora do Polo de Confeções a partir da análise do deslocamento para vendas e para trabalho em Santa Cruz do Capibaribe, e do percentual de indústrias formais vinculadas à confecção nos municípios de Pernambuco e da Paraíba. Contudo, naquele momento não definimos quais municípios pertenciam ou não ao Polo, assim como trabalhos anteriores haviam definido, a exemplo das delimitações apresentadas por Lira (2006) e pelo SEBRAE (2013), que apontaram 23 e 10 municípios, respectivamente. Mas, considerando a dinâmica econômica da atividade de confecção no Agreste pernambucano nos últimos anos, zona marcada pela pluriatividade, questionamos se a expansão dessa atividade produtiva sobre

¹ Embora a tradição acadêmica indique o uso do infinitivo ou da terceira pessoa do plural na elaboração dos textos, na breve apresentação sobre a motivação da escolha pelo tema da tese (descrita nesta primeira página), optei pelo uso da primeira pessoa do singular, a fim de trazer maior proximidade ao leitor e de tirar um pouco da rigidez da escrita ao falar sobre algo pessoal. A partir da página seguinte, voltamos ao padrão da escrita acadêmica.

a região seria ou não um fator determinante para reconfigurar o espaço. Essa, portanto, tornando-se uma das questões principais da tese.

A produção de confecção vinculada à dinâmica provocada pelo Polo de Confecções, apesar de se instalar, majoritariamente, em municípios localizados no Agreste pernambucano, tem extrapolado os limites estaduais e alcançado alguns municípios da Paraíba, que atualmente possuem quantitativos relevantes de empreendimentos e de pessoal ocupado nesse ramo. Produção esta, que teve início em Santa Cruz do Capibaribe – PE, a partir da manufatura de peças feitas com retalhos de tecidos e comercialização delas nas ruas da cidade, na segunda metade do século XX, e se estendeu para municípios vizinhos entre os anos de 1980 e 2000, dando contorno à formação de uma zona de especialização produtiva que abarcou, principalmente, o Agreste Setentrional e Central.

Como a ocupação de origem pós-colonial esteve associada aos caminhos percorridos pelo gado em direção ao interior do território, com a instalação de pontos de paragem para os tropeiros, a policultura de subsistência e a disseminação da cultura do algodão, a região teve por muito tempo uma organização socioeconômica predominantemente rural, sendo considerada zona produtora de alguns alimentos para abastecer as cidades maiores do litoral e para subsistência (Andrade, 1973; Oliveira, 1977; Melo, 1980). A chegada da manufatura e posterior industrialização da produção de confecção, conduziu a transformações sociais, econômicas e espaciais que resultaram na reconfiguração da região nos últimos anos. Dentre essas transformações, podemos destacar a adaptação da população em trabalhar na produção de roupas, a expansão da produção para cidades vizinhas àquelas que primeiro se envolveram com essa manufatura, o crescimento das manchas de ocupação urbana e o aumento do contingente populacional. Desse modo, a região se firmou enquanto zona de atração populacional e os fluxos migratórios trouxeram novos residentes não apenas do próprio estado, como também de outros estados e regiões do país, provocando até migração de retorno, como destacado por Vêras de Oliveira (2011).

Então, por hipótese, afirmamos que o processo de regionalização em curso no Agreste pernambucano – que se estende para alguns municípios paraibanos – vinculado à ampliação da atividade de confecção, contribui para a formação de um arranjo urbano-regional, onde a contiguidade territorial não possui características metropolitanas, e sim encontra-se associado a um processo de dispersão urbana. Hipótese que traz dois dos conceitos centrais da tese: arranjo urbano-regional e dispersão urbana, a serem tratados com mais detalhe no capítulo 1.

Tal contextualização deixa mais clara a ideia desta tese, que traz um olhar em escala regional a fim de melhor compreendermos uma área na qual a especialização produtiva tem

provocado reconfiguração espacial, acentuando traços da urbanização presentes em localidades já marcadas pela pluriatividade agrestina, que se estabeleceu na base de disponibilidade de mão de obra, numa estrutura agrária de pequena e média propriedade e numa estrutura urbana formada por muitas pequenas manchas de assentamento populacional espalhadas sobre o território.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a dinâmica da atividade produtiva de confecção nos últimos 40 anos (entre 1975 e 2019, a depender da análise), considerando o seu potencial para influenciar em uma reconfiguração urbano-regional composta pelos municípios que fazem parte do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Os objetivos específicos assim definidos: (i) identificar a evolução da mancha urbana e da ocupação do solo dos municípios que compõem a região a partir do período de consolidação da atividade de confecção, observando como esse processo ampliou a dispersão urbana em um conjunto de cidades com economia marcada pela pluriatividade; (ii) verificar e revelar as relações interescares entre as três cidades principais do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e os municípios influenciados pela atividade produtiva; (iii) identificar os agentes sociais que atuam na produção do espaço nesse arranjo espacial, e como se dá sua articulação em rede; (iv) apresentar como a atividade de confecção conseguiu se consolidar em uma região marcada pela pluriatividade e disponibilidade de mão de obra, com estrutura agrária de pequena e média propriedade e estrutura urbana formada por muitas pequenas cidades.

A realização de uma pesquisa depende, além da escolha de um objeto empírico, de bases conceituais e metodológicas que apoiem a construção do trabalho e permitam compreender a área de estudo. Isto é, os conceitos e as noções são fundamentais para o entendimento dos processos a serem analisados, e as ferramentas metodológicas auxiliam na identificação e na interpretação dos fenômenos já existentes e/ou em curso.

Nesse sentido, Elias (2013a) indica a construção de uma matriz metodológica/analítica como recurso para organizar os caminhos a serem percorridos em uma pesquisa, e essa matriz deve estruturar “temas, processos, variáveis, indicadores e suas respectivas fontes de comprovação” (p.205), além, claro, de considerar os agentes hegemônicos produtores do espaço. Essa ferramenta analítica, que tem sido usada por diversos autores (Pereira Junior, 2011; Bezerra, 2012; Cavalcante, 2015; Bezerra, 2016; entre outros) nos últimos anos, foi proposta inicialmente em 2003/2004, pelos professores pesquisadores Denise Elias e Renato Pequeno, em reuniões do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU).

Para funcionar, a estrutura analítica proposta deve estar conectada, seguindo um caminho no qual sejam apresentados processos vinculados a cada tema desenvolvido, acompanhados de variáveis que permitam analisar as etapas, resultando na elaboração de indicadores. Além disso, é preciso que existam dados secundários e/ou primários, elaborados por instituições públicas, privadas ou por meio de trabalho de campo, correspondentes às variáveis e aos indicadores (Elias, 2013a). Dessa forma, a matriz consegue alicerçar a pesquisa como um todo e articular os processos do percurso sobre o qual ela se desenvolverá.

É importante destacar que uma matriz metodológica apoia não apenas “a articulação dos dados gerais que revelam a problemática em pauta, mas também auxilia na escolha dos meios úteis para confirmação/refutação de hipóteses, orientando os passos a serem seguidos pela pesquisa” (Pereira Junior, 2011, p.29). Baseados nessa proposta, nos objetivos desta tese e no intuito de deixar claro o passo a passo realizado durante a construção da pesquisa, optamos por elaborar a matriz metodológica a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Matriz metodológica da tese

TEMAS	PROCESSOS	VARIÁVEIS	INDICADORES	FONTES
Cidade difusa e urbanização dispersa.	Transformações na configuração espacial em municípios da região agrestina compreendida pelo Polo de Confecções.	Mudança na cobertura do solo nos últimos 40 anos. Variação da população e dos vínculos empregatícios.	Graus de urbanização e classificação da cobertura do solo. Evolução da população e dos vínculos empregatícios por setor econômico.	GHSL/ MapBiomias/ IBGE
Rede urbana.	Relações hierárquicas e heterárquicas existentes entre as cidades do Polo de Confecções.	Deslocamento para compras de vestuário e para trabalho; Agentes hegemônicos vinculados à confecção e às relações entre eles.	Quantitativo de pessoal que se desloca para trabalhar ou comprar vestuário e calçados nos municípios do Polo de Confecções; Entrevistas com agentes hegemônicos.	IBGE/ Trabalho de campo
Especialização produtiva e reconfiguração urbano-regional.	Aglomerção produtiva da confecção e processo de regionalização em curso.	Número de empresas e de vínculos referentes à confecção.	Evolução do quantitativo formal de pessoal ocupado e de empresas nas cidades vinculadas à confecção no agreste.	RAIS/MTE

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Para atender o proposto nessa matriz metodológica, primeiramente foi realizado o levantamento de dissertações, teses, artigos, livros e notícias, que nos ajudaram a embasar as discussões das temáticas abordadas e na compreensão mais elaborada do contexto da área estudada. Em seguida, foi feita a coleta de dados secundários em plataformas vinculadas a órgãos institucionais de referência e a elaboração de dados primários, resultantes de entrevistas realizadas com diversos agentes locais — tais como representantes de associações, das câmaras

de dirigentes lojistas e de instituições públicas e privadas. Para elaboração das análises, dos mapas e de cartogramas, o refinamento dos dados contou com auxílio dos *softwares* QGIS e GEODA, ferramentas utilizadas para o geoprocessamento e disponíveis gratuitamente. Percurso descrito com detalhe no primeiro capítulo dessa tese.

A realização da pesquisa perpassa os recortes temático, espacial e temporal. A temática principal da tese articula os processos e interações que contribuem para transformações socioespaciais em um conjunto de cidades e, para tanto, apoia-se nos conceitos de região e regionalização (Corrêa 1995; 2000; Gomes, 2014; Lencioni, 2014; Limonad, 2010; Elias, 2011; 2018), cidade difusa (Indovina, 1990; 1998; 1999; 2009; Dematteis, 1996; 2015), urbanização dispersa/dispersão urbana (Reis, 2006; 2015; Catalão, 2015). O recorte espacial corresponde ao objeto empírico estudado, localizado majoritariamente no Agreste Setentrional e Central de Pernambuco, onde se encontram os municípios nos quais a atividade de confecção se disseminou. Quanto ao enquadramento temporal, este, parte da análise dos dados imagéticos relativos a um intervalo entre 30 a 34 anos, dos dados quantitativos da década de 1980 ao presente (2019), além de um resgate histórico sobre as cidades e a origem das feiras da Sulanca nela existentes. O recorte contemplou recuo temporal essencial para ajudar a compreender as transformações ocorridas na cobertura do solo, a disposição de assentamentos populacionais sobre o território e a formação socioeconômica da região, após a chegada da confecção nas cidades.

O caminho percorrido partiu do levantamento bibliográfico sobre a área de estudo, por meio de artigos científicos, livros, teses, dissertações, trabalhos técnicos, documentários, dentre outros, que possibilitasse construir o processo histórico da formação do Polo de Confecções e permitisse a identificação de transformações socioeconômicas pelas quais passaram as cidades onde a atividade de confecção se instalou e se desenvolveu como importante fonte de renda para população nos últimos anos. A realização prática da pesquisa se deu por meio da coleta de dados quantitativos e qualitativos, organizada inicialmente a partir de dados secundários e complementada por dados primários, oriundos de entrevistas (algumas realizadas presencialmente e outras via plataformas de chamadas de vídeo).

Ainda sobre desenvolvimento do trabalho, também foram realizadas visitas de campo a fim de realizar entrevistas presenciais, além de registrar e observar características que trouxessem referência à confecção nas três principais cidades do Polo, resultando em algumas das fotografias expostas no decorrer do trabalho. Salientamos que a visita de campo foi parcialmente comprometida, em consequência das restrições ocasionadas pela pandemia de Covid-19 durante os anos de 2020 e 2021. Mas apesar disso, foram realizadas duas visitas as

idades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, em meados de 2021 e, em complemento, resgatamos algumas imagens do *Google Street View* que pudessem se somar às análises propostas.

Baseado nesse repertório, conseguimos mostrar como as atividades de confecção influenciam na dinâmica tanto das cidades centrais quanto nas não centrais do ponto de vista da confecção, com discussão sobre a ocorrência dispersão da atividade nas áreas rurais e buscando entender como tem se dado a formação do arranjo urbano-regional. Baseado nesse conjunto de informações, a tese foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro deles, trouxemos o embasamento teórico de maneira detalhada, passando por temas que auxiliaram na interpretação dos processos existentes na área em foco. Iniciamos expondo as propostas de regionalização aplicadas sobre o território brasileiro pelo IBGE e apresentamos algumas abordagens regionais contemporâneas. Em seguida, o resgate dos conceitos que tentam abarcar a complexidade das transformações urbanas atuais e apontamentos sobre a consolidação de aglomerações produtivas, finalizando com a descrição do percurso metodológico seguido no decorrer da pesquisa, bem como dos materiais e instrumentos utilizados para atender a cada objetivo da tese.

A abordagem com base no processo histórico, por sua vez, foi aprofundada no capítulo 2, em que se relata desde a chegada da confecção em cada uma das três principais cidades e como a atividade se propagou nos municípios. Também foi resgatada a importância das feiras livres no contexto regional e a facilidade com a qual os artigos têxteis produzidos foram incorporados a elas, dando origem as feiras da Sulanca. Ainda nesse capítulo, mostramos como a implantação dos centros de comercialização específicos trouxe novas características ao Polo de Confecção.

No capítulo 3, por sua vez, iniciamos as análises e a interpretação dos dados secundários obtidos. Para identificação das mudanças na cobertura do solo e a disposição das aglomerações sobre a área em estudo, utilizamos dados disponibilizados pela Comissão Europeia através da classificação intitulada *Global Human Settlement Layer* (FLORCZYK, et al., 2019) para os anos de 1975 e 2015, complementados pelos dados de cobertura urbana elaborados pelo MapBiomas, referente aos anos de 1986 e 2019. Ambas as classificações auxiliaram na identificação dos processos de urbanização dispersa encontrados na região. Além disso, nesse capítulo também apresentamos as relações em rede resultantes dos deslocamentos para trabalho e para compra de mercadorias, destacando a origem das pessoas que se destinam a Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Em complemento, a fim de identificar possíveis relações

em escala internacional para comercialização da produção regional, verificamos e apresentamos dados de exportação e importação referente à cadeia têxtil em Caruaru.

No capítulo 4, discorreremos sobre o papel dos agentes sociais na consolidação da atividade de confecção no Polo e sua importância como rede de apoio para os micros e pequenos produtores da região, com detalhamento das atividades por eles realizadas, incluindo o período inicial da pandemia de Covid-19. Em seguida, discutimos os resultados da aplicação do modelo de regionalização utilizado na análise que delimitaria a área sob influência da confecção. E diante do quadro teórico e analítico do trabalho, no final desse capítulo introduzimos a proposta de identificação da aglomeração produtiva como arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, composto por 29 municípios subdivididos em quatro níveis de participação/relação com o Polo.

Em conclusão a esse longo percurso, apresentamos a validação da hipótese levantada no início da pesquisa, ao mostrar que, de fato, o Agreste de Pernambuco teve dinamismo alterado pela expansão da atividade de confecção, muito embora algumas das características sociais, econômicas e espaciais preexistentes tenham colaborado para a consolidação do processo de regionalização iniciado com a formação do Polo. Ademais, revisitamos os principais conceitos que nortearam a definição do arranjo e, por fim, ao entender que se trata de uma região onde ainda há muito a se explorar em termos de pesquisa, concluimos com a sugestão de proposta para investigações acadêmicas futuras, que busquem entender ainda mais as complexidades existentes.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O percurso teórico e metodológico da pesquisa se delineou partindo do apontamento dos conceitos e noções principais, particularmente: região, regionalização, redes urbanas, heterarquia, cidade difusa, urbanização dispersa, circuitos da economia urbana e aglomeração produtiva. Seguido pelo detalhamento das variáveis, dos indicadores, de suas respectivas fontes e das ferramentas utilizadas nas análises propostas. Vale ressaltar que para complementar a discussão temática, no decorrer do trabalho outras noções e conceitos podem ser citados, porém as listadas anteriormente foram as basilares na construção desta tese e encontram-se dispostas e apresentadas a seguir.

Vale ressaltar que o percurso teórico-metodológico realizado serviu de apoio para a compreensão da dinâmica socioespacial existente em parte do Agreste de Pernambuco, que vem passando por transformações desde os últimos 30 anos do século XX. A mudança no perfil econômico de alguns municípios da região emerge quando a produção de roupas voltadas ao público popular passa a se expandir, movimentando ainda mais as feiras livres já existentes e criando outros espaços de comercialização no decorrer dos anos. Essa expansão tem como um dos propulsores a busca por fonte de renda alternativa, provavelmente resultante das dificuldades enfrentadas pela produção agropecuária na região devido ao clima predominantemente semiárido.

Por ter uma população com perfil de renda e de escolaridade mais baixos, menor diversidade de fonte trabalho/renda, pouco acesso aos bens de consumo e serviços, além de mão de obra excedente, algumas cidades agrestinas tornaram-se lugares propícios à implantação da atividade de confecção de roupas a partir da manufatura. Produção que, no Agreste, teve início no município de Santa Cruz do Capibaribe, chegou aos municípios vizinhos, Toritama e Caruaru, e avançou para outros pequenos municípios do entorno no decorrer dos anos, passando a influenciar na dinâmica regional como alicerce econômico para um contingente cada vez maior de pessoas. Por esse motivo, é sobre essas três cidades, contemplando também pequenos municípios do entorno e o contexto regional, que falaremos nesta tese.

2.1 PILARES CONCEITUAIS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Como conceito e objeto de estudo, a definição de região acompanha a ciência Geográfica desde sua institucionalização, perpassando várias formas de abordagens ao longo dos séculos. As formas de abordagem da Geografia Tradicional/Moderna — feitas por Humboldt, Ritter, La Blache e Hartshorne, em que os fatores físicos, inicialmente, eram

considerados os de maior importância para uma caracterização regional — têm nas monografias regionais um importante meio de difusão da temática com base positivista nesse período, tendo sido acrescida posteriormente a noção de gênero de vida. O maior nome dos estudos regionais, Paul Vidal de La Blache, defendia que a análise conjunta dos aspectos físicos e humanos nos estudos regionais “incorpora à Geografia o conceito de gênero de vida, que se define como o resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio” (Lencioni, 2014, p.103). Análises da diversidade encontrada nas mais diferentes áreas do planeta, tendo em conta aspectos naturais e sociais, e como elas eram parte da totalidade, estavam presentes em seus estudos, porque para La Blache, “uma monografia regional deveria conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajustava à natureza” (idem. p.105).

Ao passar pelas Geografias Teorética e Ativa, observa-se que as análises quantitativas despontam como parte extremamente importante na delimitação de regiões, apoiadas em geógrafos franceses como Pierre George e Bernard Kayser. Na Geografia Crítica, por sua vez, a abordagem é amparada no materialismo histórico-dialético e a região entendida como algo concreto, passível de ser identificado, resultante de “um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos” (Corrêa, 2000, p.25). Nesse período, a definição de regiões considera também os modos de produção, as relações entre as classes, a divisão territorial do trabalho, bem como as relações entre o Estado e a sociedade, e a consequente herança cultural etc. (Corrêa, 1995; 2000; Sposito, 2004; Lencioni, 2014; Gomes, 2014).

Além dos aspectos econômicos, sociais e naturais, os subjetivos se incorporam aos estudos que pretendem classificar uma região, pois a percepção e o significado dos lugares, tornam-se variáveis utilizadas na identificação de regiões, tendo nos laços afetivos um dos elementos capazes de gerar uma identidade regional. Nesse sentido, características culturais entram em cena e o espaço vivido é incorporado à análise (Sposito, 2004; Lencioni, 2014), este que aparecendo como o lugar onde as relações humanas de fato acontecem, com o sentimento de pertencimento contribuindo para a formação de uma identidade regional. Assim, “a região, como espaço vivido, ultrapassa a ideia de espaço material, pois incorpora valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região, não tendo, por isso, limites físicos” (Lencioni, 2014, p155). Como afirmou Haesbaert (1999, p.29), “o espaço regional é ao mesmo tempo um espaço de reprodução econômica, *locus* de representação política (efetiva ou almejada) e um espaço de identidade cultural”, e é nesse último que os laços afetivos ganham importância. Portanto,

podemos afirmar que o sentimento de pertencimento daqueles que fazem parte desse espaço colabora para a identificação de uma região por meio das relações identitárias construídas.

Embora o processo de globalização tenha fomentado a constituição de novas relações espaciais com a aparente homogeneização ou padronização dos lugares, dos usos e dos costumes, a noção de região permanece importante por se voltar às particularidades e por “revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global” (Sposito, 2004, p.192). Logo, a realização de uma análise em escala regional se torna cada vez mais importante, evidenciando que a noção de região não está desaparecendo quando a globalização parece homogeneizar o mundo (Corrêa, 1995; Sposito, 2004; Elias, 2011).

Ainda nesse sentido, Corrêa (1995) argumenta que o aumento das desigualdades espaciais, provocadas pelo modo de produção capitalista e pela consequente divisão territorial do trabalho, evidencia a permanência de fragmentação no espaço e possibilita a continuidade da classificação de regiões. Dessa forma, podemos ressaltar que o capitalismo industrial colabora para a formação de unidades regionais e ainda torna possível identificar “tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador” (p. 22). Embora atualmente possa existir mais dificuldade para visualizar unidades regionais devido à homogeneização dos espaços, deve-se considerar que a globalização é bastante desigual, que acontece de forma perversa, haja vista a ampliação da fome, do desemprego e da diminuição da qualidade de vida ao redor do mundo, bem como o aumento da competitividade espacial, pois os atores hegemônicos têm o controle do capital e das técnicas e, com isso, contribuem para o aprofundamento das desigualdades, sobretudo nos países emergentes e/ou subdesenvolvidos, como destaca Santos ([2000] 2020). Assim, a existência desse processo é o que ainda torna possível a diferenciação regional tendo em conta tais características.

A partir de uma análise crítica, as regiões podem ser diferenciadas por meio da divisão territorial do trabalho, das técnicas de produção, das ações do Estado, dos meios de comunicação e da articulação no espaço. A pluralidade de maneiras pelas quais o capital pode se reproduzir é capaz de formar tantas regiões distintas quanto forem as diferentes formas de reprodução existentes (Corrêa, 2000; Oliveira, 1977). A região é um espaço no qual “se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, na qual o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”. (Oliveira, 1977, p.29). Nessa perspectiva, as contradições inerentes à reprodução do espaço, resultam das transformações provocadas pela divisão territorial do trabalho, influenciando no surgimento de

mais espaços desiguais e, por isso, torna-se importante identificar novas configurações regionais.

Tais configurações podem ser provocadas para atender interesses diversos. Seja a partir da intervenção estatal — ao oferecer incentivos para instalação de indústrias em uma determinada área ou ainda pelo investimento em instalação de instituições de ensino e pesquisa de referência, por exemplo —, seja por meio da iniciativa privada, a qual direciona recursos e investimentos a alguma atividade econômica específica. Ações que podem influenciar numa reconfiguração espacial e, conseqüentemente, regional.

Ressalta-se, então, que frequentemente os interesses da classe dominante são atendidos por meio da atuação de agentes hegemônicos (sejam eles públicos, sejam privados) e as práticas e articulações desses agentes são capazes de produzir regiões (Limonad, 2015). Em razão disso, são eles os principais responsáveis por conduzir processos de regionalização, isso porque são detentores de capital e poder para tal ação, ainda mais quando são processos que buscam extrair o máximo de lucro sobre uma dada área e/ou atividade econômica.

Dessa forma, a regionalização pode ser entendida como um processo de diferenciação espacial e/ou como um método de análise (Haesbaert, 1999; 2010), assim como proposto também por Bitoun (2013), ao destacar que com um instrumento desse tipo é possível:

Reconhecer e representar territórios contínuos, regiões, apresentando fatores de homogeneidade decorrentes da extensão de problemas naturais, econômicos ou culturais que se quer valorizar pela implantação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, articulando diversas políticas setoriais em torno do reconhecimento de uma identidade regional. (Bitoun, 2013, p. 4)

O processo de regionalização, então, constitui-se enquanto um instrumento de análise, que provoca a compartimentação do território baseado em suas particularidades, a fim de contribuir para o planejamento e a aplicação de ações específicas. Entretanto, isso não significa que essa divisão deve ser feita de qualquer forma, muito pelo contrário, pois “regionalizar não significa simplesmente dividir o espaço em frações, mas sim reconhecer processos, cada vez mais complexos, que recompõem o espaço de forma diferenciada” (Limonad, 2015, p.112).

Nesse sentido, regionalizar não pressupõe apenas o fracionamento genérico do espaço baseado somente em dados quantitativos, pois precisa ter atenção à diversidade socioespacial e às questões culturais. Com isso, as regionalizações podem direcionar a implantação de políticas setoriais e podem variar sobre um determinado espaço à medida que novas finalidades e funcionalidades surgem sobre ele para atender interesses políticos, econômicos e/ou sociais, que ocorram de forma individual ou interligada (Limonad, 2015).

Embora a representação de região normalmente refira-se a um espaço contínuo, os avanços técnicos — pelos quais o mundo tem passado de forma cada vez mais veloz — contribuem para que processos de regionalização não fiquem presos apenas às dinâmicas e dimensões zonais para abarcar o contexto regional. Nessa perspectiva, passa a existir a possibilidade de incorporar as dimensões reticulares aos estudos regionais; visto que, ainda que fisicamente descontínuas, elas se reproduzem de forma cada vez mais conectadas. Logo, tal compreensão conduz a uma outra noção que também se faz importante: a de rede. As redes configuram-se como componente significativo da regionalização, pois como afirma Haesbaert:

Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas (Haesbaert, 1999, p.31).

Mesmo encontrando-se fragmentado, esse mosaico está conectado, territorial ou virtualmente, por meio das redes e isso deve ser levado em conta em uma análise regional. Não defendemos a ideia de que a estrutura contínua tenha perdido a importância na configuração de uma região, mas ressaltamos que os laços descontínuos também passaram a influenciar nos processos de regionalização, pois como bem explica Santos ([1996] 2002), as horizontalidades e as verticalidades favorecem conjuntamente a estruturação de regiões.

Então, antes de seguirmos com a compreensão das redes, é necessário saber que, segundo Santos ([1996] 2002), as horizontalidades e as verticalidades são elementos importantes para compreensão das regiões, das redes e do desenrolar das conexões e dos fluxos existentes. A primeira com características territoriais, locais ou regionais, onde as relações entre as localidades ocorrem em um espaço contínuo de forma autóctone. Enquanto a segunda corresponde a pontos específicos e descontínuos, espacialmente localizados, que possibilitam circulação produtiva e informacional em maior escala e possuem capacidade de tecer comandos e diretrizes mesmo estando fisicamente distante da área a ser influenciada, sendo responsáveis por assegurar “o funcionamento global da sociedade e da economia” (p.284). Logo, considerando tanto as horizontalidades quanto as verticalidades, à medida que mudanças de ordem local e/ou global acontecem (tal como quando os padrões de urbanização e de industrialização são ajustados), é bem provável que elas provoquem reconfiguração dos processos de regionalizações ou mesmo das regiões (Limonad, 2015).

Portanto, considerando esses dois elementos fundamentais citados anteriormente, as relações que ocorrem em redes ajudam a entender a complexidade de uma região ou de um processo de regionalização. Isso porque, além da ampliação das formas de comunicação, o

avanço das tecnologias tem proporcionado maior integração, circulação de pessoas e de mercadorias, além de conexão entre indivíduos, empresas, países etc., influenciando nas relações territoriais nas diversas escalas (mundial, nacional, regional e local), reforçando a magnitude que as redes adquirem a partir de meados do século XX. Ainda que as redes sejam apontadas como principais responsáveis por maior circulação e comunicação, entende-se que “nesse novo contexto teórico, a análise das redes implica uma abordagem que, no lugar de tratá-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades” (Dias, 2014, p.149). Em outras palavras, elas não devem ser analisadas separadamente da totalidade na qual estão inseridas, tendo em conta as diversas escalas geográficas e os processos em curso.

As redes são, assim, infraestruturas que permitem conectividade entre pontos próximos ou longínquos no território, mas não apenas isso, pois a elas se somam elementos sociais e políticos, sem os quais essas redes seriam apenas uma abstração, além de serem carregadas de objetos constituídos em tempos diferentes, que coexistem ou são substituídos/sobrepostos com o tempo (Santos, [1996] 2002). Em um sentido mais amplo e buscando visualizar as relações com os processos espaciais existentes, elas podem ser analisadas enquanto redes produtivas, redes urbanas, redes econômico-financeiras, redes comerciais, redes informacionais, entre outras, todas elas formadas por linhas e pontos que de alguma forma se conectam.

Em se tratando da rede urbana, noção a qual daremos maior atenção neste momento, Corrêa (1988, p. 107) a descreve como um “conjunto de diferentes centros urbanos, funcionalmente articulados entre si”. Isto é, localidades onde as funções urbanas e interações sociais são espacializadas em núcleos de povoamento, cuja conexão se dá por vias de fluxos materiais e imateriais. Vale dizer ainda que a complexidade de uma rede urbana é resultado direto dos processos de formação de cada núcleo e das variadas funções adquiridas pelas cidades ao longo dos anos; o que, para o autor, torna a rede urbana, concomitantemente reflexo e condição para uma divisão territorial do trabalho. O reflexo entendido como resultado das diferenciações locacionais, que fazem uma área ser mais predisposta a algum tipo de funcionalidade específica, decorre das ações de agentes hegemônicos e das particularidades geográficas de forma associada; e a condição entendida como resultado das articulações das funções entre as cidades, com a oferta de serviços que evidenciam a integração e a desigualdade, pode gerar uma hierarquia entre os locais que fazem parte da rede (CORRÊA, 1988; 1997).

Em abordagens sobre redes urbanas nos estudos realizados por geógrafos no início do séc. XX, o uso das funções como categoria de análise era essencial para sua classificação, frequentemente divididas em função dominante, funções urbanas, especialização funcional etc.

A partir da década de 1960, as pesquisas passaram a contar com técnicas que permitiram aperfeiçoamento de análises estatísticas que, para além de observar a especialização funcional da cidade, consideravam as características socioeconômicas, o tamanho populacional e a situação dentro do conjunto de cidades (Corrêa, 1988). As classificações de redes, então, passaram a incorporar características de modelos e teorias que distinguiam os lugares de forma hierárquica, baseando-se, por exemplo, na teoria das localidades centrais de Walter Christaller, cuja primeira publicação foi realizada em 1933, amplamente utilizada como método de análise nos estudos das redes urbanas (Corrêa, 1988). Teoria essa que amparou, também, uma série de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, que serão abordadas mais adiante neste trabalho.

De maneira sintetizada, a teoria parte do entendimento da existência de lugares centrais e lugares dispersos, que ofertem à população bens e serviços superiores ou inferiores e, conseqüentemente, gerem níveis de centralidade (CHRISTALLER, 1966). Nesse sentido, a maior importância de uma localidade vai depender do quanto ela “serve” ao seu entorno — região complementar ou área de influência — com bens e serviços que são mais escassos. Assim, a região complementar “depende da cidade para adquirir aqueles bens e serviços de que necessita, fornecendo, por outro lado, à cidade alimentos, matérias-primas etc.” (BREITBACH, 1988, p. 30). O custo causado pelo deslocamento para alcançar determinados bens e serviços é utilizado, por Christaller, como fundamental para delimitar o tamanho da influência de determinada localidade central (BONETTI, 1968).

Outras teorias se propuseram a explicar a diferenciação espacial de acordo com níveis de centralidade, tais como a teoria proposta por August Lösch (1940)², que reformulou o trabalho de Christaller apoiado no que ele chamou de área de mercado e de rede de área de mercado, sendo essa última resultante da superposição de diversos mercados conectados por uma rede de transportes que possuía custo variável conforme a distância percorrida. A noção de região fica implícita em sua teoria, por estar “baseada em inter-relações de forças puramente econômicas, umas agindo no sentido da dispersão, outras a favor da concentração” (Breitbach, 1988, p.34). Acrescente-se ainda a teoria de Francois Perroux (1955)³, que relaciona o espaço econômico à noção de polo de crescimento, zona influenciada por força econômica em direção centrífuga e centrípeta em centros com presença de uma empresa motriz, com concentração de um conjunto de atividades econômicas, que acabam por alterar as condições regionais a partir

² LÖSCH, A. Die Räumliche Ordnung der Wirtschaft. 1º edição. Jena: Gustav Fischer, 1940.

³ PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156, 1977. 1º edição em 1955.

da área de influência gerada pelo polo, ressaltando que o crescimento não se manifesta igualmente sobre o espaço (Breitbach, 1988; Cruz, et al, 2011).

Para essa tese, não pretendemos trazer uma discussão detalhada sobre cada uma dessas teorias, mas apenas frisar a relevância delas nos estudos da Geografia e no planejamento regional (desde a segunda metade do séc. XX até o presente), na definição de regiões, centralidades e hierarquias conforme a influência relativa de cidades. E embora os estudos — desenvolvidos por Christaller, Lösch e Perroux — tenham extrema relevância para a compreensão de processos de regionalização, de estruturação em rede e de hierarquia das localidades, como foram modelos elaborados nos países então desenvolvidos (com objetos empíricos advindos da realidade europeia), nem sempre é possível utilizá-los de forma eficaz em outras partes do mundo. Isso porque devido à desigual distribuição espacial econômica e de infraestrutura nos países subdesenvolvidos — que muitas vezes possuem regiões bem distintas dentro do território nacional — a utilização de uma tipologia criada em países centrais, e/ou mais ricos, torna-se inaplicável de modo eficiente na interpretação da realidade local.

Santos ([1981] 2008b), tece críticas sobre a mera repetição de métodos elaborados em países centrais nos países subdesenvolvidos, e destaca três problemas fundamentais: (i) a forma como chegam a uma medida que represente hierarquia urbana, que é majoritariamente quantitativa — baseada na presença maior ou menor de serviços nas aglomerações — é limitada, pois apesar de ser um critério importante, as relações com a população, as estruturas socioeconômicas e as conexões também deveriam ser consideradas; (ii) como resultado da hierarquização, há certa tendência à criação de classificações simples, que por vezes podem não observar as particularidades que cidades e áreas de influência possuem e acabam não as encaixando nos níveis hierárquicos definidos; (iii) a aplicação do método em países inteiros, mais uma vez desconsiderando a diversidade que poderia ser encontrada nas regiões de um país onde há grande desigualdade, ainda mais quando ele apresenta extenso território, leva à hierarquização genérica e reducionista, que passa a não alcançar a complexidade local (Santos, [1981] 2008b).

No intuito de entender como se constituem as redes urbanas em países considerados subdesenvolvidos, Santos ([1981] 2008b) mostra alguns fatores essenciais para formação das suas redes urbanas, sendo os principais: as massas (de população, de produtos, de equipamentos e de dinheiro), os fluxos (das pessoas, dos produtos, do dinheiro, de informação etc.) e o tempo, que é capaz de mostrar a diferença entre as localidades de acordo com nível em que se encontram as técnicas, as infraestruturas e os serviços, por exemplo. Entre os fatores secundários são listados: o tamanho do país, o sistema de governo (que influencia diretamente

na política comercial realizada), a idade da colonização e dos equipamentos, além dos tipos de atividade econômica desenvolvidos (Santos, [1981] 2008b).

De fato, as particularidades socioespaciais precisam ser observadas ao se tentar classificar ou criar uma tipologia de redes, e até mesmo na definição de regiões, pois características locais se tornam fundamentais para o entendimento das formas e dos processos existentes em um determinado espaço. Logo, tanto a delimitação de regiões quanto a de redes urbanas não devem ser consideradas imutáveis, porque são espaços que não possuem condição estática ou rígida, longe disso, as cidades existentes nelas podem adquirir novas funções, assumir novos papéis e, assim, modificar a estrutura na qual estão inseridas. Em alguns casos, a chegada de indústrias e a modernização de infraestruturas viárias, ou ainda a mudança na carga tributária estadual, podem resultar em alterações significativas na dinâmica de cidades e de regiões. Nesse sentido, as relações de poder comandadas pelos agentes hegemônicos contribuem fortemente para as reconfigurações espaciais e exercem papel direto sobre a divisão territorial do trabalho, como bem ressalta Santos ([1996] 2002), interesses políticos, econômicos e mesmo sociais, estão sempre ligados a essas reconfigurações.

As redes são físicas e sociais, manifestam-se nas mais diversas escalas (local, regional e global), muitas vezes até sobrepondo-se à própria transformação espacial com a evolução imposta pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, que dá a elas mais complexidade e maior integração (Santos, [1996] 2002). As relações de subordinação ou de influência ainda existem, claro, principalmente resultantes da maior capacidade de fluidez, de conexões, de relações comerciais e dos serviços, que geram redes globais cada vez mais fortes, mas isso não diminui a importância das redes em menor escala, nem mesmo as locais, pois ainda que seu alcance sobre um território seja menor, as integrações espaciais que nelas ocorrem são essenciais para as cidades e para a região na qual estão inseridas, sobretudo em países com grandes extensões territoriais e desigual distribuição econômica, como o Brasil.

Com o avanço do meio técnico-científico-informacional (Santos, [1996] 2002), as relações verticais e horizontais passam a favorecer a ocorrência de interações espaciais entre os diversos níveis hierárquicos de cidades. Tais conexões não são realizadas apenas entre os níveis imediatamente superior e inferior dentro de uma hierarquia, mas de forma heterogênea, com interações diretas entre espaços de mesmos níveis ou de cidades menores com cidades do topo da hierarquia, nesse último caso, sem que precise passar por uma intermediação.

Com o avanço da comunicação, das tecnologias e a difusão da informação, as relações entre os espaços vêm ganhando características que caminham para além da sujeição, resultando em novas relações complementares, com interações espaciais que não necessariamente seguem

ordens hierárquicas, mas se dão também a partir de conexões heterárquicas, pois a estrutura tradicionalmente utilizada não se mostra mais suficiente “para explicar os conteúdos advindos do aumento das interações espaciais sob a égide da globalização”, segundo Catelan (2013, p.80). Assim, a heterarquia surge como uma perspectiva metodológica para compreender as lacunas que os padrões hierárquicos da rede urbana não conseguem preencher, principalmente quando relacionadas às cidades médias, e por isso:

[...] a expressão heterarquia urbana aparece como proposta para pensarmos o arranjo hierarquizado que merece ser revisitado ao considerarmos uma complexa rede de centros urbanos cujas interações espaciais e territoriais se dão entre centros de mesmos níveis e entre centros de níveis diferentes. (Catelan, 2013, p.80)

Apesar das verticalidades emanarem majoritariamente de centros de comando hegemônicos, frequentemente localizados nas grandes cidades, as cidades menores passam a exercer papel articulador no âmbito regional a partir de relações heterárquicas que conduzem a articulações cada vez mais interescares. Nas cidades médias, “a heterarquia urbana corresponde ao momento em que as horizontalidades e as verticalidades encontram-se, quando o local/regional é articulado definitivamente à reprodução do capital e às redes que passam a coexistir em múltiplas escalas” (Catelan, 2013, p.78). De forma conjunta, as horizontalidades e as verticalidades estão presentes nos mais diversos espaços, colaborando para o desdobramento das relações e interações entre as localidades, quaisquer que sejam as escalas.

Pensando na realidade brasileira, tem-se que a partir do maior potencial administrativo obtido com a Constituição Federal de 1988 — que ampliou a tomada de decisão no âmbito municipal, nomeadamente o controle sobre a cobrança de impostos e taxas, além da evolução técnico-científica em curso desde o final do século passado —, as cidades médias conseguiram desenvolver maior articulação em rede, como apontaram Teixeira e Catelan (2019). Sem ter que depender de decisões tomadas por centros de níveis imediatamente superior, inclusive estabelecendo vínculos comerciais diretos com cidades e/ou agentes hegemônicos globais, e “com as mudanças operadas no capitalismo globalizado, vemos ascender nos últimos anos relações heterárquicas de complementariedade entre as cidades, rompendo as relações de subordinação clássica” (Teixeira e Catelan, 2019, p.3).

Ainda que características hierárquicas permaneçam, pode-se dizer que, atualmente, a depender da especialização funcional e/ou do potencial econômico/administrativo de uma cidade, a capacidade de interagir com outras localidades de forma interescares e com poder de decisão evidencia a coexistência das relações heterárquicas. A ampliação dessa capacidade de articulação das cidades aumenta até mesmo o poder sobre o próprio território e pode refletir, inclusive, em mudanças na estrutura socioespacial da cidade, tais como transformações no

sistema produtivo, aumento da oferta de serviços, ocorrência de novos processos de urbanização, dentre outras.

Para auxiliar na interpretação de contextos regionais diversos, falaremos brevemente sobre algumas classificações regionais no âmbito nacional, bem como suas mudanças no decorrer dos anos, nesse caso especificamente sobre as classificações desenvolvidas pelo IBGE, e sobre exemplos de processos de regionalização contemporâneos, a fim de mostrar como as regiões são unidades espaciais não estáticas e que podem passar por mudanças e/ou reestruturações ao longo do tempo.

2.1.1 Regionalizações brasileiras e abordagens regionais contemporâneas

Como o Brasil possui um vasto território e passou por um longo processo de ocupação, é compreensível que tenham ocorrido diversos processos de regionalizações ao longo dos anos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), importante órgão público que desenvolve estudos que auxiliam no conhecimento do território nacional, já elaboravam, desde meados do século XX, caracterizações das regiões e da rede urbana brasileira. Ao observar esses trabalhos, podemos perceber que as inspirações que levavam a criação das propostas perpassaram a própria transformação do conceito de região.

Nesse sentido, um dos primeiros estudos desenvolvido pelo órgão foi influenciado pela corrente do Determinismo Geográfico, que tinha na região natural a sua base, levando em conta as características principais do meio físico e a localização geográfica. Surge assim, na década de 1940, a primeira divisão regional do Brasil foi denominada *Zonas Fisiográficas*. Essa divisão foi posteriormente atualizada e passou a considerar outros aspectos, tais como os dados socioeconômicos municipais, o que levou a nova subdivisão dessas zonas no ano de 1960, embora ainda mantivesse os aspectos físicos como primordiais.

Nos anos seguintes, o avanço da interiorização e o crescimento das atividades industriais e da população localizada em áreas urbanas, indicavam a necessidade de atualização metodológica e de novos caminhos para classificações que compreendessem as transformações em curso (IBGE, 2008; IBGE, 2017). Foram elaborados, na sequência, o *Esboço Preliminar de Divisão do Brasil em Regiões Homogêneas* publicado em 1967, que serviria de apoio para publicação do trabalho *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968* (IBGE, 1970). O objetivo dessa regionalização foi mostrar espaços homogêneos e espaços polarizados, definidos a partir de análises aprofundadas de dados não apenas físicos, como também sociais e econômicos do país, baseada inicialmente em metodologia elaborada por M. Rochefort, a respeito de centros polarizadores e regiões de influência, amplamente debatida em encontros

realizados em meados da década de 1960. Essa regionalização contou com estudos que abarcavam os domínios ecológicos, as áreas ocupadas por população, a estrutura agrária/produção agrícola, as atividades industriais e a infraestrutura para transporte (IBGE, 1970; IBGE, 2008).

A partir de então, os estudos passam a incorporar as questões da rede urbana como fundamentais. E em 1972, o Instituto divulgou a *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, fazendo uso de indicadores, apresentados no estudo anterior, e definindo níveis de centralidade para os núcleos urbanos. Nesse estudo, foram considerados quatro níveis: o primeiro relacionado às metrópoles e macrorregiões (subdividido em quatro), o segundo compondo os centros regionais, o terceiro referente aos centros sub-regionais e, por fim, os centros locais (IBGE, 2008). Esse quadro de regionalizações serviu de encaminhamento do que viria a se tornar uma das principais sequências de classificação das cidades brasileiras em níveis hierárquicos: o estudo *Regiões de Influência de Cidades* (REGIC). Este que contribuiria e contribui profundamente até hoje para o planejamento e a gestão territorial do país.

Conforme destacado por Contel (2014), além do trabalho do geógrafo francês Michel Rochefort (1961) com criação de metodologias de estudos das redes urbanas, os estudos desenvolvidos pelo IBGE nesse período também sofreram forte influência de outros trabalhos europeus, como a teoria dos polos de crescimento de François Perroux (1955; 1961) e Jacques Boudeville ([1961] 1970), além a teoria das localidades centrais de Walther Christaller (1966). Essa base teórica apoiava a construção de metodologias que abordavam questões como: polarização, centralidade, homogeneidade e hierarquia das cidades. Em 1987, foi lançado o *primeiro REGIC*, com dados coletados em 1978, partindo da análise de distribuição de bens e serviços e sua área de influência dentro de um mercado mínimo delimitado. Foi o primeiro estudo dessa trajetória de classificações que teve aplicação amostral de questionários com a população das cidades classificadas como centro local na pesquisa imediatamente anterior (das regiões funcionais urbanas), cuja investigação auxiliou no estabelecimento de níveis hierárquicos, na delimitação da área de influência e na identificação das relações interescalares entre as cidades. A hierarquia foi dividida em níveis, resultando nas seguintes classes: metrópole regional, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional e centro de zona (IBGE, 2008).

Na sequência dos trabalhos produzidos pela instituição, surgiu a proposta de *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*, com a atualização das microrregiões homogêneas. A mesorregião fora definida a partir das seguintes dimensões: “o processo social como dominante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares

como elemento de articulação espacial” (IBGE, 1990, p.8), possibilitando a identificação de uma identidade regional. As microrregiões, por sua vez, foram consideradas as áreas cujas especificidades das estruturas produtivas, eram resultantes de elementos naturais ou relações socioeconômicas específicas, e sua identificação se deu a partir dos dados de produção (agropecuária, indústria, mineração, por exemplo), das relações de distribuição, de troca e de consumo a nível local, além de um indicador de interação espacial de acordo com a influência dos centros sub-regionais e de zona. As nomenclaturas meso e microrregião, neste momento, substituem a expressão “homogênea” do modelo adotado em 1970 (IBGE, 1990).

Os estudos sobre hierarquia, influência das cidades e dinâmicas regionais continuaram a fazer parte das pesquisas voltadas às questões urbanas nos anos seguintes e se tornam cada vez mais fundamentais para o planejamento urbano e regional brasileiro. Por meio de pesquisa realizada em 1993, o IBGE fez a *primeira atualização do REGIC*. Publicado no ano 2000, ressaltou a importância das redes para composição urbana, trouxe a definição de hierarquia como basilar para compor o grau de centralidade das cidades e de área de influência a partir das ligações, dos fluxos e das relações espaciais, fundamentalmente estruturado sob o ponto de vista da teoria das localidades centrais. Com análise de 46 funções centrais (bens e serviços), o estudo conseguiu classificar aquelas que eram de baixa complexidade, encontradas de forma frequente nos centros, e as de média a alta complexidades, presentes nos centros que se destacaram em maior nível de hierarquia. Os níveis de centralidade foram divididos em: máximo, muito forte, forte, forte p/médio, médio, médio p/fraco e fraco, classificação diferente da adotada no estudo anterior e nos posteriores, embora não tenha mudado muito os caminhos metodológicos utilizados (IBGE, 2000).

O REGIC consolidou-se como importante ferramenta para embasar estudos sobre as cidades, bem como fonte de dados fundamentais a serem usados na gestão do território brasileiro, dado o contínuo processo de urbanização que o país tem passado de meados do século XX até o presente. Como esse processo tem ocorrido de forma territorialmente desigual, a atualização desse tipo de informação se mostra cada vez mais necessária para auxiliar nas tomadas de decisões e no planejamento urbano e regional.

Em 2008, foi lançada *nova versão do REGIC*, que contou com maior quantidade de dados quantitativos e apresentou nova metodologia. Essa versão passou a usar a gestão do território como base da classificação das cidades centrais para, em seguida, definir a área de influência. Os níveis de centralidade foram obtidos por meio de análises de dados secundários relativos a atividades administrativas, jurídicas e econômicas, com levantamento da localização de instituições federais relacionadas à gestão (poderes Executivo e Judiciário) e de unidades

empresariais nos municípios, além da complementação do estudo, considerando “atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo” (IBGE, 2008, p.131).

Nesse REGIC, também foram utilizados dados secundários e primários, com objetivo de identificar os centros de gestão do território — considerando relações de comando e controle de decisões por instituições públicas e privadas — e de estabelecer sua hierarquia, a partir da oferta de equipamentos e de serviços disponíveis nas cidades. O destino da produção e a origem dos insumos para agropecuária também foram quantificados e mensurados. Além disso, foi realizada pesquisa de campo, com coleta de informações sobre deslocamento em cerca de 4.600 municípios que não foram considerados centros de gestão e não possuíam dados secundários (IBGE, 2008). O estudo definiu os centros de gestão do território e seus níveis de hierarquia, divididos da seguinte forma: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional, Metrópole, Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C, Centro Subregional A, Centro Subregional B, Centro de Zona A, Centro de Zona B e Centro Local.

Ademais, os dados resultantes do REGIC ainda embasaram a atualização da divisão das regiões do país relacionadas aos fluxos existentes da rede urbana, intitulada *Divisão Urbano-Regional* (IBGE, 2013), com recorte territorial em três escalas espaciais que podem extrapolar os limites estaduais, nomeadamente: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana, definidas:

a partir de uma visão que combina o processo de urbanização e o processo de integração do mercado nacional, com o surgimento de estruturas verticais que estabelecem relações em rede e fortalecem cidades e aglomerações urbanas como elementos fundamentais de interconexão da gestão, da infraestrutura e das atividades produtivas (IBGE, 2013, p.2).

Essa divisão foi elaborada a partir das cidades que se destacaram como centro de gestão no REGIC e que, conseqüentemente, contribuíram para a formação de uma cadeia de articulação, evidenciando o caráter essencialmente urbano dessa classificação. Contudo, é enfatizado que esses centros só alcançaram o atual nível de centralidade devido aos processos de formação territorial pelos quais passaram, com reflexo de diversas interações ocorridas entre elementos naturais e antrópicos ao longo do tempo “tais como: os domínios ecológicos; a população; as atividades agrícolas e industriais; os transportes e as atividades terciárias, e que, ainda que subjacentes nessa análise permitem uma visão da diversidade do país” (IBGE, 2013, p.3). Dentro do primeiro nível, a divisão em escala regional se deu com base nas Metrópoles (com acréscimo de Porto Velho - RO e Cuiabá - MT, que não foram classificadas como metrópoles no REGIC 2008); a segunda escala foi delimitada a partir das Capitais Regionais e

dos Centros Sub-regionais A ligados às metrópoles; e a terceira partiu dos demais Centros Sub-regionais e dos Centros de Zona (IBGE, 2013).

Entre os anos de 2010 e 2015, o Instituto ainda produziu uma sequência de pesquisas voltadas para a identificação e o detalhamento das *Redes e Fluxos do Território* dentro do país. Essa série de documentos trouxe informações referentes a dados de conexões aéreas no país, gestão do território e logística de energia (IBGE, 2010; IBGE, 2014; IBGE, 2015), além do estudo que definiu os *Arranjos Populacionais e as Concentrações Urbanas do Brasil* (IBGE, 2016). Mas foi em 2017, que o mesmo instituto publicou a nova classificação com a *Divisão Regional do Brasil*, realizada com a revisão do estudo que dividia o país em meso e microrregiões, passando a nomeá-las como Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt) e Regiões Geográficas Imediatas (RGImed). Embora a atualização leve em conta também as redes e a importância das articulações entre as cidades sob ponto de vista local e externo, com esse estudo, o IBGE pretendeu criar um modelo de delimitação regional que permitisse atualização contínua ao longo dos anos, mantendo a metodologia, para fornecer subsídios ao planejamento urbano e regional de todo território nacional (IBGE, 2017).

A proposta dessa delimitação regional, apoiou-se nos estudos anteriores que identificaram as cidades centrais dentro do território nacional, mas teve embasamento teórico atualizado, que passou a levar em conta os conceitos de território-rede e território-zona de Haesbaert (2004), que visa não considerar apenas a centralidade e polarização de uma cidade e os municípios que com ela se relacionam, mas também os diversos fluxos e deslocamentos (físicos e imateriais), considerando a formação de uma área com relativa homogeneidade. O estudo se apoia, portanto, nas características de contiguidade, nas polarizações resultantes das funções e na conectividade proporcionada pelas redes de fluxos. Diferente dos trabalhos anteriores no qual se embasou, as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas ficaram restritas aos limites estaduais, ou seja, não podendo se inserir em mais de uma unidade da federação. Além disso, foram estabelecidos quantitativos mínimos e máximos de municípios e de contingente populacional na definição das regiões (IBGE, 2017).

Finalmente, o estudo mais recente divulgado pelo IBGE (2020), trouxe a atualização das *Regiões de Influência das Cidades*, com o ano de 2018 como recorte temporal. Nessa versão, houve o aprimoramento de técnicas, aumento de municípios, onde as entrevistas foram realizadas, e desagregação do questionário para gerar informações mais detalhadas. Além disso, nas análises de conexões internacionais entre cidades, foram considerados os municípios localizados em faixas fronteiriças. O modelo manteve-se dividido em centros urbanos e respectivas áreas de influência, com os nomes das classes permanecendo os mesmos de 2008,

fato que facilita a comparação entre os dois últimos. Apesar de levar em conta a teoria das localidades centrais, a base teórica traz uma crítica por considerá-la estática e, assim, a noção de redes passa a ser utilizada como primordial, pois permite mostrar a complexidade com que as relações socioeconômicas influenciam na dinâmica espacial, baseando-se na Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor (2004) e Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010), que mostram a integração entre os diversos pontos centrais no território. No modelo desenvolvido por eles, a rede urbana é composta por relações denominadas *town-ness* e *city-ness*. A primeira com ocorrência nos municípios a partir das relações de trocas de bens e serviços com sua hinterlândia, a qual podemos definir como o entorno das áreas urbanizadas, geralmente significando trocas locais; e a segunda ocorrendo predominantemente onde as conexões alcançam distâncias maiores, não restritas à hinterlândia, levando em conta as trocas de mais alto nível, independentemente do tamanho das cidades (IBGE, 2020).

Nessa classificação, a identificação do *city-ness* considera os serviços avançados que auxiliam nas conexões interurbanas. Assim, para uso no REGIC de 2018, foi aplicada uma adaptação do modelo à realidade brasileira, considerando o grupo de órgãos públicos “multilocalizados (como o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Receita Federal, a Justiça e a rede do próprio IBGE), e a rede de sedes e filiais de empresas que operam no mercado”, por serem agentes que influenciam fortemente na dinâmica dos centros urbanos (IBGE, 2020, p.71). E para identificação do *town-ness* foram aplicados questionários em mais de cinco mil municípios brasileiros, visando identificar os “destinos principais da população para a aquisição de bens e serviços, criando um quadro nacional de relacionamento entre as Cidades e determinando quais centros se subordinam a outros e a forma pela qual se dá essa subordinação” (ibidem). Dessa forma, a aplicação do IBGE considerou a observação das duas relações (*town-ness* e *city-ness*) em todos os municípios analisados, o que auxiliou na identificação do grau de importância das cidades dentro da rede urbana brasileira.

Além disso, uma outra adaptação realizada no REGIC atual foi o desmembramento de algumas questões aplicadas nas entrevistas do estudo anterior, que objetivou o maior detalhamento da realidade do território nacional. Tal como a subdivisão das perguntas referente à compra de mercadorias; a qual, em 2008, referia-se a compras de modo geral, no estudo mais recente houve a separação em duas categorias: o deslocamento para comprar vestuário e/ou calçados e o deslocamento para compra de móveis e eletroeletrônicos (IBGE, 2020). Isso foi necessário porque esses ajustes metodológicos possibilitam a compreensão mais aprofundada sobre o território nacional.

Considerando os caminhos pelos quais perpassaram as classificações regionais a partir dos trabalhos do IBGE, foi possível perceber como se desenvolveram as regionalizações no Brasil. Elas partiram da identificação de arranjos essencialmente naturais, com priorização de características físicas, como na delimitação das Zonas Fisiográficas; em seguida, incorporaram aspectos econômicos e sociais de maneira associada aos elementos físicos, como a identificação das microrregiões homogêneas, baseada na interpretação de paisagens inspirada na geografia agrária; chegando à forte influência da urbanização e das redes urbanas nos trabalhos desenvolvidos entre o final da década de 1970 até o presente. Ao revisitar os estudos realizados pelo Instituto, ressaltamos a importância do órgão na produção de subsídio para a análise territorial no país, tanto pela gestão pública quanto por instituições privadas e pela academia. Além de ser perceptível que, com o aumento da população vivendo em cidades, o urbano passa a ser fundamental na elaboração dessas classificações e na compreensão das transformações ocorridas no território nacional. Assim como destacado em texto do Ipea:

Neste início de século, com duas décadas passadas, o urbano brasileiro apresenta como tônica a metropolização do espaço, cujas centralidades principais, as metrópoles e capitais regionais, estruturam seus entornos e comandam a integração nacional e a inserção do país na divisão regional do trabalho. As principais formas das cidades neste estágio da urbanização (...) correspondem a grandes aglomerações ou espaços expandidos de concentração, que assumem uma dimensão regional. Favorecidos por intensa mobilidade pendular, esses espaços configuram arranjos espaciais, adensados e contínuos nos interiores e descontínuos em seus vetores de expansão, muitos com natureza urbano-regional. Articulam-se a esses espaços centralidades intermediárias (centros sub-regionais e centros de zona) no interior do território, que se consolidam e reforçam a rede de cidades e a hierarquia de centros, correspondendo às porções com maior intensidade da urbanização. O mesmo urbano em metropolização faz emergir centralidades em áreas de expansão da fronteira econômica (mineração e grandes projetos do agronegócio, de infraestrutura econômica e integração regional), assim como arranjos transfronteiriços, que por vezes estendem-se em território de três países. Pequenos centros que oferecem alternativas de emprego e renda, bem como possibilidades de beneficiamento da produção, também podem ter sua importância redefinida na rede de cidades. (Rosa, Nagamine e Ferreira, 2021, P.10)

A dimensão que as conexões entre lugares e pessoas têm alcançado atualmente, bem como, o aumento de população vivendo nas cidades e a ampliação dos processos de urbanização têm fomentado constantes modificações territoriais. Assim, a elaboração de dados oficiais — por instituições como o IBGE, por exemplo, com variáveis que possibilitam comparação temporal, além da identificação de níveis de influência — mostra-se como importante arcabouço analítico que pode ser usado por organizações públicas ou privadas e por pesquisadores acadêmicos. Além disso, ao associar um conjunto de informações quantitativas (sejam elas físicas, sociais e/ou econômicas) com observações de campo e metodologias qualitativas — levando em consideração características históricas e culturais, que possibilitem

compreender melhor determinada realidade — podem ser identificados novos processos de regionalização em curso. Isso porque, como não são entidades estáticas, as regiões são passíveis de mudanças; logo, novos processos de regionalização podem surgir, principalmente como resultado da dinâmica provocada pela reprodução de um sistema dominado pelo capital e pelas transformações na divisão territorial do trabalho.

Ao considerar o contexto brasileiro, alguns trabalhos sugerem novas possibilidades de análise regional, tais como, os estudos das novas regionalizações a partir das Regiões Produtivas Agrícolas, proposta por Denise Elias (2011; 2013; 2018), e as regiões reticulares, da Ester Limonad (2010). Pesquisadoras que partem da identificação de novos arranjos territoriais, que não se encaixam nas conceitualizações anteriores de região, propondo a ampliação da interpretação de processos urbano-regionais e ressaltando a importância da atualização de métodos de classificação de regionalizações e da rede urbana brasileira.

Os estudos desenvolvidos por Elias (1996; 2006; 2008) têm mostrado que a modernização agropecuária, em curso no país desde o final do século passado, trouxe consigo transformações espaciais que promovem novos processos de urbanização e novas relações entre o campo e a cidade, fazendo com que esses espaços possuam relações cada vez mais imbricadas. Nesse sentido, os avanços tecnológicos — resultantes da ampliação do meio técnico-científico-informacional (Santos, [1996] 2002) — possibilitaram uma especialização produtiva do agronegócio, alcançando pequenas e médias cidades brasileiras. Consequentemente, produzindo metamorfoses espaciais, principalmente, na economia urbana, nos processos urbanos, nas relações campo-cidade, nas relações sociais de produção e na divisão social e territorial do trabalho.

Ainda conforme a autora, no início dos anos 2000 já era notória a existência de arranjos territoriais produtivos agrícolas resultantes da ampliação do agronegócio globalizado, pois a agroindústria passa a fazer uso intensivo de capital, de novas tecnologias e de informação, provocando crescimento das cidades e processos de urbanização dispersa (Elias, 2006; 2008). Baseada em uma gama de estudos de cidades influenciadas pelo agronegócio globalizado — tanto cidades tradicionalmente vinculadas à agricultura quanto novos espaços alcançados pelo setor, a exemplo de cidades do interior nordestino como Açu (RN), Limoeiro do Norte (CE), Juazeiro (BA), Petrolina (PE), entre outras —, a autora propõe a denominação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), classificando esses arranjos territoriais como:

[...] territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da

produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio. (Elias, 2011, p. 153)

Essas regiões criam espaços especializados para atender as demandas agrícolas, gerando ampla rede de serviços e atividades comerciais relacionadas direta ou indiretamente ao setor, conseqüentemente os espaços urbanos passam a apresentar novas funções devido às exigências da cadeia produtiva. Nesse sentido, as RPAs colaboram para o processo de expansão da urbanização no país, uma vez que as pequenas e médias cidades, próximas às localidades com forte dinâmica provocada pelo agronegócio, acabam por se tornar centros de alocação de serviços essenciais voltados à cadeia produtiva, desde indústrias agrícolas e produtores (de semente, de pesticidas, de agrotóxicos, de equipamentos) a laboratórios de pesquisa de alta tecnologia, centros veterinários, empresas de distribuição e logística, redes de supermercados, além da chegada de mão de obra especializada (Elias, 2011; 2013b). A autora afirma, ainda, que são espaços diretamente conectados aos grandes centros de poder e de consumo mundiais, com fortes articulações internacionais, onde as verticalidades são predominantes embora as horizontalidades estejam muito presentes, mostrando que as RPAs não se assemelham às tradicionais classificações regionais da Geografia, pois são estruturas funcionais, dinâmicas e mais abertas às relações externas, “tornando-se lugares do fazer do agronegócio globalizado” (Elias, 2011, p. 4).

A reestruturação produtiva, decorrente do avanço da agropecuária, é pontuada como um dos vetores de reorganização do território brasileiro, visto que tem favorecido intensas mudanças no uso e na ocupação do solo e “a gestão deste agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos” (Elias, 2013b, p. 24). Dessa forma, acabam proporcionando transformações na rede urbana do país, pois “em todas as áreas de expansão do agronegócio globalizado é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios” (ibidem, p. 24). Baseado nisso, entendemos que as mudanças na dinâmica do agronegócio brasileiro, como aquelas decorrentes das novas possibilidades de interações espaciais, evidenciam que “os antigos esquemas utilizados para classificar sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas e a hierarquia urbana, necessitam de revisões capazes de dar conta da complexidade da realidade atual” (Elias e Pequeno, 2018, p. 59) tendo em conta os novos processos de regionalização e a dinâmica territorial contemporânea.

Outro exemplo de regionalizações que fogem ao conceito tradicional de região é o proposto por Limonad (2010), a qual define a noção de regiões reticulares como espaços que não necessariamente precisam estar horizontalmente conectados para serem parte de uma

mesma região. Assim, são articulações que não necessitam de proximidade espacial, uma região “constituída por interações verticais, por laços imateriais, porém, geograficamente localizada com nós em pontos estratégicos, que não necessariamente organizam o seu entorno, de onde provém a designação reticular” (Limonad, 2010, p.166).

De acordo com a autora, essas regiões são estabelecidas a partir das interações entre espaços descontínuos, sem que precise seguir uma hierarquia já estabelecida, onde as conexões podem se dar em escalas que vão do local ao global, sem ter que passar por centros intermediários. Conexões essas que podem ocorrer nas mais variadas direções e sentidos, até mesmo, de maneira sobreposta. O avanço nas formas de produção e do meio técnico-científico-informacional tem contribuído para transformações nas configurações espaciais e, atualmente, é possível observar que “povoados e localidades isoladas, antes desprovidos de importância, são articulados diretamente aos fluxos globais através da ação e mediação de diferentes atores” (Limonad, 2010, p.176). É o caso das cidades que passam a exercer conexões amplas com a expansão de uma atividade produtiva, dos serviços e do acesso aos avanços tecnológicos, de comunicação e de informação, a exemplo das pertencentes às RPAs já citadas ou, em menor escala, as cidades do Agreste pernambucano onde a confecção se consolidou nos últimos anos e tem expandido seu alcance para além do Nordeste brasileiro. Isto posto, entende-se que as relações espaciais interescalares, cada vez mais existentes devido às verticalidades, permitem a formação de novas centralidades e a região reticular se configura como “uma possibilidade de percepção da complexidade do aprofundamento contemporâneo da divisão espacial do trabalho e das interrelações que se estabelecem em diferentes escalas” (ibidem, p. 177).

Limonad (2015), ressalta as variadas possibilidades de regionalização, desde aquelas fundamentadas em questões políticas ou de planejamento territorial, às de caráter mais teórico e técnico. Mas ainda que permaneçam difundidos os modelos tradicionais para identificação de regiões, as verticalidades concretizam-se como parte significativa da configuração dos novos processos de regionalização e de reestruturação dos espaços urbanos e rurais, portanto, não devem ser ignoradas. A globalização, o avanço e a difusão das tecnologias e da urbanização são elementos que potencializam a necessidade de repensar as regionalizações brasileiras (Limonad, 2015).

A exposição dessa síntese sobre os caminhos teórico-metodológicos pelos quais passaram as classificações regionais no Brasil, bem como a identificação de trajetórias metodológicas contemporâneas para tais processos, traz à tona a importância da compreensão da região como uma unidade mutável. Por ser composta de elementos dinâmicos, que se apresentam de forma homogênea sobre uma área, a identificação de uma região ou de um

processo de regionalização pode acabar sofrendo influência de diversos fatores, que abrangem desde questões políticas, ações públicas ou privadas sobre dado território, mudança no sistema produtivo, reestruturações econômicas, às mudanças nos padrões espaciais urbanos ou na disponibilidade de infraestruturas, por exemplo.

Para entender um pouco mais sobre alterações nos padrões espaciais urbanos contemporâneos — ampliados como consequência de transformações na estrutura produtiva, do avanço das conectividades e das relações espaciais interescares — apresentaremos alguns processos que servirão de apoio na interpretação dos fenômenos encontrados na área objeto de estudo desta tese, entre os quais destacam-se as conformações urbanas e a estruturação de aglomerações produtivas.

2.1.2 Conformações urbanas: urbanização difusa e dispersa

O conjunto de cidades aqui estudado está localizado, em sua maioria, no Agreste de Pernambuco, região que teve ocupação pós-colonial gradualmente acrescida a partir dos séculos XVIII e XIX, quando foram abertas frentes de ocupação territorial mais voltadas para o interior do país; e, assim, tem se desdobrado até as décadas mais recentes. Ao passar por momentos econômicos diferentes, as ocupações rurais e os núcleos urbanos foram se configurando ao longo dos anos. Enquanto o litoral era economicamente estruturado a partir da produção extensiva da cana-de-açúcar, com hegemonia comercial encabeçada pela cidade do Recife, a formação dos assentamentos no interior era influenciada pelo avanço da pecuária — estabelecendo-se ocupações nos pontos de paragem ao longo dos caminhos por onde os tropeiros passavam, destinados também ao pousio do gado — e pelo crescimento da cultura do algodão, que por muitos anos foi produção predominante nas regiões semiáridas de Pernambuco e da Paraíba (Andrade, 1973; Oliveira, 1977; Melo, 1980).

A policultura, baseada na produção de feijão, milho e outros grãos, também foi responsável pela ocupação da região, dando a ela uma configuração essencialmente rural e territorialmente segmentada, com pequenas e médias propriedades, inclusive passando a contar com sistemas de rotação de cultura. Foi apenas na segunda metade do século XX, que a indústria alcançou esses espaços, ainda que de maneira inicialmente embrionária (Andrade, 1973; Oliveira, 1977; Melo, 1980). Assim, a ocupação dessas áreas interioranas colaborou para formação de núcleos populacionais espalhados pela região agrestina, muitas vezes, localizados não tão distantes uns dos outros. Por isso, achamos importante discutir processos de urbanização que podem estar em curso na região.

A cidade e o campo foram, por muito tempo, vistos como estruturas distintas nas pesquisas, por serem áreas com características socioeconômicas diferentes. Enquanto a atividade agropecuária prevalecia no campo, as atividades industriais e de serviços dinamizavam as cidades. Assim, deu-se a divisão territorial do trabalho desde a consolidação do modo de produção capitalista, em que predominantemente o campo é o local de produção de atividade primária, com produção de alimentos para subsistência, com excedente destinado a suprir a demanda da cidade, sendo esta *locus* da indústria, das fábricas, das instituições (setores secundário e terciário). Aos poucos, a produção do campo passou a contar com aparatos técnicos-industriais que alcançaram cada vez mais as áreas rurais e foram implementadas em larga escala na agricultura, mudando a configuração dicotômica existente entre as duas áreas, devido a isso, a população que vive no campo tem se dedicado cada vez mais a atividades antes restritas às cidades, a exemplo das fabris (Singer, 1993).

Smith (1988, p.164) destacou que, embora a divisão do trabalho entre indústria e agricultura “seja superada com o desenvolvimento do capitalismo, ela é historicamente importante e recebe sua expressão espacial direta na separação da cidade e do campo”. Contudo, o avanço da urbanização no campo, principalmente como consequência da industrialização da agricultura, tornou-se cada vez mais abrangente, amparado também na ampliação do acesso às tecnologias, aos meios de comunicação e de informação e à disponibilidade de infraestruturas, que favorecem categoricamente as transformações espaciais (Smith, 1988).

As duas conformações espaciais estão tão entrelaçadas que não cabe mais tratá-las como antagônicas, ou isoladamente, ao passo que “já não se pode falar em uma cidade depender de um campo que a cerca e nem da existência de dois modos distintos de organização espacial” (Maia, 1994, p. 36). Com a evolução do meio-técnico-científico-informacional (Santos, 2002), o espaço tem se transformado cada vez mais rápido e atividades ditas urbanas se expandiram para além da morfologia da cidade. Como exemplo, Singer (1993, p. 27) destaca que “a prática da agricultura – mecanizada, automatizada, computadorizada – em nada se distingue das demais atividades urbanas”. Portanto, atividades que antes ocorriam apenas em ambientes urbanos, expandiram-se sobre áreas rurais após a intensificação do processo de globalização e da constante evolução tecnológica que ocorre desde o final do século XX, reconfigurando a sociedade e sua forma de ocupação do espaço.

De acordo com Lefebvre (1999), a sociedade tem se reorganizado com base em um modo de vida cada vez mais urbano, caminhando para a constituição de uma sociedade essencialmente urbana, o que faz surgir novos formatos de assentamentos. Hoje é possível encontrar, no campo, populações que possuem a casa apenas como local de moradia, sem a

constituição de um ambiente rural de fato, onde a rotina diária e o trabalho são realizados nas cidades ou as atividades antes estruturadas nas cidades passam a fazer parte do dia a dia deles no campo. Como é o caso da atividade de confecção de roupas, que nos últimos anos foi amplamente incorporada por famílias que moram em áreas rurais de alguns municípios do Agreste de Pernambuco, seja como trabalho principal, seja integrada à agropecuária para complementar a renda.

Como mostra Catalão (2015), pode-se perceber que não apenas mais gente passou a viver em cidades ou áreas consideradas urbanas, como “há mais gente vivendo segundo os valores, de acordo com os costumes e regras, e por meio de práticas orientados pelo ritmo de dinâmicas e processos oriundos das cidades” (p.261). Dinâmica em curso também em áreas distantes dos núcleos urbanos, que ao adquirir outras funções, outros usos, outros objetos, favorecem a permanência de pessoas no campo e, assim, esses espaços são reconfigurados, dando novas características tanto aos que neles vivem quanto ao território de fato. Para tentar entender possíveis resultados que essas mudanças podem provocar, buscamos embasamento em noções que ajudam a interpretar alguns processos urbanos contemporâneos, tais como cidade difusa e urbanização dispersa ou dispersão urbana. Isso porque a partir da compreensão que a organização espacial não se desenvolve mais apenas de forma dicotômica, podemos pensar novas possibilidades de entendimento desses espaços.

Iniciaremos com a noção de cidade difusa, que Francesco Indovina (1990) — tendo como objeto de estudo a região de Veneto, na Itália — apresenta como uma estrutura com base inicialmente em três características: “uma massa consistente de população, de serviços e de atividades produtivas; uma dispersão dessa massa em vasto território, que não apresente muitas áreas com alta densidade; e uma alta conexão entre os diferentes pontos do território” (p.57). As áreas com alta densidade de ocupação existem, mas nota-se que áreas menos densas e com alguma oferta de infraestrutura passam a integrar a cidade de forma mais direta, devido às conexões possíveis, tanto por vias territoriais quanto cibernéticas. Devido ao maior acesso aos meios de transporte, à oferta de infraestrutura para esse deslocamento e à conectividade virtual que pode se manter entre eles, a população passa a ocupar espaços mais distantes porque é possível se deslocar entre as áreas espraiadas sem tanta dificuldade. Mas, além disso, a cidade difusa surge de um processo de reconfiguração do uso do espaço, resultante da “transformação ou evolução de um modelo distinto de ocupação do território, como uma forma evolutiva de um determinado modo de produção” (Moura, 2016, p.48).

Dessa forma, a cidade difusa tem em sua origem a mudança nas características da estrutura espacial tradicional existente entre e nas cidades, formadas pelo centro urbano, a

periferia e áreas campesinas. Quando o território passa a ser mais ocupado por edificações nas bordas das rodovias que conectam núcleos urbanos — o que é possível quando as glebas não pertencem a grandes proprietários de terras que monopolizam o seu uso — nota-se a formação de espaços com menor densidade populacional, mais distantes dos centros, mas não desconectados das atividades urbanas. Áreas onde as atividades econômicas eram predominantemente rurais, podem adquirir novas características, influenciadas pelo surgimento de atividades mais rentáveis ou mesmo impulsionadas por um período de crise, no qual a mudança de atividade produtiva torna-se uma necessidade e não uma escolha. Assim, a mudança de atividades rurais para industriais e/ou urbanas, inicia-se como um processo de urbanização difusa sobre o território, para em seguida se configurar enquanto cidade difusa (Indovina, 1990; 1998). Não apenas mudanças no processo produtivo, como também a transformação dos hábitos, mostram que a população passa a incorporar características do modo de vida urbano (Indovina, 1999; Oliveira, 2014). Ainda segundo Indovina (1998), essa forma de organização espacial com nova dinâmica socioeconômica, é desenvolvida em quatro fases:

(i) menor uso de mão de obra no setor agrícola, com potencial reemprego nos setores não primários, especialmente na indústria; (ii) o desenvolvimento de pequenas empresas (seja trabalho doméstico, atividades artesanais ou talvez o uso e a troca de experiências e relacionamentos construídos no trabalho da fábrica), gerando tipos construtivos muito particulares: a típica "fábrica" com o térreo para a atividade produtiva e o primeiro andar para a residência; (iii) surgem os fenômenos internos na área difusa, como: algumas empresas, anteriormente localizadas em cidades maiores, acham mais conveniente mudar para território difuso, famílias que encontram motivação para se mudar para um território difuso, especialmente nos custos diretos e, em particular, nos custos de moradia, e alta mobilidade de moradores, que geram aumento da população. É uma população de "cultura urbana", ou seja, expressa demandas de tipo urbano e estilos de vida urbanos. (iv) na última fase, a difusão assume o termo "cidade difusa". Nesta fase, ela é enriquecida por recursos e serviços que, por quantidade e qualidade, modificam as características do assentamento. O aumento da prestação de serviços (privados e públicos) às famílias é consequência do aumento da consistência da população difusa, da modificação de suas conotações e experiências socioeconômicas e das demandas crescentes. (Indovina, 1998, p. 26 a 28).

Tais características podem ser, parcialmente, observadas na área aqui em análise. As zonas rurais dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, onde alguns anos atrás a agricultura e a pecuária eram atividades produtivas predominante (Melo, 1980), hoje são ocupadas por pequenas fábricas com produção de confecções. Municípios cujos territórios têm passado por um processo de transformação, que resulta em áreas com especialização produtiva vinculada à confecção. O avanço da produção de roupas nas áreas rurais foi possível graças a chegada de infraestrutura básica, como a energia elétrica no final dos anos 1990 (Milanês, 2015). Entretanto, se difundiu devido às dificuldades enfrentadas pela

população rural dadas às condições climáticas adversas na região e, conseqüentemente, à possibilidade de obtenção de maior renda com a confecção de roupas. Processos como esses auxiliam na expansão das características urbanas por um território que anteriormente não possuía e, diferente das aglomerações nas bordas dos centros urbanos de grande porte, ele ocorre de forma rizomática, gerando novos pontos urbanizados espalhados por uma área vasta, conectados por redes (tanto físicas, quanto virtuais atualmente).

No conjunto de cidades que compreendem o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, cabe atentar ao aumento dos pequenos núcleos urbanos entre as cidades nos últimos anos. Estes que se expandiram como resultado das maiores possibilidades de conexões viárias, contribuintes do maior deslocamento das pessoas para produção e comercialização de peças de vestuário nos diversos municípios, principalmente no deslocamento para Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, que contam com centros de vendas voltados para a comercialização popular, as feiras. Essa última cidade, no entanto, que historicamente tem significativa centralidade regional, conta com maior diversidade de atividades econômicas e oferta de serviços (públicos e privados), suprindo as demandas das cidades vizinhas e dando características de um espaço urbano-regional integrado à área. Indovina (2009) mostra que no processo de mudança das atividades produtivas no campo, este, além de ser transformado pela saída das novas gerações para trabalhar em atividades industriais, também se reconfigura ao receber produção industrial por meio de pequenas empresas e/ou produção domiciliar, como acontece quando a atividade têxtil e de vestuário (mas não apenas elas) surgem de forma descentralizada na região por ele analisada. Segundo o autor, nesta região,

[...] algumas dessas casas isoladas se tornam locais de produção para os quais todos os membros da família dão sua contribuição, incluindo crianças [...]. Para algumas dessas famílias, o trabalho em casa se torna fundamental no tempo, o que os leva a agregar à casa a construção de uma nova sala (o fabrico), recuperando assim o prédio principal para a vida. Mas na dinâmica da economia, alguns deles criam seus próprios (*espaços de trabalho*) [...] um andar para onde a casa é deslocada, enquanto o *térreo* se torna um local de produção, assim como um mostruário e uma loja, contribuindo para a construção do "mercado de rua". (Indovina, 2009, p.24, grifo nosso)

Não é incomum encontrar esse tipo de relações e de estrutura nas habitações das cidades aqui apresentadas, tanto zonas antes majoritariamente rurais, quanto nas áreas urbanas, nas quais muitas residências possuem espaços geminados utilizados na produção de confecções. O trabalho pode ser feito dentro da própria casa, normalmente em jornadas excessivas, com a participação de vários membros da família, até mesmo em ambientes insalubres, sem folgas semanais remuneradas, visando o máximo de lucro (Lira, 2006; Vêras de Oliveira, 2011; Milanês, 2015; Milanês, 2020). Exemplos desse tipo de moradia ou ambiente de trabalho podem

ser claramente identificados no documentário “Estou me guardando para quando o carnaval chegar”⁴, no qual são reproduzidas histórias reais de alguns trabalhadores da confecção em Toritama. A mão de obra, por sua vez, é composta em sua maioria por pessoal com baixa escolaridade, tanto nas empresas formais quando nas informais, “especialmente na principal etapa do processo produtivo, que é a costura, o que faz com que essa fase seja bastante dependente da habilidade, ritmo e qualidade tática dos trabalhadores envolvidos” (Pereira Neto, 2013, p. 163).

No processo de formação de cidades difusas analisado a partir das cidades italianas por Indovina, a transformação do modelo de ocupação é moldada a partir de: (i) um território rural que aos poucos vai recebendo influência do urbano, principalmente no que se refere ao trabalho realizado por seus moradores, como dito anteriormente, que buscam rendimento a partir de atividades industriais ou de serviços; (ii) fragmentação da propriedade agrícola; seguida pela provisão de infraestruturas, contributo para maior comunicação viária e mobilidade sobre o território; (iii) e pela existência de uma rede de centros (pequenas e médias cidades), na qual os níveis funcional, social e econômico estejam presentes. Nesse sentido, são criadas condições favoráveis para, aos poucos, serem acrescentadas novas relações funcionais, sociais, além de objetos diversificados, novos equipamentos e mais serviços às cidades, visando atender a demanda gerada pela população que nelas vive ou que transita entre elas (Indovina, 1999; Indovina, 2009). Entendimento semelhante tem Dematteis (2015, p. 25), quando define que “a cidade difusa não é um sistema urbano autônomo, separado do resto da urbanização [...] trata-se de uma componente periférica — muito ampla e dispersa, bem diferente das periferias suburbanas compactas da época fordista”.

Para Indovina, tais condições espraiadas sobre um amplo território, propiciariam a estruturação do que ele nomearia de arquipélago metropolitano, onde as cidades difusas exerceriam diversas funções de forma complementar e se articulariam alcançando uma dimensão metropolitana, facilitada pela alta mobilidade populacional, ainda que dispostas em áreas descontínuas. Áreas essas que apresentariam intensos fluxos e contariam também com centros de poder e polos de excelência, levando a chegada de serviços públicos e privados característicos das metrópoles, mas tudo isso em um ambiente sem as dificuldades encontradas nas áreas de grande concentração (Indovina, 2009). No contexto das cidades aqui investigadas, porém, não existem evidências que conduzam a uma futura configuração metropolitana, embora

⁴ Um filme/documentário de Marcelo Gomes, produzido por João Vieira Jr. e Nara Aragão, disponível para assistir em plataformas como Youtube e Netflix.

elas possuam funções de certa forma complementares. Mas ainda assim, a noção de cidade difusa nos ajuda a entender alguns dos processos que têm ocorrido nas cidades alcançadas pela atividade de confecção, pois nota-se a formação inicial de mudanças que levam à formação de processos difusos como os analisados pelo referido autor.

Acerca do surgimento de novos processos urbanos, outras noções trabalhadas por diversos autores foram trazidas aqui, como urbanização dispersa ou dispersão urbana e urbanização extensiva, a fim de proporcionar melhor interpretação dos processos encontrados no nosso objeto de estudo. Entre eles, destacam-se: Reis (2006;2015), Limonad (2007), Sposito (2004), Catalão (2015) e Moura (2009;2016).

A urbanização dispersa aparece como um processo que pode ocorrer de diversas formas, desde as que fazem as cidades médias convergirem em uma estrutura integrada com características metropolitanas, reproduzida através do modo de vida e do tipo de consumo urbano, àquelas ocorrências em cidades isoladas que acabam se conectando por possuírem novos polos empreendedores (Reis, 2006). E no contexto das cidades brasileiras, esse processo pode transparecer espacialmente:

[...] enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega-condomínios fora das áreas urbanas. (Limonad, 2007, p.35)

Entretanto como se daria essa dispersão urbana de fato? Esse processo tende a ocorrer em áreas onde predominam as baixas densidades de moradia, com oferta de infraestruturas viárias e extensas áreas livres (Monclús, 1996). Nesse sentido, podemos dizer que são áreas com características urbanas que surgem para além das aglomerações urbanas já existentes, ainda que próximas a elas, principalmente ocupando espaços antes vistos como rurais, acompanhando eixos viários, nas proximidades de objetos importantes como aeroportos. Acrescenta-se os locais onde “ocorrem mudanças nas formas de produção, mas principalmente nas formas de consumo, com a adoção de modos de vida metropolitanos”, resultante da ampliação das possibilidades de consumo, com o avanço dos setores industriais, comerciais e dos serviços (Reis, 2015, p.94).

A dispersão urbana é facilitada com a melhoria das infraestruturas para a circulação de pessoas e de mercadorias por meio das vias que interligam os assentamentos, sejam eles núcleos urbanos metropolitanos ou não, favorecendo a ampliação da ocupação territorial. E é a partir dessas melhorias que a dispersão acontece, acompanhando os caminhos que conectam as áreas urbanas principais, onde os pequenos núcleos podem surgir. Como afirmam Santos e Silveira

(2006, p.44), é justamente “num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior”.

Nessa perspectiva, novas configurações urbanas surgem caracterizadas por conexões em rede, tanto acompanhando as malhas viárias, quanto por meio de pontos dispersos entre as concentrações urbanas de médio e grande porte. As inovações provocam transformações territoriais que resultam em novas morfologias e, para compreendê-las, é preciso acompanhar como essas mudanças fundamentam a ocorrência de processos como esses aqui observados. Sposito (2004) ressalta, portanto, que essa descontinuidade ocorre de forma concomitante à integração espacial, devido à viabilidade e à ampliação dos sistemas de circulação, das redes de comunicação e do acesso a equipamentos facilitadores de conexões.

Outro ponto que merece atenção é que, ao se observar as relações entre a dispersão urbana e os principais setores produtivos, Reis (2015) destaca que a indústria e o mercado imobiliário foram os pioneiros na identificação de ganhos nesse processo. Os primeiros, viram a possibilidade da alocação de suas instalações em áreas periféricas, com menos custo, pois o aprimoramento dos eixos de transporte e das demais infraestruturas permitiam a circulação de trabalhadores e mercadorias. Enquanto o mercado imobiliário apropriou-se da oportunidade de criação de novas áreas para habitação, tais como os condomínios fechados localizados fora das cidades, mas fortemente conectados e equipados, que possibilitam manutenção do modo de vida urbano mesmo estando mais distante da cidade. Para o referido autor, pode-se ver a evolução do processo de dispersão iniciado pelas estruturas industriais; as quais, a partir da melhoria das infraestruturas, puderam se alojar em áreas com menor custo para instalação, pois:

[...] a dispersão urbana foi viabilizada pela modernização, tanto nas formas de infraestrutura (energia, transportes e comunicações), quanto nas formas de organização empresarial, sob impulso das mudanças do sistema financeiro. Para a sua ocorrência, não existe, portanto, um “fator”, mas um processo de mudança, com fundamentos sociais (econômicos, políticos, culturais, ideológicos) e também tecnológicos. (Reis, 2015, p. 100).

A dispersão também se dá como expansão das áreas de aglomeração urbana já existentes, alcançando um território amplo, “com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano” (Reis e Bentes, 2016, p. 2). Segundo os autores, esses núcleos podem variar de tamanho, não existindo um padrão específico, porém se desenvolvem de maneira integrada às grandes aglomerações por meio das redes. Cabe ressaltar que esse movimento de dispersão é mais comum de se observar nas escalas metropolitanas. No entanto, devido ao avanço das infraestruturas e das possibilidades de integração, é um processo cada vez mais visível também em escalas regionais abrangendo núcleos de menor porte, compostos basicamente por cidades

médias e pequenas, como tem ocorrido no conjunto de cidades do Agreste pernambucano. Por isso, Catalão (2015) mostra que a dispersão urbana não deve ser entendida só como espraiamento da mancha urbana de uma localidade, pois está associada a interstícios ou rupturas na continuidade de um território urbano, que embora apresente crescimento populacional, possui densidades diferentes ao longo da área ocupada, e cita quatro elementos fundamentais desse processo:

(i) crescimento territorial acentuado; (ii) diminuição progressiva das densidades no sentido centro-periferia, marcada, contudo, por alternância de áreas de alta e baixa densidades; (iii) perda da continuidade territorial urbana; (iv) ampla segmentação social, ampliada pela importância das desigualdades na estrutura social e, por conseguinte, espacial. (Catalão, 2015, p.268).

Entre os elementos destacados pelo autor, o contexto socioespacial aparece como conteúdo importante encontrado no processo de dispersão urbana, cuja forma parte de uma ampliação da ocupação do espaço que cresce a partir de uma área central consolidada em direção à periferia, com áreas de ocupação territorial descontínuas e com visível desigualdade socioespacial. Outro ponto importante é a segmentação social, elemento que traz à tona as disparidades de renda e de acesso aos equipamentos públicos e privados de forma bem definida espacialmente, mais perceptível quanto mais se aproxima das periferias metropolitanas. Locais estes buscados pela população de menor renda para constituir moradia por serem mais baratos, por exemplo. Por isso, “cabe identificar as diferentes formas de dispersão do tecido urbano a partir de exemplos concretos e de seus projetos, para melhor compreensão do processo em sua diversidade” (Reis, 2006, p.47). Pois, as condições socioespaciais colaboram para que a dispersão urbana se desenvolva conforme as características de cada localidade, favorecendo a ocorrência de processos heterogêneos.

Limonad (2007), colabora com a discussão mostrando alguns exemplos do que entende por urbanização dispersa no mundo e no Brasil, no intuito de analisar se esse processo se constitui como mais uma forma de expressão urbana, e reforça que:

Não há como generalizar e ver todos os movimentos descritos como uma mesma coisa. Porém, muito embora sejam diversos, esses movimentos partilham, além de uma tendência a extensificação da urbanização além dos limites do marco construído da cidade, uma crescente voracidade de consumo do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais. (Limonad, 2007, p.40)

Os processos de dispersão urbana se desenvolvem de acordo com as características sociais e econômicas das localidades onde acontecem, assim, a autora salienta que eles extravasam os contornos pré-estabelecidos da cidade, não ocorrem apenas em áreas urbanas concentradas e delimitadas legalmente, mas alcançam espaços antes configurados a partir de outros usos e funções, tornando esses limites cada vez mais indefinidos. Dessa forma, voltamos

ao que foi dito anteriormente, que não se pode mais diferenciar a cidade e o campo baseando-se na tradicional divisão territorial do trabalho e entre o modo de vida urbano e rural, pois eles se encontram cada vez mais entrelaçados e dinamizados.

Em meio ao conjunto de noções que buscam conceituar os processos de urbanização contemporâneos, trazemos também a urbanização extensiva apresentada por Monte-Mór (1994), entendida como conceito derivado da “zona urbana”, de Henri Lefebvre, cuja concepção está associada à expansão das atividades urbano-industriais para além das cidades ou áreas urbanas delimitadas. Esse processo leva as relações a se desenvolverem por meio de redes cada vez mais extensas, alcançando regiões diversas “desde o centro dinâmico do sistema capitalista, até às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros” (Monte-Mór, 1994, p.171). O autor mostra que:

A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial impõe-se ao espaço social contemporâneo, no urbano dos nossos dias (Monte-Mór, 2006, p. 17).

Além disso, não apenas as atividades econômicas alcançam novos espaços, como também o modo de vida urbano em si, provocando forte interação entre espaços próximos e mais distantes (sejam eles considerados urbanos ou não) por meio das relações de produção e das conexões possibilitadas pelas redes. Dialogando com a noção de urbanização dispersa, já que esta também compreende o processo de extensão do tecido urbano expandido para além dos limites da cidade, estendendo-se a partir de núcleos já consolidados, como áreas metropolitanas ou centros urbanos principais de uma região. Embora o processo de urbanização extensiva ocorra principalmente no entorno de áreas metropolitanas, o aumento da fluidez no território, ainda mais ampliado com a evolução do meio técnico-científico-informacional, contribui para a sua expansão no interior do país (Linhares, Magalhães e Monte-Mór, 2004).

Considerando a expansão que parte de aglomerações metropolitanas, há ainda a categoria de arranjo urbano-regional proposta por Rosa Moura (2008; 2016), baseada na expansão das aglomerações urbanas a partir da metropolização brasileira, cuja área de influência e crescimento da mancha urbana — contínuo e descontínuo — se expandem para além dos limites municipais e mesmo estaduais, aumentando a concentração e a densidade populacional. Esses arranjos se impõem como centros de decisão no território, dotados de indústria moderna, capital, articulações em múltiplas escalas, ampla gama de serviços e funções terciárias ligadas ao circuito superior da economia, com intensa mobilidade, além de infraestrutura técnica, científica e institucional. Mas neles são também intensificadas as

desigualdades socioeconômicas, com existência de espaços precarizados e marginalizados, onde o circuito inferior da economia urbana é difundido, mostrando que esses arranjos também são espaços de ampliação das desigualdades (Moura, 2008; 2016).

Nessas últimas noções, quais sejam, urbanização extensiva e arranjo urbano-regional (Monte-Mór, 2006; Moura, 2008; 2016), a expansão da cidade e da urbanização está diretamente ligada às transformações técnicas, econômicas, informacionais, que resultam em processos com dimensões cada vez mais complexas e diversificadas, capazes de gerar novas configurações espaciais, partindo de uma escala metropolitana. Elas convergem na tentativa de explicar o movimento de mudanças espaciais por meio da expansão da urbanização que ultrapassa os limites das cidades tradicionais.

Assim, entendemos que processos de urbanização têm ocorrido de forma cada vez mais espraiada sobre o território, em diversas escalas, e não apenas vinculada aos grandes espaços de concentração populacional. Entretanto, ressaltamos que tanto a urbanização extensiva quanto o arranjo urbano-regional possuem sentido mais amplo que as outras duas noções mostradas inicialmente (cidade difusa e urbanização dispersa), visto que alcançam uma escala geográfica maior.

Apesar de contemplarem diferenças, sejam relativas aos contextos nos quais foram desenvolvidos, às traduções, às questões de semântica, como mostram Chatel e Sposito (2015) e Catalão (2015), ou mesmo, às escalas em que ocorrem, esses processos trazem elementos comuns. Elementos que vão desde as alterações das estruturas espaciais e produtivas, com avanço dos setores secundários e terciários sobre áreas onde não eram predominantes, a ampliação da articulação por meio das redes de comunicação e de deslocamento (pessoas, mercadorias, capital e informação), bem como o maior alcance do modo de vida urbano ou da “própria *práxis* urbana (esfera sociopolítica e cultural)”, conforme expressão usada por Betarelli Junior, Monte-Mór e Simões (2013, p.8).

A leitura dessas noções e processos colaborou para reforçar que aquela estrutura dual — cidade/campo, urbano/rural — não é mais suficiente para compreensão das transformações espaciais mais recentes. E, por isso, entendemos que as noções de urbanização difusa, cidade difusa e urbanização dispersa, auxiliarão na interpretação das transformações em curso no nosso objeto de estudo. No decorrer deste trabalho, discutiremos sobre os processos pelos quais a região em foco tem passado, principalmente depois da intensificação da produção e do alcance da atividade de confecção nos municípios.

Como já apresentado anteriormente, o nosso objeto de estudo está situado em uma região composta, majoritariamente, por pequenas cidades e núcleos urbanos originados a partir

da expansão da ocupação do interior agrestino ao longo dos séculos XIX e XX. Assentamentos que se estruturaram ao longo dos caminhos de passagem e paragem do gado, além das áreas de cultura do algodão, da policultura e da pecuária, distribuídas em pequenas e médias propriedades, e que por muitos anos foram base econômica e fonte de renda principal do povo da região apesar das condições climáticas adversas (Andrade, 1973; Melo, 1980). Trata-se, pois, de uma região que conta com uma população que se adaptou aos diversos tipos de trabalho que surgiam desde a formação dos assentamentos até o presente, com a consolidação mais recente da confecção. Contexto que acabou fomentando uma ocupação territorial bastante dispersa.

Ressaltamos que, para nomear a proposta de regionalização apresentada no final desta tese, utilizamos a definição “arranjo urbano-regional” de Moura (2009) pelos seguintes motivos: (i) a semântica⁵ da palavra “arranjo”, correspondente a uma estrutura arrumada, organizada; (ii) nosso objeto de estudo se estender sobre um conjunto de municípios em uma escala regional; e (iii) o fato da confecção de roupas desenvolver-se, predominantemente, em núcleos urbanos. Contudo, associado a esse termo, optamos por indicar o processo de urbanização em curso nas cidades que compõem a região, tomando por base as noções de cidade difusa e de urbanização dispersa/dispersão urbana. Pois entendemos que as condicionantes que levaram à ocupação do interior de Pernambuco, colaboraram para o estabelecimento de núcleos populacionais espalhados, principalmente, a ocupação de terras extensas associadas à criação do gado, o cultivo do algodão e a policultura de subsistência (Andrade, 1973; Oliveira, 1977; Melo, 1980).

O avanço da confecção se tornou tão expressivo nos últimos anos, com aglomeração de micro e pequenas empresas pulverizadas pelo território (independentemente de ser considerado urbano ou rural), que o conjunto de municípios passou a compor um Arranjo Produtivo Local (APL), por definição do governo do Estado de Pernambuco, devido à caracterização de uma especialização produtiva. Contudo, por se tratar de uma atividade amplamente difundida, baseada na informalidade e na terceirização do trabalho, com alta disponibilidade de mão de obra barata, procuramos entender um pouco mais sobre a formação de aglomerações produtivas desse tipo para compreender se de fato podemos conceituar a região assim, dadas às transformações socioespaciais que elas podem causar. Tal discussão será desenvolvida no item a seguir.

⁵ Segundo o Dicionário Michaelis a palavra arranjo “corresponde a uma disposição equilibrada e harmoniosa de quaisquer elementos aos quais se pretende dar uma conformação eminentemente estética”.

2.1.3 Aglomeração produtiva e circuitos da economia urbana

O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco se configurou como APL, após a implementação do Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (PROAPL) pelo Governo de Pernambuco, que foi viabilizado por meio de parcerias entre instituições públicas e privadas, nomeadamente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), o SEBRAE e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). O programa teve vigência de 2011 a 2017/18⁶, e contou com investimentos para implementação de estratégias voltadas às melhorias técnicas e de conectividade digital (tráfego de internet) em todos os APLs definidos pelo governo, entre eles o da confecção. Uma das características encontradas na área aqui em estudo é a concentração de unidades industriais e fabris de micro a médio porte vinculadas à confecção, distribuídas em vários municípios próximos uns dos outros. Dada essa configuração encontrada na região, trouxemos uma breve discussão sobre formação de estruturas industriais aglomeradas. Cabe ressaltar que a criação de APLs no Brasil, fez parte do conjunto de políticas públicas nacionais disseminadas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores - PT (2003 a 2016), desde o primeiro mandato do Luiz Inácio Lula da Silva, e que visavam amparar o desenvolvimento regional (Barbosa, 2016).

Para entender sobre a formação de aglomerações produtivas, voltaremos um pouco no tempo. Em meados do século XX, a economia mundial enfrentou momentos de dificuldade, dentro do regime de produção capitalista. Entre as décadas de 1960 e 1970, os países capitalistas centrais entraram em um período de inflexão, com o declínio na economia comandado por alguns fatores, tais como: queda da produção industrial, baixo consumo, encolhimento dos investimentos, aumento da concorrência devido à abertura de novos mercados, diminuição de lucros por pressão sindical para aumento de salários e consequente inflação causada pelo repasse dessa perda de lucratividade para o preço dos produtos, acarretando crise no sistema econômico. Embora os países tivessem tentado reverter a quebra da economia com medidas macroeconômicas que visavam diminuir a fluidez monetária, não houve um resultado expressivo, muito pelo contrário, os déficits orçamentários geraram ondas de desemprego, queda de arrecadação de tributos, perda de credibilidade e mais inflação (Costa, 2010).

Desse modo, a sensação de instabilidade e de insegurança econômica, existente nesse período, ascendiam a necessidade de se pensar um modelo que permitisse a ampliação da

⁶ Ver relatório final em: <http://www.itep.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-de-Atividades-ITEP-2018.pdf>

acumulação de capital e a permanência da geração de lucros. Esse momento de crise leva a modificações no modo de produção e nas relações de trabalho, que são levadas à desregulação, à flexibilização e a processos de terceirização. As fábricas — que antes contavam com toda a cadeia de produção — passam a subcontratar e conseqüentemente subdividir o processo produtivo, com fomento ao desmembramento da cadeia de produção num conjunto de várias empresas. Nesse sentido, a desintegração da cadeia produtiva tornou-se um facilitador de formação de aglomerações de empresas em um dado território, a partir da ampliação das subcontratações de empresas menores para fazer parte do trabalho, conseqüentemente, viabilizando a precarização do trabalho (Barbosa, 2016).

Além disso, o avanço das tecnologias influenciou nas transformações do processo de produção no final do século XX. André Fischer, em texto de 1990 traduzido por Firkowski e Sposito (2008), mostrou alguns elementos fundamentais para a saída da crise, a partir da promoção de novos caminhos para o desenvolvimento, entre os quais estavam “o desenvolvimento pela base; o recurso às PME-PMI [pequenas e médias empresas e pequenas e médias indústrias]; e a corrida à inovação tecnológica” (p.28). O desenvolvimento pela base deveria se dar a partir do ambiente local, junto a uma dinâmica coletiva e cooperativa de agentes públicos e privados locais; o recurso à PME e à PMI deveria vir por meio de estratégias articuladas pelas empresas, pelas coletividades locais e pelo Estado, tais como a flexibilização das empresas, a geração de empregos e o ordenamento do território, por exemplo; e as inovações tecnológicas viriam por meio de pesquisas e qualificação para aumentar a eficiência do ciclo de produção (Firkowsky e Sposito 2008). Assim, as facilidades — provocadas pelo avanço das tecnologias e da conectividade possibilitado pelas redes de informação — contribuíram para a formação de um novo regime, o da acumulação flexível. Esse regime trouxe consigo mudanças no processo de produção, como o surgimento do sistema de terceirização do trabalho, e a flexibilização do processo produtivo, influenciando na aglomeração de pequenas e médias empresas, bem como a diminuição dos custos básicos das inovações tecnológicas (Costa, 2010).

Algumas aglomerações produtivas foram, então, surgindo em alguns lugares do mundo entre o final do século XX e início do século XXI, tendo por base a concentração de empresas sob o binômio cooperação-competição, conformando posteriormente grandes concentrações. Entre elas estão a do Vale do Silício e da Rodovia 128, nos EUA, o Corredor M4, na Inglaterra, as aglomerações existentes em Badem-Wurtttemberg, na Alemanha, a Tecnopôle, de Sophia Antípodes, na França, e as concentrações produtivas em diversas províncias do Japão (Tsukuba, Kansai, Sendai e outras), que foram pioneiras como novos modelos de espaços produtivos

(Costa, 2010). Cabe ressaltar que a criação dessas zonas é vista como dispositivo de ordenamento territorial ou que visa o desenvolvimento regional por parte do Estado, oferecendo facilidades locacionais e infraestrutura para instalação das empresas em dado território (Firkowsky e Sposito 2008; Barbosa, 2016). Esses espaços são chamados dos mais diversos nomes: *clusters*, parques industriais, tecnopolos, distritos industriais contemporâneos e outros tantos, que em sua essência, buscam caracterizar novas configurações industriais que passaram a se formar seguindo algumas particularidades:

Em geral estas aglomerações apresentam um padrão estrutural horizontal assentado em um mesmo ramo industrial, dominado por pequenas e médias empresas especializadas em um único elo, ou em alguns dos elos da cadeia produtiva setorial local. A produção é fundamentada numa mão de obra especializada com elevada mobilidade interempresas, o que possibilita a formação de um grande mercado de mão de obra qualificada. Esta divisão social do trabalho entre as empresas é traduzida em ganhos de eficiência, ganhos de escala e vantagens de flexibilidade advindas da redução dos estoques de matéria-prima e bens intermediários, como máquinas, ferramentas, insumos básicos e serviços, permitindo rápida adaptabilidade às transformações e exigências do mercado. (Costa, 2010, p.69)

A concentração espacial aparece com papel essencial na organização das empresas, principalmente por facilitar as articulações entre elas, sendo vitais para o desenvolvimento da cadeia produtiva e da ampliação das vantagens competitivas. No contexto brasileiro, para atender as diversidades das aglomerações existentes no vasto território nacional, a nomenclatura escolhida e difundida pelos órgãos oficiais foi Arranjo Produtivo Local (APL), considerada mais apropriada ao contexto periférico no qual se encontrava o Brasil nos anos 1990 em relação aos demais países capitalistas (Costa, 2010). Definidos pelo Governo Federal como “aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”⁷ (Cardoso et al., 2014, p.7), o país conta, atualmente, com 839 APLs espalhados em cerca de 2500 municípios, abarcando 40 diferentes setores produtivos. Apesar da escolha de um nome específico para ser usado na definição de aglomerações industriais no Brasil, as características de um APL são muito similares as de um *cluster*, pois ambos se fundamentam na existência de especialização produtiva/setorial, de integração entre diversos atores/agentes e da cooperação entre as

⁷ Atual definição de APL pelo Governo Federal. Para mais informações consultar: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais-apl>

empresas, podendo apresentar diferenças em relação à concentração geográfica e no porte das corporações, mas muitas vezes são termos usados como sinônimos (Aquino e Bresciani, 2005).

Instituições públicas, por meio dos órgãos de gestão do território, e privadas, por intermédio de bancos nacionais e internacionais, por exemplo, passaram a ter um novo olhar direcionado a esses espaços, já que os APLs poderiam se tornar instrumentos de políticas públicas para o desenvolvimento de atividades produtivas nas diversas regiões do país. Assim, instituições como o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede de Pesquisas em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por exemplo, voltaram-se ao fomento de pesquisas e incentivos à inovação nesses novos espaços produtivos (Carsoso et al., 2014). O APL passa a ser um instrumento que reforça a atração de capital em regiões que possam conformar alguma especialização produtiva, e/ou um dispositivo usado como política de desenvolvimento econômico regional a nível nacional ou mesmo estadual (Barbosa, 2016).

O SEBRAE assinala que um APL apresenta as seguintes características: (i) dimensão territorial, (ii) diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais, tanto públicos quanto privados, (iii) conhecimento tácito, que acaba sendo compartilhado entre os atores locais, (iv) inovação e aprendizados interativos, visando ampliar a capacidade produtiva, e (v) governança, com a coordenação de ações que visem a estruturação e o crescimento dos partícipes do APL. Enquanto aglomerações produtivas mais simples não apresentam esses cinco elementos (Cardoso et al., 2014). Cabe ressaltar que, além das relações institucionais, é provável que existam relações culturais e sociais mais consolidadas, tanto nos APLs quanto nas aglomerações produtivas. Relações estas, que ocorrem graças aos agentes e aos atores que estão inseridos num contexto cultural e social mais próximo, tendendo a contribuir como elementos facilitadores para organização espacial e para o desenvolvimento econômico local, sem deixar de lado o binômio cooperação-competição.

Costa (2010), contudo, compreende que o termo APL foi banalizado, com seu uso sendo aplicado a todos os tipos de aglomerações no Brasil, sem que fossem levados em conta os aspectos essenciais para classificá-las como tal, e chega a criticar a identificação de alguns APL pelo Governo Federal, pois para o autor, eles nem sempre apresentam o binômio cooperação-competição, nem algum nível de governança, ambas características consideradas substanciais. Por isso, o autor sugere compreender alguns desses espaços enquanto aglomerações produtivas com potencial para se efetivar como APL posteriormente. Considera que uma aglomeração produtiva, apesar de reunir pequenas e médias empresas de mesma atividade ou

correspondentes em uma região, não possui o mesmo nível de interrelação entre os atores que um APL ao considerar aspectos relacionados à cooperação, à competição e à governança. Para Costa (2010), na maioria dos casos, as aglomerações produtivas não possuem produção baseada em mão de obra especializada, a administração é feita pelos proprietários e o grau de institucionalidade é muito baixo, e pode ser definida como:

Conformação horizontal, composta por pequenos e microprodutores, sem a incidência de “empresa âncora”. E, em geral, são extremamente relevantes para a economia local por gerarem boa parte dos empregos e da renda. Em que pese isto, com algumas exceções, o grau de informalidade das empresas é bastante significativo (...), a informalidade da mão de obra também é elevada (...), o nível de qualificação é em geral baixo (...), grande parte da mão de obra empregada em muitos aglomerados é de caráter familiar, com boa parte não auferindo remuneração (...), grande parte dos imóveis nos quais é realizada a produção são próprios (...), boa parte das empresas opera em locais improvisados (...), a qualidade do produto final é baixa (...), em geral a linha de produção é artesanal ou semi-industrial, com baixo nível de tecnologia incorporada e com algum tipo de improvisação das máquinas para a execução de tarefas, e inadequados para a produção (...), dificuldade na aquisição de maquinário moderno (...), dentre outras. (Costa, 2010, p.153 e 154)

Ao observar essas diferenças destacadas pelo autor, é possível perceber que o polo de confecções aqui estudado possui características que o aproxima mais da configuração de aglomeração produtiva que de um APL de fato, pois traços como os acima listados são recorrentes nos empreendimentos encontrados nos municípios da região, principalmente nos três municípios que concentram a maior parte da produção e do comércio do ramo. A inexistência de uma empresa âncora é um bom exemplo dessa aproximação do polo à forma de aglomeração produtiva. Mas outros fatores também são evidenciados, tais como: mão de obra com alta informalidade e baixa qualificação; alta informalidade das empresas, as quais possuem pequenas unidades fabris conjugadas às próprias casas, baixa incorporação de equipamentos tecnológicos mais modernos e mão de obra predominantemente familiar. A cooperação entre as empresas — que pode se dar por meio da inovação ou da produção, visando diminuição dos custos e melhoria da qualidade do produto (Cardoso et al., 2014), ações existentes em APLs — ainda não é tão difundida no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

Por um lado, algumas características ressaltam a forte relação do polo com o circuito inferior da economia urbana (Santos, [1979] 2004) que está atrelado ao trabalho tradicional, artesanal, sem tecnologia de alto nível, e de produção familiar ou autônomo/informal, em que a acumulação do capital não é o objetivo mais importante, mas sim a sobrevivência. Esse trabalho é, muitas vezes, mal remunerado, sem estabilidade, com grande número de pequenas empresas ou pessoas fazendo o mesmo tipo de atividade, realizado em suas casas e com jornadas de trabalho prolongadas. Por outro lado, a alta especialização, a indústria moderna, a produção voltada para o exterior e o maior uso de tecnologias, elementos necessários para que

se possa considerar uma área como um APL, são características mais próximas do circuito superior.

Assim, a cooperação existente nos APLs é convertida em vantagens competitivas, devido aos acordos de compras coletivas, de redes de relacionamento para crédito, que podem resultar na melhoria da produção, redução dos custos e flexibilização de produção (Aquino e Bresciani, 2005). O Governo do Estado de Pernambuco já fez ações como compra de equipamento de ponta para uso coletivo das empresas alocadas nas três principais cidades do polo de confecções, como uma máquina de linha de corte de tecido automatizada, conseguida por meio do Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais do Estado de Pernambuco (PROAPL) e instalada em uma associação de produtores. Contudo, ainda faltam ações coordenadas e coletivas, que não sejam apenas realizadas pelo Governo do Estado, para que o ambiente se torne mais cooperativo na região e tenha uma estrutura de governança com ampla participação dos agentes locais.

Por isso, neste trabalho, optamos por usar o termo aglomeração produtiva para se referir à concentração de produção e comercialização de confecções na região, pois as atividades encontram-se predominantemente dentro do circuito inferior da economia urbana, em que as relações de trabalho não são vinculadas à alta tecnologia e não possuem elevada especialização de serviços e mão de obra, mas são capazes de formar economias de aglomeração devido à força de trabalho disponível para atuar nas atividades de baixo grau de especialização. Isso porque, como explica Silveira (2010):

[...] o circuito inferior é uma força de concentração, pois seus agentes continuam dependendo da aglomeração para poder produzir e consumir. Isto ajuda a entender o crescimento das cidades que, assim, se tornam polarizadoras também para uma economia da pobreza, pois recebem migrações permanentes ou pendulares que buscam satisfazer consumos sociais não alcançados nos seus lugares de origem (Silveira, 2010, p. 85).

Atualmente, algumas das cidades do Agreste de Pernambuco e outras localizadas na Paraíba (no limite entre os estados) possuem economia baseada na atividade de confecção. Com configuração aglomerada, contam com pequenas e médias empresas formais e informais, com intensos fluxos de trabalho e de comercialização que, mesmo sem muitos investimentos tecnológicos, movimentam fortemente a economia local — não apenas das três principais cidades do Polo, mas também de outras áreas — alcançando diversas pequenas cidades da região. Essas atividades estão mais vinculadas ao circuito inferior da economia pela baixa aplicação de capital e de tecnologia e por serem constituídas pela população com baixo nível de escolaridade e qualificação profissional. Entretanto, deve-se considerar que, enquanto o trabalho é a base do circuito inferior, o capital sustenta o circuito superior, assim esses circuitos

não são sistemas isolados ou sem conexões, pelo contrário, estão em processo de permanente integração e/ou subordinação (Santos, [1979] 2004; Silveira, 2010).

A conexão entre os circuitos pode ser evidenciada no contexto do polo ao se observar o ciclo produtivo da confecção, desde o design, o corte das peças, a costura, até a comercialização no atacado e no varejo. Isso porque, ainda que ocorra com baixa tecnologia, pouco capital e mão de obra sem muita qualificação, depende em algum grau de insumos e equipamentos advindos do circuito superior (Arroyo, 2008), tais como tecidos vindos do exterior, sistemas para pagamento a crédito, maquinário para corte e costura, entre outros. Mesmo que o uso do dinheiro líquido seja muito característico do circuito inferior, o alcance do crédito nos últimos anos expandiu o acesso desse formato de monetização às camadas mais pobres da população.

No mesmo conjunto de cidades são encontradas empresas que vão do porte médio ou grande ao micro, conectando-se com os dois circuitos da economia. Algumas empresas com estrutura mais completas, as quais contam com equipamentos de ponta, como máquinas de corte a *laser*, máquinas de costura modernas, trabalho formalizado etc., que compõem um circuito superior ainda que marginal. E outras que são micro e pequenas estruturas fabris, muitas vezes domiciliares, com alta informalidade e trabalho familiar, ou contratos simples entre patrão e empregado, longas jornadas de trabalho, equipamentos de baixa qualidade ou reutilizados (de segunda mão), algo que podemos considerar como elementos característicos do circuito inferior (Santos, [1979] 2004). Além disso, existem empresas de médio porte que integram os dois circuitos, à medida que usam tecnologia de ponta na produção, mas parte do trabalho é realizado a partir de subcontratação de unidades fabris menores (em sua maioria informais).

No circuito superior, a preocupação com a acumulação do capital é primordial, enquanto no inferior a rotatividade é uma constante e a acumulação inexistente ou é muito rara. A parcela da população que ocupa o circuito inferior muitas vezes vive com a renda mínima para a sobrevivência, por isso não acumula capital. Em contrapartida, ambos os circuitos estão diretamente relacionados à capacidade de produção e consumo de bens e serviços, dado o nível tecnológico que pode ser alcançado pela população (Santos, [1979] 2004; Silveira, 2010). Nesse sentido, um exemplo dessa não acumulação pela parcela da população encontrada no circuito inferior é exposta no documentário já citado aqui anteriormente (*Estou me guardando para quando o carnaval chegar*), quando a população de Toritama, no início de cada ano, vende equipamentos eletrônicos — adquiridos durante o ano anterior — para conseguir complementar a renda e passar o feriado de carnaval no litoral (nas praias). Essas pessoas, uma vez que não acumulam dinheiro durante o ano, vendem alguns bens para conseguir custear a viagem do feriado, que ocorre num período de menor produção e venda de confecção na região e esse é,

normalmente, um dos únicos períodos de descanso durante o ano para aqueles que trabalham informalmente na confecção em Toritama.

A mão de obra de baixo custo, também característica do circuito inferior, é bastante disponível na região, principalmente devido à escassez de trabalho em outras áreas, pela possibilidade de trabalhar por conta própria e pela entrada na confecção ainda em idade não laboral, como no caso de crianças que aprendem o ofício dentro de casa e seguem nesse mesmo tipo de trabalho quando adultos, os quais completam o ciclo com a precarização e a baixa remuneração. Assim, a atividade produtiva da confecção — que possui maior concentração de fábricas, fabricos e facções, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru — contribui para a concepção de uma zona de atração, tanto de fluxo de comerciantes quanto de pessoas em busca de trabalho, com população dos próprios municípios e/ou de municípios vizinhos. Essa zona pode ser vista como uma Bacia de Emprego, compreendida como uma área que possui “integração de zonas residenciais e zonas empregadoras” as quais dispõem de “continuidade geográfica e que apresenta elevado grau de homogeneidade do ponto de vista do mercado de trabalho” (Pereira, 1997, p.2). Além disso, ainda pode ser entendida como uma área geográfica onde as interações entre oferta e demanda por mão de obra se dão de maneira regular e é considerada relativamente independente em relação aos fluxos de deslocamento (Ukces, 2014).

Nos anos 1940, nos EUA, a expressão *Local Labour Market* foi usada para identificar áreas em que os trabalhadores poderiam mudar de empresa sem que precisassem mudar de local de moradia, interpretação que hoje ainda integra a definição de mercado de trabalho local (Casado-Díaz e Coombes, 2011). Para Goodman (1970), que classificou de forma mais detalhada esse tipo de área, dois pontos são importantes na identificação de um mercado de trabalho local: (i) o limite da área ou região raramente é cruzado durante as jornadas diárias de trabalho e (ii) há elevado movimento intramercado de maneira que o mercado delimitado seja ativo e unificado internamente. Os dados de deslocamento pendular para trabalho são considerados primordiais para delimitação dessas áreas, mas os dados populacionais, como população absoluta, população residente empregada ou número de empregos disponíveis não podem ser desconsiderados (Goodman, 1970; Casado-Díaz e Coombes, 2011). Daremos atenção aos dados de deslocamento para trabalho e de pessoal ocupado nos municípios que compõem a área em foco nesta pesquisa.

Ao tentar entender a existência de um mercado de trabalho local, não devemos nos ater apenas ao deslocamento das pessoas para trabalhar e ao movimento intramercado, porque existem diferenças entre os tipos de trabalhadores, cujas atividades não competem entre si, que

podem provocar segmentação desse espaço (Peck, 1989). Para reconhecer uma área enquanto mercado de trabalho local ou bacia de emprego, a observação dos fluxos de deslocamento pendular para trabalho é indispensável, mas essa análise deve ser associada aos dados de ofertas de trabalho e da disponibilidade de mão de obra. Além disso, caberia acrescentar um levantamento sobre os setores que majoritariamente geram emprego no local, bem como, os níveis de qualificação profissional exigidos, o que possibilitaria compreender a estrutura econômico-social dessa área.

Em nosso objeto de estudo, existe uma atividade econômica predominante que se destaca como principal fonte de renda para boa parte da população: a confecção. Essa fonte de renda alcança fortemente as três principais cidades do polo — Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru — e se estende para municípios de menor porte que se localizam próximos a elas. Além de despontarem como localidades com oportunidade de obtenção de renda a partir das atividades vinculadas à confecção, apresentam alto fluxo de deslocamento de pessoas entre elas. Entretanto cabe ressaltar a existência de certa dependência funcional dos municípios vizinhos em relação a Caruaru que, por possuir oferta de funções urbanas e serviços públicos e privados mais diversificados, acaba se destacando em relação às demais cidades, tal como pode ser visto nos estudos do IBGE sobre Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007 e 2018) e sobre Divisão Regional do Brasil (2017), os quais apresentam sua importância no contexto regional. Assim, enquanto a cidade de Caruaru desponta como centralidade regional mais complexa, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe aparecem como núcleos locais importantes (devido ao avanço da confecção nos últimos anos), juntando-se e compondo a tríade central do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco por possuírem grande concentração de produtores e comerciantes no âmbito da confecção.

As relações existentes entre os municípios da região são delineadas tanto a partir da conexão entre as cidades mais distantes quanto das mais próximas, vínculo que ocorre através de fluxos de mercadorias, de informação e de pessoas por meio das redes que facilitam esses deslocamentos, ainda que existam descontinuidades espaciais, e vão dando aspecto à região de uma nova organização espacial consolidada sob influência exercida pela confecção.

Para mostrar como têm se configurado as cidades em torno dessa atividade produtiva e atender aos objetivos desta pesquisa, optamos por realizar algumas interpretações de dados quantitativos e qualitativos, considerando desde variáveis estatísticas e pesquisa documental a trabalho de campo para observações *in loco* e entrevistas com agentes hegemônicos produtores do espaço. E cada parte desse processo encontra-se detalhada a seguir.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO E INSTRUMENTOS ANALÍTICOS

A sequência da aplicação de ferramentas exposta neste tópico será a mesma encontrada no decorrer do trabalho, com descrição das variáveis analíticas, dos indicadores e das fontes de dados utilizados em cada fase desenvolvida com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa. Como exposto na matriz metodológica no início do capítulo, alguns processos em curso foram identificados por meio das variáveis espacialmente localizadas, e a primeira a ser destacada é a mudança na cobertura do solo nos últimos 40 anos.

Atualmente, uma das maneiras de identificar transformações espaciais em determinada área é com o uso das geotecnologias, amplamente disponíveis em plataformas e *softwares* gratuitos ou não. O uso dessas ferramentas tem proporcionado interpretações mais detalhadas do espaço, além de aplicações estratégicas voltadas ao seu planejamento, à identificação de fenômenos e ao acompanhamento das mudanças em escala temporal. A Geografia há muito tem se associado à Cartografia na interpretação dos fenômenos espaciais. A Geografia Quantitativa, fortemente presente nos anos 1970, encontrou no uso de imagens de satélite e no geoprocessamento importantes aliados para análises da evolução do espaço (Leite e Rosa, 2006). As imagens de satélite com média resolução, disponíveis gratuitamente, possibilitam a realização da análise sobre as mudanças temporais da cobertura do solo (Silva, 2013; Oliveira et.al, 2014) e, quando associadas a outros dados socioeconômicos, essas análises podem resultar em importantes interpretações sobre a configuração espacial da área estudada. Como afirmado por Santos ([1996] 2002):

Os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos, também, uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra. Como as fotografias se sucedem em intervalos regulares, obtemos, assim, um retrato da própria evolução do processo de ocupação da crosta terrestre. A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário para o conhecimento do real, e, também, para o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhes, assim, os paradigmas (Santos, [1996] 2002, p. 203).

A varredura feita pelos satélites, com possibilidade de fotografar o mesmo local com variadas escalas temporais, permitiu acompanhar processos inteiros das transformações da superfície da terra (Santos, 2002), tais como: desflorestamentos, variação de tamanho dos glaciares, acompanhamento de queimadas, além da evolução das ocupações urbanas, que faz parte das contribuições a serem dadas neste trabalho.

O geoprocessamento abrange um conjunto de técnicas que permitem a análise de determinada área que possua informações espacialmente localizadas, fazendo uso de instrumentos que possibilitam realizar coletas ou inserção de dados para manipulação e interpretação. Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), que podem ser um *software* ou

“sistemas destinados à aquisição, armazenamento, manipulação, análise e apresentação de dados referenciados espacialmente (ArcGIS, ArcVIEW GIS, MapINFO, SGI etc.)” (Rosa, 2013, p.59) são exemplos desses instrumentos. Na identificação das dinâmicas encontradas em áreas urbanas, o geoprocessamento tem se firmado como importante ferramenta metodológica para construção de análises. Contudo, o uso dessas técnicas não deve ser realizado isoladamente, pois entendemos ser importante que as análises de cunho quantitativo sejam associadas às qualitativas para que seja possível compreender os vetores que influenciaram nas transformações.

As representações podem ser feitas através de modelos matriciais⁸ ou vetoriais⁹, com os quais podem ser realizadas associações a dados estatísticos, imagéticos, de rede, ou temáticos e, assim, tornam-se instrumentos complementares na análise do espaço urbano. Nessa perspectiva, as ferramentas de geoprocessamento se constituem como aliadas importantes para compreensão do espaço urbano, fomentando o planejamento adequado ao considerar suas particularidades e características específicas. Isso é possível, por exemplo, com o uso de dados que permitem identificar a vulnerabilidade socioeconômica, os fluxos de pessoas, a densidade populacional e a distribuição de serviços, também, por meio da verificação da expansão da mancha urbana numa escala temporal ou no reconhecimento da cobertura do solo das cidades.

Alguns trabalhos — como o *Global Human Settlement Layer (GHSL)*¹⁰, desenvolvido pela Comissão Europeia, em que houve fornecimento de base para investigação espaço-temporal da presença humana no planeta, apresentando dados de densidade populacional, de áreas com edificações e a classificação do grau de urbanização referentes a quatro períodos (1975, 1990, 2000 e 2015) — mostram como a utilização de diversas técnicas de geoprocessamento podem auxiliar no reconhecimento da evolução do espaço urbano. No caso do trabalho descrito, a metodologia pode ser aplicada para todo o planeta, uma vez que houve a padronização dos dados dos mais diversos países, possibilitando a comparação entre áreas

⁸ “A estrutura matricial é também denominada como formato raster ou estrutura grid (grelha). Esta estrutura se consegue mediante o uso de uma malha quadriculada regular sobre a qual se constrói célula a célula o elemento que está sendo representado. Cada célula corresponde a um elemento ao qual é atribuído um código, de tal forma que o computador sabe a que elemento pertence determinada célula. Cada uma dessas células está associada a uma porção do terreno. Dados digitais de sensoriamento remoto (imagens de satélite) são um bom exemplo de dados no formato raster ou grid (ROSA, 2013, p.81-82)”.

⁹ “O formato vetorial ou poligonal, é representado através de uma série de pontos (coordenadas x, y) para definir o limite do objeto ou feição de interesse. É uma tentativa de reproduzir um elemento o mais exatamente possível. Assume-se o espaço como contínuo, o que permite que todas as posições, distâncias e áreas sejam definidas com um grau de precisão muito maior. Além disso, uma estrutura vetorial pode ser perfeitamente adequada para tarefas de visualização dos dados (ROSA, 2013, p.82-83)”.

¹⁰ <https://ghsl.jrc.ec.europa.eu/>

distintas independentemente de sua localização no globo. Por exemplo, com esse material disponibilizado pelo GHSL, poderíamos realizar uma análise com objetivo de comparar a evolução da ocupação humana sobre o território de países na América do Sul, mesmo que esses colem dados censitários e da evolução espacial de formas diferentes um do outro.

No Brasil, há ao menos dois trabalhos que também classificam a superfície do território. O do IBGE, que realizou o monitoramento da cobertura do uso da terra entre os anos 2000 e 2018, com 12 classes, que vão desde áreas artificiais (área construída) até áreas de vegetação variada e/ou descobertas. E o do MapBiomass, que desenvolve desde 2015 um Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil, no qual realizou-se a classificação da superfície dos últimos 35 anos (anualmente entre 1985 e 2020), considerando os grandes biomas nacionais, os quais foram divididos em cinco grandes classes e mais de vinte subclasses. Embora a classificação do MapBiomass tenha uma ampla escala temporal, os dados de população não são utilizados na definição das classes e, dessa forma, as áreas onde há maior concentração de infraestrutura urbana são as que aparecem associadas às ocupações humanas, mas sem quantificação de células com maior ou menor densidade populacional, como no trabalho do GHSL citado anteriormente.

Então, pela escala temporal disponibilizada e por considerar a densidade populacional, optamos por usar a classificação proposta pelo GHSL, de forma mais detalhada, para mostrar e analisar as variações da cobertura do solo pelas quais passaram os municípios aqui estudados. Essa escolha foi feita para atender o primeiro objetivo específico proposto nesta tese, qual seja identificar a evolução da mancha urbana e da ocupação do solo dos municípios que compõem a região a partir do período de consolidação da atividade de confecção, observando como esse processo ampliou a dispersão urbana em um conjunto de cidades com economia marcada pela pluriatividade. E, somado a isso, para evidenciar evolução da ocupação dispersa na região, também utilizamos a classificação do MapBiomass, considerando especificamente a classe de infraestrutura urbana, referente aos anos 1985 e 2019.

O GHSL é um projeto que se divide em três grandes fases, cujos dados e métodos aplicados estão publicamente abertos e os resultados encontram-se disponíveis para toda superfície da Terra, contando com imagens de satélite com análise refinada, e dados populacionais extraídos de censos demográficos ou de informações geográficas coletadas voluntariamente por cada país.

A primeira fase (chamada GHS-BUILT), baseia-se em uma classificação multitemporal de imagens satelitais para identificação de áreas construídas. Produto gerado com processamento de imagens dos satélites *Multispectral Scanner* para a classificação de 1975,

Landsat 5 e 5 Thematic Mapper (TM) para a classificação de 1990, *Landsat 7 Enhanced Thematic Mapper Plus (ETM+)* para a coleção de 2000 e *Landsat 8* para 2014, além de imagens do satélite Sentinel-1, que serviu para atualização e melhoria da resolução espacial. Nessa fase do projeto, foram processadas mais de 7 mil imagens por métodos automáticos para cada ano de classificação, gerando um produto matricial como resultados da cobertura do solo com e sem área construída, apresentado em resolução espacial de 30m. Para chegar ao resultado de cada ano, foram processadas imagens correspondentes ao ano que dá nome à coleção e anos anteriores (Florczyk et al., 2019; Corbane et al., 2019).

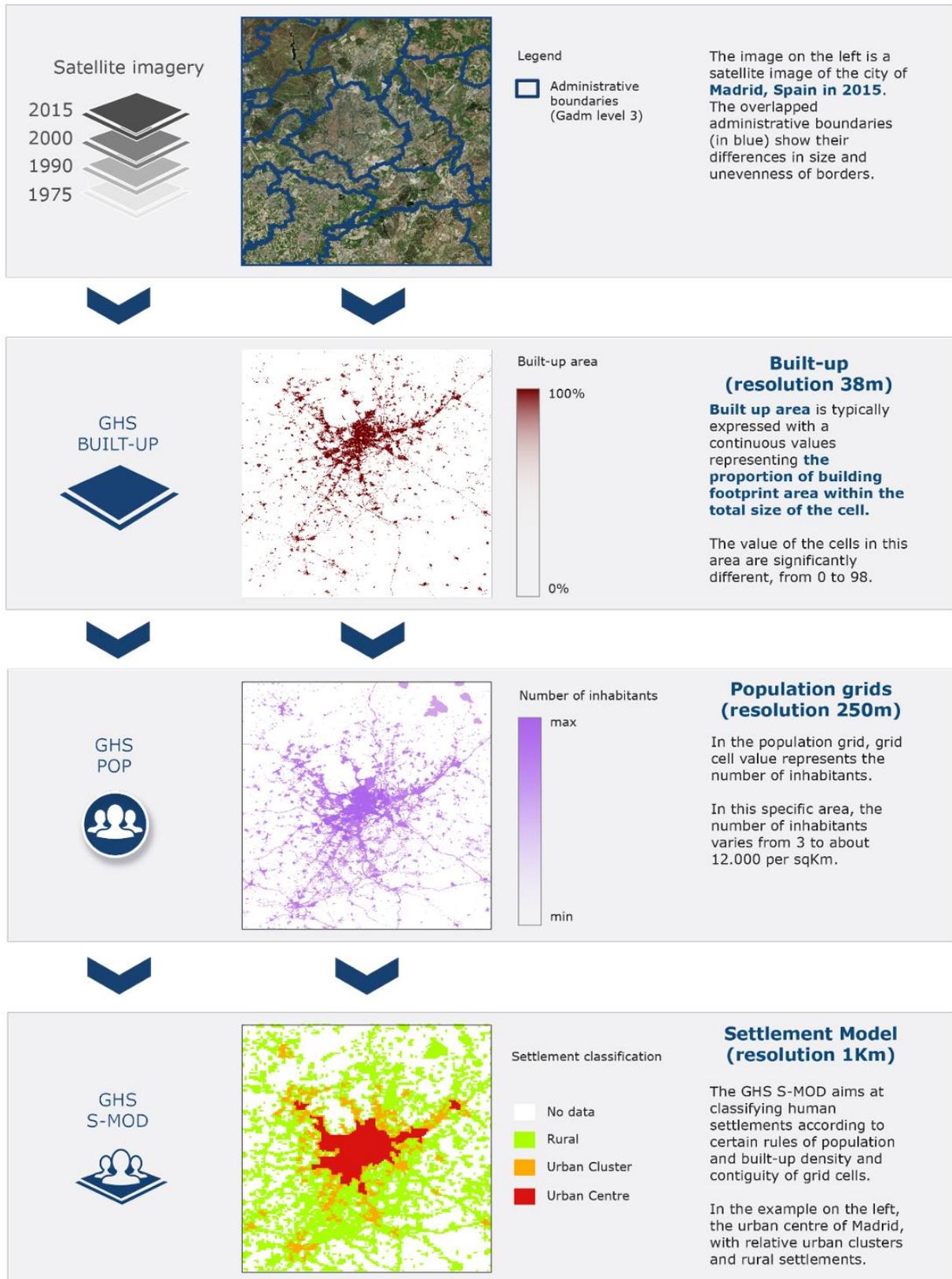
A segunda fase (chamada GHS-POP) consistiu em um produto com a densidade de população distribuída por todo o globo. A estimativa dos dados populacionais para cada época foi amparada no *Gridded Population of the World*, que usa bases dos censos, registros populacionais e os limites geográficos disponibilizados por cada país. O resultado foi produzido em escala espacial de 250m, em seguida, os quantitativos foram agregados em pontos e adicionados às células (*pixels*) de uma imagem *raster*, gerando uma camada com quadrículas de 1km² correspondente ao quantitativo populacional em cada uma delas (Schiavina et al., 2019; Freire et al. 2016).

Por fim, na última fase, o GHSL tem como produto o grau de urbanização (GHS-SMOD). Em publicação inicial (Pesaresi et al., 2016), o grau de urbanização tinha apenas três classes: centro urbano, aglomeração urbana e área rural. A atualização disponibilizada a partir de 2019 passou a contar com oito classes: (i) centro urbano, (ii) aglomeração urbana densa, (iii) aglomeração urbana semidensa, (iv) suburbano/periurbano, (v) aglomeração rural, (vi) densidade rural baixa, (vii) densidade rural muito baixa e (viii) água. Para chegar a essa classificação foram realizadas correlações entre os dois produtos anteriores, GHS-BUILT e GHS-POP, compondo células classificadas em grade de 1 km² (Figura 1).

Os critérios utilizados para chegar a cada classe foram os quantitativos de população e de área construída dentro de um *cluster* contendo várias células agregadas. O centro urbano, por exemplo, foi definido a partir de células que possuíssem ao menos 1500 habitantes por km² ou 50% de superfície com área construída, resultando em *clusters* (no mínimo, 4 células vizinhas) com população mínima de 50 mil habitantes. Para aglomeração urbana densa, por sua vez, foi definida densidade e cobertura de área construída iguais ao centro urbano, mas com *clusters* formados por uma população menor que 50 mil habitantes e superior a 5 mil. Os aglomerados urbanos semidensos contam com ao menos 300 habitantes por km², eles precisam ter célula com área construída maior que 3%, com pelo menos 5 mil habitantes no *cluster* e estarem a pelo menos 3 km de distância de outros aglomerados urbanos. O suburbano ou

periurbano foi considerado como todas as outras células que aparecem num aglomerado urbano, mas não fazem parte de um centro urbano, aglomerado urbano denso ou semidenso.

Figura 1– Exemplo das fases do GHSL até chegar ao Grau de Urbanização



Além disso, a aglomeração rural consiste em células contíguas (*cluster* de 4 conectividade) com uma densidade de pelo menos 300 habitantes por km² e contendo entre 500 e 5.000 habitantes no *cluster*. As áreas de densidade rural baixa foram definidas a partir de células com densidade no mínimo 50 habitantes por km² (célula de grade) e que não fizessem parte de uma aglomeração rural. As células de densidade rural muito baixa foram as que apresentaram uma densidade inferior a 50 habitantes por km². Por fim, as células de água foram as que possuíam mais de 50% de área coberta por águas superficiais permanentes, não contendo população ou área construída (Florczyk et al., 2019).

Para observar as mudanças ocorridas na área aqui estudada, definimos um raio de 60 km a partir da mancha urbana principal dos três principais municípios do Polo — Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. A escolha por essa quilometragem deu-se por alguns motivos: (i) é essa distância entre as feiras localizadas em Santa Cruz e Caruaru, e o caminho que liga uma à outra passa pela feira de Toritama; (ii) dependendo das condições das vias e do meio de transporte automotivo utilizado, o trajeto entre as três principais cidades e as cidades vizinhas leva em torno de 1 a 2 horas.

Ademais, a delimitação para análise também abarca os municípios citados como pertencentes ao Polo de Confeções em diversos trabalhos já publicados (Xavier, 2006; Lira, 2009; Vêras de Oliveira, 2011; Vasconcelos, 2012; Pereira Neto, 2013; Fusco, Vêras De Oliveira e Moreira, 2021). Cabe ressaltar, ainda, que o intuito do recorte espacial, nesse momento, não é delimitar a área de alcance imediato da confecção, mas sim mostrar como os municípios principais e os vizinhos tiveram algumas características de ocupação do solo modificadas nos últimos 40 anos, com informações quantificadas em relação às variações ocorridas entre os dois anos selecionados (1975 e 2015).

Quanto ao produto disponibilizado pelo MapBiomias, utilizamos o mesmo recorte espacial de 60 km, para mostrar a evolução das manchas urbanas, tendo como escala temporal dois anos dentro dos 30 concedidos pela plataforma. Tal como o produto do GHSL, a metodologia do MapBiomias baseia-se na classificação de um mosaico anual composto por imagens de satélite *Landsat*, processadas pixel a pixel, para identificação da cobertura do solo. Contudo, se diferencia por ter como ponto de partida a observação dos grandes biomas encontrados no Brasil (Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa) e de sua integração com outros elementos naturais ou antrópicos (zona costeira, pastagens, agricultura e área urbana). Para observar a expansão das manchas urbanas, escolhemos o primeiro e o último ano disponíveis na plataforma até 2021: 1986 e 2019.

Após essa etapa de identificação da evolução da mancha urbana e do uso e ocupação do solo, selecionamos variáveis para mostrar algumas transformações socioeconômicas ocorridas nos municípios da região, contando com informações quantitativas dos anos de 1980, 1991 e 2010 correspondentes à variação da população urbana e rural, além de referentes dos vínculos de trabalho por setor econômico com escala temporal que foi da década de 1980 até o presente, sendo ambos os dados disponibilizados pelo IBGE. Para compreender relações existentes entre os municípios que fazem parte do Polo — seja por meio da hierarquia resultante da centralidade das atividades de confecção, da importância da cidade de Caruaru enquanto centro regional, seja pelas relações heterárquicas que surgem em razão da pluralidade das articulações interescolares existentes — foram utilizados dados resultantes do Censo Demográfico 2010. Estes relativos ao deslocamento pendular para trabalho, mostrando o deslocamento diário da população em direção aos três principais municípios do Polo.

Um outro estudo do IBGE que foi utilizado aqui foi o REGIC de 2018, publicado em 2020, por meio do qual obtivemos a variável “deslocamento para compra de vestuário ou calçados” para caracterizar as redes pelas quais perpassam os fluxos comerciais relacionados às atividades de confecção. Esses dados de deslocamento serão expostos em mapas e permitirão a visualização do alcance espacial e do potencial atrativo dos municípios centrais do polo, tanto no que tange ao trabalho quanto à comercialização.

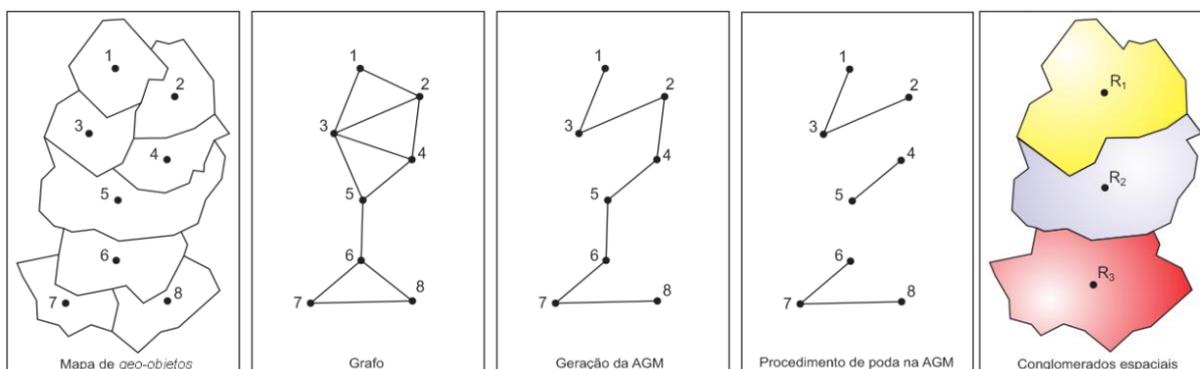
Ainda buscando mostrar relações de hierarquia e heterarquia existentes no Polo, devido à importância da atuação dos agentes sociais na difusão das atividades de confecções entre os municípios, foram aplicadas entrevistas com representantes de algumas entidades atuantes nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, sendo a maioria realizada por videochamada devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19. As entrevistas foram semiestruturadas com foco na atuação desses agentes em suas respectivas cidades e nas relações existentes entre eles. Os participantes foram representantes das esferas empresarial e de instituições públicas, como: administradores dos centros de venda, diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas, representantes do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco (NTCPE), além de representantes de associações e organizações empresariais, dentre outros. Com os relatos de cada entrevistada, foi possível entender o papel desses agentes na consolidação do Polo enquanto área de concentração de uma atividade produtiva de expressiva relevância para a economia regional e as relações existentes entre essas organizações. Eventualmente, durante as entrevistas, foi pontuada a influência da pandemia de Covid-19 na continuidade das atividades nos anos de 2020 e 2021, resultando em importantes relatos sobre o momento atual.

Finalmente, para mostrar a influência da confecção nos municípios e como essa atividade colaborou para a consolidação de um processo de regionalização, tendo por base várias pequenas cidades e uma urbanização difusa e dispersa que alcança as áreas rurais de municípios historicamente marcados pela pluriatividade, selecionamos variáveis quantitativas que mostram o avanço das unidades produtivas vinculadas à confecção na região. As informações utilizadas foram extraídas do banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizado pelo Ministério do Trabalho¹¹.

A partir dos dados da RAIS, levantamos o quantitativo formal de estabelecimentos e de vínculos relacionados à confecção, com levantamento temporal correspondente a três anos (1985, 2000 e 2019). Para os dois últimos anos, foram escolhidas duas categorias ligadas à indústria da transformação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE 2.0 e a CNAE 95, relativas às divisões: “Fabricação de produtos têxteis”, “Confecção de artigos de vestuário e acessórios”; além de quatro categorias relacionadas ao comércio: “Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho”, “Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios”, “Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios” e “Comércio varejista de tecidos e artigos de armarinho/Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho”. Enquanto para o ano de 1985, como ainda não existiam as categorias definidas pela CNAE, utilizamos os dados do IBGE referentes ao subsetor econômico “Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos”.

Em posse desses dados, foram estruturadas variáveis passíveis de serem aplicadas em um modelo geoestatístico capaz de identificar processos de regionalização. Desenvolvido por Assunção et al., (2002), escolhemos o modelo de regionalização *Skater* (*Spatial “K”luster Analysis Through Edge Removal*), por possibilitar a realização de uma análise apoiada nas relações de vizinhança entre uma ou mais variáveis, que resulta na definição de conglomerados espaciais ou *clusters* a partir do grau de similaridade entre os valores e a relação de proximidade. Conforme Camargo e Monteiro (2010), para chegar à definição de um aglomerado com esse modelo, o processo passa pela identificação dos dados georreferenciados em seus centroides (mapa de geo-objetos), seguido por uma estruturação de grafos baseada na ligação com os vizinhos e pela formação de uma Árvore Geradora Mínima (AGM), agrupando os dados similares de forma contígua. Por fim, os grafos são podados/separados de acordo com a dissimilaridade entre as áreas, quando são gerados os conglomerados (Figura 2).

¹¹ Banco de dados disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>

Figura 2 – Processo de formação de *clusters* com o método Skater.

Fonte: Camargo e Monteiro (2010).

O *software* de estatística espacial utilizado para gerar a análise de agrupamento, o GeoDa, fica encarregado de realizar as definições da AGM, com base em algoritmos que seguem direcionamento dado por nós. Para atender ao nosso objetivo, foi inserido no GeoDa a base vetorial dos municípios com as variáveis vinculadas a cada um deles, em seguida foi selecionado o padrão de contiguidade *Queen* (analisar vizinhos que tocam em todos os lados), na ordem 1 (relações com o vizinho imediato), e definido o número de quatro grupos a partir da correlação encontrada entre os dados utilizados. O resultado gerado corresponde a áreas que vão de menor e maior grau de similaridade.

As variáveis utilizadas corresponderam ao percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios relativos às categorias da indústria da transformação e do comércio já descritos, e o resultado da aplicação do modelo permitiu a identificação de uma estrutura regional ou espacialmente contínua, isto é, os dados similares foram agrupados de forma a destacar áreas que possuem algum grau de homogeneidade, a ser detalhado no capítulo 4.

Além da parte mais técnica da metodologia e das ferramentas utilizadas, ressaltamos a construção de um resgate histórico como fonte importante para a compreensão de transformações espaciais. Por isso, o capítulo seguinte, que antecede os capítulos que trarão as discussões amparadas nas variáveis descritas acima, traz um levantamento histórico de como iniciou a produção da confecção nos municípios estudados. Para tanto, utilizamos textos de autores com extenso conhecimento do processo de formação socioespacial do Agreste pernambucano, como Manuel Correa de Andrade, Mário Lacerda de Melo, Francisco de Oliveira e Tânia Bacelar de Araújo, por exemplo. Além de dissertações, teses, trabalhos técnicos e informações extraídas em campo, em contato com população local (de forma presencial e a distância), para melhor compreensão das particularidades da região.

3 A PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO NO AGRESTE PERNAMBUCANO

A região do Agreste de Pernambuco é uma zona de transição morfoclimática entre as regiões da Zona da Mata (ZM) e do Sertão Pernambucano. Área inserida no já bastante erodido Planalto da Borborema, que possui maciços residuais de baixa e de alta altitudes, os primeiros com características bioclimáticas semiáridas, vegetação principalmente composta por caatinga hipoxerófila, e os segundos com as áreas mais úmidas denominadas Brejos de Altitude, que são áreas elevadas e com vegetação de mata serrana. Dos 185 municípios de Pernambuco, 68 estão localizados nessa mesorregião, nela é que se encontram os três principais municípios apresentados neste trabalho: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru.

Historicamente, a pecuária foi a atividade responsável pelo povoamento da região, ainda que tardio, pois era um local com ambiente mais propício à criação do gado de forma extensiva devido à facilidade de deixá-lo solto em grandes áreas planas e mais distantes do plantio da cana-de-açúcar. Assim, essa foi por bastante tempo uma das principais atividades econômicas no semiárido nordestino, tendo os grandes proprietários locais como principais responsáveis por fomentar a produção (Andrade, 1973; Araújo, 1995). Como destaca Xavier (2006, p. 78), por volta de 1690, existiam várias fazendas de gado no Agreste pernambucano, as quais viriam a se tornar núcleos urbanos influentes até o final do século seguinte, como as fazendas “dos Bezerras (Bezerros), do Caruru (Caruaru), o Sítio do Garcia (Garanhuns) e, ao longo do século XVIII, Boa Vista (Alagoinha), Bom Jardim, Taquaritinga (Taquaritinga do Norte)”. A consolidação desses núcleos resultaria na ampliação da ocupação territorial interiorana e contribuiria para a formação das feiras do gado e das feiras livres que se vinculavam a elas (Andrade, 1973; Melo, 1980), sobre as quais falaremos melhor mais adiante.

Para lembrar essa formação territorial, podemos voltar alguns séculos na história com apoio de Prado Júnior (1970), que analisa a formação do Nordeste como um todo, sobretudo, entre os séculos XVII e XVIII. Ele nos mostra que a pecuária aparece como uma atividade econômica secundária, dada a força alcançada pela cana-de-açúcar no litoral e na Zona da Mata. Nesse sentido, a região fica com dois distintos caminhos de ocupação socioespacial, embora relativamente interligados, haja vista que a produção açucareira utilizava o gado como tração animal e como fonte de alimento (Andrade, 1973). Por outro lado, o autor ressalta que, apesar do avanço do gado ter representado papel essencial na ocupação do interior nordestino por servir como alimento, ainda que a sua carne tivesse pouco valor e baixa qualidade, bem como sendo utilizado como força de trabalho animal, inicialmente a ocupação territorial que adentrava para oeste ocorria de forma irregular, pois nesse período:

De forma geral, escassa e muito rala: o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos da região, não é numeroso, como já foi escrito. Donde também um comércio, afora a condução do gado, pouco intenso; resultando disso aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras (Prado Júnior, 1970, p. 67).

Dessa forma, a ocupação que se desenvolveu no período pós-colonização deu-se de forma espaçada nessa região, fomentada também pela pecuária que avançava para o interior. Entretanto, apesar da semiaridez presente na maioria desses municípios, a agricultura fez parte da base de sustento da população agrestina — sendo o milho e o feijão as duas principais culturas, seguidos da produção de mandioca — como cultura de subsistência mesmo nas fazendas de gado, comercializando-se apenas os excedentes de produção (Prado Júnior, 1970; Andrade, 1973). É nesse contexto que se encaixam alguns municípios da região do Agreste pernambucano, que hoje contam com economia fortemente marcada pela atividade de confecção, mas que já conviveram com dinâmica econômica bem diferente da atual.

Dado esse cenário apresentado, podemos dizer que a pluriatividade sempre esteve presente como forma da população agrestina obter sustento. Assim, quando alguma atividade se adaptava ao perfil biogeográfico da região, rapidamente era incorporada, como aconteceu com o algodão. Os algodões herbáceo e arbóreo estiveram presentes na composição agrária da região, sendo por vezes considerado produto agrícola comercial mais importante, muito produzido inclusive pela facilidade de ser cultivado na mesma área onde se plantava o milho e o feijão, com a técnica de rotação de cultura. A cultura algodoeira fomentou transformação na região semiárida, principalmente a partir do final do séc. XVIII e, por esse motivo, foi considerada a única atividade concorrente da cana-de-açúcar até os anos 1940, na disputa por espaço e por mão de obra, fato que influenciou no crescimento das vilas e dos povoados (Prado Júnior, 1970; Andrade, 1973).

Conforme discutido por Melo (1980, p.196), “no Agreste semiárido de Pernambuco a cotonicultura constituiu, em passado não remoto, a principal atividade agrícola e um dos principais alicerces econômicos da maior parte dos municípios”, junto às duas primeiras culturas citadas anteriormente (milho e feijão) e o algodão formavam o chamado “consórcio ternário”, configurado pelas produções que mais colaboraram na movimentação econômica da região. Em meados do século XX, o algodão — tido como ouro branco — foi a base econômica de vários municípios da região¹², com grande produção inclusive nos municípios de Santa Cruz

¹² Embora este trabalho aborde a região do Agreste pernambucano, ressaltamos que as atividades produtivas do algodão e da pecuária se estenderam também para o Sertão, área com características morfoclimáticas

do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte e Toritama, cultivado tanto por grandes quanto por pequenos proprietários de terras (Andrade, 1973). Essa produção foi considerada como “principal (embora reduzida) fonte de renda dos pequenos produtores e trabalhadores rurais nesses espaços nordestinos”; e, quando estava em baixa, a maioria dos produtores, sobretudo os pequenos, se viam “obrigados a levar ao mercado/*feira* o pequeno excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais” (Araújo, 1997, p. 17, grifo nosso).

Nos anos 1980, no entanto, a cotonicultura entrou em declínio, agudizado por alguns fatores, como as crises dos preços (não eram competitivos), a perda da produtividade do solo e a falta de avanço tecnológico da produção, além dos elevados “preços de arrendamento das terras e das margens da intermediação” (Melo, 1980, p.196). Em outros momentos, a cotonicultura também passou por crises, desde a influenciada pelo período de recessão econômico de 1929/30, pelas alterações na demanda internacional do produto, até aquelas ocasionadas pelos períodos de seca e pela ocorrência de pragas, como a praga da lagarta rosada e a do bicudo algodoeiro, sendo essa última a que mais assolou a produção de algodão no Nordeste no final do século XX, praticamente concretizando o declínio dessa cultura na região (Andrade, 1973; Araújo, 1995; Costa, 1996; Azambuja e Degrande, 2014).

Nos condicionantes regionais nordestinos, como pontuamos inicialmente, outra atividade econômica que ocupou grande espaço e, por bastante tempo, dominou a economia na região foi a pecuária, primordial para a produção de leite — que, no caso do produzido no Agreste de Pernambuco, tinha como destino principal o abastecimento do litoral e da zona canavieira. Com características climáticas e morfológicas que permitiam a ocupação do gado em grandes glebas de terra, ocorria até mesmo a integração entre as atividades pastoris e de lavoura, fazendo surgir estruturas como o “Sistema Gado-Policultura de uso da Terra” (Melo, 1980, p.209). No interior do Nordeste, a pecuária ocorria de forma extensiva e, além de fornecer leite para as áreas mais orientais, também, era produção responsável por fornecer força de trabalho (animal) para realização de atividades na cultura da cana-de-açúcar, nas áreas de mineração e na fabricação de charque/carne-seca para alimentação. Embora essa última não tenha sido muito expressiva, já que depois de um tempo o Rio Grande do Sul e a Argentina passaram a ser os principais distribuidores desse tipo de carne na região (Oliveira, 1977).

predominantemente semiárida, não apenas em Pernambuco, como também em outros estados do Nordeste. Como pode ser visto na leitura de algumas das referências acima citadas: OLIVEIRA, 1977; MELO, 1980; ARAÚJO, 1995, dentre outras.

No sistema gado-policultura, a plantação dos grãos (milho, feijão e fava) acontecia no primeiro trimestre do ano, seguida pela plantação do algodão no segundo trimestre; e, no final do ano após as colheitas, o gado era transportado para o roçado a fim de alimentar-se com os restos das plantações, antes que o período chuvoso voltasse no início do ano seguinte. Em meados dos anos 1960, a criação de gado expandiu-se ainda mais e, com o declínio da produção de algodão, as atividades pecuárias ganharam mais espaço. O espraiamento dessa criação acabou favoreceu a diminuição da cultura de milho e de feijão, porque o arrendamento da terra para pecuária tornou-se mais rentável para os seus proprietários (Andrade, 1973; Melo, 1980).

Ainda conforme Melo (1980), a diminuição das atividades vinculadas à agricultura provocou esvaziamento das áreas rurais e concomitante o deslocamento de população para zonas urbanas em busca de trabalho, provocando “redução na produção de alimentos e a intensificação da emigração rural” (Araújo, 1995, p. 133). Contudo, esses trabalhadores nem sempre eram absorvidos no mercado de trabalho e/ou destinavam-se ao subemprego, logo, ficavam à mercê da exploração de sua força de trabalho. Por vezes, as áreas consideradas urbanas sequer possuíam funções urbanas de fato, o que existia era uma rede urbana “representada por um conjunto de lugares de concentração não apenas da oferta de serviços, mas também de contingentes humanos marginalizados das atividades rurais” (Melo, 1980, p.239).

Nos períodos de seca, quando a população não tinha como manter sequer a agricultura de subsistência, eram implementadas as frentes de emergência, com recrutamento de mão-de-obra para atuar na construção de infraestruturas — rodovias e barragens — muitas vezes realizadas dentro de propriedades privadas, embora fossem financiadas por órgãos públicos, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), e o pagamento pelo trabalho à população era frequentemente feito com alimentos (Oliveira, 1977). As frentes de emergência foram parte de programas criados pelo governo federal desde o início do séc. XX — que tinham como proposta a realização de obras para mitigação de problemas relacionados às grandes secas — para fixar e ocupar trabalhadores na região semiárida (diminuindo migrações em massa), porém o regime de trabalho chegava a configurar formato análogo à escravidão e tornava a população pobre ainda mais dependente e marginalizada (Castro, 2019).

Ademais, mesmo que existissem outras atividades econômicas, elas eram escassas. A exemplo das ocupações no setor secundário, que estavam praticamente incipientes na região agrestina em meados do século XX, como confirmado pela baixa quantidade de população empregada no setor; que, em 1970, contava com apenas 6,6% da população economicamente ativa do Agreste pernambucano vinculada a ele (Melo, 1980). A partir dessa década, o

artesanato feito de cerâmica e de couro em Caruaru, as rendas em Poção e a confecção com base em retalhos em Santa Cruz do Capibaribe começavam a se destacar do ponto de vista da geração de renda, passando a ser comercializados em feiras. A tradicional feira de Caruaru — onde se vendia alimento, artesanato e era espaço de manifestações culturais com apresentações populares — passou a contar com comercialização de artigos de vestuário produzidos em municípios da região na década de 1980 (Gonçalves, 2019). Dessa forma, embora não despontasse como zona industrial forte, a cidade de Caruaru, à época, contou com investimentos industriais fomentados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no setor têxtil e de couro, dada a já existente produção e beneficiamento de artigos fabricados com essas matérias primas (Melo, 1980).

Apesar de Caruaru ser historicamente a cidade mais importante do Agreste pernambucano, devido à grande concentração da produção agrícola em seu entorno que se destinava ao mercado consumidor do Recife (IBGE, 1958), e ainda permanecer como cidade de maior porte (população estimada de 365 mil habitantes em 2020 pelo IBGE) principalmente por ter oferta mais diversificada de serviços e comércios, não foi nela que teve origem a confecção no Agreste. Foi na cidade de Santa Cruz do Capibaribe (população estimada de 110 mil habitantes em 2020 pelo IBGE) onde teve início a produção e concentração dessa atividade em meados do século XX, quando a população passou a fabricar roupas com retalhos de tecidos, destinando-os à venda para geração de renda.

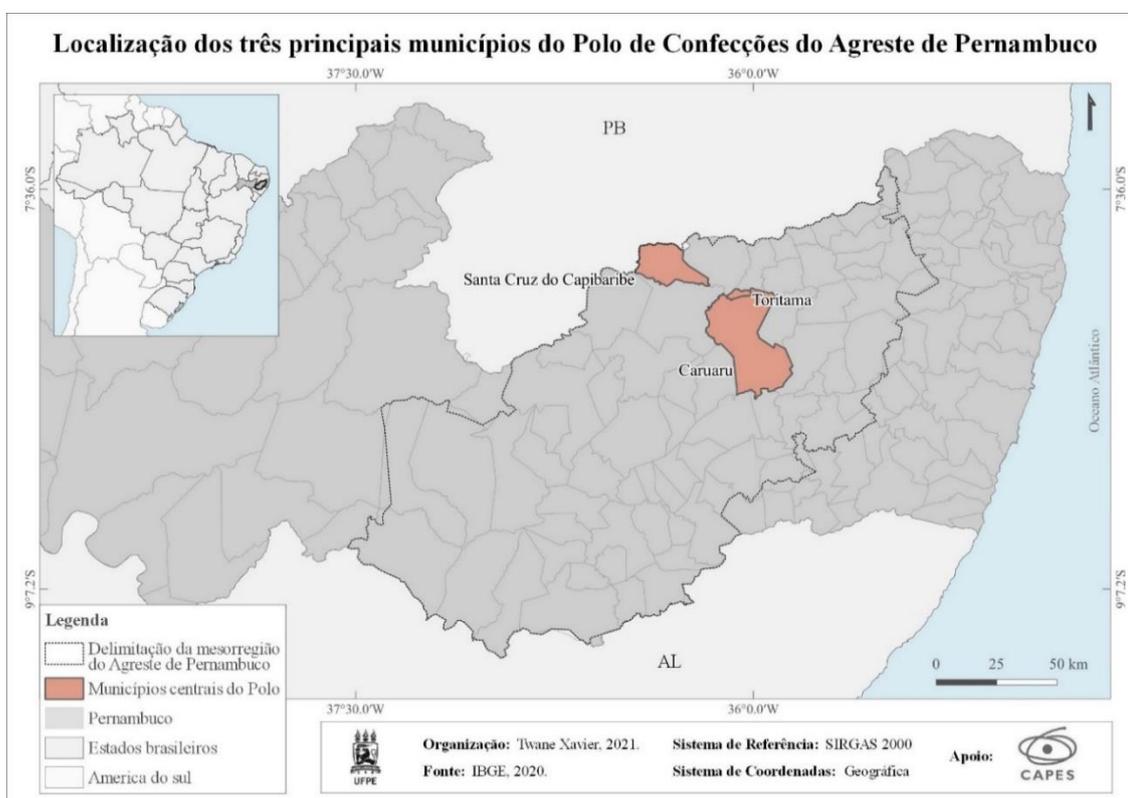
Os retalhos eram trazidos das fábricas de tecido localizadas na cidade do Recife, inicialmente disponibilizados de forma gratuita. Entretanto, com o tempo, devido ao aumento da demanda, os retalhos passaram a ser trazidos também do sudeste do país e vendidos aos produtores de confecção. Com a queda do cultivo de algodão, além da dificuldade de manter outros plantios numa região de ampliada escassez hídrica, a confecção acabou por assumir o posto de atividade fundamental, tornando-se, até hoje, meio provedor de renda para boa parte da população em diversas cidades agrestinas. As peças produzidas com retalhos em Santa Cruz do Capibaribe eram vendidas a preços baixos nas feiras da Sulanca¹³, com manufatura principalmente de artigos como lençóis, cobertores, tapetes e, ao longo dos anos, roupas (Lira, 2006; 2009; Xavier, 2006; Vêras De Oliveira, 2011).

Outras duas cidades que se juntaram à Santa Cruz do Capibaribe e se destacaram na produção e na comercialização de confecções no Agreste do estado de Pernambuco, na segunda

¹³ O nome dado à feira (Sulanca) é resultante da composição entre as palavras Sul e helanca, localidade de onde vinham os retalhos e o nome do tecido, respectivamente.

metade do século XX, foram Toritama e Caruaru (Figura 3). Ambas possuíam produção artesanal de calçados por volta da década de 1940. Caruaru, inclusive, já contava “com 362 pequenas indústrias das quais se destacam as de artefatos de couro, de calçados, e beneficiamento de algodão e caroá, os curtumes e as fábricas de doces e bebidas” (IBGE, 1958, p.54). Como a produção sofreu queda devido ao aumento do custo da matéria prima e a substituição do couro por produtos sintéticos, parte da população das duas cidades voltara-se também para a produção de confecções a partir dos anos 1970/1980. Em Toritama, houve especialização na fabricação do *jeans* (Lira, 2006) e, em Caruaru, a produção de roupas em geral, mas com um foco maior na venda, incorporada à tradicional feira existente nesta última cidade (Gonçalves, 2019).

Figura 3 – Localização dos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em Pernambuco



Fonte: a autora, 2021.

As três cidades estão relativamente perto uma da outra: Toritama e Caruaru dividem o limite municipal e Santa Cruz do Capibaribe mais a noroeste. Os centros urbanos delas, especificamente a partir do ponto de localização das atuais feiras da Sulanca das cidades, distam em torno de 40km entre Caruaru e Toritama e cerca de 23km entre Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. E, em relação à capital, essa última encontra-se a aproximadamente 130km de distância. A seguir falaremos um pouco mais sobre o alcance da confecção em cada uma dessas três cidades para ajudar a entender como se deu o processo de disseminação dessa atividade nos

municípios e como tal processo tem favorecido a reconfiguração de alguns desses espaços nos últimos anos.

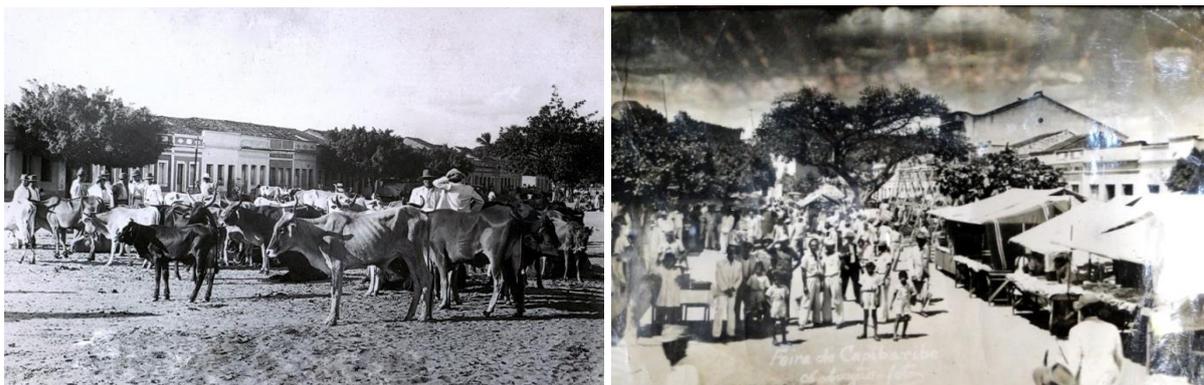
3.1 AS TRÊS PRINCIPAIS CIDADES DO POLO DE CONFECÇÕES

3.1.1 Santa Cruz do Capibaribe – PE

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe teve origem às margens do Rio Capibaribe, em área possivelmente de paragem das boiadas que passavam pela região. Distante cerca de 190 km do Recife, ela está localizada na mesorregião agrestina, em sua parte mais setentrional, na microrregião do Alto Capibaribe, com clima predominantemente semiárido. Para chegar à cidade saindo do Recife, as duas principais rotas são pelo trajeto BR-232/ BR-104, passando pelas cidades de Vitória de Santo Antão, Bezerros, Caruaru e Toritama, ou pela BR-408/PE-090, cruzando Carpina, Surubim, Vertentes e Toritama. Atualmente, devido à maior quilometragem de trechos da rodovia duplicada, o trajeto mais rápido é feito pela primeira das duas rotas citadas. Ambos os caminhos foram usados para a entrada dos retalhos de tecidos na cidade e ainda são utilizados atualmente para a chegada e partida daqueles que comercializam, ou compram, as mercadorias.

Ao longo de sua formação, a cidade teve economia perpassando diversas culturas (pecuária, grãos para subsistência e algodão); pois, como falamos no início deste capítulo, esses três tipos de produção estão intrinsecamente vinculados à origem da ocupação do Agreste pernambucano (Andrade, 1973; Oliveira, 1977; Melo, 1980; Araújo, 1995). No início do século XX, em Santa Cruz, havia estabelecimentos comerciais que compravam algodão, além de equipamentos (tais como as bolandeiras) a fim de prepará-lo para a comercialização (Xavier, 2006). Assim, a cidade vinculava-se um pouco mais à produção algodoeira. A dinâmica econômica estava atrelada à realização da feira (Figura 4), onde além do gado, eram comercializados outros alimentos de origem animal, como ovos e queijo (os excedentes da agricultura do que era produzido para subsistência) e algumas peças de barro feitas com argila extraída do rio.

Figura 4 – Feira do gado e feira livre em Santa Cruz do Capibaribe (décadas de 1940/50)



Fonte: Acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

A sua população, assim como a de boa parte da região, adequava-se a novos trabalhos conforme surgiam adversidades inerentes às situações climáticas e socioeconômicas, com adaptação até para os trabalhos ofertados nas frentes de emergência. Como ressalta Xavier (2012, p.110), “a ausência de condição de sobrevivência do pequeno agricultor constituiu-se num elemento estimulante para a busca de novas opções fora do campo”. À medida que as outras fontes de renda entravam em declínio — como a queda da produção de algodão, os períodos de seca que castigavam a criação de animais e a produção agrícola, ou mesmo pela diminuição da agricultura de subsistência devido à ocupação de terras pela pecuária — a confecção de roupas começava a aparecer. Nesse sentido, contribuiu para a ocorrência de migrações das zonas rurais para as urbanas (ainda que nas áreas com urbanização bem inicial), inclusive dentro da própria região (Melo, 1980), resultando na disponibilidade de mão de obra e, assim, a inserção desse excedente no mercado da confecção aconteceu espontaneamente.

Foi em meados do século XX que a produção de roupas teve início em Santa Cruz do Capibaribe. Os primeiros comerciantes e *sulanqueiros*¹⁴, que chegavam com os retalhos na cidade, são descritos oralmente pela população como Manuel Caboclo, Pedro Diniz e Dedé Moraes, além do caminhoneiro Fernando Silvestre (conhecido como Noronha)¹⁵. Os caminhoneiros, que transportavam algodão e produtos agropecuários para o litoral, voltavam trazendo retalhos de tecidos do Recife e de cidades vizinhas como Olinda e Paulista, onde se encontravam grandes fábricas de tecido nesse período (Figura 5). Os retalhos eram repassados para as costureiras e, muitas delas, além de fabricar, passaram a vender o que produziam. As ruas Siqueira Campos e Raimundo Francelino Aragão, localizadas no centro da cidade, foram

¹⁴ *Sulanqueiros* é expressão relacionada ao nome dado à feira, para representar comerciantes que vendiam e compravam roupas nas nesses locais, desde sua origem, e ainda hoje é expressão muito usada na região.

¹⁵ Informação disponível no Museu da Sulanca, localizado no estacionamento do Moda Center Santa Cruz, em Santa Cruz do Capibaribe.

as primeiras ruas onde as costureiras se reuniam para vender os produtos que confeccionavam (Figura 6).

Figura 5 – Caminhoneiros em Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

A costura foi iniciada com máquinas manuais, aquelas com pedais que não precisavam de energia e que não dificultavam a costura em tecido de algodão mais grosseiro. Por volta dos anos 1950, com uma fabricação simples de produtos como cobertores, toalhas, bermudas e outros itens para o dia a dia, a atividade rapidamente alcançou posto de principal fonte de trabalho e de renda para algumas famílias na cidade (Xavier, 2006; Lira, 2009; Brunett, 2014).

Figura 6 – Costureiras e vendas nas ruas de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

Ademais, ela era feita em casa, majoritariamente pelas mulheres, e a venda ocorria nas feiras. Alguns caminhoneiros e tropeiros, além de vender nas ruas da cidade, pegavam a mercadoria para comercializá-la em outras feiras livres pela região (Brunett, 2014). Os produtos confeccionados eram de baixo custo, com realização de trabalho em estrutura familiar, destinados a compradores de baixa renda que se deslocavam para a feira.

Não demorou muito para que atividade se espalhasse pelo município principalmente com a ampliação do acesso à energia elétrica em meados de 1960, ainda que disponível apenas nas ruas principais do centro do município, pois nesse período esse recurso era bem pouco

distribuído pelo interior do país, especialmente no Nordeste (Santos e Silveira, 2006). Com a chegada da rede elétrica, foi possível inserir a máquina semi-industrial de *overlock* (apelidada de ‘tatuzinha’ pelo mecânico Mauro Feitosa) e a produção começou a aumentar. O senhor Feitosa, que se deslocava entre Santa Cruz e São Paulo, foi quem levou as primeiras máquinas desse tipo para a cidade. Como levava retalhos de malhas para as costureiras e não dava para fazer as peças nas máquinas manuais, porque não eram adequadas para esse tipo de tecido, ele resolveu levar novas máquinas em suas viagens e ensinou algumas costureiras a usarem-nas. Além de ensinar a usar, ele passou a trazer mais “tatuzinhas” para as trabalhadoras a fim de poder vender os retalhos de malha que trazia, também oferecia o serviço de conserto/manutenção das máquinas (Brunett, 2014). Conforme Cabral (2007), esses avanços citados até aqui, contribuíram para a primeira fase de organização da confecção no Agreste, que ocorreu entre 1949 e 1966.

Ainda segundo Cabral (2007), foi só uma questão de tempo para que as marcas de máquina de costura passassem a chegar na cidade. A produção foi se atualizando e, nos anos 1970, com o apoio do Banco do Brasil, foram financiadas cerca de 2,5 mil máquinas de costura na cidade. A chegada de novos equipamentos, a modernização da costura e o consequente aumento da produção e das vendas, levou a uma segunda etapa de estruturação desse processo de expansão da atividade produtiva pela região, fazendo-a extrapolar para os municípios de Caruaru e Toritama no início dos anos 1980 (Figura 7).

Figura 7 – Colagem de fotos com costureiras e feirantes nas ruas de Santa Cruz (entre 1980 e 2000)



Fonte: Acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

A partir desse momento, teve início a terceira fase, que dura toda a década e é marcada pela consolidação da confecção nesses dois municípios, passando a ocupar espaço de comercialização na tradicional Feira de Caruaru e a incorporar o *jeans* em Toritama. Nesse caso, o tecido foi incluído porque a população da cidade já dispunha de máquinas para produção de calçados em couro (bastante comercializados até a década anterior, mas que declinou devido à entrada de produtos industrializados), logo, conseguiam utilizar na costura um material mais denso/espesso, o *jeans*. Nessa fase, é significativa a chegada de empresas para vender maquinário e tecidos na região, a expansão das lavanderias em Toritama e as compras coletivas de insumos pelos pequenos produtores, processo incentivado pela União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (Cabral, 2007; Andrade, 2008).

Por fim, Cabral (2007) destaca a última fase, que teve início nos anos 1990 e vai até meados dos anos 2000. Um período em que o mercado nacional passa a ter maior impacto com a abertura comercial do país, influenciando na reestruturação produtiva, no aumento da terceirização e na busca por mais modernização no setor, que alcançou novas tecnologias como máquinas de corte a laser, máquinas de costura mais eficientes e o aumento de unidades fabris (formais e informais). São destacadas também as novas estratégias de gestão, de produção, de comercialização, de *marketing* e de impulsionamento dos setores da confecção como um todo, por parte de importantes agentes locais e regionais, tais como as associações comerciais e industriais, sindicatos da indústria têxtil e de vestuário, as Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), o SEBRAE, o SENAI e outros agentes, dando contorno ao que se chamaria de Arranjo Produtivo Local da Confecção em Pernambuco.

Naquele momento, começaram a surgir eventos de moda nas cidades, as confecções passaram a seguir tendências de lançamento de coleção de acordo com as estações do ano e são construídos os novos centros¹⁶ de venda específicos para a comercialização das peças com o intuito de promover a descaracterização de que se tratava de produtos de baixa qualidade por serem baratos (Xavier, 2006; Cabral, 2007; Andrade, 2008; Lira, 2009).

O crescimento da produção de confecção na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, levou a feira a ocupar cada vez mais ruas com o passar dos anos, pois não apenas produtores locais, mas também de municípios vizinhos, deslocavam-se para vender suas mercadorias lá nos dias de feira, que em dado momento chegou a acontecer duas vezes na semana (Figura 8). A expansão da atividade na cidade, deu-se pela junção de vários fatores, entre os quais destacam-

¹⁶ Ainda neste capítulo, falaremos mais detalhadamente sobre esses centros de venda específicos.

se: a mão de obra disponível, a facilidade de ensinar o ofício da produção e da venda entre os familiares, o baixo custo inicial para produção, a flexibilização do trabalho, a disponibilidade de local para comercialização (a feira), além das vias de escoamento da produção e da melhoria das comunicações (Xavier, 2006; Andrade, 2008; Lira, 2009).

Figura 8 – Ocupação das ruas centrais de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

Os trabalhos informal e autônomo, e o aumento das micro e pequenas empresas locais, fizeram a atividade avançar — não apenas dentro de Santa Cruz do Capibaribe, como também para além dos limites municipais — e pulverizar-se nas cidades vizinhas, tal qual já ressaltado em diversas pesquisas que retratam o Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco (Xavier, 2006; Cabral, 2007; Lira, 2009; Vêras de Oliveira, 2011; Pereira Neto, 2013; Sebrae, 2013; Xavier, 2012; Xavier, 2018; Sebrae, 2019; Milanês, 2015; 2020). Ao passo que a população incorporava a atividade, foi se configurando uma divisão do trabalho dentro dos próprios territórios municipais e/ou entre os municípios vizinhos. Dessa forma, o processo produtivo reproduziu-se diretamente ligado ao circuito inferior da economia urbana (Santos, [1979] 2004), o qual possui um trabalho feito de forma mais artesanal, sem tecnologia de ponta, com produção familiar e mão de obra de baixo custo, pois como ressaltado por Lira:

O confeccionista não precisa ter muita experiência no ramo para iniciar a produção de confeccões. Basta comprar uma peça de vestuário, já pronta, ou uma revista de moda e levá-la até um(a) modelista. Este(a) faz as modelagens com numerações diferentes, compra o tecido e leva-o para o cortador. Entrega-o para a facção que costura as peças; em seguida, entrega-o para fazer a travetagem¹⁷ e o aprontamento: colocação de botões, taiguer (placas de papelão com identificação do produtor); finalizando, então, com a embalagem (Lira, 2009, p.61).

¹⁷ Travete é o nome dado ao acabamento feito nas roupas.

Esse processo de produção é subdividido em várias fases, isso porque a subdivisão possibilita a especialização da produção em uma ou em várias dessas etapas. O proprietário de micro ou pequena empresa pode subcontratar profissionais informais que trabalham em suas próprias residências, em pequenos fabricos¹⁸ e/ou nas facções¹⁹, para fazer alguma das etapas específicas da confecção, de forma a diminuir os custos da produção. O que é comumente encontrado não apenas em Santa Cruz do Capibaribe, mas também nas demais cidades. Por outro lado, a população de determinada cidade pode acabar especializando-se em um tipo de confecção, como foi o caso de Toritama, que ficou conhecida como “capital do *jeans*”, por ter se direcionado para a produção de peças desse tipo, considerada atualmente “o segundo maior polo de confecção *jeanswear* do Brasil” (SEBRAE, 2019).

3.1.2 Toritama – PE

O município de Toritama (Figura 9)— antes de se tornar município foi distrito de Vertentes e de Taquaritinga, oriundo de um povoado que teve início em terras doadas por um fazendeiro no século XIX — teve a sua relação com o município de Caruaru intensificada após a construção de uma ponte sobre o Rio Capibaribe, em 1923, por onde o excedente de produção agrícola era escoado visando a comercialização. A economia da vila era basicamente apoiada na agricultura e o principal comércio era de grãos (milho e feijão) e alguns outros alimentos. Apesar da plantação de algodão e da criação de bovinos e de caprinos também terem existido em Toritama, o clima semiárido e a baixa produtividade do solo não favoreciam a expansão dessas atividades, tal como em outros assentamentos do Agreste, dando caráter essencialmente rural à localidade (Andrade, 2008; Vasconcelos, 2012).

¹⁸ Os fabricos são unidades de produção informal, cujos espaços se confundem com a residência do seu proprietário (PEREIRA NETO, 2013, p.168). Ou conforme Vêras de Oliveira (2011, p.1), fabricos “são unidades produtivas familiares, com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas. Tomando-se o número de trabalhadores assalariados, pode não ter nenhum (realizando o trabalho apenas com a família) ou chegar a dezenas de contratados (em bases informais)”.

¹⁹ Enquanto as facções “são unidades produtivas em geral constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos ‘fabricos’, e que se caracterizam por atender, sob a condição de subcontratadas, as demandas pontuais das ‘fábricas’ e ‘fabricos’, se especializando na realização de uma ou poucas tarefas do processo de produção, com destaque para a costura, o corte, o bordado, o travete (no caso do jeans), a implantação de casas e botões etc.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p.1)

Figura 9 – Toritama quando ainda era vila



Fonte: VASCONCELOS, 2012.

Por volta das décadas de 1940 e 1950, a população do povoado já realizava produção artesanal de calçados em couro, sob influência de Caruaru. Com a decadência dessa atividade, resultante da concorrência provocada pela chegada dos calçados industrializados nos anos 1970, o deslocamento dos artesãos para a produção de confecção acabou ocorrendo de forma espontânea, tendo em vista que em Santa Cruz do Capibaribe essa atividade já era difundida (Vasconcelos, 2012; SEBRAE, 2019). As máquinas utilizadas na produção do calçado foram ideais para a confecção usando tecido mais grosso, o que influenciou na especialização de produção com base no *jeans*. O município passou a exercer papel de destaque e se posicionar como um dos três principais do polo, cuja produção se espalhou nas áreas urbanas e rurais, com a população passando a considerar o produto como “ouro azul”, devido ao aumento da renda auferido por quem confeccionava peças desse tipo. Inclusive, moradores de Toritama consideram que “faz 20 anos que (o *jeans*) significa sobrevivência – alternativa para quem tem dificuldades de plantar e colher devido ao clima seco da região” (SEBRAE, 2019, p.8).

A economia do município está tão vinculada ao jeans e à confecção que, de acordo com o SEBRAE (2019) chega a contar com cerca de 60 mil empregos (diretos e indiretos), dos quais 15 mil são vinculados diretamente à produção de *jeans*. Conforme destacado pela Prefeitura de Toritama²⁰, sua produção e comercialização “concentra mais de 3 mil empresas de confecções e mais de 50 lavanderias industriais, de onde saem aproximadamente 16% da produção nacional de roupas em *jeans*, cerca de 60 milhões de peças por ano”. Outro ponto que não podemos

²⁰ Informação disponível no site da Prefeitura de Toritama: <https://toritama.pe.gov.br/feira-do-jeans/>

deixar de destacar é a intensa divulgação do *jeans* por meio de propagandas em *outdoors* espalhados pela rodovia, tanto no caminho que leva à cidade quanto dentro da cidade, destacando as marcas e os modelos das peças (Figura 10 e Figura 11).

Figura 10 – *Outdoors* com propagandas de jeans na entrada da área urbana de Toritama



Foto: trabalho de campo realizado em maio de 2021, autoria própria.

Figura 11 – *Outdoors* com marcas das lojas nas proximidades do Parque das Feiras - Toritama



Foto: trabalho de campo realizado em maio de 2021, autoria própria.

Logo na entrada da área urbana do município, para onde se olha, é possível identificar referências ao *jeans*. Ao transitar pelas ruas, são incontáveis os imóveis com instalação de pequenas unidades de trabalho, ou mesmo com pessoal transportando *jeans*. Homens, mulheres e, muitas vezes, crianças dividem o espaço da casa entre local de moradia e de produção do jeans. Chega a ser comum encontrar, nas fachadas das casas, placas com avisos sobre a necessidade de contratação de ajudantes/costureiras ou informando que fazem alguma etapa do processo de confecção, como *cós*, *travete* ou *caseado*, por exemplo (Figura 12). Também é fácil encontrar pelas ruas estabelecimentos com venda de aviamentos e tecidos, as lavanderias, caminhões ou caminhonetes transportando lenha para as lavanderias, bem como a existência de oficinas para manutenção e conserto das máquinas de costura.

Figura 12 – Espaços de produção de jeans pelas ruas do município de Toritama



Fonte: Google Street View, 2021

Como mostrado por Lira (2006), a população localizada em áreas rurais de Toritama já atuava na produção de confecção desde o início dos anos 2000, e, atualmente, a dinâmica que a atividade produtiva provocou na cidade é notória para qualquer visitante. A ampliação do acesso à energia contribuiu fortemente para que a população rural não precisasse se deslocar para trabalhar nas áreas urbanas, já que conseguiam produzir em suas casas. Em relatos apresentados por Milanês (2015), pode ser visto que a população rural migrava para as áreas urbanas dos municípios; porque, além de não conseguir plantar e colher com regularidade, não existia infraestrutura suficiente para trabalhar com confecção em seus próprios sítios. Além disso a renda obtida com as vendas na Sulanca era vista como ponto favorável à mudança para as sedes municipais. Para muitos, foi só com a chegada da energia elétrica às áreas rurais, no final da década de 1990, que a população pôde continuar nos sítios e se manter no ramo da confecção, montando as facções e, ao mesmo tempo, conservando a vivência com o campo, produzindo ou criando animais para subsistência e para compor a renda, ou apenas trabalhando com a confecção e comercializando nas feiras (Milanês, 2015).

Deslocamentos desse tipo ocorrem nos vários municípios do Polo, não só em Santa Cruz do Capibaribe e em Toritama, como também em Vertentes, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, entre outros. Relatos de costureiras moradoras de áreas rurais, com as quais tivemos oportunidade de conversar, reforçaram essa tendência. Uma das costureiras, moradora do povoado de Juá (em Caruaru), localizado mais próximo do centro de Toritama, relatou trabalhar com a confecção desde os 14 anos de idade (atualmente com 40 anos), quando ela e as irmãs aprenderam o ofício com a mãe. Além dela, todas as irmãs e os cunhados também moram em sítios da região e trabalham com a confecção de *jeans*. Ela ressaltou que boa parte da população de seu povoado prefere trabalhar com a confecção por ser mais rentável do que com o trabalho rural, ainda que mantenham algum plantio e/ou criação animal para consumo próprio. Relatos como esses não são difíceis de encontrar, as outras duas costureiras com quem conversei, que moram em sítios, descreveram narrativas muito parecidas a essa, sobre as quais voltaremos a falar mais adiante.

No caso de Toritama, enquanto na área urbana predominam as lavanderias, que precisam de maior infraestrutura e planta industrial específica para produção, pois fazem a lavagem e o tingimento do *jeans* (Figura 13), bem como fábricas e fabricos maiores; nas áreas rurais predominam as facções dentro das casas (Figura 14) ou em estruturas anexas às casas.

Figura 13 – Lavanderia em Toritama (processo de lavagem e tingimento)



Foto: trabalho de campo realizado em maio de 2018, autoria própria.

A existência das lavanderias, contudo, provocou problemas ambientais ao longo dos anos na cidade devido à poluição gerada pelos rejeitos químicos descartados nos rios Capibaribe e Ipojuca. A partir de denúncias feitas pelo Ministério Público em 2003, lavanderias foram visitadas na cidade, em ação conjunta com a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH; e, assim, autuadas por irregularidades ambientais. Em seguida, foi criado um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, que foi assinado pelas lavanderias, pela prefeitura, pelo governo do Estado e pelo próprio Ministério Público, o qual serviu para ditar normas sobre a construção de estações

de tratamento de água das lavanderias a fim de que as águas fossem descartadas de forma descontaminada nos rios, com a fiscalização sob responsabilidade da CPRH (Lima, 2006).

Embora a fiscalização tenha surtido efeito positivo no início devido à obrigatoriedade da implantação do sistema de tratamento de efluente, com o tempo, ela passou a não ser tão eficaz, pois muitas lavanderias continuavam funcionando durante os finais de semana sem utilizar o sistema nesses períodos, por serem dias em que a fiscalização pelo CPRH não ocorria e, além disso, algumas lavanderias se transferiram para municípios vizinhos, como Riacho das Almas, em busca de um local com menor alcance da vistoria (Oliveira, 2007).

Figura 14 – Fação de *jeans* em casas da zona rural de Toritama (esquerda) e Caruaru (direita)



Fonte: enviadas por costureiras moradoras áreas rurais, 2021.

Ainda hoje, são encontradas irregularidades nas lavanderias do município, já que a fiscalização com frequência não consegue alcançar todo o contingente. Em 2017, por exemplo, conforme matéria veiculada em portal de notícia²¹, após denúncias feitas por meio da ouvidoria da CPRH, três lavanderias foram interditadas em Toritama e outras seis em Caruaru. Em 2018, foi instituída na cidade a Lei Municipal 1643, cujo objetivo foi estabelecer procedimentos de licenciamento, termo de ajustamento de conduta, infrações administrativas, processos administrativos, entre outras necessidades para as lavanderias funcionarem, buscando a melhoria dos processos realizados por elas e diminuição dos impactos ambientais.

Em dezembro de 2018, foi realizado o I Fórum Ambiental, organizado pela CPRH em parceria com a Prefeitura de Toritama, voltado para ação de conscientização dos gestores de lavanderias industriais localizadas no Agreste de Pernambuco, onde foi apresentada a cartilha “Lavando Limpo”, elaborada pela agência, com objetivo de difundir informações sobre as medidas que deveriam ser adotadas para minimização dos impactos negativos provocados pelas lavanderias. Na cartilha, são ressaltados os seguintes pontos: a importância da cadeia têxtil para

²¹ Matérias sobre lavanderias interditadas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2017/03/lavanderias-sao-interditadas-pela-cprh-em-caruaru-e-toritama-em-pe.html>>.

a economia da Região e do Estado; os impactos que as lavanderias podem causar, como geração de efluentes líquidos industriais (Figura 15), de resíduos sólidos perigosos e não perigosos, emissões atmosféricas como fuligem e gases, alto consumo de água e ainda a contribuição para o desmatamento devido ao consumo de lenha nas fornalhas ou caldeiras; a indispensabilidade de aplicação de procedimentos para diminuição desses impactos pelas empresas (CPRH, 2018).

Figura 15 – Canal na PE-090 com despejo de líquido azul em Toritama



Fonte: Google Street View, 2021

No entanto, eventualmente, novos casos de descartes irregulares são denunciados e o problema volta a ganhar destaque na mídia, levando as discussões sobre o tema às pautas dos órgãos gestores e fiscalizadores. Infelizmente, frequentemente são encontrados no município trechos dos córregos tingidos de azul, tal como pode ser visto no canal na PE-090, que corta a cidade.

3.1.3 Caruaru – PE

Às margens do rio Ipojuca, também no Agreste de Pernambuco, Caruaru se formou como povoado. Antes de se tornar município, foi distrito de outros (Vitória de Santo Antão, Bezerros e Bonito) e só recebeu título de cidade em 1853. Embora esteja em área predominantemente de caatinga, a localização geográfica entre brejos de altitude, é um dos principais fatores da consolidação do povoado, pois a comercialização de alimentos vindos dos brejos influenciou na aglomeração de população na área, com a formação de uma área de comércio (Cardoso, 1965).

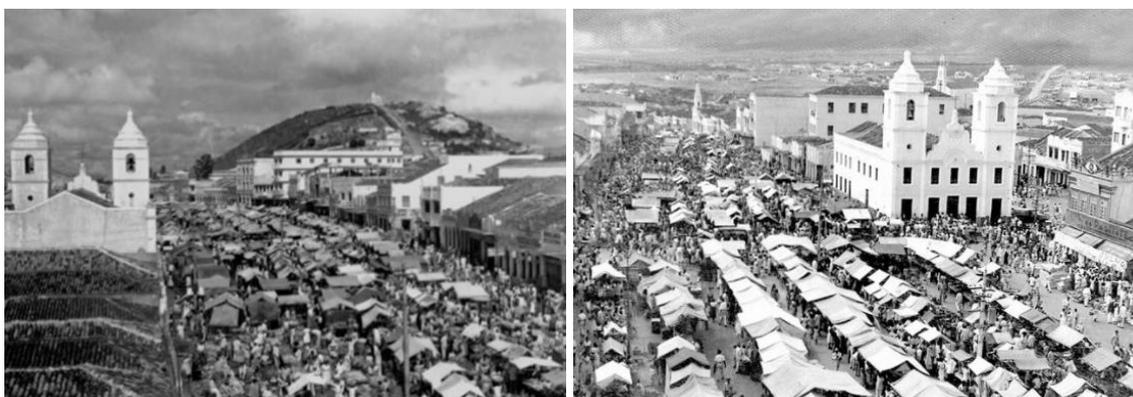
Há relatos que a feira de Caruaru teve origem antes mesmo da formação da cidade, alocada em uma fazenda que ficava em um dos caminhos por onde passava o gado, que vinha do litoral do estado em direção ao sertão. No espaço da feira, era realizada a comercialização

dos animais, que contribuía para a chegada de vendedores de municípios e de estados vizinhos, chamada de feira do gado. Com importante papel na comercialização entre os que por ela passavam, a feira cresceu e favoreceu a ampliação do povoado e posteriormente da cidade, tornando-se um grande centro comercial, com intenso fluxo de pessoas e de mercadorias até hoje (Cardoso, 1965; Gonçalves, 2019).

Cortada pela Rede Ferroviária do Nordeste e pela então Rodovia Central de Pernambuco (BR-25), a cidade se consolidou em uma localização estratégica entre Recife — a capital do estado e importante metrópole nordestina — e o município de Arcoverde, visto como porta de entrada para o sertão por ligar o litoral ao sertão do estado (Cardoso, 1965). Certamente, a chegada da ferrovia (final do séc. XIX) e da rodovia (meados do séc. XX) nas proximidades da área principal de Caruaru, viabilizaram fortemente o aumento de sua centralidade regional. Não apenas a feira, mas também a ampliação das conexões viárias com outras importantes cidades, foi primordial para a formação e influência da cidade com o passar dos anos.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade já despontava como segundo principal centro comercial de Pernambuco, atrás apenas da capital. Além de contar com posto de resfriamento e aprimoramento para transporte de leite, que recebia todos os dias centenas de litros de leite de municípios vizinhos para refrigeração e encaminhamento ao Recife, a economia da cidade também contava com uma tímida, mas crescente, indústria da transformação. Eram encontradas desde indústrias de produtos alimentícios, bebidas e minerais não metálicos, até produtos em couro, têxteis e de vestuário. Entre essas, a indústria têxtil, de vestuário e de couro juntas correspondiam a 70 estabelecimentos e 1057 pessoal ocupado, enquanto as outras três contavam com 97 estabelecimentos e 693 pessoas ocupadas. Com a realização da feira, a área central da cidade ficava repleta de barracas e de gente circulando (Figura 16), comprando e vendendo, todas às quartas-feiras e aos sábados (Cardoso, 1965).

Figura 16 – Fotografias da feira de Caruaru (décadas de 1950 e 1960)



Fonte: Cardoso (1965) e NE10 (2021)

Na década de 1960, a população de Caruaru era estimada em 109.960 pessoas, muito à frente de cidades vizinhas, ficando atrás apenas de Recife (790 mil) e de Garanhuns (124 mil), enquanto Santa Cruz do Capibaribe e Toritama possuíam contingente de 7.063 e 6.630 pessoas, respectivamente, conforme o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1961). Além disso, como apontado no parágrafo anterior, Caruaru já contava com indústrias nesse período, diferente das outras duas cidades, destacando-se com a segunda maior concentração industrial do Estado. Com o passar dos anos, a feira foi crescendo em tamanho e em expressividade em todo o Nordeste, não apenas como espaço voltado para vendas de mercadorias, mas também se estruturou enquanto “espaço de manifestação da arte popular, haja vista que nela ocorriam apresentações de violeiros, cantadores e cordelistas que, ao mesmo tempo, a utilizava como fonte de inspiração” (Gonçalves, 2019, p. 68).

Muito de sua dinâmica atual é resultante de sua origem como uma das cidades Bocas de Sertão, denominação dada inicialmente para “designar vilas que surgiram longe da orla litorânea a partir do século XVII” (Maia, 2017b, p.27), que eram cidades que se estruturavam através do caminho de passagem do gado, de fazendas ou de pequenos centros para encontros comerciais por meio das pequenas feiras. (Azevedo, 1970). Com a chegada da ferrovia à Caruaru em 1895, a até então vila começou a se expandir, ganhou o título de cidade e passou a exercer ainda mais um papel de centralidade na região do Agreste pernambucano a partir da intermediação de produtos entre o litoral e o sertão (Almeida, 2015).

Aos poucos, a cidade cresceu, desenvolvendo indústrias e serviços; e, em meados do século XX, reafirmou-se como principal cidade do interior do estado de Pernambuco. A tradicional feira já era bastante conhecida, e a contar da década de 1970, os empreendedores da cidade começaram a incorporar as atividades de confecções, seguindo a tendência encontrada em Santa Cruz do Capibaribe. Vale ressaltar que a importância das feiras será abordada com mais detalhe no subcapítulo seguinte.

A cidade de Caruaru aparece como unidade central da região (IBGE, 2008; IBGE, 2017; IBGE, 2018), devido à oferta de serviços públicos e privados, à sua dinâmica econômica, que abarca atividades para além das ligadas à confecção — movimentada pelo turismo, durante as festas juninas, e pelo artesanato — bem como por seu histórico como principal município do interior do estado. A cidade também passou a ser nacionalmente conhecida, a partir de músicas, pelos diversos poemas e cordéis que retratam sua história, e ainda pelo artesanato, especialmente do Mestre Vitalino, o mais conhecido artesão da cidade.

Com base no exposto, entende-se que o processo de expansão das atividades de confecção pelos municípios supracitados se deu de forma espontânea, capitaneado principalmente pela

força de trabalho vinda das famílias que buscavam alternativas de obtenção de renda frente às adversidades ambientais e econômicas presentes, o que foi facilitado pela forma como o ofício era passado de pais para filhos ou entre familiares de outros graus, tanto da produção quanto das vendas (Véras de Oliveira, 2011; Pereira Neto, 2013). Os três municípios são os que possuem, até hoje, maior concentração de unidades produtivas, formais e informais, relacionadas à confecção e as maiores feiras comerciais atacadistas e varejistas voltadas para esse fim no Nordeste brasileiro. E é sobre a importância dessas feiras que falaremos a seguir.

3.2 O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES NAS CIDADES DO INTERIOR NORDESTINO E A TRANSFORMAÇÃO DAS FEIRAS DA CONFECÇÃO

A ocorrência de feiras, ou aglomeração de pessoas para realização de trocas de mercadoria em um local, é visto como um fenômeno antigo. A sua recorrência foi intensificada a partir da possibilidade de comercialização do excedente de produção do campo, como destaca Dantas (2008, p.88), ao considerar que o “elemento principal para o desenvolvimento das feiras, enquanto instituição destinada à troca de produtos, ocorreu justamente quando há expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal”. A formação das cidades também estimulou o surgimento das feiras, graças à possibilidade de realização da comercialização dos excedentes do campo em uma área composta por aglomeração populacional, a partir da Idade Média, “no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo” (Gonçalves, 2019). Além disso, os núcleos de povoamento despontavam como lugares que serviam de base para a realização das feiras e/ou mercados (como também eram chamados) na Europa²² nesse período, e eles ocorriam de forma periódica (em dias e locais específicos), influenciando na circulação de pessoas e mercadoria no local onde aconteciam. Essa periodicidade é vista como uma das características principais das feiras (Dantas, 2008; Gonçalves, 2019).

No Brasil, com a chegada dos colonizadores, a feira se estabeleceu nos moldes europeus; e, conforme Mott (1975), houve incentivo da coroa portuguesa para que existisse a instalação periódica de um local para comercialização e troca de mercadoria entre a população nativa e os que chegavam nos navios. Contudo, existem relatos que indicam a existência de algo análogo à feira entre os povos originários, antes da ocupação do território pelos europeus. Eram locais

²² Como nosso objetivo não é falar detalhadamente sobre a origem das feiras no mundo e sim sobre a importância delas no contexto regional do Nordeste brasileiro, optamos por não aprofundar na discussão sobre esse tema. Assim, para saber mais sobre a origem das feiras, é possível consultar em textos de: Fernand Braudel, em “Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII” (volumes de 1997 e 1998); Henry Pirenne, em “História econômica e social da Idade Média”, de 1965.

onde diferentes tribos se encontravam para realização de trocas de produtos, normalmente não alimentícios. Um dos primeiros registros de ocorrência de feira na então colônia é datado de 1548, quando foi solicitado que as feiras fossem realizadas nas vilas e povoados ao menos uma vez por semana, objetivando aumentar a comercialização nas aglomerações que se formavam (Mott, 1975).

Nos séculos seguintes, XVII e XVIII, particularmente no Nordeste, com o avanço da pecuária para o interior do continente, foram surgindo caminhos de passagem e locais de paragem do gado, que influenciaram na formação de assentamentos ou povoados e, posteriormente, na realização de feiras para comercialização desses animais. A comercialização nessas feiras, chamadas de feiras de gado, estimulava ainda mais a ocupação territorial e teve papel importante na formação dos núcleos de povoamento e das cidades mais distantes do litoral, onde a cana-de-açúcar não ocupava os espaços. (Maia, 2007; Dantas, 2008; Gonçalves e Holanda, 2017). No séc. XIX, as feiras de gado se firmaram como importantes pontos de comercialização em vilas e cidades localizadas no interior de vários estados dessa região, como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, onde normalmente eram realizadas uma vez por semana, gerando circulação intensa nos dias em que ocorriam (Maia, 2000; Maia, 2002).

Com o tempo, por efeito da concentração de pessoas nos dias de feira de gado, junto a ela passou a ocorrer a comercialização de outras mercadorias, por exemplo, os excedentes da agricultura e a própria carne bovina, compondo a feira livre. Assim, passando a um local de encontro para venda de produtos destinados ao abastecimento de alimentos para população local e das áreas vizinhas que não dispunham de feira, além de “destacarem-se não só como pontos de comercialização, mas também por seu caráter de reunião de pessoas” (Maia, 2000, p. 292). Em um contexto geral, “em todo o território brasileiro as feiras aconteciam como manifestação da atividade comercial, em que pequenos agricultores vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata” (Maia, 2000, p.292). Nesse período, conforme Mott (1975), elas aconteciam, no Brasil, tanto de forma semanal como anual, chamadas por ele de feira-mercado e feira-franca, respectivamente a primeira voltada à venda mais frequente e a segunda à exibição, principalmente dos animais, com realização de periodicidade mais distante.

As feiras de gado tiveram sua expressividade reduzida com o avanço dos meios de transporte, que facilitou a chegada de carne vinda de outras regiões e, como consequência, diminuiu a comercialização de carne local, além de possibilitar maior deslocamento com o gado para venda em outras regiões (Maia, 2002; Dantas, 2008). Por outro lado, a feira livre,

permanecia como uma das principais portas de abastecimento das populações locais, onde poderiam comprar os produtos que não dispunham ou que não produziam.

Em algumas cidades, contudo, as feiras de gado ainda existem com certa importância, como a que ocorre em Caruaru. Embora tenha deixado de acontecer junto à feira tradicional, nesse caso, pela inviabilidade da permanência no centro em virtude do crescimento urbano do entorno, ela continua com frequência semanal (todas as terças-feiras) em outra localidade, próxima ao aeroporto da cidade, e ainda mantém a tradição de ser um ambiente de encontro de pecuaristas para comercialização de animais, entre os quais, além de bois e vacas, são vendidos cavalos, cabras e bodes, por exemplo. Outras cidades também contaram com essa mudança e, como destacado por Maia, “aquela dinâmica das feiras de gado existente, até os anos cinquenta do século XX, já não existe mais. Contudo, as feiras de gado semanais continuam acontecendo, constituindo-se em pontos que reúnem negócios e homens rurais na cidade” (2000, p. 308). Algumas ainda permanecem com sua ocorrência no formato semanal, enquanto outras passaram à periodicidade semestral ou anual, dependendo da localidade, e, até mesmo, mudaram de endereço, como no caso das que foram deslocadas para os chamados Parque de Exposição (Maia, 2000).

Apesar das feiras de gado terem diminuído, as feiras livres permaneceram acontecendo em muitas cidades do interior nordestino, configurando não apenas local de comercialização, mas também um espaço de encontros, de recreação e, até mesmo, de trocas culturais, sociais e políticas (Maia, 2000; Gonçalves, 2019). No contexto nordestino, portanto, as feiras livres permanecem como lugar de comercialização de produtos, atualmente de origens mais diversas, não apenas os agrícolas, pois também são encontrados produtos artesanais e industrializados (locais, regionais ou mesmo importados). Entretanto, em muitos casos, são mantidas algumas características tradicionais, tendo em vista que a feira livre “é antes de tudo um lugar público de comércio. Consiste na reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, em um local quase sempre descoberto, onde se desenvolvem troca, venda e comércio de mercadorias” (Miranda, 2009, p. 30).

Em alguns trabalhos de autores brasileiros, a feira é chamada de mercado periódico devido à influência da literatura europeia, como é encontrado em texto de Corrêa (1988); que, ao analisar as redes de localidades centrais no contexto dos países subdesenvolvidos, destaca a feira como um dos modos de organização dessa rede. Nesse sentido, o autor indica que elas exercem considerável papel na vida urbana, tanto os núcleos maiores ao mostrar que “quanto maior for a importância da cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira, importância determinada segundo o número de participantes e a área de atuação

da mesma” (Corrêa, 1988, p.73); quanto os núcleos menores, mesmo possuindo menor centralidade, têm a feira com maior importância relativa para a vida da população local e circunvizinha, haja vista que normalmente eram realizadas em dias diferentes, “de modo a não conflitar com o da feira regional da localidade central a que a mesma está subordinada” (p.74), assim, a população local conseguiria participar das duas feiras.

Como podemos perceber, alguns dos papéis que a feira exerce são os de centralidade e de integração devido à concentração de pessoas, gerando trocas diversas em um dado espaço, que podem vir de lugares próximos e/ou de mais distantes (Corrêa, 1988; Corrêa, 2001). Além disso, a temporalidade/sazonalidade e a mobilidade também são características importantes, pois as feiras influenciam na dinâmica local ao serem realizadas em momentos específicos, muitas vezes, instalando-se em bancos que são montados e desmontados diariamente nos espaços públicos, sobretudo, em ruas, como no caso das feiras que acontecem uma ou duas vezes por semana (Miranda, 2009; Gonçalves e Holanda, 2017). Cabe ressaltar que há ainda as que se deslocam em circuitos parando cada dia da semana em um local diferente; como ocorre, no Noroeste do Ceará, com as feiras de confecção ou feiras da Sulanca que transitam diariamente entre municípios do estado, levando consigo os feirantes/sulanqueiros e as mercadorias (Gonçalves e Holanda, 2017).

Em outros casos, dada a importância que alcançaram ao longo do tempo, tanto no âmbito econômico quanto cultural, sua realização pode vir a ocorrer durante todos os dias da semana, como é o caso da Feira de Caruaru, sobre a qual falaremos melhor mais adiante, construindo uma relação ainda mais interligada à cidade. Dessa forma:

Devido ao nível de integração com a forma de organização social nordestina, as feiras estão profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional. Assim, na maioria das vezes, elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira. (Gonçalves e Holanda, 2017, p. 96)

O relacionamento da feira com a cidade se reproduz muito além da ocorrência de um momento de compra e venda de mercadorias em dado local, pois a feira acaba gerando outros tipos de atividades no seu próprio espaço e nas proximidades, como a oferta de serviços e as trocas interpessoais que passam a existir, sejam elas sociais ou culturais. Tal como afirma Gonçalves (2019, p. 66), ela se torna “muito mais que um evento econômico, pois expressa o modo de viver do povo nordestino”, ainda mais no interior. Em alguns casos, alcançando importância regional, tal como a Feira de Caruaru, que é historicamente reconhecida como um dos principais elementos influenciadores da constituição da cidade.

A origem do povoado que viria a se tornar a cidade de Caruaru está diretamente vinculada ao local de comercialização estabelecido a partir da feira do gado (Cardoso, 1965), como descrito no subcapítulo anterior. No final do século XVIII, teve início um pequeno comércio nas ruas centrais do vilarejo, nas proximidades da capela de Nossa Senhora da Conceição; e, por estar nas proximidades da igreja, era espaço também de realização de festas e homenagens à padroeira. Em música interpretada por Luiz Gonzaga, escrita por Nelson Barbalho e Onildo Almeida, vemos a ênfase dada à relevância que a cidade adquiriu em um contexto regional: “De fazenda Cururu povoado se tornou. Foi crescendo, foi crescendo e à Vila, logo chegou João Vieira de Melo. Coronel cabra da peste, da vila fez a cidade, hoje capital do Agreste”.

A circulação de pessoas e a centralidade gerada pela feira facilitaram a formação de aglomerações e, com tempo, ela não contava apenas com a comercialização de animais, mas também de produtos agrícolas e manufaturados; assim, ao passo que foi se desenvolvendo como essa área comercial, a cidade alcançou maior importância no âmbito regional. A princípio a feira era localizada na Rua 15 de Novembro, também conhecida como Rua do Comércio, à margem esquerda do Rio Ipojuca. Entretanto por ter crescido bastante (em importância e em tamanho) no decorrer dos anos, foi preciso deslocá-la para um espaço maior, o que ocorreu em 1992 quando ela foi transferida para o Parque 18 de Maio (Figura 17), agora à margem direita do Rio Ipojuca, não muito distante do local anterior e ainda ocupando a área central do município (IPHAN, 2006; Gonçalves, 2019). Entre os motivos que levaram a essa mudança, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destacou os seguintes:

[...] necessidade de expansão da área central do comércio; as interferências com o comércio local; a necessidade de infraestruturas básicas e o estado em que se apresentava a Feira, impossibilitada de receber determinadas ações que lhe eram imprescindíveis; o processo de crescimento e sua área restrita de ocupação; o equacionamento entre o espaço de venda e o espaço de circulação para as compras; a circulação automotora da cidade; as novas funções de Caruaru. (IPHAN, 2006, p. 48).

As mudanças ocorridas nas feiras livres nordestinas entre os anos 1970/1980 — com a entrada de outras mercadorias além das oriundas da agropecuária, como os produtos industrializados e importados — promoveram a expansão das atividades nesses locais, inclusive em Caruaru. E, à medida que os processos de urbanização avançavam, a feira se adaptava, incorporando novos artigos para comercialização, embora continuasse como um local essencialmente voltado ao comércio popular (Miranda, 2009; Gonçalves, 2019).

Figura 17 – Localização da Tradicional Feira de Caruaru na Praça 18 de Maio



Fonte: delimitação feita pela autora, com imagem do Google Earth, 2021.

O comércio de confecção é uma das novas mercadorias incorporadas à feira no início dos anos 1980. A chegada dessa mercadoria à feira acaba por colaborar para uma metamorfose, como a classificada por Pintaudi (2006) ao analisar as transformações pelas quais passaram os mercados. A autora ressalta que eles passam por uma adaptação ao serem tomados por “um novo momento da história, mais precisamente aquele em que a sociedade está totalmente submetida ao econômico e imprime uma maior velocidade às vendas” (Pintaudi, 2006, p. 98). Dessa forma, mesmo se mantendo como local de comercialização a feira adquire novas características, por vezes deixando de ser um local de encontro ou de lazer, para ser somente o local de rápida negociação, onde existe hora determinada para chegar e para sair com a mercadoria. Pois a comercialização de roupas de baixo custo tornou o ambiente atrativo a compradores vindos de várias regiões, que comumente se deslocam em conduções coletivas fretadas com cronograma a ser seguido pelos participantes.

Ainda que tenha inicialmente surgido em Santa Cruz do Capibaribe, a feira da Sulanca passa a acontecer também em Caruaru por volta de 1984 e rapidamente ganha espaço, sendo incorporada à feira tradicional. Na década seguinte, a cidade recebe o título de “Capital da Sulanca”, por contar com a maior feira livre voltada a materiais da confecção até aquele momento (IPHAN, 2006). Dada a sua importância, a Feira de Caruaru, foi registrada como

Patrimônio Cultural do Brasil, em 2006, pelo IPHAN. Ela é dividida em vários setores/zonas, entre os quais destacamos: feira livre (frutas e verduras frescas, grãos a granel, carnes, temperos, entre outros produtos frescos), feira de produtos importados ou do Paraguai, feira de artesanato e a feira da Sulanca (Figura 18). Como retrata bem a canção de Onildo Almeida, eternizada na voz de Luiz Gonzaga, “A Feira de Caruaru, faz gosto a gente vê. De tudo que há no mundo, nela tem pra vendê”. Como já mencionado, a feira do gado, que antes acontecia junto à feira principal, ao longo dos anos, cresceu bastante e foi transferida para área próxima ao aeroporto, junto ao matadouro da cidade, onde ocorre semanalmente até os dias atuais.

Figura 18 – Diversidade encontrada na Feira de Caruaru



Fonte: Google Street View, 2021.

Com o avanço das atividades de confecção, as roupas passaram a ser comercializadas não apenas na Feira de Caruaru e nas Sulancas de Santa Cruz e de Toritama, como também em outras feiras já existentes no Nordeste, fazendo com que essa mercadoria influenciasse até mesmo na criação de outras feiras de confecção (Gonçalves e Holanda, 2017). Antes dos artigos de vestuário passarem a ser comercializados nas feiras, o consumidor frequentava esses locais para adquirir um produto destinado à alimentação ou para vivenciar o lugar, como mencionado. No entanto, a chegada dos artigos de confecção trouxe novos perfis de consumidores, nomeadamente àqueles voltados à compra dessa mercadoria de baixo custo para revender. Além disso, feirantes, que antes vendiam alimentos e artesanato, acabaram migrando para venda de roupas, por ser um produto com maior margem de lucro e menor perda (quando comparado ao alimento), chegando até a vender em mais de uma feira (Gonçalves, 2019).

A importância cultural que a Feira de Caruaru possui merece ser destacada, em virtude de sua história e importância regional. Isso porque a feira também se tornou um local de manifestações musicais e artísticas em geral, com a ocorrência de eventos com violeiros, poetas, repentistas, cordelistas, artesãos e, até mesmo, a realização de festivais gastronômicos, ressaltando as características de lugar de encontro e de festa (Maia, 2000; IPHAN, 2006; Miranda, 2009; Gonçalves, 2019). Nesse último caso, destacamos como exemplo o Festival de Comida de Feira, que na sua terceira edição em 2019, contou com a participação de cinco restaurantes localizados dentro da feira. Assim, percebemos a capacidade de metamorfose desses locais, tal como destacado por Pintaudi (2006), que está relacionada à agregação de atividades como essas. Ressaltamos que a referida feira, há alguns anos, destaca-se inclusive como importante ponto turístico, sendo um dos principais locais visitados por aqueles que vão conhecer a cidade.

Na cidade de Caruaru, bancos da feira da Sulanca continuaram a ocupar novas áreas no decorrer dos anos, resultado da expansão da produção de confecções em vários municípios da região, bem como pela falta de oportunidade de trabalho em outras áreas/setores e pela relativa facilidade de adaptação à atividade de confecção (produção, venda ou às duas juntas). Dessa forma, o espaço disponível para os comerciantes dentro do Parque 18 de Maio já não comportava mais todos os feirantes que chegavam para vender suas mercadorias no principal dia da feira da Sulanca. Devido a esse contexto, no início dos anos 2010, os feirantes, além de montarem suas barracas no entorno do parque, passaram a ocupar também o terreno pertencente à antiga Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), localizado na proximidade do setor da Sulanca na feira principal. Nesse último caso, por se tratar de um terreno privado, os feirantes pagavam aluguel pelo uso do espaço nos dias de feira (Figura 19).

A adaptação da feira também pode ser evidenciada a partir das transformações espaciais por ela provocada. Seja pela necessidade de mudança de lugar para melhor ordenamento do espaço urbano, seja pela influência que ela causa no entorno do local onde se estabelece, provocando valorização do espaço, tanto para o comércio fixo (formal ou informal), quanto para o ambulante. Essas transformações, às vezes, acrescentam mudanças na própria estrutura da feira, que pode deixar de se reproduzir em espaços públicos para ocupar ambientes privados (Miranda, 2009; Gonçalves, 2019), como aconteceu com a implantação de espaços exclusivos destinados às feiras da Sulanca das três principais cidades do Polo de Confecções.

Figura 19 – Feira da Sulanca FUNDAC antes da reforma



Fonte: <https://teamocaruaru.com>, acessado em 2021.

Apesar da Feira de Caruaru ter funcionamento diário há bastante tempo, a feira destinada à comercialização de confecção continua sendo realizada em dia específico. Atualmente acontece toda segunda-feira; e, em épocas de maior movimentação no ano (meses de maio, junho, novembro e dezembro), ela ganha mais um dia na semana, o domingo. A feira dentro do parque (também chamada de Sulanca Brasilit, em referência à cobertura da feira) conta com boxes de venda de roupas, com espaço um pouco maior que o dos bancos, e alguns dos espaços “vazios” dentro do perímetro do parque são ocupados por bancos de feira desmontáveis nos dias de realização da Sulanca (Figura 20).

Figura 20 – Feira da Sulanca no Parque 18 de Maio (boxes e bancos)

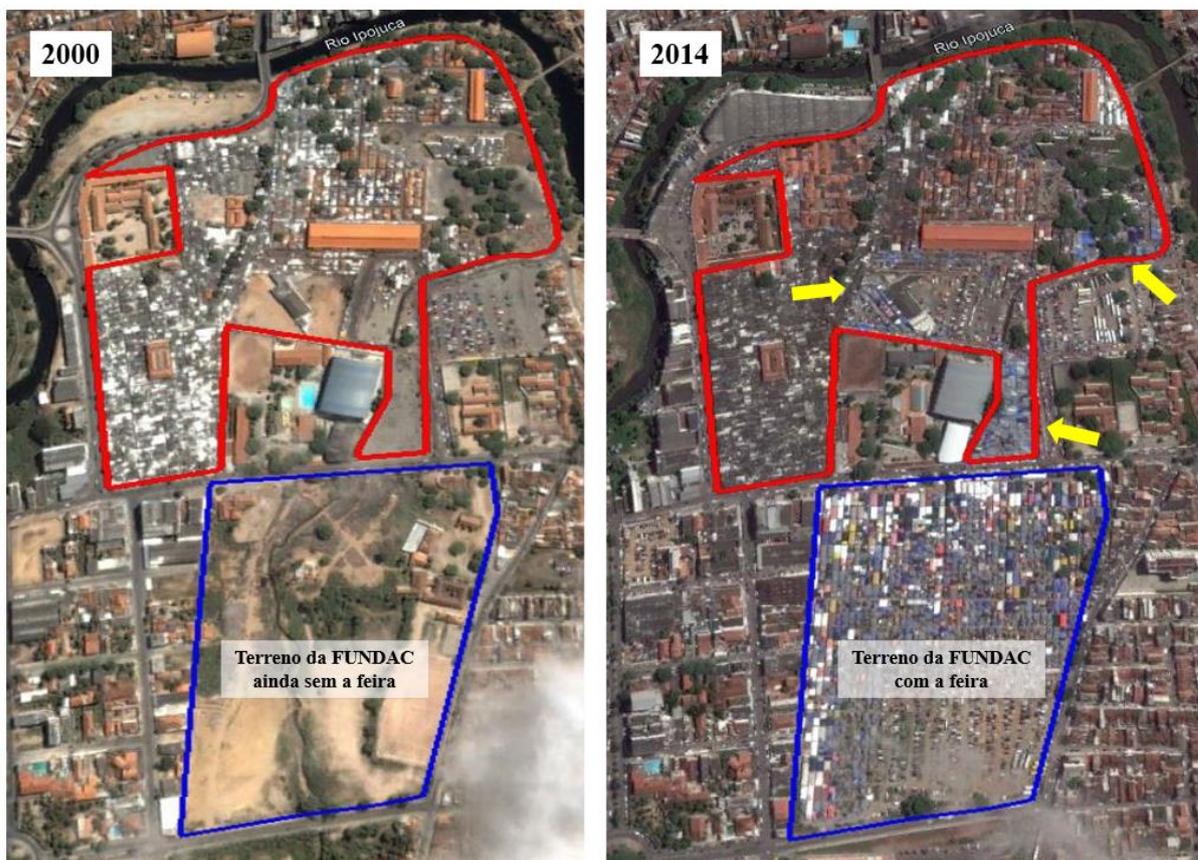


Fonte: <https://teamocaruaru.com>; e <https://blogdoedvaldomagalhaes.com.br/>, acessado em 2021.

Conforme destacaremos nas imagens a seguir, em maio de 2000, o terreno da FUNDAC ainda era ocupado por suas estruturas; mas, em 2014, já contava com centenas de barracas que eram ocupadas pelos feirantes nas segundas-feiras (Figura 21). No final dessa década, por meio de Parceria Público Privada (PPP), a estrutura da Feira da Sulanca FUNDAC (como passou a ser chamada) contou com novas mudanças estruturais, para as quais a prefeitura entrou com criação do projeto — parte do investimento e a fiscalização de sua execução — enquanto o

proprietário do terreno ficou responsável pela maior parte do investimento financeiro e a realização das obras, que custou cerca de 3 milhões de reais. Como contrapartida, o proprietário recebe o aluguel das barracas de cada feirante, que em 2018 custava R\$30,00 por feira realizada.

Figura 21 – Feira de Caruaru e terreno da FUNDAC com feirantes da Sulanca (2000 e 2014)



Fonte: recorte de imagens de satélite disponíveis no Google Earth com delimitação feita pela autora (2021); Tradicional Feira de Caruaru com contorno em vermelho, área da FUNDAC com contorno em azul e setas amarelas indicando áreas de montagens de bancos (lonas azuis) dentro do perímetro da Feira.

Assim como os empreendimentos construídos nas outras duas cidades do polo, em 2001 e 2006, a construção ou revitalização desse espaço acontece:

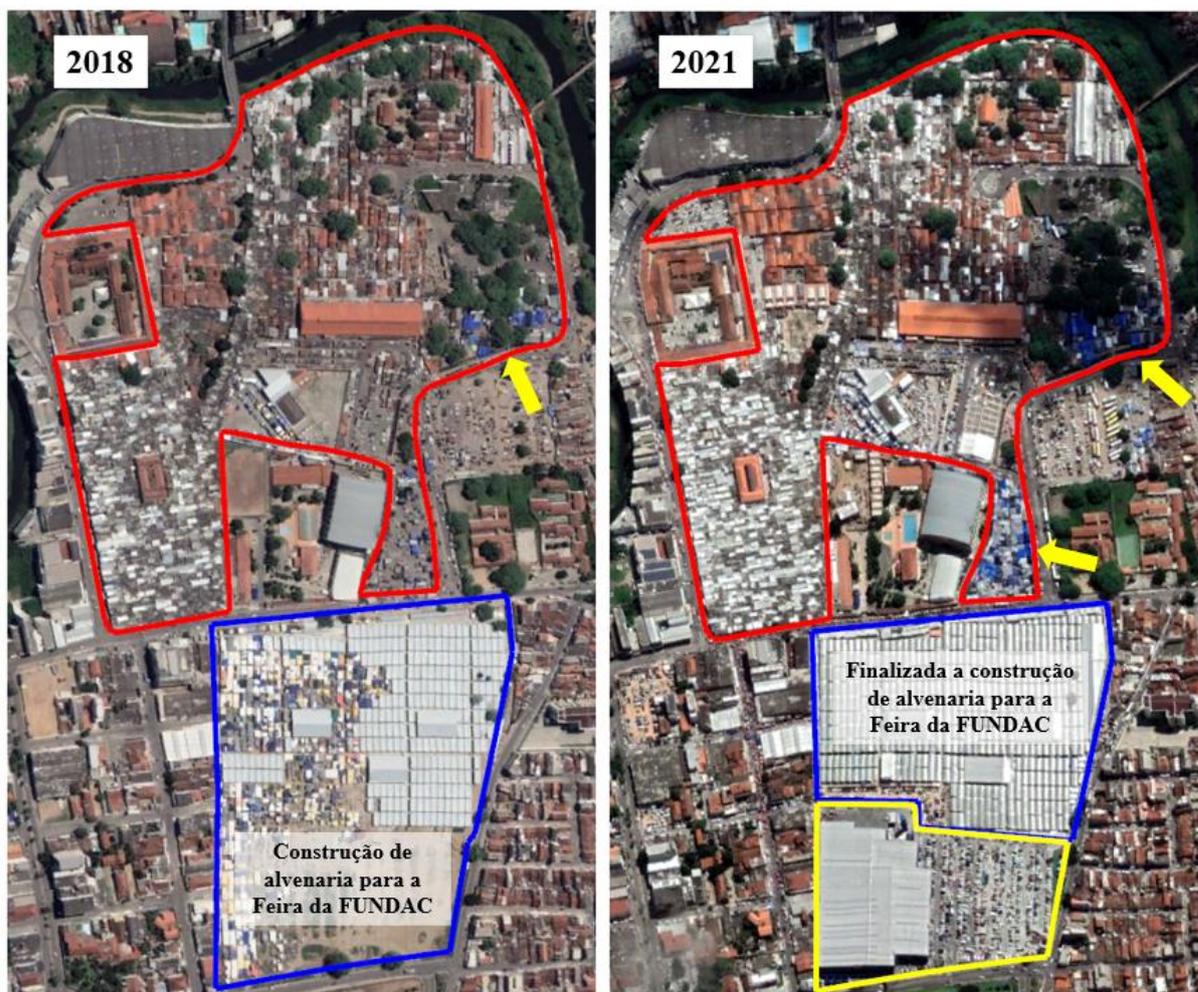
[...] em virtude da demanda reprimida de espaços para a realização das feiras livres nas cidades, associada à ação de repressão por parte do poder público municipal. Assim, como alternativa gerada à explosão do comércio da confecção na feira, vários empreendimentos comerciais surgem com origem de capital heterogênea, a fim de capturar esse segmento de mercado popular (Gonçalves, 2019, p. 172).

As mudanças principais consistiram na padronização dos bancos, construção de praça de alimentação, além da instalação de infraestrutura elétrica, sistema de drenagem e banheiros. Conforme falado pelo dono da imobiliária responsável pela obra, Lenílson Torres, em entrevista dada a ABTV em 16 de maio de 2018²³, mesmo com a reestruturação do espaço, a princípio,

²³ Link para acesso à entrevista: <https://globoplay.globo.com/v/6740416/>

os feirantes continuaram a pagar valor igual ao anterior às reformas, cerca de R\$30,00 (trinta reais) por dia de feira. A inauguração da primeira etapa foi realizada em maio de 2018, outras etapas foram entregues ao longo de 2019 e, no início de 2021, a estrutura estava completa, conforme pode ser visualizado na (Figura 22).

Figura 22 – Mudanças no espaço privado destinado à feira da Sulanca (2018 e 2021)



Fonte: recorte de imagens de satélite disponíveis no Google Earth com delimitação feita pela autora (2021); Tradicional Feira de Caruaru com contorno em vermelho, a área da FUNDAC em azul e em amarelo a cobertura da FUNDAC finalizada; setas amarelas indicando área ocupada por bancos de feira cobertos por lona azul.

No mesmo terreno, além da construção do espaço voltado à comercialização da confecção, foram instalados um empreendimento pertencente a uma grande rede de supermercados nacional e um estacionamento para ser usado pelos compradores da feira e do mercado. Nota-se, na imagem referente ao ano de 2021, um novo espaço ocupado pelos bancos fora dos limites do Parque, área que antes era destinada ao estacionamento nos dias de feira. Enquanto dentro dos limites do Parque, não se vê mais as lonas dos bancos de feira próximo às copas das árvores, como tinha em 2014 e 2018 (Figuras 20 e 21). Talvez essa mudança tenha

ocorrido para que, mais uma vez, a estrutura montada em bancos cobertos por lonas não associe o espaço da FUNDAC à venda de mercadorias de baixa qualidade.

Ademais, conforme informação dada pelo atual presidente da Associação de Sulanqueiros de Caruaru, a parte pública da feira da Sulanca localizada no Parque, conta atualmente com cerca de 3400 boxes e bancos, enquanto a da FUNDAC possui mais de 5000 pontos de venda (Figura 23).

São espaços que mostram que o capital privado se faz cada vez mais responsável pelas mudanças das estruturas das feiras, criando uma padronização de ambientes não mais destinados ao lazer, ao encontro, ou às compras corriqueiras, transformando-os em locais para onde se vai às pressas, com o objetivo apenas de adquirir mercadoria específica para consumo próprio ou para revenda, sendo esse último caso o mais comum. Observamos que a feira deixa de ser uma área de convívio, do estabelecimento de vínculos sociais, políticos e culturais, para ser somente um lugar de compra, de consumo, um espaço que promove as relações com o lucro acima de quaisquer outras.

Figura 23 – Feira da Sulanca FUNDAC



Fonte: <https://feiradasulancadecaruaru.com.br/home/>, 2021.

Assim, esses locais surgem como nova representação do espaço da Feira da Sulanca, no intuito de atrair mais comerciantes e ainda mais compradores, ao oferecer melhoria da infraestrutura. Ainda quanto essas mudanças, destacamos que:

Esses empreendimentos comerciais buscam associar-se à identidade da feira, sobretudo, à sua maneira de organização e funcionamento. Em compensação, passam

a ofertar uma infraestrutura de que a feira não dispõe, nem poderia, dada sua essência de aglomeração temporária e, por vezes, improvisada. Essa condição é almejada pelo feirante, porém, envolve assumir custos fixos, diferentemente da barraca na feira. (Gonçalves, 2019, p. 172)

Ressaltamos que os municípios de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe também implementaram seus centros comerciais exclusivos para a Sulanca nos anos de 2001 e 2006, respectivamente, sobre os quais falaremos melhor mais adiante. No entanto, para além do espaço da feira, em 2004, foi inaugurado em Caruaru o Polo Caruaru (Figura 24), um empreendimento com estrutura análoga a de um *shopping center*, onde são vendidas peças majoritariamente fabricadas nos municípios da região e normalmente são ofertadas mercadorias um pouco mais caras que as vendidas na feira.

Desse modo, diferente do que ocorre na Feira da Sulanca, podemos afirmar que o Polo Caruaru consegue alcançar um público composto muitas vezes por turistas que vêm das diversas regiões do país, que comprem mais para uso pessoal ou presentear do que para revenda e, como consequência disso, são realizadas mais vendas no varejo do que em atacado. Essas lojas, por exemplo, contam com estrutura para que a clientela possa provar as roupas, algo que não ocorre no espaço da Feira da Sulanca, seja a da FUNDAC ou a localizada no Parque 18 de Maio, que conta apenas com os boxes e os bancos de feira, que dificilmente conseguem oferecer provadores aos clientes devido ao espaço reduzido. O espaço do Polo Caruaru possui cerca de 500 lojas, a maioria voltada ao comércio de roupas, além de alguns serviços e da praça de alimentação (Véras de Oliveira, 2011).

Figura 24 – Fotos do Polo Caruaru (parte externa e parte interna)



Fonte: trabalhos de campo realizados em 2016 e 2021.

De acordo com Vêras de Oliveira (2011), a reestruturação desses centros de venda fez parte de ideias que tiveram seus primeiros passos dados a partir de um projeto de desenvolvimento da confecção na região, encabeçado por instituições como o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Pernambuco (SINDIVEST) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O projeto motivou a instituição do Arranjo Produtivo Local (APL) de confecção no Estado e deu origem a ideia de denominar a região de “Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco” ou “Polo da Moda Pernambuco”, visando diminuir o estigma de que as feiras da Sulanca são locais de venda de produtos de baixa qualidade, descrédito atribuído devido ao baixo preço e às condições dos ambientes onde eram comercializadas. Além das duas instituições acima referidas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), as associações empresariais e as prefeituras também foram incorporadas ao projeto.

São empreendimentos que chegam para alcançar um novo nicho de mercado — no caso dessa estrutura análoga ao *shopping* ou “como alternativa gerada à explosão do comércio da confecção na feira”, como ressaltado por Gonçalves (2019, p. 172) — a fim de agregar valor à mercadoria e ao ambiente da feira, oferecendo espaços exclusivos e com maior infraestrutura para os sulanqueiros (tanto vendedores quanto consumidores). Ressaltamos ainda que:

em virtude da grande expressão do comércio de confecção na feira, alguns capitais locais, regionais e nacionais, sem adentrar diretamente a esfera da produção confeccionista, buscam apropriar-se de uma parcela da mais-valia gerada por esse tipo de comércio, justamente na esfera da circulação e comercialização da confecção (Gonçalves, 2019, p. 172).

Dos três municípios centrais do Polo a implantar centro comercial específico para confecção, o primeiro foi Toritama, com a instalação do Parque das Feiras, às margens de um trecho da BR-104 que corta a cidade. Inicialmente, a feira da Sulanca da cidade era localizada um pouco a leste do endereço atual, na Rua Antônio Soares, também próximo da rodovia. Essa localização tinha o intuito de alcançar comerciantes ou sulanqueiros que transitavam entre as feiras de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, que ocorriam todos os domingos e terças-feiras, respectivamente. Com o crescimento da quantidade de bancos de feira e comerciantes em Toritama, a cidade tornou-se um dos pontos de paragem daqueles que vinham comprar roupas nos dias de feira, passando a ter um dia específico para sua realização no final da década de 1980, a segunda-feira, em complemento aos dias das outras duas feiras (Braga, 2014). O que gerou, já naquele momento, um circuito vinculado à comercialização de roupas na região.

Diferente de Caruaru, onde a feira da Sulanca ainda ocorre bem próxima à tradicional feira livre, em Toritama elas ocupam espaços relativamente distantes, estando cerca de 1,5 km

de distância uma da outra. De acordo com informação passada pelo então Secretário de Desenvolvimento e Economia da cidade em 2021, Robson Viana, a feira livre ocorria todos os sábados nas ruas João Pereira Tabosa, Ernesto Herculino Cordeiro e Isaías Soares, próximo à Câmara Municipal no centro da cidade; e, aos domingos, nas ruas Santa Lúcia, Santa Inês e Santa Mônica, mais próximo do local atual. Contudo, visando melhorar a circulação e a estrutura para realização dessa feira, ela foi transferida para a Av. Pref. Celso Marque de Andrade em 2019, contando com cerca de 500 bancos feitos com base de metal e cobertos por lona para serem usados na venda de alimentos, que são montados pela prefeitura nos dias de feira, somado ao espaço fixo de alvenaria com 80 pontos destinados à comercialização de carnes (açougue), passando a funcionar aos sábados e domingos no mesmo local. Trata-se, pois, de um espaço público, completamente gerido pela prefeitura.

Já o Parque das Feiras (Figura 25), ambiente destinado à realização de feiras do *jeans*, foi inaugurado em 2001, com investimento predominantemente privado. Foi construído em área de com cerca de nove hectares, centenas de boxes e lojas padronizadas, além de espaço para alimentação, área destinada a caixas eletrônicos, banheiros, uma rádio comunitária e estacionamento para 2000 mil carros. Atualmente a estrutura conta com cerca de 1000 boxes, alguns deles conjugados e convertidos em lojas pelos proprietários, bem como mais de 1500 barracas de madeira que são montadas no entorno do empreendimento nos dias específicos da Sulanca. (Véras de Oliveira, 2011; Braga, 2014; SEBRAE, 2019).

Figura 25 – Parque das Feiras



Fonte: site da Prefeitura de Toritama, 2022.

O parque tem funcionamento diário, mas é nos dias específicos de feira da Sulanca que a circulação de comerciantes, de compradores e de mercadorias fica mais intensa. Atualmente ela ocorre aos domingos, sendo adicionado o sábado nos períodos do ano em que as vendas são maiores, próximo das festividades de São João e do Natal. As barracas são montadas desde a madrugada e, logo nas primeiras horas da manhã, a feira já está acontecendo, assim como ocorre nas outras duas feiras da Sulanca (Caruaru e Santa Cruz). Nesses dias, o entorno do Parque fica repleto de bancos de feira, carros, ônibus intermunicipais e interestaduais que trazem os sulanqueiros e bastante gente circulando.

No entorno da estrutura do Parque das Feiras, existe a Rua de *Jeans* (à esquerda do Parque) e algumas outras ruas que são ocupadas por bancos de feira nos dias específicos da Sulanca. Há ainda um outro empreendimento privado que conta com boxes e bancos para venda de confecção (o Uai Shopping, à direita do Parque) e vários estabelecimentos vizinhos que são voltados a comercialização da confecção ou itens usados nas feiras, como manequins. Além da comercialização principal da cidade, as peças em *jeans*, é possível encontrar todo tipo de confecção à venda, como as feitas com outros tipos de tecidos.

Nas ruas vizinhas ao Parque das Feiras são encontrados pousadas e pequenos hotéis, que servem de apoio para os compradores que preferem chegar antes da feira começar, ou que pretendem continuar na cidade para conseguir visitar as feiras vizinhas. Em uma imagem de satélite referente a junho de 2014 (ano com imagem mais nítida no *Google Earth*), que capturou a ocupação dos bancos pelas ruas nos dias de feira, conseguimos destacar alguns desses empreendimentos (Figura 26).

Figura 26 – Parque das Feiras e entorno com a feira da Sulanca nas ruas (2014)



Fonte: recorte de imagens de satélite disponíveis no Google Earth (2021).

Outro resultado das modernizações trazidas à cidade pela implantação de novas estratégias de gestão e de *marketing*, desde o início dos anos 2000, foi a realização de um evento para divulgação nacional do *jeans*. É o Festival do Jeans de Toritama, que ocorre anualmente,

com duração de 3 dias, contando com dezenas de desfiles das marcas locais, exposição das marcas em quiosques para realização de comercialização e shows com cantores regionais e nacionais. O evento tem a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) como agente organizador principal, acompanhada de patrocinadores privados e do apoio da Prefeitura. Mesmo durante a pandemia de Covid-19, o festival não deixou de acontecer, com a ocorrência das edições 19º e 20º (nos anos 2020 e 2021) em formato virtual. Por meio de plataformas de transmissão ao vivo, foram apresentados desfiles, debates e palestras e, de acordo com os organizadores, a edição de 2020 teve mais de 30 mil visualizações²⁴.

Presente em muitos trabalhos acadêmicos que tratam sobre como a produção do *jeans* mudou a dinâmica da cidade nos últimos 40 anos, Toritama tem essa parte de sua história cada vez mais conhecida. Inclusive por meio de pequenos documentários e filmes (longa-metragem), tal como o “Estou me guardando para quando o carnaval chegar” sobre o qual já nos referimos no primeiro capítulo desta tese.

Para mostrar a importância das feiras na formação dessas cidades e as mudanças resultantes do avanço da confecção, não podemos deixar de falar da feira de Santa Cruz do Capibaribe. Assim como em outros povoados agrestinos no início do séc. XX, o vilarejo tinha uma pequena feira livre e de gado onde eram negociados os animais e vendidos os excedentes da agricultura dos pequenos produtores, como apresentamos no início do capítulo e ilustraremos agora na próxima imagem (Figura 27).

Figura 27 – Feira livre de Santa Cruz do Capibaribe (início do séc. XX)



Fonte: acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

No final dos anos 1940, a produção de confecção com tecidos feita na cidade era levada por tropeiros para ser vendida ou trocada por outras mercadorias nos vilarejos e nas cidades

²⁴ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2021/03/17/festival-do-jeans-de-toritama-divulga-datas-da-edicao-2021.ghtml>

O Moda Center Santa Cruz (MCSC) fez parte do pacote de iniciativas que visava a modernização da gestão das feiras e a readequação do espaço. Assim, o foco principal era promover a melhoria da infraestrutura, mas levando entidades privadas a obterem lucro, se apropriando de um formato de comercialização que antes se dava em espaço público e era bastante difundido na região, a feira nas ruas.

A onde foi construído o MCSC foi doada pela Prefeitura para uma construtora da região, e esta desenvolveu e executou o projeto, que teve a maior etapa entregue em 2006 e as outras nos anos seguintes. No entanto, conforme relatado pelo então gerente geral do empreendimento, George Henrique Pinto²⁵, no início, os feirantes apresentaram resistência à proposta de mudança. Primeiro por terem que pagar pelo espaço que antes era gratuito, pois muitos não tinham condições financeiras para tal, e segundo por não acreditarem que os compradores responderiam de forma positiva à mudança, já que estavam acostumados ao local onde ocorria e o novo estaria a 5 km de distância. Por isso, nem todos os ocupantes da feira compraram boxes no Moda Center naquele momento. Desse modo, quando foi inaugurado, o centro comercial ainda não tinha todos os boxes e lojas ocupados, mas não demorou muito para que todos fossem comprados e ocupados por seus proprietários ou alugados para terceiros.

Considerado um dos maiores centro de venda exclusivo de confecção no Brasil, o MCSC ocupa um espaço total de aproximadamente 270 mil m², dos quais 120 mil m² são cobertos. A estrutura possui mais de 10.300 pontos de venda (em sua maioria boxes de 2x1 m, mas também lojas), banheiros, caixas eletrônicos, estacionamento com vagas para mais de 6,5 mil automóveis (inclusive ônibus) e praça de alimentação (Figura 30). Além disso, o centro possui 15 unidade de hotéis-dormitórios, segurança privada, sistema de rádio para divulgação de avisos e propagandas, bem como unidades da Sala do Empreendedor do SEBRAE e do Expresso da Moda (também existente nos outros dois municípios).

Figura 30 – Moda Center Santa Cruz



Fonte: Moda Center Santa Cruz, 2021.

²⁵ Entrevista presencial realizada em maio de 2021.

Ademais, o último espaço citado é gerido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, que realiza emissão de notas fiscais eletrônicas com baixa alíquota de imposto (2%), com o intuito de recolher imposto sobre os produtos comercializados e para que os compradores possam se deslocar sem que corram o risco de ter a mercadoria apreendida nos postos de fiscalização interestaduais, tendo em vista que a maioria dos feirantes não emitem nota fiscal. Então, a dinâmica organizacional funciona como uma estrutura condominial, com pagamento de taxa mensal para realização da administração/manutenção.

O empreendimento seguiu a tendência que começou em Toritama e a expandiu, ocupando uma área muito maior que os outros dois centros que já mostramos, acrescentando outros serviços, tal como a instalação de dormitórios dentro do próprio complexo. Devido à sua extensão e para facilitar a organização do espaço, os boxes de venda são divididos em setores por cores, as ruas são nomeadas pelas letras do alfabeto e cada box ou loja tem seu número (Figura 31).

Figura 31 – Colagem de fotos do Moda Center Santa Cruz (parte externa e interna em dia que não tem feira)



Fonte: trabalho de campo realizado em 2021.

Nos dias que não são oficiais de feira, o feirante pode abrir seu ponto normalmente, dentro do horário de funcionamento do MCSC. A depender da época do ano, os dias oficiais de feira são as segundas e terças-feiras ou os domingos e as segundas-feiras, esses dois últimos são utilizados em maio, junho, novembro e dezembro, período de maior venda na região. As fotografias acima foram tiradas em um dia sem feira, no qual é possível ver que alguns boxes estão abertos na entrada, porque ficam mais expostos e conseguem alguns clientes mesmo

nesses dias, já os internos encontram-se majoritariamente fechados, mesmo aqueles que estão em corredores principais.

Dentro desse centro comercial foi instalado um museu — criado como um espaço para contar a história da origem da confecção na cidade, muito usado por professores das escolas da cidade que levam alunos para aulas de campo, além de ser visitado por turistas — e um auditório, utilizado para apresentação de palestras e reuniões. O Museu da Sulanca possui a exposição de máquinas de costuras antigas, um mural contando a história da chegada da atividade e seu desenvolvimento ao longo dos anos, apoiada em uma linha do tempo com fotografias (das quais já mostramos algumas aqui), uma miniatura de Toyota Bandeirantes e um pequeno cenário reproduzindo como se dava a antiga feira (Figura 32).

Figura 32 – Artigos exposto no Museu da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe



Foto: trabalho de campo realizado em 2021.

Alguns meses após a inauguração do MCSC, como nem todos os feirantes que ocupavam as ruas do centro conseguiram adquirir boxes ou pagar aluguel para usá-los, muitos acabaram montando bancos em uma área externa, por trás do empreendimento, para aproveitar a circulação de compradores nos dias de feira. Essa área se transformou em uma feira paralela a do Moda Center, só que realizada em um local sem infraestrutura adequada, chamada de feira

do Poeirão, em referência ao solo sem asfalto onde se instalaram, que levantava poeira ao longo do dia (Figura 33).

Figura 33 – Feira do Poeirão localizada atrás do Moda Center Santa Cruz



Fonte: acervo fotográfico do Prof. Arnaldo Vitorino, 2017.

Em pouco tempo, a ocupação do Poeirão foi aumentando, novos comerciantes se instalaram e as pessoas que compravam e vendiam lá passaram a usar algumas infraestruturas do Moda Center, como os banheiros, gerando atrito com a gestão do centro. Para minimizar esse problema e melhorar o local para os feirantes, os governos municipal e estadual executaram um projeto para reestruturação da área²⁶, com investimento público de 15 milhões de reais.

Para readequação do local dessa feira, foi construído um novo espaço para realização dessa feira em uma área de 25 mil m², inaugurado em setembro de 2014, o qual passou a ser chamado Calçadão Miguel Arraes; e, no período de construção da estrutura, a prefeitura realocou os feirantes em um terreno ao lado. Nessa estrutura, foram instalados 3480 bancos e 62 lojas, divididos em 3 setores, além de praça de alimentação, banheiros e estacionamento com área para carros e ônibus, seguindo o padrão das outras estruturas desse tipo. Diferente do Moda Center Santa Cruz, nesse caso, o centro é gerido pela prefeitura e os bancos foram entregues gratuitamente para cerca de 4 mil famílias que já atuavam na comercialização no local antes da readequação. Nas imagens a seguir, é possível observar como mudou a ocupação na área onde os dois espaços foram instalados (Figura 34 – Moda Center Santa Cruz (delimitação vermelha) e Calçadão Miguel Arraes (delimitação azul)).

²⁶ Conforme consta na página da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe no seguinte link: <https://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/artigos/noticia/id/737>

Figura 34 – Moda Center Santa Cruz (delimitação vermelha) e Calçadão Miguel Arraes (delimitação azul)



Fonte: recorte de imagens de satélite disponíveis no *Google Earth* (2021).

No ano de 2010, apesar do MCSC já estar em funcionamento, parte da sua estrutura só viria a ser concluída posteriormente, com a complementação das vagas de estacionamento, o atual prédio da administração e o Museu da Sulanca. Ao observar as imagens anteriores, nota-se os bancos da feira Poeirão instalados, com as estruturas de madeira montadas, mas sem as lonas, por não ser dia de feira. E, em 2021, observamos a estrutura completa, tanto do MCSC quanto do Calçadão Miguel Arraes. Essa última em um dia de feira, com lotação máxima nos estacionamentos de ambos os centros e carros estacionados no entorno.

De acordo com o representante da gestão do Moda Center que entrevistamos, chegam a circular aproximadamente 150 mil compradores no empreendimento nos dias de feira, gerando intenso fluxo de pessoas entre os boxes. Para mostrar como ficam esses espaços nesses dias, coletamos algumas imagens²⁷ divulgadas nas redes sociais do MCSC, referentes a feiras realizadas em 2021 (Figura 35 – Circulação de pessoas em dias de feira no Moda Center Santa Cruz).

²⁷ Ressaltamos que, como no período destinado para realização dos trabalhos de campo dessa pesquisa entramos na crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 (pela qual estamos passando desde o início de 2020), optamos por visitar as cidades em dia não destinado à feira, por isso, as nossas fotografias são as que não mostram a intensa movimentação gerada pela comercialização das peças. Voltaremos a falar sobre a pandemia nos próximos capítulos, mostrando como ela afetou a região.

Figura 35 – Circulação de pessoas em dias de feira no Moda Center Santa Cruz.



Fonte: <https://www.instagram.com/modacentersantacruz/>, 2021.

A comercialização e a produção de confecção se tornaram tão forte nos últimos anos, que em pesquisa, realizada pelo MCSC em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade em 2013, foi constatado que seus comerciantes advêm de mais de 50 municípios diferentes. Sendo naquele momento, 38 municípios de Pernambuco e 16 da Paraíba (Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, 2013). O município também conta com realização de evento anual, para divulgação de empresas e realização de negócios na cidade, o Estilo Moda Pernambuco (EMP), que teve sua 5ª edição, em 2021, realizada em formato virtual devido à pandemia já citada, porém em edições anteriores foram realizadas dentro do MCSC.

Como nos outros dois principais municípios do polo, percebemos que a reestruturação dos espaços de realização das feiras fez com que eles mudassem não apenas estruturalmente, mas também de seu local de origem. Isso porque passaram a ocupar ambientes controlados pelo capital privado, que apesar de oferecer a infraestrutura, visa o lucro a partir da apropriação de uma maneira de comercialização que se dava em espaços públicos, transformando-os em espaço privado (com venda dos boxes/lojas, com aluguéis e taxas de condomínios) e, dessa forma, são capazes de escolher aqueles que podem ou não estar dentro de seus espaços. Sejam vendedores, compradores, prestadores de serviços (carregadores, ajudantes, montadores etc.). São espaços que adquirem nova essência, novo sentido. Não mais destinados às trocas sociais, econômicas e culturais existentes nas feiras tradicionais, como já pontuamos, mas inclinados à constante necessidade de geração de lucro.

Nessa perspectiva, entendemos que as feiras da Sulanca (em seu formato inicial) e a reconfiguração desses espaços a partir da instalação dos centros de venda, estão entre os elementos essenciais para o avanço e a consolidação da confecção nos municípios da região nos últimos anos. Além da comercialização nas feiras, destacamos também como elementos

principais para essa consolidação: (i) alta quantidade de mão de obra disponível devido ao déficit de oportunidades de trabalho/emprego em outros setores; (ii) facilidade no aprendizado do ofício, por ser um conhecimento passado muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar, ser um trabalho possível de se desenvolver sem vínculo com patrão, que é visto por boa parte da população como positivo por se sentirem livres para controlar o próprio tempo de serviço (assunto sobre o qual voltaremos a falar mais adiante); (iii) baixo capital necessário para investir na atividade, visto que o custo de compra da máquina de costura não é tão alto e para começar uma facção a pessoa pode trabalhar em casa, produzindo parte do serviço para uma fábrica maior (que disponibiliza as peças já cortadas e os materiais de aviamento, por exemplo).

Embora não exista um número exato de cidades impactadas pela atividade, uma vez que ela vem se expandindo de forma gradativa sobre a região ao longo dos anos, diversos autores já sugeriram alguma quantidade específica. Xavier (2006), por exemplo, aponta 12 municípios em Pernambuco e 1 na Paraíba, como pertencentes ao que ela chamou de aglomeração produtiva de confecção. Lira (2009) mostra uma configuração mais atualizada, composta por 21 municípios. Já em um estudo desenvolvido pelo SEBRAE (2013), há a apresentação de 10 municípios como concentradores da atividade no agreste pernambucano, chamado por eles de núcleo ampliado do Polo do Agreste, mas o próprio documento reconhece que já existiam outros municípios da região com alguma intensidade de produção no ramo e que, por questões técnicas e metodológicas, não foi possível abarcar no escopo da pesquisa que desenvolveram.

Em 2019, outra pesquisa do SEBRAE, com foco em Toritama, mostrou que os principais municípios do Polo de Confecções estavam entre os 26 pertencentes à Região Geográfica Imediata de Caruaru, definida pelo IBGE. Em estudo mais recente, os pesquisadores Fusco, Vêras de Oliveira e Moreira (2021) indicam aspectos populacionais para analisar a dinâmica do polo nos últimos anos, delimitando 22 municípios como pertencentes ao que chamam aglomerado comercial-produtivo do Agreste, sendo 15 de Pernambuco e 7 do estado da Paraíba.

São diversos trabalhos que, apesar de não apresentarem um consenso em relação a quais municípios de fato fazem parte da aglomeração produtiva, evidenciam o processo de produção e comercialização de vestuário na região agrestina. De acordo com o SEBRAE (2019), as cidades do Polo de Confecções contam com cerca de 12 mil unidades fabris (entre fábricas, fabricos e facções) localizadas nas áreas urbanas e nas zonas rurais dos municípios, além de milhares de comerciantes. Contingente que tende a aumentar devido à flexibilização das leis trabalhistas, à divisão do trabalho e à alta informalidade. Quanto a essa última, sua tendência ao crescimento está relacionada tanto às crises socioeconômicas recentes quanto ao forte

incentivo ao empreendedorismo (muito aceito pela população da região, apesar de não corresponder à melhoria das condições de trabalho).

A solidificação da confecção nas três principais cidades e sua extensão para municípios vizinhos, que também possuem unidades produtivas em seus territórios, tornou a área atrativa para os que buscam trabalho, provocando fluxos migratórios, principalmente o de mobilidade pendular, como destacado por Vasconcelos (2012). Houve ainda a chegada de outras atividades de serviços e de comércio na região, pois o processo de produção de confecção nas cidades começou a se adaptar para alcançar novos padrões, principalmente nas três cidades centrais, com inserção de consultorias em técnicas produtivas, marketing, design, gestores de mídias sociais, qualificação profissional, participação em eventos de moda, cursos técnicos e de graduações voltados para a confecção, entre outros, tornando-se uma atividade cada vez mais estabilizada entre os municípios (Véras de Oliveira, 2011).

As transformações pelas quais alguns desses municípios passaram nos últimos anos, principalmente os que não tinham tanta importância a nível regional, contribuíram para mudanças não apenas na estrutura econômica da população, mas também nas configurações espaciais. Nomeadamente, a expansão das manchas urbanas e do alcance de atividades urbanas nas áreas rurais, que trouxeram novos fluxos de população, de informação e de outras dinâmicas aos espaços rurais. Alguns desses processos foram evidenciados nos últimos anos nessas cidades e é sobre eles que falaremos melhor no próximo capítulo.

4 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS NAS CIDADES PRODUTORAS DE CONFECÇÕES

A origem das cidades vinculadas atualmente à confecção é essencialmente rural, como vimos no capítulo anterior, devido à forma como se deu a ocupação do espaço no interior do Nordeste brasileiro. Essa formação esteve associada diretamente ao avanço do gado em direção ao Agreste e ao Sertão, que favoreceu a constituição de fazendas (grandes latifúndios cuja maioria dos proprietários vivia nas áreas litorâneas), vilas e assentamentos, e se tornaram pontos de paragem ou de passagem dos animais. Entretanto, apesar desses espaços terem se multiplicado pelo interior nordestino, a ocupação territorial nesse momento era pontual e espaçada. Isso porque a produção pecuária servia para atender a demanda da população litorânea e da zona canavieira por carne, couro e força de tração animal, e as regiões interioranas possuíam elementos naturais facilitadores para a produção, como as grandes áreas planas, o clima semiárido, a vegetação rasteira que servia de pastagem e a água no curso dos rios. A agricultura era basicamente voltada à subsistência, com cultivo de tubérculos como a mandioca (cultura já realizada pela população indígena desde antes da invasão portuguesa), além de grãos como milho, feijão e fava (Prado Junior, 1970; Oliveira, 1977; Santos e Silveira, 2006; Andrade, 2007).

Em meados do século XVIII, houve a ampliação do cultivo de algodão, pois as áreas agrestinas e sertanejas já eram parcialmente ocupadas devido à existência das fazendas de gado e elas associadas às condições climáticas e pedológicas foram um facilitador para essa produção. Apesar de contar com população irregularmente distribuída, havia mão de obra disponível para se ocupar nessa cultura, inicialmente com povos escravizados e posteriormente com a força de trabalho dos mais pobres. Como destacou Andrade (1973), do século XVIII até os anos 40 do séc. XX, o cultivo de algodão foi essencial para a população agrestina, visto que não apenas os grandes latifundiários como também os pequenos produtores conseguiam produzi-lo, por ser baseado em um processo produtivo mais barato que o da cana de açúcar, contribuindo para o “desenvolvimento da vida urbana” (p.151). Além disso, o complexo de algodão-gado-lavoura (Andrade, 2007) desempenhou importante papel para a economia do Nordeste semiárido, fazendo com que o pequeno produtor conseguisse garantir a subsistência, pois,

[...] o algodão, permitindo o desenvolvimento de culturas intercalares – mandioca, algumas vezes, milho e feijão, entre outras – não só facilitou o desenvolvimento de culturas de subsistência como, junto com essas, forneceu uma alimentação suplementar ao gado – rama de algodão e de feijão e palha de milho –, utilizado na estação seca, quando as pastagens praticamente desapareciam (Andrade, 2007, p.91).

Como destacaram Becker e Egler (1998, p. 105), no Nordeste, “parece ter sido o algodão, guardadas as devidas proporções, uma atividade mais dinâmica em termos de urbanização, comércio e industrialização do que o açúcar”. A cotonicultura passou, então, a competir e dividir o espaço com a pecuária e a agricultura de subsistência, formando o sistema gado-policultura ou algodão-gado-lavouras (Melo, 1980; Andrade, 2007). O excedente do que se produzia de agricultura para subsistência era comercializado nas feiras livres que surgiam nas vilas e nas pequenas cidades, muitas vezes onde já ocorria a feira de gado, favorecendo ainda mais a ocorrência de aglomerações (Maia, 2000, 2002 e 2007; Dantas, 2008).

Portanto, nota-se que a formação territorial do interior nordestino tem, de fato, base essencialmente vinculada a esse sistema produtivo, embora os períodos de crise hídrica e de baixa na produção do algodão (como ocasionado pelos problemas com pragas e crises econômicas) tenham fomentado o deslocamento de população para outras regiões do país e para aglomerações urbanas em busca de trabalho. Pequenos produtores agrários, que não possuíam uma boa terra e nem condições para melhorá-la (com adubagem), dedicavam-se ao plantio de tubérculos/raízes, grãos e frutas, mas que não proviam sustento suficiente para as famílias durante todo o ano e, por isso, migravam em temporadas de colheita para trabalhar com a cana. Outros trabalhos surgiam a partir das necessidades das próprias aglomerações, como o artesanato e a manufatura (com uso de couro, madeira e ferro, por exemplo), além de prestadores de serviços e comerciantes (Prado Junior, 1970; Andrade, 1973).

No entanto o Agreste, por estar em uma zona de transição entre Mata (úmida) e o Sertão (seco), contando também com áreas de brejo de altitude (como as encontradas em Taquaritinga do Norte e Garanhuns), que favoreciam o plantio mais diversificado, acabou tornando-se zona propícia à ocupação. Com povoados e vilas espacialmente mais próximos uns dos outros, a estruturação das cidades nessa zona de transição se deu de maneira diferente daquelas encontradas em outras regiões geográficas do estado. Isso porque, enquanto no Sertão predominava a semiaridez, que castigava mais a população e a estrutura fundiária era composta por latifúndios, a Mata era uma área dominada pela cana de açúcar, com seu cultivo ocupando grandes extensões de terra, resultando em assentamentos mais distantes uns dos outros.

Nas áreas com maior altitude e umidade na zona agrestina, entre os outros tipos de agricultura, destacamos a cultura cafeeira, que alcançou posto de importante produto comercial da região em meados do séc. XIX, embora não tenha sido uma cultura tão duradoura quanto a do algodão. A serra de Taquaritinga foi um dos locais onde a cafeicultura se estabeleceu e, mesmo depois da “política de erradicação dos cafezais que apresentavam baixa produtividade” (Andrade, 1973, p. 158) implementada pelo Governo Federal a partir de 1965, o município

permaneceu com produção de café até hoje. Desse modo, reiteramos que a formação socioeconômica do Agreste partiu do:

[...] essencialmente pecuário do século XVIII, e tornou-se predominantemente agrícola nos séculos XIX e XX; a agricultura, com a melhoria das condições técnicas, o aumento da densidade demográfica e a construção de boas estradas que ligam a região às capitais de Estado, assim como a maior divisão de propriedade, vai cada vez mais diversificando, tornando a região policultora e contribuindo de forma superior à Mata e ao Sertão, para o abastecimento das grandes cidades nordestinas (Andrade, 1973, p.159).

Além disso, destacamos que no Agreste foi e ainda é realizada a exploração de alguns minérios, como o calcário e o ferro. Esse fenômeno junto com as demais características econômicas e espaciais citadas foi fator que colaborou profundamente para o desenvolvimento de muitos pequenos assentamentos ao longo dos anos na região, baseado numa estrutura agrária de pequenas e médias propriedades e numa estrutura urbana com muitas pequenas aglomerações, algumas das quais viriam a se tornar sedes municipais. As áreas de brejos, posteriormente, ainda incorporaram populações que buscavam instalar segunda residência e/ou implementar estabelecimentos turísticos, por ser um local de clima ameno, o que acabou dinamizando um pouco mais essas áreas.

A partir da segunda metade do século XX, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a economia nordestina como um todo tornou-se mais dinamizada. Houve incentivo à industrialização na região, já que sua economia se encontrava ainda muito vinculada ao setor primário-exportador, que vinha decaindo devido à modernização da agropecuária em outras regiões do Brasil, principalmente no Sudeste, conforme apresentado por Araújo (1997), ao destacar que no contexto nordestino:

Entre 1967 e 1989 a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9% e em 1990, ano de seca, que afetou consideravelmente a produção na zona semiárida, tal percentual caiu para 12,1%. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3%, e o setor terciário cresceu de 49,9% para 58,6%, segundo dados da Sudene para o período (Araújo, 1997, p. 8).

A mudança no perfil econômico fica clara ao observar o avanço da indústria, em detrimento da agropecuária na região. Contudo, cabe ressaltar que, apesar da diminuição da participação desse último no PIB, houve modernização do setor em algumas áreas do Nordeste, como a produção de grãos no interior dos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, e das frutas para exportação em cidades como Açú (RN), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). E, no caso do segundo setor, a expansão foi puxada pelo incentivo, também da Sudene, à implementação de indústrias de bens intermediários, como metalurgia, petroquímica, fertilizantes e mineração de sal-gema (Araújo, 1997; Araújo, 2000).

Conforme informações disponíveis em Planos Diretores da Sudene (SUDENE, 1966a, 1966b e 1968), a indústria têxtil no Nordeste, baseada no beneficiamento do algodão para fabricação de tecidos grossos, era relativamente expressiva desde o século XIX. Todavia, por volta dos anos 1950, com Pernambuco como um dos estados com maior quantidade de fábricas (concentradas principalmente em Recife), a região passou a perder importância em relação à indústria têxtil no país, que crescia ao conseguir alcançar um mercado mais amplo e mais dinâmico no Sudeste.

Os problemas vinculados ao mercado, à comercialização, ao custo de produção, ao financiamento e às pragas que dizimaram o algodão, foram alguns dos motivos que levaram a diminuição gradativa da importância desse setor na região. Embora ele ainda tenha recebido investimento via incentivo da própria Sudene a partir do início dos anos 1960, e apresentado aumento no volume de emprego e de produção por mais alguns anos, o não acompanhamento da modernização industrial e o acréscimo da importação de tecidos nas décadas seguintes levaram a uma considerável diminuição da produção da indústria têxtil, principalmente em Pernambuco (SUDENE, 1966a, 1966b e 1968). As grandes fábricas têxteis, localizadas no Recife e em cidades vizinhas como Paulista e Camaragibe, acabaram fechando a partir da década de 1980 devido aos problemas supracitados. O mesmo não aconteceu no Ceará, que manteve a permanência do setor, ao qual foi agregada a confecção a partir da década de 1980, promovendo o surgimento de um polo têxtil na capital, Fortaleza.

Em relação ao Agreste pernambucano, como algumas cidades vinham com dinâmica econômica fortemente influenciada pela confecção, na década de 1980, principalmente municípios menores, por exemplo, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, a queda da indústria têxtil não afetou diretamente a produção nessas cidades, visto que já haviam incorporado os tecidos vindos das fábricas do sudeste. No caso de Caruaru, que tinha estrutura econômica mais diversificada e desde o século anterior despontava como principal aglomeração do interior do Estado, essa queda também não representou grandes impactos, dada a sua maior heterogeneidade de vínculos empregatícios dentro dos setores da economia. Corroborar com isso os números relativos ao vínculo de trabalho nos setores da economia em Caruaru, que alcançavam 21,8% na indústria da transformação, 28,4% no comércio e 25,3% e 25,3% nos serviços, conforme dados da RAIS referente ao ano de 1985. Enquanto Toritama e Santa Cruz tinham maior percentual de trabalhadores vinculados ao setor da administração pública (75,5% e 31,3%, respectivamente). Apesar de Santa Cruz do Capibaribe apresentar crescimento da confecção (produção e comercialização) desde a década anterior e a indústria da transformação

naquele ano contar com quase 30% dos vínculos, a estrutura econômica era bem menos heterogênea que a de Caruaru.

Dessa forma, entendemos que as transformações econômicas ocorridas nos últimos 40 anos, nessas três cidades, podem ter propiciado o aumento da população nas áreas urbanas já consolidadas, a expansão das manchas urbanas, além do crescimento de aglomerações dispersas sobre o território do próprio município e de municípios vizinhos. E é isso que pretendemos mostrar a seguir, com a identificação dos locais que passaram por maior transformação no âmbito da ocupação espacial e do crescimento das áreas urbanas, observando mudanças econômicas ocorridas no mesmo período. Neste capítulo, veremos ainda o comportamento das três cidades em relação às dinâmicas de deslocamento para trabalho e deslocamento para compra de calçados a fim de entendermos um pouco mais como se dão as conexões entre elas e os municípios vizinhos.

4.1 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E RELAÇÕES COM A ATIVIDADE ECONÔMICA PREDOMINANTE

A partir do exposto no capítulo anterior e no início deste, entendemos que os caminhos que levaram à ocupação espacial do interior de Pernambuco, especificamente à região agrestina, foram traçados pela expansão de atividades econômicas diferentes das que se desenvolveram na faixa leste, nomeadamente a zona canavieira. Logo, é inevitável relacionar esse processo de ocupação inicial à pecuária e à agricultura, que levaram ao surgimento de assentamentos dispersos na região, embora não muito distantes espacialmente uns dos outros, com população predominantemente rural. Assim, aos poucos, alguns desses assentamentos se expandiram e facilitaram a formação das cidades. Contudo, até a segunda metade do séc. XX, o trabalho rural permaneceu como um dos principais meios de obtenção de renda pela população, sobretudo nas cidades pequenas.

A expansão da confecção como nova atividade produtiva para além do município de Santa Cruz do Capibaribe, a partir dos anos 1980, conduziu as estruturas econômica e espacial a darem os primeiros sinais de mudança. O crescimento da produção e da comercialização de confecção influenciou o aumento da população localizada em áreas urbanas e a expansão dessa atividade para áreas rurais, haja vista a existência de um novo campo de trabalho. Tal fato fomentou a ampliação de uma configuração espacial baseada em processos de difusão e de dispersão urbana, com o crescimento das áreas já urbanizadas e a mudança de função de espaços rurais. A fim de mostrar esses processos, selecionamos algumas variáveis para apoiar nossas análises: (i) cobertura do solo, (ii) população (urbana e rural) e (iii) vínculos empregatícios,

com foco nas transformações ocorridas entre os últimos 35 a 40 anos. A primeira variável contou com indicadores obtidos a partir do Grau de urbanização do GHSL (Pesaresi et al., 2016) e da classificação da cobertura do solo do MapBiomas. Enquanto os dados do IBGE, referentes ao contingente populacional e aos vínculos de trabalho por setor econômico, serviram de base para mostrar a evolução temporal das outras duas variáveis.

No final do primeiro capítulo, mostramos a metodologia aplicada na classificação do GHSL e, por esse motivo, não repetiremos essas informações com muito detalhe aqui. Contudo, cabe lembrar as oito classes de cobertura do solo por eles definidas: (i) centro urbano, (ii) aglomeração urbana densa, (iii) aglomeração urbana semidensa, (iv) suburbano/periurbano, (v) aglomeração rural, (vi) densidade rural baixa, (vii) densidade rural muito baixa e (viii) água (Pesaresi et al., 2016). Além disso, ressaltamos um pequeno ajuste que fizemos, com objetivo de deixar mais nítida a representação dentro do recorte espacial e temporal de nossa análise. Ao identificar que houve pouca variação da cobertura espacial e de área ocupada pela aglomeração urbana semidensa, optamos por realizar sua união com a área de aglomeração urbana densa. Em seguida, somamos os seus valores e passamos a usar uma classe única, nomeando-a de “aglomeração urbana densa e semidensa” na legenda dos mapas subsequentes.

Outro ponto cabe ressalva neste momento, pois, como o GHSL corresponde a uma classificação realizada para todos os países do mundo de forma homogênea, algumas características em escala geográfica menor podem não ser notadas por quem tem contato com a informação e não conhece dado local, sendo capazes de induzir o leitor a uma interpretação genérica. As classes referentes à aglomeração rural, densidade rural baixa e densidade rural muito baixa, não necessariamente representam áreas cujas atividades produtivas sejam apenas rurais, principalmente no caso da aglomeração rural, que o recorte espacial aqui em estudo, correspondem a pequenos núcleos urbanos espalhados sobre o território. A exemplo de algumas sedes municipais, que mesmo constituídas de pequenas aglomerações com características urbanas e consideradas dentro do perímetro urbano pela legislação local, aparecem como aglomeração rural ou como densidade rural baixa na classificação do grau de urbanização. Resultado que reforça o caráter generalizado de tal classificação, mas não impede de observarmos as transformações ocorridas dentro do recorte objeto de nosso estudo, dada a possibilidade de validação a partir de informações empíricas e históricas sobre a região, como assim fizemos no decorrer do trabalho.

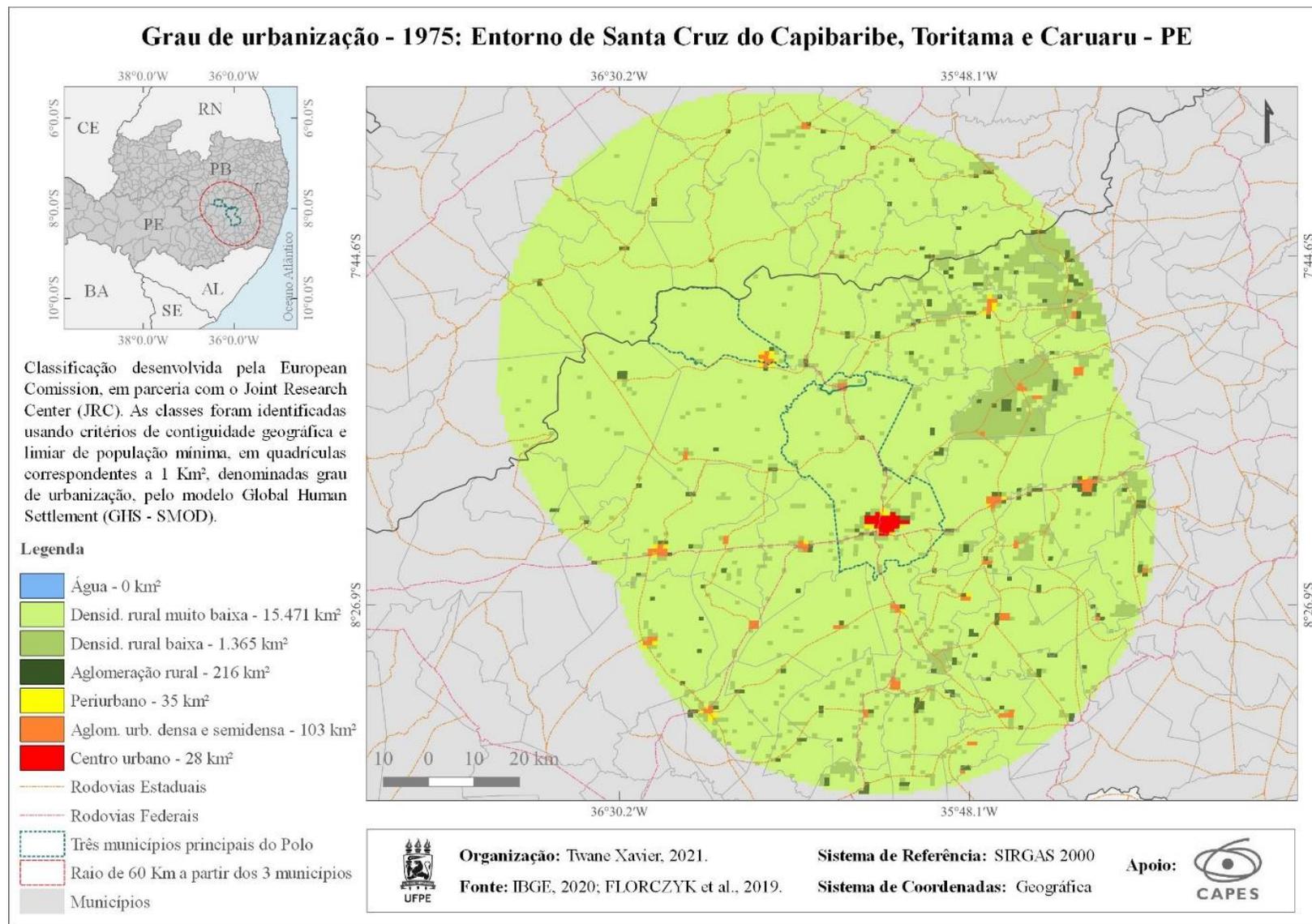
Nos dois mapas a seguir (Figura 36 e Figura 37), utilizamos essa classificação com exposição da cobertura do solo nos anos 1975 (próximo ao período inicial dos trabalhos com

confeção nas cidades) e 2015 (ano mais recente com dados do GHSL até então) a fim de aprofundar a discussão sobre as transformações espaciais ocorridas.

No mapa com a cobertura de 1975, conseguimos visualizar as áreas urbanas representadas pelas classes “aglomeração urbana densa e semidensa”, “periurbano” e “centro urbano”, com ocorrência dessa última apenas em Caruaru, haja vista sua importância enquanto núcleo regional principal do interior pernambucano, bem como pela própria dimensão da cidade, o tamanho populacional e a área urbana ocupada. Ressaltamos que, como essa metodologia considera a correlação entre a cobertura de área construída e a densidade populacional, com um padrão de quantificação construído para ser replicado sobre toda cobertura da Terra, ela pode desconsiderar áreas centrais de pequenas cidades como pertencentes à classe centro urbano. Como pode ser visto nos municípios menores dentro de ambos os recortes (espacial e temporal) que estamos analisando.

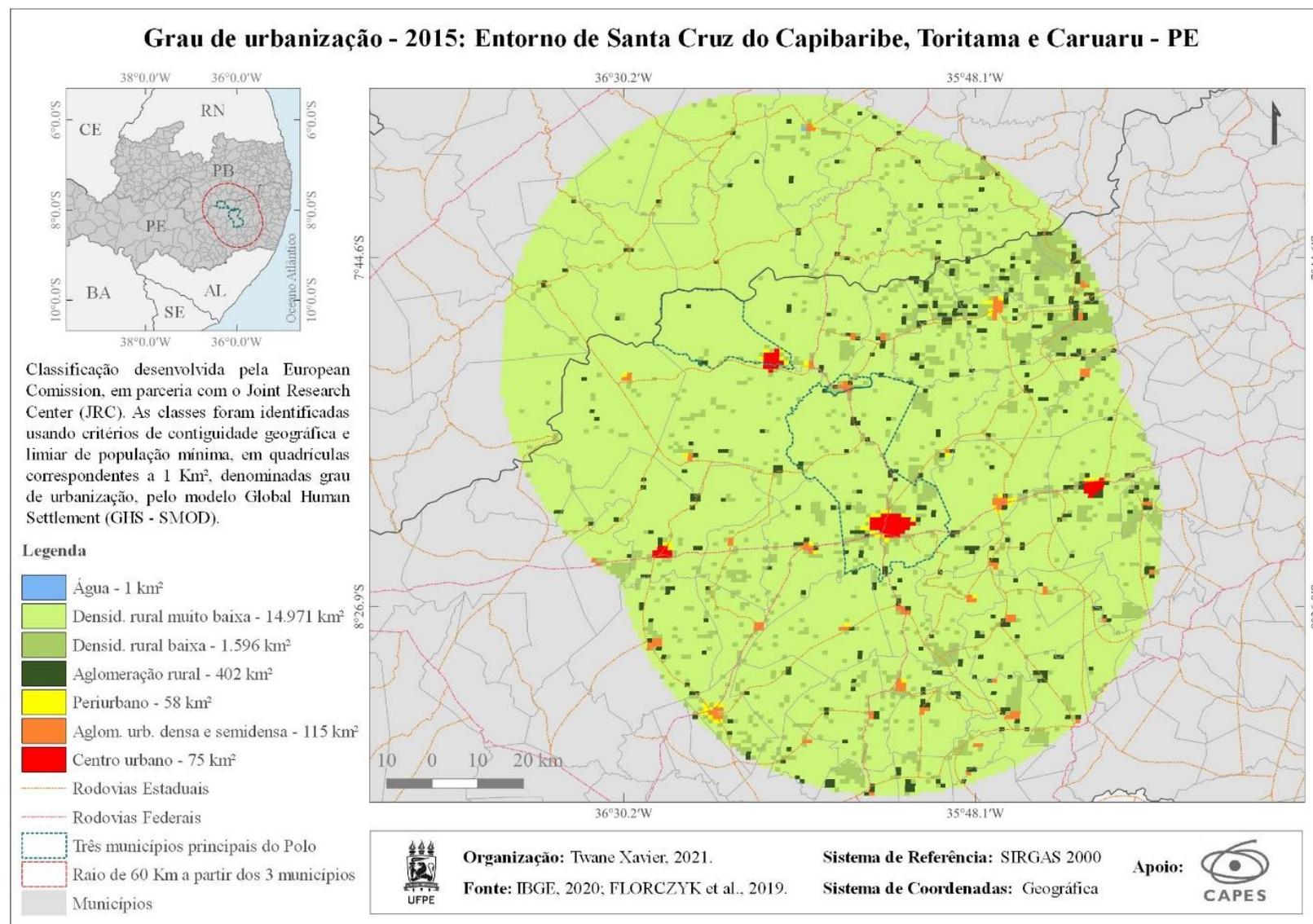
Ao aplicar essa classificação em nosso recorte espacial, devemos considerar as características das cidades. Assim, por conhecer a configuração das pequenas cidades agrestinas aqui estudadas, conseguimos afirmar que, boa parte das áreas incluídas nas aglomerações urbanas são, de fato, os centros urbanos principais de municípios menores. A exemplo das áreas centrais de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, no ano de 1975; e em 2015, a mancha de aglomeração urbana de Santa Cruz passa ser classificada como centro urbano.

Figura 36 – Mapa com grau de urbanização em recorte espacial de 60 km a partir das três principais cidades do Polo de Confeccões (1975)



Fonte: elaborado pela autora com dados do IBGE (2020) e do GHSL (FLORCZYK et al., 2019).

Figura 37 – Mapa com grau de urbanização em recorte espacial de 60 km a partir das três principais cidades do Polo de Confeccões (2015)



Fonte: elaborado pela autora com dados do IBGE (2020) e do GHSL (FLORCZYK et al., 2019).

Ao observar os dois mapas, é perceptível a mudança em algumas partes do recorte em foco, ao passar os 30 anos. Em 1975, por exemplo, a única área classificada como centro urbano corresponde ao perímetro urbano de Caruaru, município de maior porte da região. Enquanto o núcleo urbano de Santa Cruz do Capibaribe, passa de aglomeração urbana em 1975, para centro urbano em 2015. Dentre os municípios que se destacam na produção de confecção no decorrer desses anos, eles foram os únicos que contaram com essa classificação em seu território. Além deles, Gravatá e Belo Jardim apresentaram mudança no núcleo urbano como a ocorrida em Santa Cruz, mas não correspondem a municípios onde a produção de roupas exerce maior influência socioespacial e econômica.

Os mapas conseguem nos apresentar visualmente as transformações ocorridas dentro do intervalo de anos analisado e, a partir da quantificação da variação das áreas em tamanho, identificamos alguns aspectos que podem ser destacados. A classe referente à densidade rural muito baixa apresentou queda de 500 km² de área ocupada, enquanto houve aumento de ocupação territorial das demais classes (Tabela 1). As áreas com maior crescimento percentual foram as seguintes: centro urbano (167,9%), aglomeração rural (86,1%) e periurbano (65,7%).

Tabela 1 – Variação das classes do Grau de Urbanização para área de estudo (1975 e 2015)

Classes do Grau de Urbanização em km ²	Raio 60 km - 3 cidades principais		variação em km ²	% de variação
	1975	2015		
Densidade rural muito baixa	15.471	14.971	-500	-3,2%
Densidade rural baixa	1.365	1.596	231	16,9%
Aglomeração rural	216	402	186	86,1%
Periurbano/Suburbano	35	58	23	65,7%
Aglomeração urbana densa e semidensa	103	115	12	11,7%
Centro urbano	28	75	47	167,9%
Água	0	1	1	-

Fonte: a autora (2021).

Apesar das áreas de densidade rural baixa terem contado com maior crescimento absoluto em relação aos quilômetros quadrados acrescidos (231 km²), não foram elas as que obtiveram maior percentual de expansão no intervalo de 30 anos, mas sim os centros urbanos, que apresentaram variação de 167,9% no alcance de área ocupada. Resultado percentual que reflete à ampliação da concentração de população nas aglomerações principais e das manchas urbanizadas nas sedes municipais. As aglomerações rurais, por sua vez, podem ter sua expansão associada à chegada de maior infraestrutura básica na região, como a rede elétrica, que possibilitou a realização de trabalho vinculado à confecção fora dos núcleos urbanos. E no caso

do periurbano/suburbano, a ampliação das áreas se deu, principalmente, em decorrência do avanço da mancha urbana dos núcleos centrais.

Ainda utilizando o grau de urbanização, acrescentamos observações sobre a transformação espacial em Pernambuco, com intuito de tecer comparações entre recorte coberto pelo raio de 60 km, cujos valores já estão descritos na Tabela 1, com os valores encontrados nas mesorregiões estaduais (Tabela 2).

Tabela 2 – Variação das classes do Grau de Urbanização para as mesorregiões de PE (1975-2015)

Classes do Grau de Urbanização em km ²	Agreste pernambucano		Mata pernambucana		Sertão pernambucano		Sertão do São Francisco		RMR	
	1975	2015	1975	2015	1975	2015	1975	2015	1975	2015
Densidade rural muito baixa	22.214	21.191	7.572	7.031	37.904	37.261	24.071	23.615	2.006	1.819
Densidade rural baixa	1.810	2.462	567	946	507	961	322	557	216	269
Aglomeracão rural	292	534	202	279	144	263	50	144	90	106
Periurbano/Suburbano	48	83	10	37	28	37	28	9	37	51
Aglomeracão urbana densa e semidensa	126	171	113	145	70	107	19	29	41	49
Centro urbano	47	96	13	40	0	24	25	59	380	472
Água	0	0	3	2	0	0	181	283	8	12

Fonte: a autora (2021).

Ao observar os dados da tabela 2, um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi o fato de a classe “centro urbano” apresentar maior crescimento percentual dentro do raio de 60 km, com avanço de 167,9% (saltando de 28km² para 75km² de área ocupada), do que dentro na mesorregião do Agreste por completo, que obteve 104,3% (49m² de expansão). Já na Mata pernambucana, essa classe teve 207,7% de crescimento, saindo de 13km² para 40km². Lembramos que essa zona tem origem de ocupação diferente do Agreste, com vários municípios cuja economia por muitos anos se baseou na produção de cana-de-açúcar, cenário que favoreceu a disposição das aglomerações urbanas de forma espaçada; mas que possui também municípios que receberam incentivo industrial nos últimos anos, como Goiana e Vitória de Santo Antão, além de alguns municípios litorâneos que contam com ocupação na costa. Além disso, a queda da economia açucareira na região colaborou para concentração da população da Mata nos núcleos urbanos nos últimos anos, resultando no percentual elevado da expansão observado na classe “centro urbano”. Ainda assim, em relação à quantidade absoluta de área coberta por essa classe, o Agreste foi quem apresentou maior área em quilômetros em 2015 (96km²), atrás apenas da RMR.

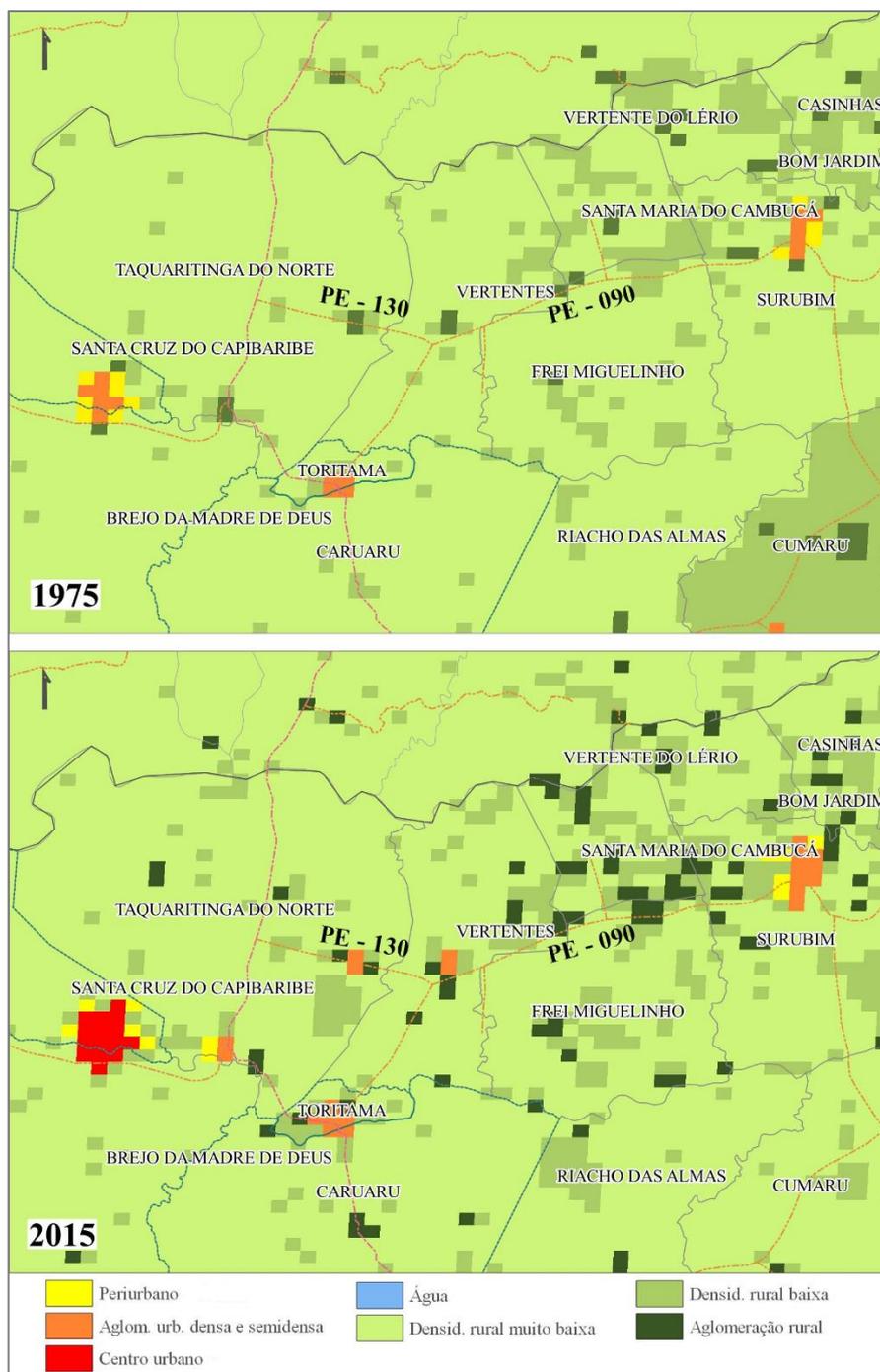
Ao olhar para o Sertão, percebemos que a zona semiárida também apresentou crescimento da classe “centro urbano”. Com a mesorregião do Sertão do São Francisco

passando de 25 km² para 59 km², configurando aumento de 136%, já a mesorregião do Sertão pernambucano, que não teve nenhuma célula considerada centro urbano no ano de 1975, passou a ter 24 km² em 2015. Acrescenta-se a ampliação das áreas correspondentes às aglomerações urbanas e rurais. No caso da RMR, não houve variação expressiva em nenhuma das classes, embora tenha apresentado aumento nas cinco classes com ocupação humana, em detrimento da área de densidade rural muito baixa. Ressaltamos que, em todas as mesorregiões, a classe “densidade rural muito baixa” perdeu cobertura, com maior perda percentual encontrada justamente na RMR (9,3%), seguida pela Mata (7,1%) e pelo Agreste (4,6%), embora em quantidade área absoluta, essas duas últimas mesorregiões tenham perdido bem mais em km².

A partir dessa leitura das variações nas mesorregiões, percebemos que as mudanças indicam um avanço das aglomerações urbanas e rurais no interior do Estado, ainda que as mesorregiões tenham se desenvolvido de maneira diferente, conforme as características físicas, sociais e econômicas de cada uma delas. Entretanto, ressaltamos que, na Mata e no Sertão, as aglomerações urbanas e rurais se desenvolveram mais distantes umas das outras, dadas as particularidades das formas de ocupação territorial. Enquanto no Agreste elas se desenvolveram mais próximas umas das outras e essa formação, atualmente, tem impulsionado o processo de dispersão urbana, principalmente nos municípios influenciados pelas atividades de confecção, como observado no recorte por nós analisado (os raios de 60 km partindo das três principais cidades do Polo).

Ademais, voltando a falar sobre as mudanças dentro desse recorte, além do notório aumento das áreas urbanas, cabe destacar a mudança ocorrida nas classes consideradas rurais; pois, em 2015, grande parte das células ocupadas pela classe densidade rural muito baixa mudaram para densidade rural baixa ou aglomeração rural. Isso, provavelmente, resulta da maior concentração de pessoas nessas áreas e da expansão de pequenas concentrações ao longo dos eixos viários, como observado no recorte destacado a seguir (Figura 38). Os trechos das rodovias PE-090 e PE-130, que passam por Surubim, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Taquaritinga do Norte e levam a Santa Cruz do Capibaribe, mostraram-se bastante modificados no intervalo temporal analisado. São estradas que cortam municípios cuja dinâmica tem sido influenciada pela expansão do setor terciário nos últimos anos, principalmente os de comércio e de serviços, movimentados também pela atividade de confecção, que se espalhou pelas cidades da região.

Figura 38 – Recorte sobre área entre Surubim e Santa Cruz do Capibaribe (1975 e 2015)



Fonte: extraído das figuras 35 e 36 pela autora (2021).

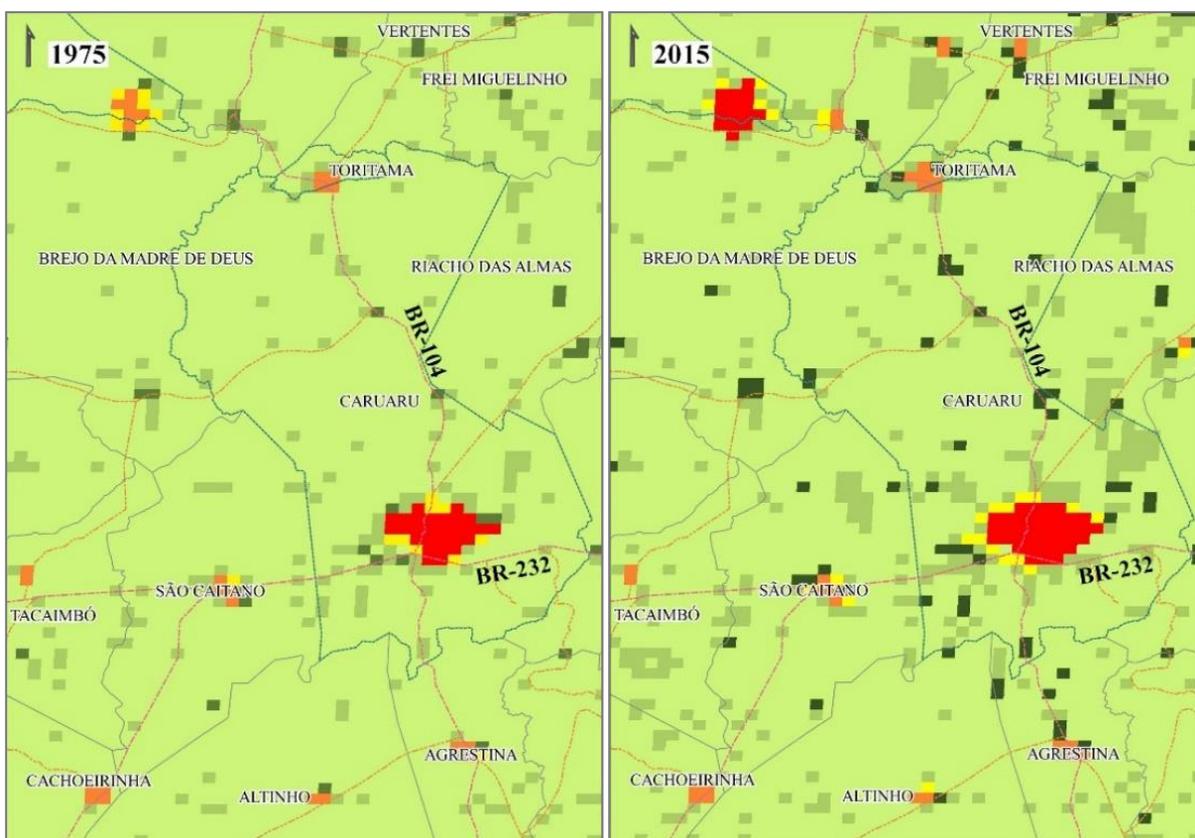
Nesse recorte, também observamos Santa Maria do Cambucá, cuja população é predominantemente rural e que não necessariamente atua em atividades rurais, pois em sua dinâmica econômica há o trabalho associado à indústria da confecção e à extração de calcário. O município teve cobertura do solo bastante modificada no período verificado, com notável aumento da população em quase todo o seu limite territorial, mostrando característica de dispersão das aglomerações. Variação observada ainda no território de Surubim, com maior densidade de ocupação nas proximidades da PE-090. Nesse caso, o crescimento também foi

influenciado pelo aumento da importância microrregional da cidade, que conta com uma grande feira livre realizada semanalmente (onde inclusive são vendidas as confecções) e as tradicionais Vaquejadas anuais.

Além disso, destacamos as transformações ocorridas em Toritama, que apresentou aumento de área no núcleo urbano principal, bem como aumento da densidade populacional em boa parte do território municipal. Enquanto em Santa Cruz do Capibaribe, além do expressivo aumento da área urbana central, destacamos sua influência sobre o distrito de São Domingos, pertencente ao município de Brejo da Madre de Deus, com quem possui limite. Cabe ressaltar que São Domingos não é a sede brejense; mas, devido à proximidade da área urbana principal de Santa Cruz e à consequente influência da atividade de confecção, é o distrito com maior concentração populacional do município.

No próximo recorte em destaque (Figura 39), pode ser visto com maior detalhe a conexão viária entre as três principais cidades do Polo, área que perpassa trecho da BR-104 entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, além de trechos da BR-232.

Figura 39 – Recorte sobre a área entre as três principais cidades do Polo (1975 e 2015)



Fonte: extraído das figuras 35 e 36 pela autora (2021).

A ocupação do solo na extensão da BR-104, em trecho que atravessa o município de Caruaru, passou por algumas mudanças durante o intervalo analisado, principalmente, após a melhora da trafegabilidade com a duplicação da rodovia e pela ligação que ela proporciona com

as outras duas cidades centrais do Polo. Contudo, nota-se que as áreas consideradas rurais, mesmo as mais distantes das rodovias principais, apresentaram mudanças relevantes, com aumento das classes de aglomeração rural e densidade rural baixa de forma expressiva em todo o perímetro municipal.

Os municípios de Riacho das Almas, Agrestina, São Caitano e Brejo da Madre de Deus também passaram por alterações, com aumentos pontuais das aglomerações rurais, ainda que o quantitativo populacional localizado nessas áreas tenha diminuído nos últimos anos, como mostraremos adiante. No caso de Brejo, a agricultura ainda possui grande importância na economia, especialmente a agroecologia e a agricultura familiar, com produção de horta fitoterápica, de morangos e de mel, fazendo com que se fixe uma população rural vinculada diretamente ao trabalho no campo.

Entre os fatores que foram essenciais para a permanência da população e para aumento das aglomerações nesses espaços, destacamos: (i) a melhoria de infraestrutura básica para áreas rurais, como o avanço da energia elétrica, cuja expansão nas áreas rurais do país só se deu a partir de meados dos anos 1980; (ii) o maior acesso a meios de transportes motorizados (motocicletas e Toyotas Bandeirantes adaptadas²⁸), que passaram a ser amplamente usados, mesmo em estradas não pavimentadas e vicinais; (iii) e a possibilidade de trabalhar com confecção em suas residências no campo, tendo-a como atividade principal ou complementar à policultura.

Em conversas com costureiras que moram em zonas rurais dos municípios de Caruaru, Riacho das Almas e Taquaritinga do Norte (realizadas por chamadas de vídeo, dadas as restrições sanitárias provocadas pela pandemia de covid-19), ouvimos relatarem que muitas pessoas preferem trabalhar com confecção nas áreas rurais, por se sentirem em um ambiente mais tranquilo e mais seguro, do que estar na agitação dos centros urbanos. Algumas, inclusive, exercem pequenas atividades rurais, como a criação de animais (bode e galinha) e o cultivo de alimentos, tanto para consumo próprio quanto para pequenas vendas locais, tendo a confecção como atividade principal.

²⁸ Toyota Bandeirante teve sua adaptação desenvolvida em Brejo da Madre de Deus e “as principais necessidades que impulsionaram a adaptação do Bandeirante foram: o escoamento dos produtos advindos da agricultura, as limitações de deslocamento para cidades vizinhas e o tipo de terreno encontrado na cidade... elevados e acidentados”, ou seja a necessidade um automóvel com maior força e tração para transporte de carga e de passageiros em uma área de difícil acesso, fez com que os brejenses se reinventassem e adaptassem a Toyota Bandeirante, alongando o tamanho do carro (SILVA, p.77, 2020). Vem mais em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38041/1/DISSERTACAO%20Aline%20Oliveira%20da%20Silva.pdf>

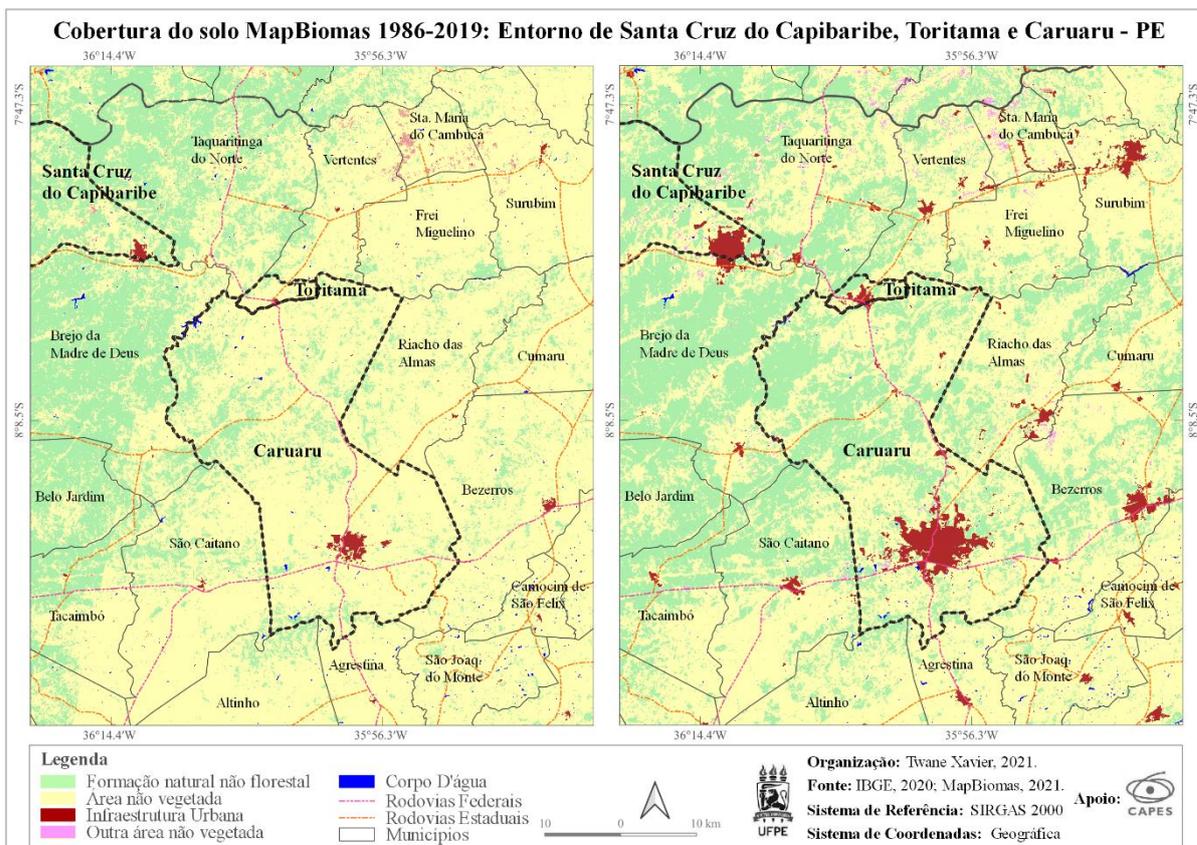
Uma das costureiras compartilhou que chegou a morar 12 anos na cidade; mas, assim que foi possível, preferiu voltar para o sítio, onde hoje tem uma pequena facção na qual trabalham ela, o esposo e mais quatro costureiras subcontratadas informalmente. Outra costureira relatou ser comum encontrar mulheres que começaram a trabalhar desde adolescentes na produção de roupas. Ela mesmo começou na atividade desde a infância, junto com a mãe, depois chegou a trabalhar por um tempo como professora, porém quando teve filhos não conseguiu mais manter-se nessa função e optou por voltar à confecção no sítio; já que, com a produção em casa, conseguia conciliar o trabalho com o cuidado das crianças no mesmo ambiente. Elas ressaltaram que devido às dificuldades de obter sustento com o trabalho rural, boa parte dos moradores de povoados e sítios vizinhos também optaram por trabalhar com a confecção. Relatos como esses podem ser amplamente encontrados na dissertação e na tese escritas por Milanês (2015, 2020).

A fim de mostrar como se comportou a variação apenas das manchas urbanas dentro de uma escala temporal aproximada a qual utilizamos do GHSL, correspondente ao intervalo de 30 anos, fizemos um recorte cobrindo a mesma área apresentada nas figuras 35 e 36, e utilizamos a classificação do MapBiomas, selecionando apenas as classes correspondentes à cobertura urbana (infraestrutura urbana e outra área não vegetada) com ocorrência nesse recorte. A partir da comparação entre dois anos (1986 e 2019), conseguimos corroborar as observações feitas a respeito do crescimento das aglomerações e da dispersão urbana nos municípios do Polo de Confeções e seu entorno nos últimos anos (Figura 40), já visualizada com base no grau de urbanização do GHSL.

Mediante a observação da evolução das manchas urbanas na figura anterior, percebemos o amplo crescimento das áreas urbanas centrais nas três principais cidades, principalmente em Toritama; que, conforme quantitativo disponibilizado pelo próprio MapBiomas (por município), apresentou ampliação da área urbanizada superior a 700%, dentro desse intervalo de 33 anos. Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, por sua vez, tiveram acréscimo nessas áreas correspondentes a 250% e 199%, respectivamente²⁹. Além disso, é possível visualizar a expansão de povoados nas proximidades dos traçados rodoviários principais e, claro, não podemos deixar de destacar o aumento das aglomerações nos municípios ao norte de Caruaru e Toritama, como Vertentes, Santa Maria do Cambucá e Surubim.

²⁹ Os valores podem ser consultados em plataforma de mapas virtuais do MapBiomas disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>

Figura 40 – Recorte com classificação do MapBiomias sobre a área abrangendo as três principais cidades do Polo e municípios vizinhos (1986 e 2019)



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do MapBiomias – Cobertura do solo coleção 5.0 (2021).

A expansão das aglomerações, como já pontuamos, é derivada tanto do avanço de infraestruturas básicas (como energia elétrica) nessa região quanto das mudanças econômicas provocadas também pela produção e comercialização de confecção nos últimos anos, que possibilitaram a fixação de moradia, influenciando o aumento da população urbana. Portanto, podemos afirmar que esses processos favoreceram o avanço da urbanização difusa e dispersa sobre a região.

4.1.1 Caracterização socioeconômica

A fim de entender o comportamento socioeconômico de alguns desses municípios nos últimos anos, trouxemos dados dos Censos Demográficos relacionados à população e à ocupação. Os municípios selecionados para que pudéssemos observar essas informações foram aqueles que passaram por maiores mudanças nas classes do GHSL e se destacaram dentro do raio delimitado.

A variação da população entre os anos 1980 e 1991 (Tabela 3), mostra de maneira perceptível que, nos anos 1980, a população encontrada nesses municípios era majoritariamente rural, diferente do que acontecia em Pernambuco como um todo e no Brasil, onde a maioria da

população localizava-se em áreas urbanas, haja vista a tendência de crescimento da população urbana desde a década de 1960 (Santos e Silveira, 2006). Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama tinham mais pessoas vivendo em áreas urbana que rurais, e Caruaru já se destacava como centro regional por contar com economia mais diversificada, enquanto as outras duas começavam a esboçar alguma transformação provocada pela atividade de confecção nesse ano. Esse quadro foi modificado na década de 1991, quando apenas cinco dos doze municípios observados ainda contavam com ocupação rural superior, com Santa Maria do Cambucá e Santa Cruz do Capibaribe como os únicos que tiveram crescimento no número desses habitantes no intervalo entre os dois anos (5% e 24%, respectivamente).

Tabela 3 – Quantidade e variação de população urbana e rural entre 1980 e 1991

Localidades	1980			1991			Percentual de variação		
	rural	urbano	total	rural	urbano	total	rural	urbano	total
Agrestina	10.436	5.137	15.573	8.668	9.325	17.993	-17%	82%	16%
Brejo da Madre de Deus	19.860	4.908	24.768	13.186	18.020	31.206	-34%	267%	26%
Caruaru	34.282	138.250	172.532	31.685	182.012	213.697	-8%	32%	24%
Frei Miguelinho	12.832	917	13.749	11.931	2.168	14.099	-7%	136%	3%
Riacho das Almas	14.633	2.486	17.119	13.226	4.715	17.941	-10%	90%	5%
Santa Cruz do Capibaribe	2.655	18.449	21.104	3.305	35.027	38.332	24%	90%	82%
Santa Maria do Cambucá	8.964	1.489	10.453	9.427	1.988	11.415	5%	34%	9%
São Caitano	13.962	10.639	24.601	12.888	16.710	29.598	-8%	57%	20%
Surubim	39.829	21.201	61.030	38.532	29.040	67.572	-3%	37%	11%
Taquaritinga do Norte	8.966	5.933	14.899	8.448	8.645	17.093	-6%	46%	15%
Toritama	1.578	7.038	8.616	1.156	13.751	14.907	-27%	95%	73%
Vertentes	12.124	4.441	16.565	9.032	5.224	14.256	-26%	18%	-14%
Pernambuco	2.358.513	3.783.716	6.142.229	2.076.201	5.051.654	7.127.855	-12%	34%	16%
Brasil	38.573.725	80.437.327	119.011.052	35.834.485	110.990.990	146.825.475	-7%	38%	23%

Fonte: SIDRA, IBGE (2021).

Ainda nessa tabela, nota-se o percentual de expansão da ocupação urbana muito superior em algumas cidades, principalmente, Brejo da Madre de Deus, que avançou 267%, e Frei Miguelinho, com 136%. Seguidas pelas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Riacho das Almas e Agrestina, com aumento bem superior aos das demais cidades. Cabe lembrar que o distrito brejense de São Domingos é o que está localizado no limite municipal com a área urbana principal de Santa Cruz do Capibaribe. Assim, duas das três principais cidades do Polo estão entre as que tiveram maior acréscimo de população urbana, e foram as únicas que tiveram percentual de variação total (urbana e rural) bem superior as demais, Santa Cruz com 82% e Toritama com 73%. Embora o país estivesse passando por grande aumento das concentrações

urbanas no período analisado, dentro do contexto agrestino, as cidades que mais se destacaram no crescimento populacional foram justamente aquelas onde a confecção surgiu como importante impulsor da economia. Com aumento de população urbana bastante expressivo quando comparadas ao avanço dessa população no estado de Pernambuco (34%), por exemplo; e, até mesmo, no Brasil como um todo (38%).

No intervalo temporal analisado na sequência (Tabela 4), o quadro de alta da população urbana e diminuição da população rural se seguiu. Entre eles, Toritama, Caruaru e Santa Maria do Cambucá apresentaram aumento de pessoal nas áreas rurais (com 24%, 11% e 3% de variação positiva, respectivamente) e, em 2010, apenas esse último município, juntamente com Frei Miguelinho e Riacho das Almas, manteve a população rural superior à urbana.

Tabela 4 – Quantidade e variação de população urbana e rural entre 1991 e 2010

Localidades	1991			2010			Variação percentual		
	rural	urbano	total	rural	urbano	Total	rural	urbano	total
Agrestina	8.668	9.325	17.993	5.722	16.957	22.679	-34%	82%	26%
Brejo da Madre de Deus	13.186	18.020	31.206	10.056	35.124	45.180	-24%	95%	45%
Caruaru	31.685	182.012	213.697	35.323	279.589	314.912	11%	54%	47%
Frei Miguelinho	11.931	2.168	14.099	10.904	3.389	14.293	-9%	56%	1%
Riacho das Almas	13.226	4.715	17.941	10.400	8.762	19.162	-21%	86%	7%
Santa Cruz do Capibaribe	3.305	35.027	38.332	1.988	85.594	87.582	-40%	144%	128%
Santa Maria do Cambucá	9.427	1.988	11.415	9.746	3.275	13.021	3%	65%	14%
São Caitano	12.888	16.710	29.598	8.195	27.079	35.274	-36%	62%	19%
Surubim	38.532	29.040	67.572	14.479	44.036	58.515	-62%	52%	-13%
Taquaritinga do Norte	8.448	8.645	17.093	6.942	17.961	24.903	-18%	108%	46%
Toritama	1.156	13.751	14.907	1.429	34.125	35.554	24%	148%	139%
Vertentes	9.032	5.224	14.256	5.281	12.941	18.222	-42%	148%	28%
Pernambuco	2.076.201	5.051.654	7.127.855	1.744.238	7.052.210	8.796.448	-16%	40%	23%
Brasil	35.834.485	110.990.990	146.825.475	29.830.007	160.925.792	190.755.799	-17%	45%	30%

Fonte: SIDRA, IBGE (2021).

Entre as leituras que podemos fazer a partir das informações dessa tabela, percebemos que, embora o crescimento urbano não tenha retratado variação percentual tão alta quanto a do período anterior, a tendência de aumento nas cidades onde há forte atuação da população na confecção permaneceu, como em Santa Cruz do Capibaribe e em Toritama, além de Vertentes, Taquaritinga do Norte e Brejo da Madre de Deus, superando 100% em todas elas. Além disso, a exceção de Belo Jardim, todos os demais municípios tiveram crescimento urbano com percentual bem superior ao do total de municípios do Estado de Pernambuco e do país, no período em análise. Então, mais uma vez em evidência, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama foram os únicos onde o acréscimo total de população foi superior a 100%. O município de

Surubim, no entanto, teve diminuição da população total, entre 1991 e 2010; mas, nesse caso, puxado pela queda na ocupação de áreas rurais.

A expansão da ocupação urbana em Santa Cruz do Capibaribe, no distrito de S Domingos (Brejo da Madre de Deus) e em Toritama — bem como o aumento de população ocupando áreas rurais nessa última, em Caruaru e em Santa Maria do Cambucá — converge com a variação das classes do GHSL observadas anteriormente, com ampliação de áreas urbanas e maior concentração de pessoas em alguns pontos de áreas rurais. Embora tenha ocorrido diminuição de pessoal no campo na maioria dos municípios observados, dentro do período investigado, passou a existir ocupações mais densas nessas áreas, principalmente nas proximidades de eixos viários principais, conforme pudemos observar tanto por meio da variação da cobertura do solo mediante a classificação do grau de urbanização quanto pelo crescimento das manchas urbanas na classificação do MapBiomas, essa última já apresentada anteriormente na Figura 39.

Para complementar as observações do ponto de vista socioeconômico, tendo em conta as transformações ocorridas nos últimos anos, atentamos ao comportamento dos vínculos de trabalho por setor econômico. Para tanto, selecionamos dados da RAIS, correspondentes aos setores em relação aos anos 1985, 2000 e 2019 no intuito de mostrar como a quantidade de vínculos formais da indústria da transformação variou nos municípios durante esse período. A Tabela 5 traz o percentual de vínculos no setor indústria da transformação, sobre o total de ocupados nos oito setores definidos pelo IBGE (1 - Extrativa mineral, 2 - Indústria de transformação, 3 - Serviços industriais de utilidade pública, 4 - Construção Civil, 5 - Comércio, 6 - Serviços, 7 - Administração Pública, 8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) para cada cidade. Os valores absolutos por setor podem ser vistos na Tabela 6.

Tabela 5 – Ocupação/vínculos formais na indústria da transformação

Localidades	% de vínculos na indústria da transformação		
	1985	2000	2019
Agrestina	1%	5%	13%
Brejo da Madre de Deus	1%	9%	12%
Caruaru	21,8%	25%	16%
Frei Miguelinho	0%	3%	3%
Riacho das Almas	0%	2%	17%
Santa Cruz do Capibaribe	23%	37%	33%
Santa Maria do Cambucá	0%	4%	7%
São Caitano	5%	10%	37%
Surubim	10%	6%	18%
Taquaritinga do Norte	47%	30%	39%
Toritama	2%	45%	39%
Vertentes	1%	1%	13%
Pernambuco	25%	15%	13%

Brasil	26%	19%	15%
--------	-----	-----	-----

Fonte: RAIS (2021).

Como a atividade de confecção em Santa Cruz do Capibaribe estava em ascensão na década de 1980, sua influência já alcançava o município vizinho Taquaritinga do Norte, cujo distrito de Pão de Açúcar fica próximo à área urbana principal de Santa Cruz e possuía 47% do pessoal ocupado vinculado à indústria da transformação. Maior percentual entre as cidades estudadas, seguido por Santa Cruz do Capibaribe (23%) e Caruaru (22%). Os vínculos nas duas últimas eram bem distribuídos entre a indústria da transformação, os serviços/comércio e a administração pública. Já Taquaritinga do Norte tinha três vezes mais pessoas trabalhando na indústria da transformação que na administração pública e duas vezes mais que no setor de serviços.

Quadro que mudou um pouco no segundo ano selecionado (2000), com forte aumento do percentual de ocupados na indústria da transformação em Toritama (45%), seguido da continuidade do aumento em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, e com a ocorrência de vínculos em alguns municípios que no ano anterior tinham baixo ou nenhum vínculo no setor. Taquaritinga do Norte, contudo, teve baixa nesse ano, provavelmente puxada pelo aumento da ocupação no setor da administração pública, que cresceu cerca de quatro vezes entre o período considerado, além do comércio, que também contou com aumento expressivo nesse intervalo (Tabela 6). Ainda hoje, é comum que os vínculos relacionados à administração pública sejam os que abarcam maior parcela da população em idade ativa em municípios menores, principalmente, quando não há outra atividade que consiga dinamizar mais a economia local.

Tabela 6 – Quantitativo de vínculos por setor da economia definido pelo IBGE

Municípios de PE	1985								2000								2019							
	E	IT	SIUP	CC	C	S	AP	A	E	IT	SIUP	CC	C	S	AP	A	E	IT	SIUP	CC	C	S	AP	A
Agrestina	0	2	6	0	15	40	187	59	0	41	0	2	53	52	505	166	6	241	13	14	381	239	693	254
Brejo da Madre de Deus	0	2	11	0	21	117	119	2	0	85	0	1	56	55	690	23	0	267	0	49	398	177	1327	8
Caruaru	9	2739	366	123	3559	3176	2368	211	62	5303	127	721	7832	6122	340	427	74	12047	1959	2167	21878	26209	11435	360
Frei Miguelinho	0	0	3	0	2	17	110	0	0	12	0	0	10	7	391	8	15	25	0	0	63	46	582	6
Riacho das Almas	0	0	2	0	4	22	219	2	0	10	0	0	21	8	501	42	0	231	0	6	148	304	477	221
Santa Cruz do Capibaribe	0	124	9	0	105	125	166	1	0	826	0	12	650	198	518	2	0	4788	54	317	3901	2605	2761	6
Santa Maria do Cambucá	0	0	0	0	0	13	11	0	5	10	0	0	7	1	212	0	41	45	0	5	63	27	491	0
São Caitano	0	20	8	0	31	55	254	5	0	110	0	1	157	87	722	14	40	1006	0	18	470	376	779	43
Surubim	0	130	67	0	251	306	558	7	0	157	0	28	471	620	1141	14	0	1078	19	30	1868	1592	1255	16
Taquaritinga do Norte	0	312	4	0	18	204	124	0	0	248	0	7	84	61	395	23	18	963	1	59	267	152	1026	11
Toritama	0	3	5	0	18	20	142	0	0	444	0	4	133	101	312	0	0	2091	3	63	1269	1004	901	0
Vertentes	0	2	33	0	3	42	118	0	17	3	0	0	31	38	344	3	0	135	0	0	177	172	559	8

Síglas: E - Extrativa mineral, IT - Indústria da transformação, SIUP - Serviços industriais de utilidade pública, CC - Construção Civil, C - Comércio, S - Serviços, AP - Administração Pública, A - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Fonte: RAIS (2021).

O ano de 2019, por sua vez, mostrou o avanço da indústria da transformação nos demais municípios em foco, com a ocorrência em cidades que tinham pouco ou nenhum vínculo de trabalhadores formais nesse setor, como São Caitano, Riacho das Almas, Agrestina, Vertentes, Brejo da Madre de Deus e, até mesmo, Santa Maria do Cambucá e Frei Miguelinho, sendo o primeiro deles o que teve aumento mais expressivo desde o ano anterior, 2000. Ficando entre os quatro municípios que superaram 30% de vínculos na indústria da transformação em 2019. Esse crescimento deve-se, provavelmente, à força que a confecção tem atingido nos últimos anos enquanto atividade econômica importante em muitas pequenas cidades da região.

Mesmo nas cidades onde a administração pública ainda é o setor que possui a maior quantidade de vínculos ou em municípios onde a agropecuária exerce papel importante, como Agrestina e Riacho das Almas, bem como onde há importância do extrativismo mineral como em Santa Maria do Cambucá, houve aumento de vínculos na indústria da transformação, resultados proporcionados pelo alcance de indústrias da confecção. Quanto às três cidades centrais do Polo, que tiveram diminuição do percentual entre 2000 e 2019, essa baixa não é resultado de um menor número absoluto de pessoas vinculadas à indústria da transformação, pois ocorreu o oposto, houve aumento desse número. A diminuição do percentual vinculado à indústria da transformação relaciona-se ao aumento de vínculos dos trabalhadores nos demais setores da economia, resultando numa maior distribuição entre eles.

A partir do exposto até aqui, foi possível perceber algumas das transformações ocorridas em municípios do Agreste de Pernambuco nos últimos 40 anos. No recorte espacial e temporal considerado, houve modificação na ocupação territorial, na disposição da população e na estrutura econômica. Consequência da forma como esses municípios de cresceram, a partir da formação de várias pequenas vilas/cidades, em um contexto regional onde a pluriatividade se fez presente desde a ocupação pós-colonial, associada à chegada de uma nova atividade produtiva, que trouxe outra dinâmica aos municípios.

Como lembrado no início deste capítulo, o cultivo de grãos (milho, feijão, fava), de algodão, além da criação de gado, elementos presentes no sistema gado-policultura (Melo, 1980; Andrade, 1973), constituíam o motor da economia agrestina até meados do século XX. A decadência de algumas dessas atividades e a chegada da confecção proporcionaram mudanças na estrutura socioespacial em algumas cidades agrestinas. Mudanças essas que colaboraram para o aumento da população localizada em áreas urbanas em detrimento da residente no campo e para o aumento da densidade populacional, com surgimento de mais aglomerações rurais e urbanas, além de alterações na estrutura econômica.

No caso do objeto empírico em foco aqui, pode-se perceber a existência de uma urbanização difusa e dispersa no território, que se intensificou nos últimos anos, associada à disseminação da atividade de confecção. E essa cadeia de produção, cujas características são predominantemente vinculadas ao espaço urbano, tem alcançado as diversas áreas dos municípios, incluindo as consideradas rurais, como já pontuamos anteriormente. Processo que tem resultado na transformação econômica e na reconfiguração desses espaços, pois o trabalho de confeccionar peças de roupas passa a ser feito também em localidades onde as pessoas viviam da agricultura familiar ou de pequenos trabalhos rurais. Essas mudanças chegam a provocar, inclusive, alterações na estrutura das residências, com a disposição de um cômodo da casa destinado à produção das peças, assim como mostrado anteriormente no capítulo 2.

As particularidades da região, mesmo que não assinalem total igualdade entre a cidade difusa definida por Indovina (1990; 1999; 2009) — que na análise feita por ele levaria a formação de um arquipélago metropolitano — e o que tem ocorrido aqui, mostram semelhanças entre os processos e ajudam a compreender tal fenômeno, pois a difusão dá-se a partir da alteração de padrões espaciais antes consolidados. Na medida que as atividades urbanas se espraiam e alcançam espaços que antes não ocupavam, em detrimento do trabalho em atividades rurais, passa a ocorrer transformações na ocupação territorial, resultando em uma reconfiguração desses espaços. Mudanças nas formas de produção e de consumo antes não comuns nas áreas rurais, haja vista que a ampliação das infraestruturas viárias, energéticas e de comunicação, que se mostram essenciais para o processo de dispersão urbana (Reis, 2015).

A ocorrência dessa dispersão não significa que esses espaços estão desconectados, pois o avanço das infraestruturas (físicas e virtuais) reforça as relações em redes. E, no caso da nossa área de estudo, percebemos que a atividade de confecção tem fomentado o processo de difusão e dispersão urbana em um conjunto de cidades cujas relações se intensificaram nos últimos anos a partir da ampliação das possibilidades de conexões. Relações essas que discutiremos mais a fundo no item seguinte.

4.2 REDES E RELAÇÕES EXISTENTES VINCULADAS AS ATIVIDADES DE CONFECÇÃO

Vimos no primeiro capítulo que as redes urbanas em países subdesenvolvidos são compostas, essencialmente, por um conjunto de massas (pessoas, mercadorias, dinheiro e informação) e dos fluxos dessas massas em um dado tempo, associados aos elementos sociais e políticos, sem os quais as redes representariam apenas algo abstrato (Santos, [1981] 2008b). Assim, compreendemos que a rede urbana está vinculada aos processos de formação e às

funções que as cidades adquirem ao longo dos anos; pois, ao mesmo tempo que a rede fomenta as trocas e as relações, é dependente das diferenças existentes entre as localidades, resultando em reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho (Corrêa, 1988;1997).

Ao longo dos anos, os estudos sobre redes urbanas incorporaram — além das funções das cidades — as variáveis sociais, econômicas, políticas etc. a fim de demonstrar os níveis de centralidade e hierarquia que cada local possui dentro da rede. Esse fato auxiliou na identificação de regiões e na compreensão dos níveis de influência das cidades, atentando-se as particularidades que levam a participação de tais localidades em cada rede. Contudo, o avanço das comunicações e das tecnologias têm levado a reconfigurações na divisão territorial do trabalho, inclusive em áreas periféricas mais distantes dos grandes centros de poder e globalmente articulados, dadas as possibilidades de interações interescares (Santos e Silveira, 2006).

Nesse sentido, as trocas espaciais facilitadas pelo avanço técnico-científico dos últimos anos — sejam os avanços que tenham ampliado as conexões físicas, como o acesso a meios de transportes mais rápidos e melhoria nas infraestruturas viárias, sejam os que tenham aumentado as conexões virtuais — contribuirão tanto para proliferação de relações entre as cidades e para aqueles que produzem esse espaço quanto para maior qualidade de tais relações. O espaço se torna cada vez mais dinâmico à medida que novas relações e trocas surgem, e os fluxos das massas são um importante indicador de tal dinamismo, seja ele mais ou menos intenso. Dessa forma, entendemos que “a mobilidade é um fator-chave da vida moderna, na dimensão inter ou intraurbana, em especial em razão da crescente dimensão territorial alcançada pelas cidades, cujos limites são cada vez mais imprecisos e distantes” (Freitas-Firkowski, 2019, p. 93).

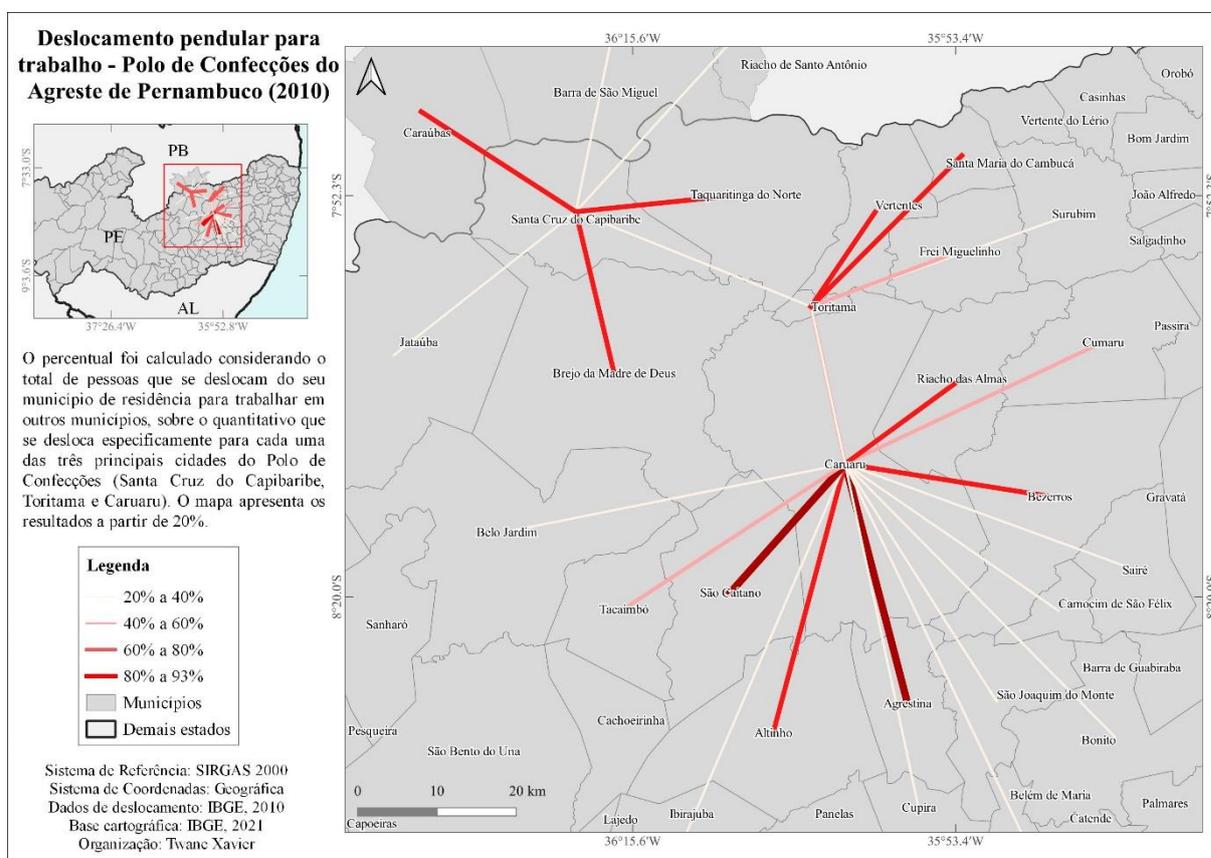
Por isso, separamos duas variáveis para mostrar os deslocamentos para trabalho e para compras de vestuário nas três cidades centrais da confecção em Pernambuco a fim de entender a importância delas dentro da rede urbana na qual estão inseridas; atentando-se também para quais posições hierárquicas elas ocuparam nos últimos estudos de Região de Influência das Cidades (REGIC) desenvolvidos pelo IBGE e como se dão as relações entre os agentes produtores do espaço vinculados à confecção. Quanto aos deslocamentos para trabalho, trouxemos apenas as informações extraídas dos microdados amostrais do Censo Demográfico do IBGE (2010), porque ainda não foi disponibilizado o acesso aos dados do Censo realizado em 2022 e o anterior (do ano 2000) não continha essa variável de forma isolada, mas sim associada ao deslocamento para estudo. No entanto, ainda assim, optamos por trazer esses dados, por entendermos a importância de mostrar tais deslocamentos, haja vista sua relevância

como indicador da integração entre os municípios, algo essencial nas análises que visam propor políticas públicas regionais (Freitas-Firkowski, 2019).

As informações sobre o deslocamento pendular para trabalho foram extraídas com auxílio do *software* IBM SPSS STATISTICS 20 por meio do cruzamento de três variáveis disponíveis nos microdados do IBGE: V0660 - "Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha"; V0661 - "Retorno diário do trabalho para o domicílio e a V0002 - "Município de residência". Com os dados obtidos, foi possível fazer uma espacialização para visualizar a intensidade do deslocamento em direção as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, conforme poderemos visualizar no mapa a seguir (Figura 41).

Para chegar ao resultado exposto no mapa, calculamos o percentual de pessoas que se deslocam para trabalhar nas três cidades, em relação ao total dos deslocamentos para trabalho destinados a qualquer município, considerando a população vinda de municípios pernambucanos e paraibanos. Por exemplo, do total de pessoas de Agrestina e São Caitano que se deslocam diariamente para trabalhar em outros municípios, entre 80% e 93% destinam-se ao município de Caruaru.

Figura 41 – Mapa com deslocamento pendular para trabalho nas três principais cidades do Polo de Confeções



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2010; 2021).

Auxiliados pelo mapa anterior, conseguimos observar a centralidade exercida por Caruaru, como maior força de atração para trabalho entre as três cidades. Contudo, relembramos

que essa cidade possui grande importância regional e mais diversidade econômica que as outras duas, resultando em maior pluralidade de postos de trabalho. Mesmo que a indisponibilidade das informações do Censo mais recente tenha impossibilitado a avaliação atualizada desses deslocamentos, com os dados de 2010, conseguimos inferir a partir de quais municípios a população era mais atraída em direção às três principais cidades do Polo de Confecções até aquele ano. Santa Cruz do Capibaribe apareceu como o principal destino de trabalhadores oriundos do Brejo da Madre de Deus, de Taquaritinga do Norte e de Caraúbas (PB). Enquanto para Toritama deslocavam-se mais trabalhadores pendulares procedentes de Vertentes, Santa Maria do Cambucá e Frei Miguelinho. Já Caruaru possui maior atração de trabalhadores advindos de São Caitano, Agrestina, Riacho das Almas, Bezerros, Altinho e Tacaimbó. Esses foram os municípios cujos deslocamentos para trabalho destinados às três principais cidades passaram dos 50%, em relação ao total de pessoal que neles reside, mas trabalha em outro. No quadro a seguir, apresentamos os percentuais exatos de cada município (Quadro 2).

Quadro 2 – Percentual de deslocamento pendular para trabalho com destino às três principais cidades do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco

Município de origem e % de DPT* em Caruaru			
São Caitano	93%	Cupira	37%
Agrestina	80%	São Joaquim do Monte	30%
Riacho das Almas	78%	Camocim de São Felix	28%
Bezerros	69%	Belo Jardim	28%
Altinho	66%	Ibirajuba	26%
Tacaimbó	53%	Sairé	23%
Cumaru	41%	Bonito	21%
Toritama	41%	Belém de Maria	20%
Município de origem e % de DPT* em Santa Cruz do Capibaribe		Município de origem e % de DPT* em Toritama	
Brejo da Madre de Deus	74%	Vertentes	76%
Taquaritinga do Norte	70%	Santa Maria do Cambucá	68%
Caraúbas - PB	67%	Frei Miguelinho	55%
Jataúba	29%	Surubim	31%
Riacho de Santo Antônio - PB	27%	Caruaru	27%
Barra de São Miguel - PB	27%		
Toritama	26%		

Fonte: microdados do Censo Demográfico (2010).

Ao observar os quantitativos por municípios, percebemos que quase 70% da população residente de Toritama que se deslocava para trabalhar em outros municípios, destinava-se às cidades de Caruaru (41%) e Santa Cruz do Capibaribe (26%). Embora seja uma cidade central do polo e, entre as três, a que apresentou maior expansão dos vínculos na indústria da transformação do final a partir do final dos anos 1980 até o presente, o percentual de

deslocamento para os outros dois municípios é mediano, corroborando a conectividade existente entre elas. Assim como parte do pessoal que se deslocava de Caruaru para trabalhar em outros municípios destinava-se a Toritama (27%). Por outro lado, dos residentes de Santa Cruz do Capibaribe, não houve percentual significativo de deslocamento em direção as outras duas cidades principais, provavelmente devido ao potencial de trabalho que a confecção já exerce na cidade.

Apesar de não ser uma região integrada por meio de transportes públicos como ocorre em regiões metropolitanas, o deslocamento para trabalho é intenso em direção aos municípios centrais da confecção e indica certa influência da atividade para além das cidades onde estão localizadas as feiras, atraindo trabalhadores de diferentes municípios. Contudo, ainda que as grandes feiras da Sulanca do Agreste estejam concentradas nas três cidades pernambucanas que apresentam maiores quantitativos de empresas e vínculos empregatícios da confecção, a produção das peças encontra-se pulverizada sobre o território, alcançando até mesmo municípios do estado da Paraíba, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. A centralidade existente nas três principais cidades, pode também ser vista por meio do saldo do deslocamento pendular para trabalho (Tabela 7).

Tabela 7 – Comparação do quantitativo de deslocamento pendular para trabalho

DESLOCAMENTO PENDULAR PARA TRABALHO - 2010			
MUNICÍPIOS	Ingressos	Egressos	Saldo
Santa Cruz do Capibaribe	2475	599	1876
Toritama	2879	247	2632
Caruaru	8535	2384	6151

Fonte: Dados do IBGE, 2010.

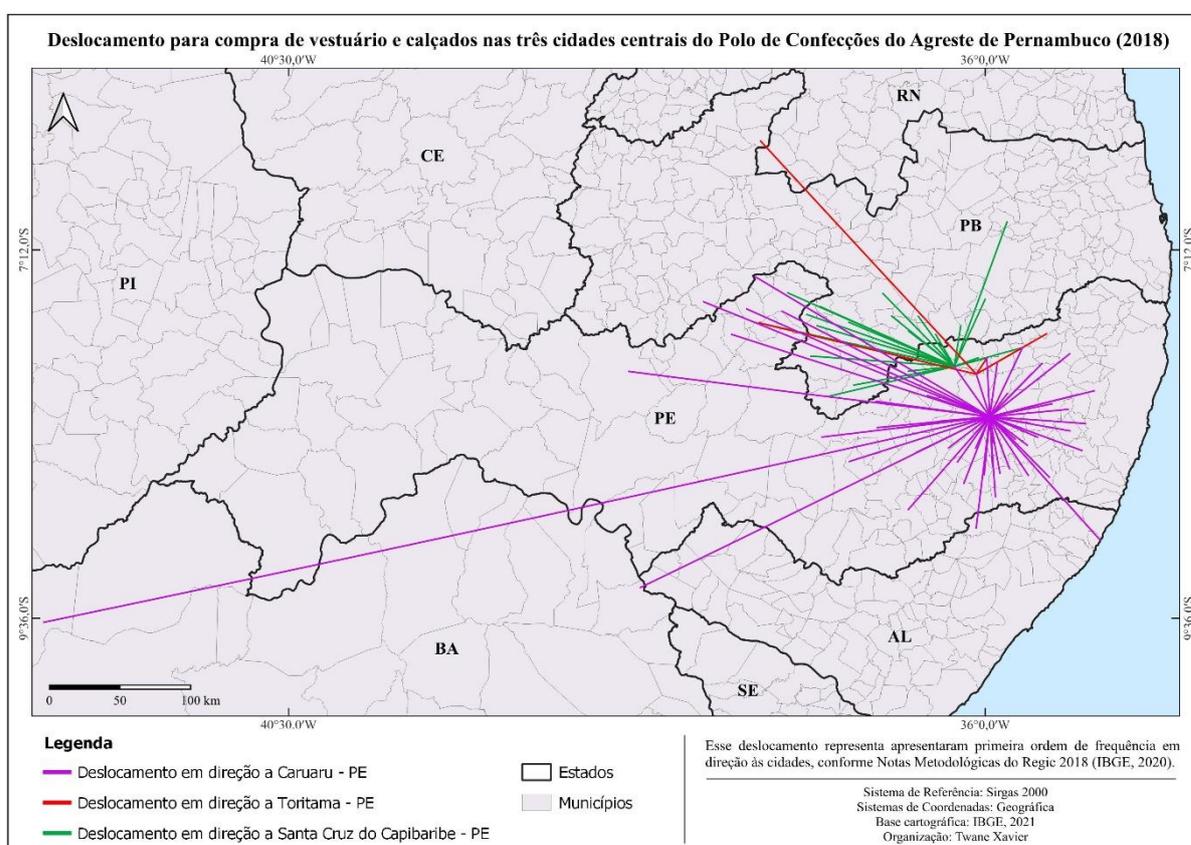
Ao observar a tabela, percebemos que a quantidade de pessoas em deslocamento diário para trabalhar nas três cidades mostrou-se bem superior à que saía delas com destino a outros municípios. No caso dos municípios vizinhos, esse saldo é negativo, pois a saída de trabalhadores diariamente para atuar em outros era superior a entrada, por isso não os apresentamos na tabela. Essa dinâmica ressalta a capacidade de atratividade das principais cidades em relação à mão-de-obra, mais uma vez influenciada por demandas da confecção.

A outra variável selecionada para destacar o deslocamento em direção a cidades centrais do polo refere-se ao destino para compra de vestuário e calçado, denominada: índice de atração³⁰ temática para compra de vestuário e calçados. O índice pertence a categoria de análise

³⁰ Conforme Notas Metodológicas do REGIC (IBGE, 2020a, p. 16 e17), “esse índice foi calculado a partir da população residente nos Municípios entrevistados e o percentual dos destinos. Esse indicador foi utilizado nos

do REGIC de 2018 (IBGE, 2020), voltada para identificação das centralidades regionais influenciadas pelos setores de comércio e de serviços ao considerar o deslocamento para compras de mercadorias e serviços em municípios que não os de residência, sem adicionar as compras para revenda (em atacado). No *ranking* resultante desse índice, as três principais cidades do Polo de Confecções aparecem entre as dez primeiras colocadas³¹, considerando todos os municípios do país. Ao observar o mapa a seguir, é possível perceber o alcance da influência dessas cidades no âmbito regional, a partir da visualização dos deslocamentos de primeira ordem de frequência, definida como a principal (Figura 42).

Figura 42 – Mapa de deslocamento para compras nas três cidades do Polo de Confecções



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2020) e IBGE (2020a).

Atrás apenas do Arranjo Populacional de Goiânia (GO), Caruaru aparece como a segunda maior centralidade entre todas as cidades do país, no *ranking* de cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para compra de vestuário e calçados,

ajustes de classificação da hierarquia urbana, bem como na análise das redes temáticas constantes dos tópicos referentes à seção da publicação principal do REGIC 2018, Resultados intermediários e análises temáticas da rede urbana brasileira. Estão presentes nesses tópicos o mapeamento dos resultados de cada tema do questionário, indicando não apenas as ligações para os principais destinos (identificados no mapa como ligações de primeira ordem de frequência), mas também ligações de menor intensidade”.

³¹ Dez primeiras cidades: (1) AP Goiânia/GO, (2) Caruaru – PE, (3) Feira de Santana – BA, (4) Ap Brusque/SC, (5) Cianorte – PR, (6) Divinópolis – MG, (7) AP Petrópolis – RJ, (8) AP Caixias do Sul – RS, (9) Santa Cruz do Capibaribe – PE, (10) Toritama – PE.

enquanto Santa Cruz do Capibaribe e Toritama ocuparam a nona e décima colocação, respectivamente. Apesar dessas três cidades concentrarem grandes feiras de vestuário e serem centros atacadistas de grande porte, o deslocamento para compra no varejo também se mostra intenso, pois como destacado na publicação do REGIC “os limites entre a territorialidade do comércio varejista e atacadista de vestuário e calçados não são estanques. É frequente que, juntamente à aquisição para revenda, haja consumo próprio” (IBGE, 2020, p.86). Acreditamos que, caso fosse considerada a compra para revenda na elaboração desse índice pelo IBGE, talvez Santa Cruz do Capibaribe e Toritama ocupassem posições ainda mais altas no *ranking* nacional.

Cabe ressaltar que, as compras feitas em atacado nos centros de venda e nas indústrias, devem revelar uma maior área de alcance (cidades a que se destinam) da confecção produzida em Pernambuco, e resultaria em um importante indicador na identificação do processo de regionalização em curso. Informação que poderia ser espacializada em mapas, tendo por base a cidade de origem dos compradores extraída de notas fiscais emitidas pela Secretaria da Fazenda – Sefaz de Pernambuco, haja vista a existência Expresso da Moda³² nos centros de venda principais do Polo. Solicitamos formalmente esses dados junto a Secretaria e, apesar de confirmarem a possibilidade de disponibilizá-los, não nos foi enviado nenhum arquivo ou documento mesmo após vários contatos. Ainda assim, a partir da espacialização dos dados de destino para compra a varejo, disponibilizados pelo IBGE (2020), conseguimos mostrar parte do alcance regional dessas mercadorias e acompanhar essa dinâmica.

Como já vimos no Capítulo 1 desta tese, uma das formas de compreender o nível de centralidade de uma cidade é por meio da identificação de sua capacidade funcional dentro de uma rede, assim como nos trabalhos do IBGE, que descrevem as Redes e Fluxos do Território e as Regiões de Influência de Cidades (REGIC), ao atentar-se para a presença ou ausência de algumas funções e serviços nos municípios do país. Nesse sentido, algumas das funcionalidades consideradas nesses trabalhos referem-se a ligações e a fluxos (rodoviários, hidroviários e aeroviários), bem como à existência no território de: logística, comércio e serviços, instituições financeiras, saúde, educação, cultura e esporte, gestão, informação, transportes e atividades agropecuárias. E, ao analisar esses trabalhos, percebemos que, das três principais cidades do Polo de Confecções, apenas Caruaru destaca-se em alguns desses itens, reforçando a sua importância enquanto centro.

³² Unidades da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco que emitem notas fiscais para aqueles comerciantes que não possuem CNPJ.

Do ponto de vista regional, Caruaru desponta como local intermediário no caminho entre o interior do estado e a capital, no que se refere à busca por diversas atividades comerciais e de serviços. Conta com uma malha viária consolidada que leva desde as cidades vizinhas às mais distantes, inclusive por meio de duas rodovias principais: BR-232, que a conecta com praticamente todo o estado nos sentidos Leste-Oeste e a BR-104, no sentido Norte-Sul, sendo essa última a que leva até Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, Caruaru possui um aeroporto que recebe aviões de pequeno porte diariamente, com voos que têm como destino ou partida além do Recife, as cidades de Campina Grande, João Pessoa, Natal e Petrolina, por exemplo. Por outro lado, ao observar as informações referentes a outros tipos de conexões, Caruaru se destaca como segunda maior centralidade estadual nos deslocamentos para realização de cursos superiores e de serviços de saúde, além de ainda aparecer com número maior de domínios de internet por habitantes que Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, conforme o REGIC (IBGE, 2018).

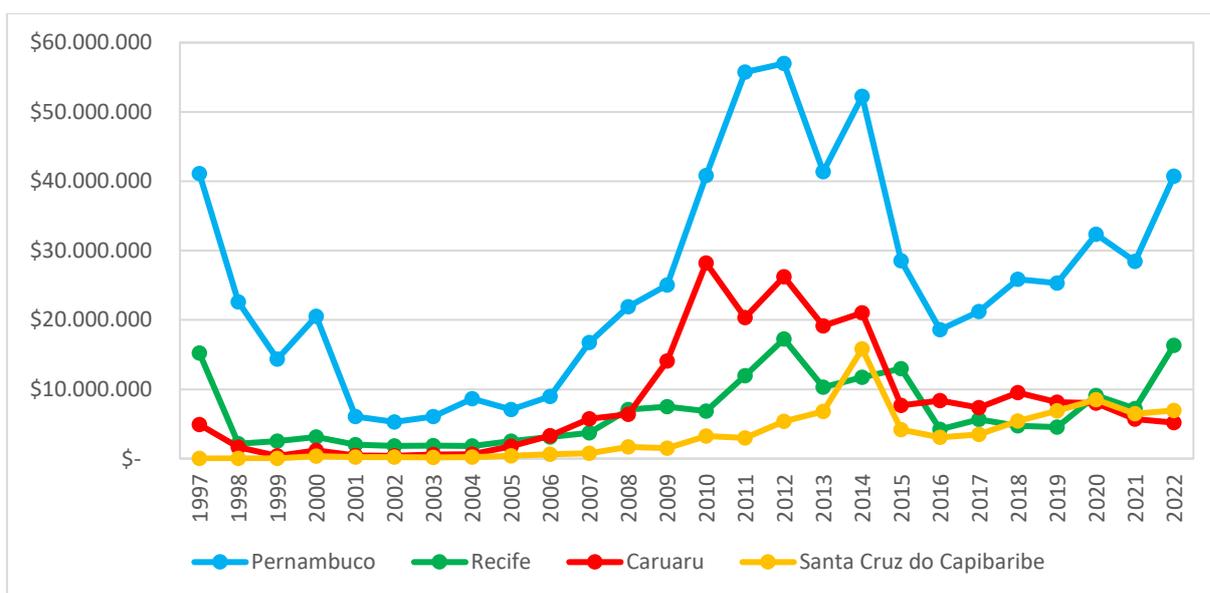
Essas redes desempenham um papel crucial na importância regional de Caruaru — por permitir conexões em várias escalas, inclusive articulações em nível nacional e internacional, sem depender necessariamente de cidades maiores como intermediárias —, por meio delas, é possível observar tanto as interações horizontais quanto verticais dentro da cidade. As horizontalidades estão diretamente ligadas às conexões físicas do território, enquanto as verticalidades encontram-se mais relacionadas às conexões virtuais entre cidades de diferentes tamanhos, sem seguir necessariamente uma hierarquia, devido às possibilidades de conectividade através da internet — conexões que estão ligadas à reprodução do capital. Um exemplo dessa verticalidade e, até mesmo, das relações interescares existentes nessa cidade pode ser percebido através da capacidade de Caruaru em articular-se internacionalmente para importação e exportação de materiais têxteis.

A partir de informações disponíveis no portal de estatísticas do comércio exterior do Brasil, o COMEX STAT, foi possível extrair dados de importação e exportação desde 1997 até o presente. Nossa análise baseou-se em categorias do Sistema Harmonizado de Classificação de Produto³³, no nível de detalhamento presente por Capítulo - (SH2), com seleção daquelas

³³ De acordo com o Governo Federal, o Sistema Harmonizado (SH), é um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições. Que na sua origem, teve como objetivo a criação de um sistema único mundial de designação e de codificação de mercadorias, podendo ser utilizado na elaboração das tarifas de direitos aduaneiros e de frete, das estatísticas do comércio de importação e de exportação, de produção e dos diferentes meios de transporte de mercadorias, entre outras aplicações.

que são referentes à indústria têxtil e à fabricação de roupas³⁴, relacionando-as a municípios do Agreste e da Região Metropolitana do Recife. No entanto, em se tratando das categorias selecionadas no SH2, dentro da região analisada, apenas dois municípios apresentaram valores expressivos de importação e exportação: Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. A fim de observar os valores a nível estadual bem como tecer comparações, foram acrescentados à análise as informações referentes ao Recife e ao estado de Pernambuco para as mesmas variáveis (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Valores de importação dos materiais têxteis em dólares americanos (1997-2022)



Fonte: dados extraídos do COMEX STAT, 2023.

Ao observar a evolução dos valores no decorrer dos 25 anos exposta no gráfico, algumas tendências são evidenciadas. A variação em Pernambuco apresentou considerável amplitude entre os valores ao longo do período analisado e as curvas nas três cidades seguiram padrão similar, com crescimento e queda nos mesmos períodos. Um ponto que chamou atenção foi o volume de importação desses materiais direto por Caruaru a partir de 2007, o qual passou a ser maior que o da capital, inclusive em anos nos quais o valor de compras esteve em queda. Esse fenômeno pode evidenciar a ampliação da relação direta de empresas situadas em Caruaru com o comércio internacional, mostrando a capacidade da cidade de estabelecer relações interescares, além de indicar o avanço da demanda por material para produção de confecção no interior do estado a partir de 2009, com *boom* evidenciado desse ano até 2014.

³⁴ Códigos e descrições SH2: (52) - Algodão; (53) - Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel; (58) - Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados; (59) - Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis; (60) - Tecidos de malha; (61) - Vestuário e seus acessórios, de malha; (62) - Vestuário e seus acessórios, exceto de Malha; (63) - Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos; (50) - Seda; (51) - Lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina.

Tabela 8 – Valores das importações anuais em dólares americanos

Ano	Pernambuco	Recife - PE	Caruaru - PE	Santa Cruz do Capibaribe - PE
1997	\$ 41.087.346	\$ 15.232.474	\$ 4.923.446	\$ 14.700
1998	\$ 22.582.660	\$ 2.163.232	\$ 1.664.149	\$ 34.115
1999	\$ 14.347.125	\$ 2.499.676	\$ 388.384	\$ 41.331
2000	\$ 20.513.359	\$ 3.123.903	\$ 1.190.629	\$ 374.083
2001	\$ 6.058.107	\$ 1.992.950	\$ 459.836	\$ 207.526
2002	\$ 5.291.481	\$ 1.829.214	\$ 412.519	\$ 229.571
2003	\$ 6.086.000	\$ 1.852.751	\$ 593.066	\$ 153.187
2004	\$ 8.651.191	\$ 1.822.659	\$ 631.072	\$ 230.533
2005	\$ 7.079.014	\$ 2.504.486	\$ 1.800.396	\$ 395.351
2006	\$ 8.976.078	\$ 3.134.747	\$ 3.316.564	\$ 622.214
2007	\$ 16.743.126	\$ 3.729.957	\$ 5.725.601	\$ 764.573
2008	\$ 21.926.112	\$ 7.073.806	\$ 6.410.535	\$ 1.680.134
2009	\$ 25.019.317	\$ 7.488.873	\$ 14.083.783	\$ 1.508.805
2010	\$ 40.813.005	\$ 6.867.409	\$ 28.210.747	\$ 3.253.959
2011	\$ 55.756.282	\$ 11.973.559	\$ 20.327.683	\$ 2.978.250
2012	\$ 56.980.032	\$ 17.251.855	\$ 26.249.797	\$ 5.367.454
2013	\$ 41.375.048	\$ 10.319.751	\$ 19.149.076	\$ 6.811.578
2014	\$ 52.225.924	\$ 11.729.718	\$ 21.020.993	\$ 15.806.735
2015	\$ 28.553.118	\$ 12.979.059	\$ 7.664.109	\$ 4.187.638
2016	\$ 18.573.276	\$ 4.201.160	\$ 8.365.183	\$ 3.057.828
2017	\$ 21.237.013	\$ 5.632.330	\$ 7.350.464	\$ 3.500.371
2018	\$ 25.845.859	\$ 4.731.155	\$ 9.518.306	\$ 5.398.736
2019	\$ 25.318.106	\$ 4.565.504	\$ 8.123.810	\$ 6.872.320
2020	\$ 32.369.681	\$ 9.113.645	\$ 7.989.086	\$ 8.509.730
2021	\$ 28.443.461	\$ 7.207.205	\$ 5.712.730	\$ 6.471.863
2022	\$ 40.728.946	\$ 16.347.998	\$ 5.194.774	\$ 6.927.845

Fonte: dados extraídos do COMEX STAT, 2023.

Ainda com atenção a Caruaru, nota-se que a importação realizada diretamente por empresas localizadas na cidade apresentou uma trajetória de crescimento consistente durante a maior parte do período analisado. Este que teve início com valores modestos em 1997 e mostrou aumento significativo ao longo dos anos, com o pico em 2010 ao atingir marca de \$28.210.747,00, ano que foi responsável por mais da metade do valor registrado pelo estado todo. E, assim, a cidade foi se firmando como uma das principais importadoras desses materiais em Pernambuco.

A partir de 2015/16, houve uma variação das compras desses materiais no exterior, oscilando para baixo as importações realizadas pelas três cidades observadas. No entanto cabe ressaltar que, embora Santa Cruz do Capibaribe tenha apresentado valores de compras mais modestos quando comparados aos das outras duas cidades, ela ganha importância no cenário

regional e passa a compor, junto com Caruaru, uma área de concentração das empresas que importam maiores quantidades de insumos voltados à indústria têxtil no estado. Além disso, vale ressaltar que a porção dessas compras em Santa Cruz do Capibaribe foi superior às realizadas a partir de Caruaru nos três últimos anos da série em análise.

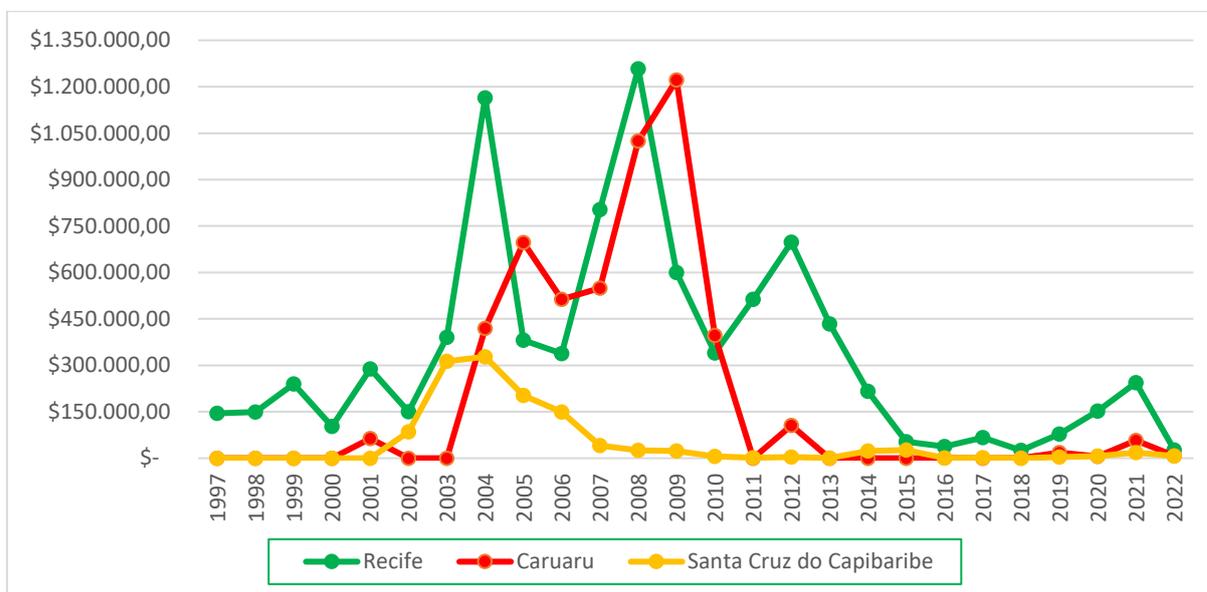
No que diz respeito ao destaque entre as cidades, Caruaru se sobressaiu ao apresentar crescimento significativo ao longo do período analisado, firmando-se como principal centro importador desses materiais na região. Embora Recife tenha registrado altos valores de importação em alguns anos, dada sua relevância enquanto centralidade estadual, sua tendência de declínio recente deixou em evidência a autonomia das empresas situadas no interior, ainda que os municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe não pertençam ao mesmo nível hierárquico da capital. No último ano dessa série histórica, contudo, Recife voltou a assumir a ponta, enquanto as outras duas cidades tiveram uma queda após 2020, provavelmente reflexo da dinâmica provocada pela pandemia de covid-19.

Cabe ressaltar que a análise trata de municípios que possuem características específicas. Recife com mais dinamismo devido à ampliada diversidade econômica e funcional, que como capital, exerce papel de porta de entrada para o comércio internacional no estado. Enquanto em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, essa evolução esteve vinculada diretamente ao avanço do setor de confecções no Agreste de Pernambuco e sua expansão a outros municípios no decorrer dos últimos anos.

Outra variável comercial que observamos foi a exportação de materiais; e, para isso, trouxemos os valores referentes aos mesmos itens vinculados à indústria têxtil e à fabricação de roupas observados nos quantitativos de importação. Diferente das tendências observadas nos dados de importação, a exportação de materiais vinculados à indústria têxtil apresentou-se bem mais modesta. Com valores passando de um milhão de dólares apenas quatro vezes durante o período em análise, sendo dois anos no Recife (2004 e 2008) e dois anos em Caruaru (2008 e 2009). Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe só aparecem com algum valor de exportação a partir de 2001 e 2002, respectivamente. Contudo as duas cidades participaram de forma mais intensa dessa comercialização por um período curto, a primeira apresentando valores mais altos entre 2003 e 2010, e a segunda entre 2003 e 2006 (Gráfico 2). Essa ocorrência pode apontar o perfil não exportador das empresas situadas na área aqui em estudo, o que de fato é confirmado por alguns dos agentes produtores que atuam no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, ao afirmarem que a comercialização das peças é predominantemente realizada com população do Nordeste e do Norte do Brasil, embora haja uma expansão recente do mercado para a região Centro-Oeste do país. Falaremos um pouco mais sobre esses agentes mais adiante.

Na exposição do gráfico, a fim de destacar os valores associados a cada um dos municípios, optamos por não apresentar os dados do estado, mas esses valores aparecem logo em seguida, na Tabela 09.

Gráfico 2 – Valores de exportação dos materiais têxteis em dólares americanos (1997-2022)



Fonte: dados extraídos do COMEX STAT, 2023.

Os números do estado, por outro lado, aparecem bem elevados nos primeiros anos da série, graças à participação do município de Paulista, que ainda contava com uma ativa cadeia de produção têxtil entre o final do século XX e início do XXI. Assim, os valores de exportação no estado refletiram a produção desse município até o ano de 2016. Cabe destacar que mesmo com perfil mais voltado para o mercado nacional, dois dos três principais municípios do Polo apresentaram algum valor em comercialização internacional.

Tabela 9 – Valores das exportações anuais em dólares americanos

Ano	Pernambuco	Recife	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe
1997	\$ 28.337.999,00	\$ 145.208,00	-	-
1998	\$ 25.501.335,00	\$ 148.663,00	-	-
1999	\$ 20.377.340,00	\$ 239.687,00	-	-
2000	\$ 24.784.842,00	\$ 102.817,00	-	-
2001	\$ 23.365.263,00	\$ 288.065,00	\$ 63.231,00	-
2002	\$ 18.464.763,00	\$ 150.348,00	-	\$ 84.734,00
2003	\$ 33.942.719,00	\$ 390.150,00	-	\$ 313.158,00
2004	\$ 24.381.709,00	\$ 1.163.919,00	\$ 419.734,00	\$ 327.770,00
2005	\$ 30.330.583,00	\$ 381.465,00	\$ 696.618,00	\$ 203.040,00
2006	\$ 29.497.622,00	\$ 337.508,00	\$ 513.657,00	\$ 148.689,00
2007	\$ 12.554.134,00	\$ 803.214,00	\$ 549.688,00	\$ 40.884,00
2008	\$ 11.958.350,00	\$ 1.258.373,00	\$ 1.025.079,00	\$ 25.204,00
2009	\$ 7.222.935,00	\$ 599.633,00	\$ 1.222.059,00	\$ 23.815,00

2010	\$	8.083.914,00	\$	339.808,00	\$	397.064,00	\$	5.696,00
2011	\$	7.300.061,00	\$	513.507,00		-	\$	1.930,00
2012	\$	6.262.323,00	\$	698.051,00	\$	105.634,00	\$	3.235,00
2013	\$	2.459.866,00	\$	434.273,00		-	\$	524,00
2014	\$	1.249.789,00	\$	216.191,00		-	\$	23.325,00
2015	\$	3.318.743,00	\$	53.753,00		-	\$	26.818,00
2016	\$	1.281.825,00	\$	38.210,00	\$	622,00	\$	1.037,00
2017	\$	541.538,00	\$	67.029,00		-	\$	1.416,00
2018	\$	654.211,00	\$	25.250,00	\$	585,00		-
2019	\$	732.778,00	\$	78.121,00	\$	18.185,00	\$	4.156,00
2020	\$	588.685,00	\$	152.375,00	\$	5.757,00	\$	6.382,00
2021	\$	808.476,00	\$	244.147,00	\$	57.280,00	\$	17.701,00
2022	\$	1.236.380,00	\$	26.212,00	\$	7.875,00	\$	6.696,00

Fonte: dados extraídos do COMEX STAT, 2023.

O movimento de empresas situadas em Caruaru e em Santa Cruz do Capibaribe direcionado à compra de tecidos para produção — como vimos a partir do avanço importações — e à comercialização internacional de produtos já confeccionados tem apontado para o desenvolvimento da articulação em diversas escalas por agentes produtores do espaço nessas cidades. Isso demonstra a capacidade dos municípios de estabelecer relações sem depender das hierarquias já existentes, pois os aspectos heterárquicos passam a favorecer o estabelecimento de novos caminhos de interações entre as escalas geográficas, sejam elas locais, regionais, nacionais e até internacionais. Ademais, é importante lembrar que o perfil hierárquico das cidades está vinculado às funcionalidades nelas existentes, enquanto a heterarquia corresponde à capacidade de estabelecimento de vínculos e relações com autonomia pelas cidades de menor porte, sem que haja dependência de uma cidade maior para realização de alguma atividade. Entretanto cabe ressaltar que os caminhos de interações entre as cidades são complexos e, por isso:

“[...] tanto deve ser reconhecida sua estruturação hierárquica, pela existência de cidades com diferenças funcionais, como também deve ser reconhecido que qualquer uma delas pode participar das interações espaciais interescolares, dependendo dos interesses articulados entre agentes econômicos tanto do local e do regional como nas escalas mais amplas, sobretudo a global” (CATALAN, 2013, p76).

Com a ampliação das conexões em rede devido ao avanço tecnológico e informacional, cidades de menor nível hierárquico dentro da rede urbana brasileira passaram a contemplar funções mais complexas, apoiadas nas possibilidades de interações espaciais interescolares. A depender da atividade existente numa cidade, por exemplo, ela passa a contar com agentes produtores, cuja atuação viabiliza o aumento do seu dinamismo frente a outras, mesmo que ela não ocupe nível hierárquico mais alto. Assim como algumas das organizações existentes nas

três principais cidades do polo, que contribuem para a autonomia dos produtores e comerciantes locais no estabelecimento de conexões dentro do mercado que elas podem alcançar. No capítulo seguinte, abordaremos com mais detalhe sobre a atuação desses agentes produtores do espaço no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e, como consequência, ficará ainda mais claro o papel desses agentes no estabelecimento de relações interescalares.

Até aqui, pudemos perceber como a dinâmica das cidades com maior concentração de produção e comercialização de confecção mudou nos últimos anos. Haja vista a expansão da atividade produtiva para além dos núcleos principais, que veio acompanhada dos aumentos da mancha urbana, da população residente e das empresas vinculadas à confecção, além da ampliação da capacidade de estabelecer relações que vão dos níveis locais até os internacionais, bem como o alcance da área de influência no deslocamento para trabalho com a confecção e compras de vestuário.

Dessa forma, a transformação ocorrida na região não apenas mostra a existência de relações heterárquicas no que tange à atividade produtiva e aos seus fluxos, como também evidencia os níveis hierárquicos em que cada cidade se encontra dentro da rede urbana. Com destaque para Caruaru, a qual aparece como importante centro regional e que possui maior diversidade econômica, seguido por Santa Cruz do Capibaribe e Toritama; que, embora não ocupem um nível hierárquico elevado na classificação da rede urbana brasileira – REGIC, 2018 –, completam a tríade que compõe o núcleo central do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, graças a especialização produtiva nelas encontrada. Entretanto, é possível mostrar como o alcance dessa atividade produtiva no interior do Estado, associada a atuação dos agentes hegemônicos, exerceu influência na configuração atual dessa região? É isso que pretendemos responder no capítulo seguinte.

5 CONSOLIDAÇÃO DA CONFECÇÃO E O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO EM CURSO

A atividade de confecção aparece como força motriz do processo de regionalização em curso no Agreste pernambucano. Presente desde o final da década de 1970 em alguns municípios e expandindo seu alcance desde o final dos anos 2000, a disseminação dessa atividade produtiva em um conjunto de pequenos municípios modificou e tem modificado a estrutura socioespacial e econômica da região até hoje.

Como apresentado nos capítulos anteriores, conduzimos análises de dados sociais, econômicos e espaciais, incluindo a evolução da mancha de ocupação urbana e das feiras, que contribuíram para a identificação das transformações ocorridas nos últimos 30/40 anos. Agora procuramos apresentar a evolução do processo de regionalização e a formação de um arranjo urbano-regional. Processo este que conta com a participação de agentes sociais que atuam diretamente na atividade de confecção, auxiliando na criação de estratégias para apoiar as empresas (independente do porte e da formalização) e na governança do Polo.

Neste capítulo, identificamos parte desses agentes sociais e as suas atuações voltadas ao desenvolvimento da região produtiva. Detalharemos as ações realizadas por eles para, então, entendermos as relações existentes entre instituições que atuam nos municípios do Polo, por meio de informações obtidas em entrevistas realizadas presencialmente (em trabalho de campo) e em entrevistas virtuais (por chamadas de vídeo), feitas com cada agente. Além disso, com o intuito de mostrar o processo de regionalização que tem se estruturado ao longo dos anos, utilizamos um modelo geoestatístico para indicar os municípios que possuem correlação espacial e fomentar, junto com as análises anteriormente apresentadas aqui, a configuração do arranjo urbano-regional proposto neste trabalho.

5.1 A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DOS AGENTES SOCIAIS PRODUTORES EM ATUAÇÃO NO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Um dos fatores capazes de influenciar na transformação do espaço urbano é, sem dúvida, a existência de agentes que atuam sobre dado espaço, sendo eles entidades públicas ou privadas. Ao falar sobre agentes sociais produtores do espaço urbano, geógrafos e outros cientistas humanos, apontam para grupos responsáveis por intervenções diretas e indiretas na construção das cidades.

Capel (2007) distingue bem esses dois grupos. No conjunto dos agentes indiretos, encontram-se aqueles que demandam a construção de edifícios diversos, os que possuem a propriedade do solo e decidem se querem vende-los ou não, e os donos do capital a ser

disponibilizado como financiamento. Enquanto os agentes que atuam diretamente sobre o espaço urbano, são aqueles que de fato realizam a transformação do solo e a construção das cidades, tais como: construtores e promotores imobiliários, bem como arquitetos, vendedores e publicitários (Capel, 2007). O autor ainda ressalta que, em alguns casos, os movimentos sociais também podem exercer papel de agentes, dada a sua capacidade de luta com uso da força popular para intervir na tomada de decisão em implantações de projetos urbanísticos.

Cabe ressaltar que Capel (1974) já havia inserido também o Estado como agente produtor e regulador do espaço, assim como outros geógrafos contemporâneos a ele, a exemplo do David Harvey (1973), que apresentou os mesmos grupos de agentes como produtores do espaço com destaque para a influência exercida pelo mercado imobiliário.

No cenário brasileiro, um dos geógrafos mais citados, no que se refere a esse tema, é Roberto Lobato Corrêa, que em sua obra “O espaço urbano”, destaca cinco grupos de agentes produtores desse espaço, sendo eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, [1989]1995). E em estudo posterior, o autor detalhou um pouco o papel desses agentes apontando que:

Bancos, companhias de seguros, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupos sociais excluídos, indivíduos com investimentos e ordens religiosas participam, alguns há muito tempo, em maior ou menor intensidade, do processo de produção do espaço. (Corrêa, 2016, p.46).

São agentes que não atuam sozinhos, muito pelo contrário, pois muitas vezes demandam do alinhamento das relações entre si e de atuação em diversas escalas para atingir objetivos em comum. Dentre os novos grupos apresentados, o autor inseriu as fábricas têxteis como um dos exemplos de outros agentes capazes de influenciar no processo de “produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade” (Corrêa, 2016, p.46).

Baseado nisso, sabendo que as cidades aqui em estudo possuem grande concentração de indústrias, fábricas, fabricos e facções voltadas ao setor da confecção, selecionamos algumas entidades para realização de entrevistas, a fim de mostrar como a atuação desses agentes no Polo de Confecção do Agreste de Pernambuco tem se mostrado no decurso temporal. Pois, como já abordado no capítulo anterior, a expansão da atividade de confecção vinculada ao setor têxtil, certamente, provocou mudanças significativas na dinâmica socioespacial regional como um todo, principalmente nas três principais cidades do Polo.

Ao gerar oportunidade de trabalho e de obtenção de renda, esse setor econômico não apenas atraiu indivíduos voltados a criar seus próprios pequenos negócios ou em busca de

emprego, como potencializou, concomitantemente, a oferta de mercadorias e atraiu atacadistas, varejistas e milhares de compradores semanais, vindos de várias partes do país. Tal dinâmica decerto favoreceu a chegada de outros produtores e consolidou ainda mais o setor da confecção na região, considerando indústria, comércio e serviços vinculados à moda.

As mudanças na dinâmica socioeconômica de uma cidade (ou de um conjunto de cidades) podem ser impulsionadas pela atuação de vários agentes, seja a partir da produção de bairros planejados, seja através da criação de processos descentralizadores ou ainda com a implantação de áreas de especialização produtiva, por exemplo. Tal como ocorreu durante o processo de intensificação da industrialização no ABC Paulista, com a disseminação de montadoras de veículos nessa região nos anos 1970, que contavam, dentre outras coisas, com incentivos fiscais públicos para instalarem-se nas cidades. Processo esse que atraiu mais trabalhadores para a região e, conseqüentemente, maior demanda por moradia, serviços, comércio etc., levando a mudanças socioespaciais nas cidades do ABC. E são os agentes sociais da produção do espaço, como define Corrêa (2016), os responsáveis pela materialização dos processos sociais de forma concreta nos ambientes urbanos.

No caso das cidades agrestinas aqui em foco, a especialização produtiva aconteceu de forma autóctone, surgindo a partir de um dinamismo provocado por pequenos produtores artesanais locais, que foram ganhando notoriedade e ampliando o espaço de ocupação para vendas de sua produção nas feiras livres no decorrer dos anos. Até que essa produção e comercialização ganharam maior visibilidade e passaram a influenciar diretamente na dinâmica das cidades, ao promoverem o avanço das empresas (fábricas, lavanderias, fabricos e facções) sobre o território e o direcionamento de grande quantitativo de mão de obra para atuação na confecção. Esses desdobramentos facilitaram o aumento da população e das manchas de ocupação territorial.

A partir de então, maior atenção passou a ser dada à confecção e à visibilidade que ela trouxe aos municípios, o que direcionou agentes públicos e privados a elaborarem ações e projetos vinculados a essa atividade, a fim de ampliar a força regional do setor. Assim, por meio de entrevistas realizadas com alguns desses agentes sociais produtores do espaço, conseguimos entender como tem se dado a sua atuação dentro do Polo.

Com atenção para a produção da confecção e sua influência direta sobre as dinâmicas locais e regionais, optamos por realizar entrevistas — em formatos presencial e virtual — com

representantes³⁵ de organizações que tivessem atuação sobre o setor, que ocorreram entre maio e agosto de 2021. Fizeram parte desse conjunto de agentes selecionados, os presidentes em exercício da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), Ivânia Porto; da Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP), Josivan Ramos; e da Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), Luis Carlos. Ainda no âmbito das associações, houve diálogo com o então presidente da Associação de Feirantes de Caruaru, Pedro Moura. Foram entrevistados também os representantes das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe, Bruno Bezerra; e de Caruaru, Adjar Soares; além do então Secretário de Desenvolvimento de Caruaru, André Teixeira, e do diretor em exercício do Moda Center Santa Cruz, George Pinto. Das organizações com atuação regional, entrevistamos Gilson Gonçalves, gestor de projetos da indústria na sede agrestina do SEBRAE; e Wamberto Barbosa, diretor do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco (NTCPE).

Antes de abordarmos detalhes relevantes das entrevistas, é fundamental destacar alguns dos papéis desempenhados por cada uma das instituições nos municípios em que atuam. As três associações empresariais, por exemplo, são entidades que dão suporte e representam os empresários a elas vinculados em diversas áreas. Os suportes abrangem desde consultorias, cursos, parcerias, serviços, e até missões/viagens empresariais que visam buscar avanços técnicos, de gestão e da atuação das empresas, conforme relato dos representantes entrevistados. A mais antiga delas é a ACIC, com 103 anos, sendo também a que possui o maior número de empresas associadas, cerca de 1600. A ASCAP vem em seguida, com quadro de 200 associados, 31 anos de atividade na cidade e atuação diretamente vinculada à confecção e a ACIT completou 20 anos em 2023 e possui cerca de 130 associados, dos quais, mais de 60% são vinculados a lavanderias de jeans.

É importante destacar que, como centralidade regional, a estrutura econômica de Caruaru tem maior diversidade de campos de trabalho, o que resulta na atuação da ACIC para além do setor da confecção, colaborando para um o maior número de empresas associadas. Dada a maior demanda, a associação conduz a atuação por meio da divisão em câmaras setoriais vinculadas a cada grande grupo de atividade econômica. Contudo, devido à significativa importância da cadeia produtiva têxtil e de confecção na cidade, a associação estabeleceu três câmaras setoriais vinculadas diretamente a ela: (i) Componentes têxteis, (ii) Arranjo Produtivo

³⁵ Durante a realização das entrevistas, foi pedida autorização para uso do nome de cada representante no texto e foi autorizado por todos. Em contrapartida, alguns deles solicitaram a disponibilização da tese para compor os acervos em suas respectivas instituições. A indicação dos nomes na tese visou manter o registro de quais agentes estavam em atuação nas instituições no ano em que foi realizada a entrevista (2021), haja vista a existência de mudança desses nomes periodicamente.

de Confecções e (iii) Centro Moda 18 de Maio; sendo esta a única atividade que conta com três câmaras setoriais.

A Associação de Feirantes de Caruaru, por sua vez, tem uma participação mais vinculada à programação, manutenção do horário das feiras, representação dos feirantes em reuniões, além de auxiliar na solicitação de demandas à Prefeitura de Caruaru e ao Governo do Estado, tal como a solicitação anual de melhoria da segurança nos períodos de maior fluxo de compradores e vendedores nas feiras. Diferente das associações empresariais já citadas, essa última não cobra taxa dos feirantes pois atua de forma colaborativa e participativa.

Com característica aproximada das associações, as Câmaras de Dirigentes Lojistas têm como papel principal a segurança nas transações via crédito para lojistas associados, a partir do uso do Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), que permite consulta e inserção de devedores no banco de dados nacional. Entre outros serviços, elas dão suporte com oferta de cursos e treinamentos, disponibilizam certificação digital, dialogam e buscam apoio das prefeituras e do Governo do Estado. Conforme relato dos dois representantes entrevistados, periodicamente são realizados encontros regionais entre as CDL das três cidades principais do Polo, com a finalidade de alinharem perspectivas e compartilharem experiências que tenham dado certo a nível local e que possam ser replicadas nas demais.

A CDL de Caruaru é a mais antiga das duas Câmaras, com 67 anos de atuação e possui cerca de 800 associados, dos quais, 40% estão ligados ao setor da confecção. Enquanto a CDL de Santa Cruz do Capibaribe, com 30 anos de existência e conjunto de associados com aproximadamente 400 empresas, tem mais de 70% desse quadro pertencente a esse setor. Característica que evidencia o direcionamento da atividade econômica nesse município voltado, majoritariamente, para a confecção. Quanto à CDL de Toritama, a mais recente das três, mesmo após diversas tentativas de contato, todas sem sucesso, não foi possível realizar entrevista com algum representante dela. Mas, de maneira geral, as CDLs seguem o mesmo padrão de atuação.

O SEBRAE, enquanto instituição focada em micro e pequenas empresas, conta com uma sede regional instalada em Caruaru cuja atuação alcança 36 municípios do Agreste central e setentrional, incluindo aqueles com economia ligada à confecção. Segundo o gestor entrevistado, a unidade dedica especial atenção à cadeia da moda desde o início dos anos 2000, por meio de um projeto que visa acompanhar e gerenciar toda a cadeia da moda (indústria, comércio e serviços). A instituição dispõe de uma ampla gama de serviços de gestão, desde orientações técnicas mais básicas até a participação em missões nacionais e internacionais. Isso é realizado por meio de capacitação, consultoria, assessoria e viagens empresariais, incluindo visitas a plantas mais produtivas. Além disso, subsidia a participação de produtores em eventos

de comercialização, buscando soluções que abrangem desde as mais simples até as mais complexas. Apesar do SEBRAE oferecer serviços pagos, existem capacitações e consultorias realizadas gratuitamente.

O Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco (NTCPE) é uma Organização Social que mantém parceria com o Governo do Estado para realizar atividades de interesse público, focada especificamente na cadeia da moda em Pernambuco. Fundada em 2012, a finalidade dessa OS é conceber e executar políticas com apoio público voltadas para os setores têxtil e de confecção, estabelecendo uma conexão entre o setor público e o privado. A organização reforça a ideia de empreendedorismo como impulsionador para a expansão da cadeia produtiva regional, com o objetivo de introduzir inovações e aumentar a competitividade das empresas, ampliando assim a influência do Polo em nível nacional por meio de parcerias com empresas e outras organizações. Baseado no associativismo, com área de atuação em 26 municípios do Agreste, o NTCPE tem contrato com o Governo de Pernambuco para gerir o Arranjo Produtivo Local (APL) da cadeia da moda na região.

As entrevistas com esse grupo de agentes evidenciaram alguns aspectos em comum. Primeiramente, todos eles destacaram a ampliação da visibilidade proporcionada pela instalação dos centros comerciais especializados nas três principais cidades. Ação que não apenas aumentou o fluxo de compradores, principalmente vindos de cidades do Norte e do Nordeste, como também influenciou produtores e vendedores de diversos municípios vizinhos a comercializarem nesses pontos. George Pinto, diretor do Moda Center Santa Cruz, salientou que a implementação do centro de vendas trouxe, inclusive, a adesão de comerciantes de municípios próximos, que começaram a aproveitar a visibilidade da infraestrutura para vender suas mercadorias. Consequentemente, produtores/vendedores de mais de 60 cidades passaram a utilizar o empreendimento como um ponto de referência, incentivando o crescimento da produção na região, motivados pela percepção da oportunidade de geração de renda proporcionada pela atividade produtiva. A evidência do Moda Center alcançou, provocou até a ocupação do espaço por detrás do centro de vendas por comerciantes que não dispunham de condições para pagar pelo uso da estrutura, dando origem à feira do Poeirão, onde, posteriormente, foi consolidada feira do Calçadão Miguel Arraes pela Prefeitura.

O sistema de funcionamento das feiras nesses centros, em dias diferentes, facilita inclusive o deslocamento de vendedores e compradores entre as cidades para comercialização. Embora a organização desses dias seja uma prática recorrente, tais cronogramas de feiras são definidos por agentes sociais que são periodicamente renovados, devido às mudanças de mandato nas entidades públicas e nas associações/organizações as quais fazem parte. Portanto,

para garantir continuidade da organização existe um esforço coletivo entre esses agentes, na manutenção das boas relações entre as instituições.

Outro ponto destacado foi o potencial da região no que diz respeito à propensão ao trabalho na confecção, ainda que de maneira informal. Ivânia Porto, presidente da ACIT, afirmou que uma das características distintivas do Polo de Confecção do Agreste de Pernambuco em comparação com outros polos desse tipo no país, é a rápida reintegração do trabalhador ao setor, caso ele seja desligado da empresa em que estava empregado, pois:

“quando alguém é demitido de uma empresa formal vinculada à confecção, é comum que utilize a indenização da rescisão contratual para adquirir máquinas e matéria prima e inicie seu próprio negócio nesse setor, mesmo sendo em pequenos fabricos ou fábricas informais”. (Entrevistada em junho de 2021)

Esse discurso é similar ao de outros agentes como Wamberto Barbosa, Bruno Bezerra, André Texeira e Adjar Soares, que ressaltaram ser comum na região o perfil do trabalhador que deseja ser dono do seu próprio negócio. Culturalmente, não há grande preocupação da população com a formalidade e a segurança trabalhista associada a ela, o que por sua vez, faz com que a atividade se dissemine facilmente, pois o discurso do empreendedorismo, do “ser seu próprio chefe e ser dono do seu próprio tempo” é muito forte nos municípios da região³⁶. De maneira latente, até mesmo o Estado induz a ocorrência desse tipo de trabalho, resultado da deficiência na fiscalização trabalhista ou mesmo da alta tributação para o micro e o pequeno produtor, como pontuaram alguns dos entrevistados.

Um terceiro aspecto em comum evidenciado nas falas dos agentes foi a ênfase dada à relevância dos eventos de moda criados para impulsionar a visibilidade do Polo. O mais mencionado e entendido por eles como principal foi a Rodada de Negócios da Moda Pernambucana, lançada em 2012 com o intuito de expandir a área de alcance das vendas dos produtos do Polo de Confecções para além do nicho Norte-Nordeste. O evento é realizado durante períodos de baixa temporada nas feiras e busca atrair empresários do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, a fim de atingir esses mercados. Para os agentes entrevistados, o resultado tem sido positivo, uma vez que o produto pernambucano foi bem aceito e a Rodada tem trazido cada vez mais notoriedade para a região.

³⁶ Discurso resultante do processo de mudança das relações trabalhistas em um mundo capitalista cada vez mais voltado ao neoliberalismo. Caminhando para o que Chico de Oliveira chamou de “trabalho abstrato dos trabalhadores ‘informais’”, na obra *Crítica à Razão Dualista – O Ornitórrinco* (2003). Assim como o que outros autores chamam de Uberização do trabalho, temática presente em discussões e pesquisas que envolvem o trabalhador precarizado, traz um dos exemplos das mudanças provocadas por essas mudanças. Como essa discussão não é propósito desta tese, sugerimos alguns autores que falam sobre essa temática: Ludmila Abílio (2020) em “Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado?”, Graça Druck (2022) em “O ‘totalitarismo neoliberal’, o trabalho e as classes sociais hoje: algumas notas a partir do legado de Chico de Oliveira”, Ricardo Antunes (2020) em “Uberização, trabalho digital e industrial 4.0”, dentre outros.

Com incentivo financeiro e parcerias entre poder público e instituições privadas³⁷, o evento acontece duas vezes ao ano. Uma realizada em março, visando a produção da coleção de outono e inverno, e outra em agosto, para a comercialização das coleções destinadas ao período de primavera e verão (Figura 43). De acordo com Wamberto Barbosa, presidente do NTCPE, a produção local de roupas baseada em cronogramas anuais de coleções foi, inclusive, uma demanda apresentada pelo mercado varejista maior, que chegou à região a partir da participação na Rodada de Negócios. Assim, ao atender demandas como esta, a venda da produção de roupas (e outros utensílios têxteis) passou a alcançar grandes redes de lojas de departamentos que atuam regionalmente, tais como: Cattan e Emanuelle, no Nordeste, e Flamboyant, no Centro-oeste.

Figura 43 – Cartazes da Rodada de Negócios da Moda Pernambucana



Fonte: Extraído das redes sociais da RNMP, 2023.

A Rodada funciona como um momento de fechamento de negócios, que garante a compra daquela mercadoria a ser confeccionada. As instituições parceiras convidam e patrocinam (passagem, hospedagem e alimentação) empresários da cadeia da moda que tenham perfil de interesse pelo produto pernambucano, tendo como contrapartida a garantia de um ticket médio em compras a serem realizadas durante evento pelo empresário patrocinado. Ou seja, o subsídio ao empresário é acompanhado da certeza de que ele adquirirá produtos comercializados na feira. Tanto a ACIC quanto o NTCPE fornecem esse tipo de subsídio.

³⁷ Instituições de realização, parceiras e de fomento ao evento: Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, NTCPE, ACIC, Sebrae, Governo Federal, Banco do Nordeste, Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco, ACIT e ASCAP.

Podem participar da Rodada expositores de todos os municípios que possuam indústria vinculada à confecção, mas caso a empresa seja associada a alguma das instituições organizadoras ou parceiras do evento, é garantido desconto para sua participação, com o intuito de dar maior destaque aos empresários que aderem ao associativismo. De acordo com o presidente do NTCPE, chegam a participar empresas de mais de 15 municípios de Pernambuco, além de alguns municípios da Paraíba (do setor calçadista) e dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Cerca de 150 produtores e 800 lojistas participam do evento anualmente, e esses últimos garantem, previamente, quanto pretendem gastar em compras durante a Rodada.

Nos últimos anos, por meio de parceria entre o NTCPE, o SINDIVEST, a ACIC e o SEBRAE, foi criado o Programa Blitz da Qualidade (8ª edição em 2022), cujo objetivo é a capacitação das indústrias para o cumprimento de normas e procedimentos técnicos, a fim de gerar produtos que sigam padrões de qualidade. A Blitz ocorre com a visita de um técnico que fiscaliza se a produção está em conformidade com o determinado nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por exemplo. Caso a empresa esteja seguindo os padrões de referência solicitados (medidas, etiquetas de composição, dimensões etc.), recebe o selo “Blitz da Qualidade”, que deve ser usado na sua próxima participação em eventos promovidos pelos parceiros supracitados, principalmente na Rodada de Negócios. O selo funciona como um artifício de segurança para os compradores. Dessa forma, o programa tem incentivado o aprimoramento da produção local para alcançar mercados além do regional, aumentando a percepção positiva do Polo.

Diferente das feiras, para onde os feirantes levam peças novas semanalmente, a Rodada tem um perfil voltado para compras antecipadas de produtos que ainda serão confeccionados, cujos modelos são previamente selecionados durante o evento. As empresas não necessariamente renunciaram à comercialização nas feiras para participar da Rodada, mas ganharam um novo canal de comercialização. O que resultou no amadurecimento das empresas e na maior qualidade dos produtos oferecidos por aquelas que participam da Rodada, haja vista a necessidade de melhora na produção para alcançar os novos mercados.

Além desse evento, cabe ressaltar a ocorrência de outros encontros da moda nas cidades, tais como o Agreste Tex, feira que terá a 7ª edição em março de 2024, o Estilo Moda Pernambuco, que acontece anualmente em Santa Cruz do Capibaribe e o Festival do Jeans de Toritama. Esses três últimos exemplos, são eventos abertos ao público geral, que contam com realização de desfiles, apresentações, exposições, palestras e, evidentemente, as negociações comerciais. Para a presidente da ACIT, Ivânia Porto, o modelo de negócio vinculado apenas a uma estrutura física (grandes parques de feiras) não é mais suficiente. E os desafios impostos

pela pandemia de Covid-19 mostraram que é possível a realização de negociações em formatos diversificados.

No início de 2020, com a ocorrência da pandemia do coronavírus, produtores, comerciantes e associações/organizações que atuam no setor de confecção da região tiveram que encarar mudanças para além do fechamento dos centros de vendas. Por ser um lugar onde, culturalmente, a comercialização sempre se deu de forma presencial, o impacto inicial foi assustador, segundo os agentes entrevistados. O deslocamento de compradores de atacado nos dias de feira, que costumava vir acompanhado de caravanas de ônibus e muita circulação de carros nas cidades, foi interrompido com os decretos de *lockdown* (circulação restrita). Nesse contexto, tanto produtores quanto vendedores suspenderam, compulsoriamente, as atividades por um dado período, tal como outros setores da economia no país e no mundo.

Naquela ocasião, foi necessário se adaptar rapidamente à realização de transações em plataformas digitais. As organizações que foram entrevistadas desempenharam um papel crucial ao oferecer suporte às empresas. Isso incluiu a realização de cursos para auxiliar no desenvolvimento de vendas online, incentivo à digitalização, criação de plataformas específicas para transações digitais, fornecimento de espaços para a entrega de encomendas, apoio na produção de máscaras recicláveis e de tecido, e na promoção de campanhas publicitárias nas redes sociais, como forma de divulgação da continuidade do trabalho no Polo. Na imagem a seguir (Figura 44), destacamos os eixos de atuação desses agentes nos dois primeiros anos da pandemia de Covid-19.

Com a escassez de máscaras profissionais e a aprovação do uso de máscaras de tecido pelo Governo Federal, o NTCPE foi um dos agentes que atuou diretamente nessa frente, a partir da organização e padronização da produção de 11 milhões de EPIs. Aproximadamente 150 empresas do Polo produziram máscaras seguindo padrões e normas técnicas, que passaram por análises de qualidade em laboratórios da Universidade de São Paulo (USP). A aprovação da eficácia da proteção, possibilitou a confecção e comercialização desses EPIs para todo o Brasil, servindo como apoio para manutenção da produção local. O SEBRAE atuou fornecendo apoio ao NTCPE naquele momento. Em Santa Cruz do Capibaribe, houve o incentivo à produção de máscaras de tecido, com forte apoio da ASCAP e da CDL. Essa última, inclusive, articulou a criação de um site para comercialização das máscaras³⁸ e doou 10mil unidades para o Governo do Estado.

³⁸ tenhomascara.com.br – site que funcionou no primeiro ano da pandemia, e atualmente está fora de uso.

Figura 44 – Principais ações dos agentes durante o período 2020/2021

PRINCIPAIS AÇÕES NO PRIMEIRO ANO DE PANDEMIA DE COVID-19					
AGENTE SOCIAL	EIXOS DE ATUAÇÃO				
	1. CAPACITAÇÃO	2. VENDAS ONLINE	3. PROTOCOLOS DE BIOSEGURANÇA	4. APOIO LOGISÍTICO	5. PADRÕES PARA EPIS
ACIC					
ASCAP					
ACTI					
CDL Caruaru					
CDL Santa Cruz					
Sec. de Des. de Caruaru					
Sebrae					
Moda Center					
NTCPE					
Parque das Feiras					

<p>1 Cursos e treinamentos online para vendas em plataformas digitais (redes sociais, sites etc.)</p> <p>2 Disponibilização de plataforma específica para vendas online.</p> <p>3 Trabalho de conscientização para o cumprimento de protocolos de segurança durante a reabertura.</p>	<p>4 Disponibilização de espaço (estacionamento) para entrega de mercadorias vendidas online.</p> <p>5 Padronização das normas e procedimentos para produção de EPIS (principalmente máscaras descartáveis).</p>
--	--

Fonte: elaboração própria com dados obtidos em entrevistas, (2023).

O envolvimento na adaptação do modelo de vendas presenciais para o ambiente digital foi significativo, especialmente no início da pandemia. Os entrevistados destacaram sua importância, considerando os desafios enfrentados por pequenos produtores e comerciantes que não eram familiarizados com as transações online. Essa mudança foi percebida de maneira positiva, uma vez que, mesmo com o retorno às atividades presenciais, muitas empresas optaram por continuar operando com uso dos dois modelos de negociação.

Segundo o gerente do Moda Center Santa Cruz, houve uma mudança relevante nos padrões de compra após o fechamento e a subsequente reabertura dos centros de venda. Os compradores, que costumavam chegar à cidade em caravanas de ônibus vindos de estados do Norte e do Nordeste, passaram a conduzir parte de suas negociações pela internet. Como resultado, alguns dos ônibus, que antes transportavam cerca de 40 pessoas para as feiras, desde a segunda metade de 2020 levam menos passageiros, reservando mais espaço para acomodar encomendas feitas previamente em plataformas digitais. Por diminuir custos com deslocamento, parte dos compradores passaram a realizar transações online e a receber os produtos em suas cidades, utilizando as caravanas como meio de recebimento das mercadorias.

Contudo, é crucial destacar que as feiras semanais ainda contam com alta circulação de pessoas, tanto compradores quanto vendedores. Destarte, as negociações virtuais se tornaram

elementos complementares no cenário de comercialização, ampliando as opções disponíveis para confeccionistas e vendedores.

O papel assumido por instituições como as que entrevistamos aqui, reforça a importância da atuação de agentes sociais conhecedores das particularidades e das demandas locais, para que possam contribuir de forma mais assertiva no processo que tem como objetivo coletivo a ampliação do alcance da cadeia produtiva em escala nacional. A busca por esse objetivo perpassa as perspectivas de atuação futura de cada um dos agentes, com a articulação, a cooperação e a governança presentes nesse processo. Ao indagarmos os agentes sobre essas perspectivas, suas respostas destacaram a necessidade contínua de fomentar a especialização produtiva, por meio de investimentos em educação e capacitação voltados para a indústria da confecção. Salientaram também a importância de expandir o modelo de vendas digitais, de incentivar a formalização e o aumento da produtividade e da qualidade das mercadorias, a fim de elevar a competitividade e expandir o acesso a novos mercados.

O NTCPE, enquanto agente social que possui contrato de gestão do Polo com o Governo de Pernambuco, nos apresentou uma lista de ações a serem desenvolvidas no decorrer dos próximos anos, conforme detalhado por Wamberto Barbosa:

(i) um programa de boas práticas, que visa dar visibilidade a responsabilidade social e ambiental implementadas nas empresas, evidenciando essas práticas para o mercado comprador; (ii) capacitação da rede de profissionais que atuam no setor para além da produção, como modelistas, estilistas, estampador, vitrinistas, por meio do Programa de Incubação, com incentivo à moda autoral; (iii) previsão de construção de um laboratório de alta tecnologia em Caruaru, com parceria do Governo do Estado, para aprimoramento das técnicas de costura, corte, modelagem digital, estamparia, bordado e produção de imagem para e-commerce; (iv) parceria com a Prefeitura de Toritama para implementar a Escola do Jeans, com incentivo à realização de processos sustentáveis nas lavanderias a fim de diminuir o impacto ambiental; (v) parcerias com startups para melhoramento de consumo de energia, com energia fotovoltaica e circuitos de tratamentos de efluentes nas plantas industriais; (vi) fortalecimento da participação dos produtos pernambucanos em todo o Brasil; e (vii) incentivo ao turismo da moda, com a elaboração de uma rota da moda no Estado, com *website*³⁹ que destaca roteiros e atividades a serem realizadas em algumas das cidades do Polo de Confecções (Entrevistado em junho de 2021).

Em 2016, quando entrevistamos Bruno Bezerra para compor a pesquisa desenvolvida no mestrado (XAVIER, 2018), o então presidente da CDL de Santa Cruz do Capibaribe ressaltou que sentia falta de uma estrutura de governança no Polo. Desta vez, foi destacado nas diversas entrevistas a importância da atuação do NTCPE nos últimos anos, enquanto articulador de projetos com financiamento público e privado, que tem levado notoriedade à cadeia

³⁹ <https://rotadamodape.com.br/>

produtiva regional. A ACIC, por outro lado, se destaca como uma das principais instituições articuladoras nas cidades do Polo, enquanto as CDLs em conjunto com as demais associações empresariais exercem forte atuação direta em seus municípios, e o SEBRAE se destaca como agente de apoio às essas instituições e aos empresários do ramo. Todos se mostram importantes agentes em atuação no Polo atualmente.

Cabe ressaltar que, apesar de existir o incentivo à formalização por parte desses agentes sociais, é notório que a expansão das atividades tem como potencializador a facilidade da produção e da comercialização também por vias informais, vinculada a um trabalho muitas vezes precarizado. Empresas maiores, normalmente formalizadas, prontamente conseguem fazer uso da terceirização e da quarteirização de etapas do processo produtivo vinculadas ao produtor informal, no intuito de maximizarem seus lucros. É comum encontrar fabricos e facções nos municípios, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, onde costureiras e costureiros são responsáveis apenas por uma etapa do processo, como a costura de bolsos, a colocação de botões e ilhoses em peças jeans, a costura de etiquetas, o acabamento das peças, entre outras.

A atuação informal ainda aparece como um desafio para os agentes e a para a cadeia produtiva da moda na região, porque além de ser um trabalho muitas vezes precarizado, acaba influenciando na qualidade do produto de uma indústria que tem sido incentivada a elevar o padrão das mercadorias para atingir outros mercados pelo país. Parte significativa de micro e de pequenos produtores convivem com a ausência de garantias trabalhistas básicas, com jornadas de trabalho excessivas, sem garantia de salários ou férias, o que os deixa em situação de vulnerabilidade. Ainda assim, essa forma de atuação é o principal alicerce da produção de baixo custo e da garantia de maior margem de lucro às empresas.

Para nós, é indiscutível que a alta oferta de trabalho, sendo este precarizado, esteja longe de ser o formato ideal de manutenção de emprego e renda para uma população. Mesmo com o incentivo à formalização nos últimos anos, principalmente por meio do vínculo como Microempreendedor Individual (MEI)⁴⁰, que garante alguns benefícios previdenciários e a possibilidade de emissão de notas fiscais, é comum a existência de fabricos e facções onde a produção continua a ser realizada predominantemente de maneira informal, sem segurança trabalhista, muitas vezes por pessoas de um mesmo núcleo familiar, como já citamos aqui. Contudo, cabe ressaltar que a informalidade e a precariedade nessa cadeia produtiva não é exclusividade do Polo pernambucano, ela acontece em outros lugares do Brasil e no mundo,

⁴⁰ Programa do governo brasileiro que busca formalizar e simplificar a situação dos trabalhadores autônomos que atuam por conta própria, podendo incluir 1 funcionário vinculado ao CNPJ criado. Ele foi criado em 2008 e oferece condições mais simples para a formalização e operação de pequenos negócios.

como na região do Brás, em São Paulo – SP, além de outros lugares onde já foram encontrados focos de trabalho análogo à escravidão na indústria da moda *Fast Fashion*, como China, Bangladesh e Camboja⁴¹.

Portanto, entendemos ser muito importante a atuação dos agentes entrevistados em esforços conjuntos com as esferas do governo (municipal, estadual e federal), não apenas em atividades que visem a ampliação da visibilidade e do alcance de mercado do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano. Enfatizamos também a importância da realização de ações que subsidiem e facilitem a manutenção da cadeia da moda no Agreste, por meio do fomento à formalização das empresas, da fiscalização do trabalho, além de iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Pois, a área de abrangência do Polo, no que se refere à produção de peças continua em expansão, alcançando municípios para além do Estado de Pernambuco. É essa área em expansão que pretendemos mostrar no item a seguir, a partir da identificação da região produtiva da confecção, que definiremos como arranjo espacial.

5.2 COMPOSIÇÃO DO ARRANJO URBANO-REGIONAL DISPERSO DO AGRESTE PERNAMBUCANO

Uma das formas que auxiliam na identificação de regiões e regionalizações é a aplicação de modelos matemáticos geoestatísticos, que vinculados a informações geolocalizadas conseguem mostrar a ocorrência ou não de determinadas semelhanças ou homogeneidades territoriais. Metodologia, esta, aplicada desde meados do séc. XX na Geografia Teórica ou na Geografia Ativa. Atualmente, a melhora na precisão e na difusão do georreferenciamento de dados, nos permite ampliar o número de variáveis utilizadas em análises de correlação espacial, sejam elas físicas, sociais ou econômicas.

Analisadas individualmente ou em conjunto, diversas variáveis podem ser usadas para compreender a formação de dinâmicas diferenciais no espaço. No caso dos municípios aqui estudados, embora exista a formação de uma regionalização vinculada às atividades econômicas predominantes, outras características também contribuem para o entendimento desse processo. São municípios nos quais a divisão territorial do trabalho, as relações com os

⁴¹ Mais informações sobre o trabalho análogo à escravidão na cadeia da moda acessando: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/01/confeccoes-de-roupa-no-centro-de-sp-vaio-pagar-r-324-mil-a-12-vitimas-de-trabalho-escravo.ghtml>; <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalho-escravo-na-industria-da-moda-em-sao-paulo/> e <https://jornal.usp.br/atualidades/o-modelo-fast-fashion-de-producao-de-vestuario-causa-danos-ambientais-e-trabalho-escravo/>; além de trabalhos como a dissertação da Marília Carpegiani (2016) intitulada “O trabalho análogo ao de escravo e o dumping social na indústria da moda: uma análise à luz dos acontecimentos no Estado de São Paulo”, e o trabalho da Maria Débora Dias (2020) intitulado “A configuração do trabalho escravo na indústria da moda Brasileira”, por exemplo.

meios de produção e as relações interescolares, os colocam em uma estrutura próxima, mesmo que seus núcleos urbanos estejam relativamente distantes uns dos outros.

Os dados utilizados neste momento, foram provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), correspondentes à quantidade de estabelecimento e de vínculos formais na cadeia da moda na região. Para tanto, como mencionado na metodologia desse trabalho, dentro das categorias de divisões e classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), selecionamos informações que mostraram o perfil da atividade de confecção em municípios de Pernambuco e da Paraíba nos anos 2000 e 2019. Além desses dois anos, utilizamos os números divulgados pelo IBGE referente ao subgrupo do setor econômico vinculado à atividade têxtil, para mostrar o perfil da mesma atividade em 1985. Esse foi o período de análise escolhido, para que pudéssemos trazer a escala temporal com intervalos de anos aproximados aos aplicados no capítulo anterior, visando mostrar as transformações ocorridas durante e após a consolidação da confecção como forte atividade econômica nos municípios. Os dados foram organizados para resultarem em variáveis que pudessem ser analisadas a partir de um modelo estatístico de aglomeração espacial.

O tipo das variáveis utilizadas na aplicação no modelo geoestatístico foi o percentual, com intuito de mostrar a ocorrência de determinada atividade sobre o total de atividades pertencentes à mesma seção econômica. Assim, definimos 4 variáveis para análise dos anos 2000 e 2019, cujas informações estão divididas conforme dados de classificação da CNAE (95) e da CNAE (2.0). São elas: (i) percentual de estabelecimentos de fabricação e confecção de produtos têxteis e de vestuário; (ii) percentual de vínculos empregatícios em fábricas e confecções de produtos têxteis e de vestuário; (iii) percentual de estabelecimentos comerciais de artigos de vestuário, de tecidos e de armarinho; (iv) percentual de vínculos empregatícios em comércios de artigos de vestuário, de tecidos e de armarinho.

Para chegarmos às variáveis “i” e “ii”, utilizamos as seguintes categorias:

- Divisão 13 (CNAE 2.0) e 17 (CNAE 95) - Fabricação de produtos têxteis;
- Divisão 14 (CNAE 2.0) e 18 (CNAE 95) - Confecção de artigos do vestuário e acessórios;
- Seção C (CNAE2.0) e Seção C (CNAE 95) - Indústrias de Transformação.

E para chegarmos às variáveis “iii” e “iv” os dados selecionados foram:

- Classe 46419 - Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho (CNAE 2.0);
- Classe 46427 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 2.0);
- Classe 47814 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 2.0);

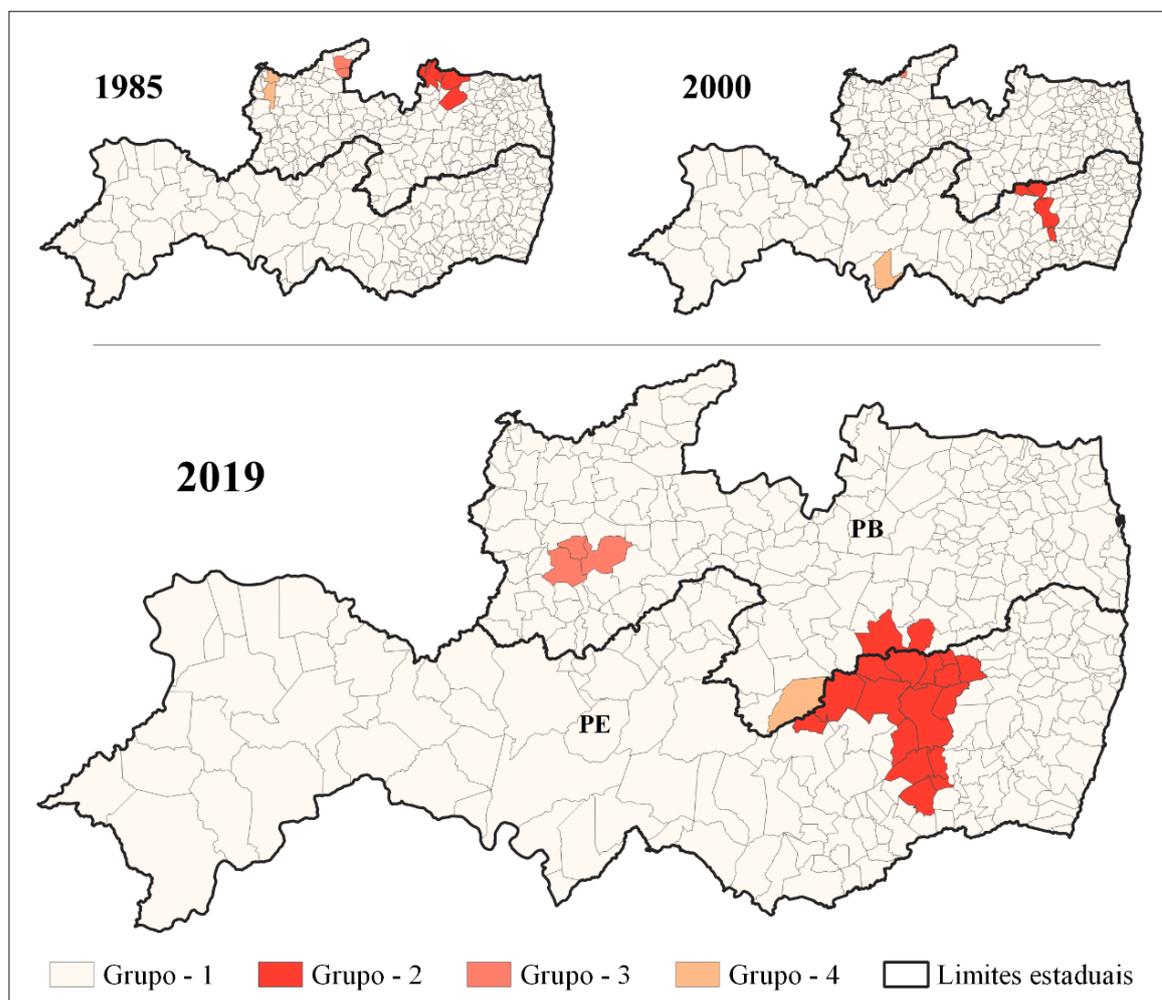
- Classe 51411 - Comércio atacadista de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho (CNAE 95);
- Classe 51420 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e complementos (CNAE 95);
- Classe 52310 - Comércio varejista de tecidos e artigos de armarinho (CNAE 95);
- Classe 52329 - Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos (CNAE 95);
- Seção G - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (CNAEs 2.0 e 95).

A partir dessa seleção de dados, foi realizada a soma das três classes e das duas divisões e, em seguida, foi calculado o percentual sobre o total apresentado nas seções respectivas a cada uma delas. Tudo isso referente a cada município dos estados de Pernambuco e da Paraíba, esse último sendo adicionado devido à participação de alguns municípios da divisa estadual na atividade produtiva em estudo. O resultado foi uma tabela com o valor percentual de cada variável pré-definida por município, da qual selecionamos àqueles com maior destaque para serem apresentados neste capítulo.

Para analisar os dados de 1985, as informações que mais se aproximaram das atividades escolhidas nos dois outros anos referem-se aos vínculos empregatícios e estabelecimentos do “Subgrupo 11 - Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos”. O percentual deles foi calculado sobre o total de ocorrências no “Setor 2 - Indústria de Transformação”. Neste caso não utilizamos informações vinculadas ao comércio, porque nenhum dos dados disponíveis detalhavam algum vínculo com comércios de vestuário e tecidos. Assim, as variáveis definidas para esse ano foram: (i) percentual de estabelecimentos da indústria têxtil e (ii) percentual de vínculos em indústrias têxteis.

Após a preparação das variáveis, o passo seguinte consistiu em aplicar no modelo geostatístico escolhido, o modelo de regionalização *Skater*, conforme detalhado no percurso metodológico dessa pesquisa. Um dos motivos que nos levou a escolher esse modelo, foi justamente a possibilidade de usar mais de uma variável de forma conjunta, permitindo gerar a análise dos agrupamentos para cada ano, relacionando o percentual de empresas com o de pessoal ocupado. Ademais, as similaridades existentes entre os dados permitiram mostrar a formação de um agrupamento espacial, sendo possível observar o vínculo desse processo com a atividade de confecção, conforme exposto no cartograma a seguir (Figura 45).

Figura 45 – Cartograma com resultados dos agrupamentos espaciais gerados com modelo Skater para as variáveis e os anos selecionados



Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (1985, 2000 e 2019).

Em nossa aplicação do modelo, os grupos definidos ficaram com as seguintes características: o Grupo 1 correspondente aos municípios cujos valores foram menos significativos em ambas as variáveis; o Grupo 2, correspondente aos municípios que apresentaram maior correlação entre as variáveis e a proximidade espacial, resultando no agrupamento principal; o Grupo 3, que identificou uma pequena aglomeração; e finalmente o Grupo 4 que trouxe a zona de entropia, representando locais cujos valores do seu entorno eram discrepantes.

Ao observarmos o resultado do cartograma, é possível perceber que o primeiro ano analisado não mostrou correlação espacial entre os municípios do Agreste pernambucano. Já na virada de século, os três principais municípios do Polo mais outros dois (Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Toritama, Taquaritinga do Norte e Agrestina), apontavam uma propensão à formação de um agrupamento. Tendência, esta, confirmada no ano subsequente da análise, onde ficou nitidamente visível o conglomerado espacial atrelado à confecção.

Em 1985, apesar de Santa Cruz do Capibaribe apresentar cerca de 74% de estabelecimentos da indústria da transformação correspondentes à indústria têxtil, com vínculos empregatícios chegando a 83% do total dos trabalhadores da seção, e Caruaru apresentasse 31,4% e 47,5, respectivamente, naquele ano a atividade de confecção ainda ocorria de forma incipiente entre os municípios da região (Quadro 3). Além disso, a produção era predominantemente informal e artesanal, apesar de já existirem algumas indústrias formais.

Quadro 3 – Percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios com a indústria têxtil e de confecção (1985)

Municípios / Variáveis	Divisão: Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	Seção: Indústria de Transformação	% de participação da Divisão sobre o total da Seção
	ESTABELECEMENTOS		
Caruaru - PE	55	175	31,4
Santa Cruz do Capibaribe - PE	17	23	73,9
VÍNCULO			
Caruaru - PE	1301	2739	47,5
Santa Cruz do Capibaribe - PE	103	124	83,1

Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (1985).

Embora o resultado da análise estatística geoespacial apresente a formação uma aglomeração em alguns municípios da Paraíba, é importante destacar que esses municípios possuíam apenas uma ou duas fábricas têxteis, as quais eram as únicas representantes da indústria da transformação em seus territórios naquele ano, resultando nas variáveis com percentuais elevados. Esses valores, juntamente com a proximidade entre os municípios, levaram o modelo a identificar a criação de uma área com características homogêneas e contiguidade espacial, resultando na formação do agrupamento visto no cartograma de 1985.

No ano 2000, por sua vez, nota-se a formação embrionária do que viria a se tornar a aglomeração atual vinculada à atividade de confecção, apresentando cinco municípios pertencentes ao grupo 2, composto por aqueles cuja correlação espacial se mostrou significativa (Quadro 4 e 5).

Naquele ano, embora Caruaru se destacasse com maior quantitativo absoluto de vínculos e de estabelecimentos ligados à cadeia da moda, eram os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama que despontavam com o maior percentual de indústrias voltadas à fabricação e confecção tecidos e roupas, bem como de estabelecimentos para comercialização desses produtos. O município de Taquaritinga do Norte aparecia logo em seguida e se destacava com o maior percentual de vínculos ligados ao comércio de roupas e tecidos. Valores

justificáveis pela proximidade do distrito de Pão de Açúcar⁴² em relação ao centro urbano de Santa Cruz do Capibaribe, onde havia maior concentração de estabelecimentos de comércio desse tipo, com a atividade de confecção ganhando cada vez mais espaço.

Quadro 4 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos de fábricas e confecções têxteis sobre o total da indústria de transformação (ano 2000)

Município / Variáveis	Soma das Divisões relativas a fabricação e confecção têxtil	Total da Seção referente à Indústrias de Transformação	% de participação das Divisões sobre o Total da Seção
ESTABELECIDAMENTOS			
Santa Cruz do Capibaribe - PE	115	125	92
Caruaru - PE	201	421	47,7
Toritama - PE	28	32	87,5
Taquaritinga do Norte - PE	14	22	63,6
Agrestina - PE	1	3	33,3
VÍNCULOS			
Santa Cruz do Capibaribe - PE	806	826	97,6
Toritama - PE	420	444	94,6
Agrestina - PE	37	41	90,2
Taquaritinga do Norte - PE	215	248	86,7
Caruaru - PE	2646	5300	49,9

Fonte: elaboração própria, com dados da RAIS (2019).

Quadro 5 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios no comércio têxtil e de confecção sobre o total de comércios em geral (ano 2000)

Município / Variáveis	Soma das Classes de comércio têxtil e confecção	Total da Seção referente aos comércios em geral	% de participação das Classes sobre o Total da Seção
ESTABELECIDAMENTOS			
Santa Cruz do Capibaribe - PE	103	198	52
Caruaru - PE	306	1378	22,2
Toritama - PE	22	52	42,3
Taquaritinga do Norte - PE	7	21	33,3
Agrestina - PE	1	19	5,3
VÍNCULOS			
Taquaritinga do Norte - PE	56	84	66,7
Santa Cruz do Capibaribe - PE	270	650	41,5
Toritama - PE	38	133	28,6
Caruaru - PE	1577	7832	20,1
Agrestina - PE	1	53	1,9

Fonte: elaboração própria, com dados da RAIS (2000).

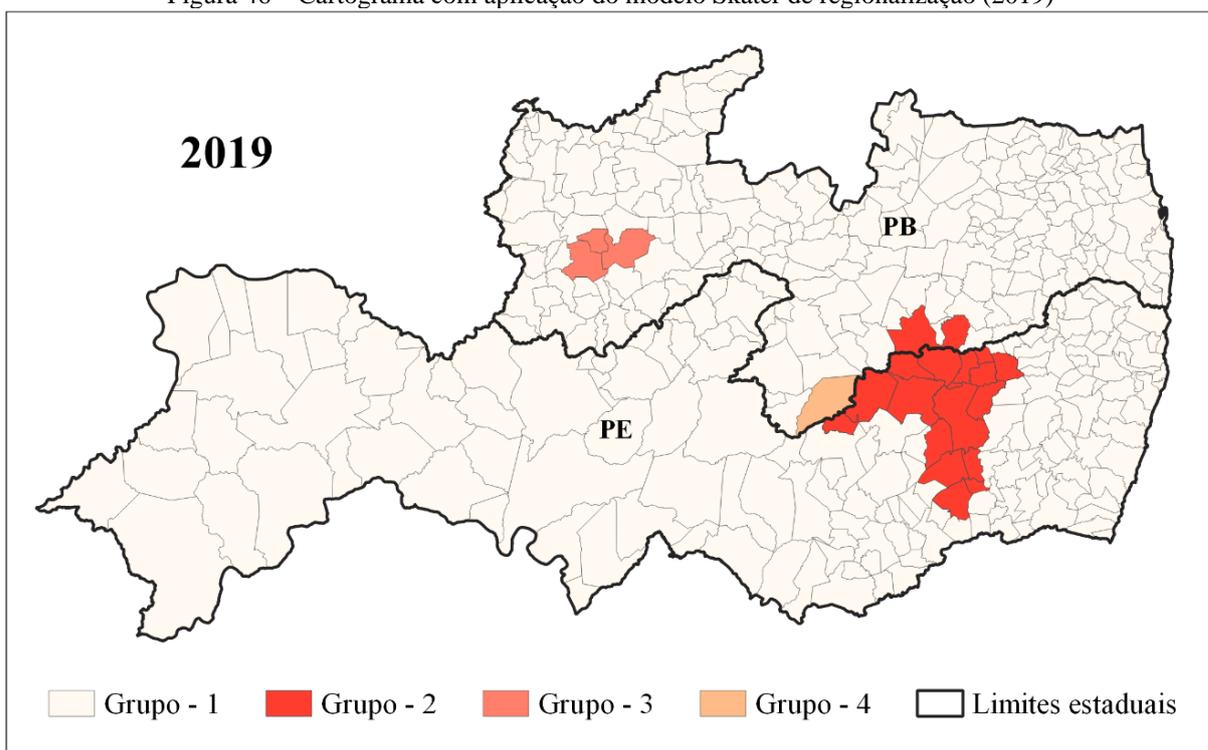
Em Agrestina, apesar dos valores baixos nas duas variáveis relacionadas ao comércio, a indústria da confecção apresentava significativa participação relativa naquele período, especialmente em termos de vínculos, mesmo com apenas uma empresa ligada à confecção. Vale destacar que em 2000, a comercialização em massa de confecção nas três cidades centrais do Polo ainda ocorria predominantemente nas ruas, durante os dias de Feiras da Sulanca em

⁴² O distrito de Pão de Açúcar pertence ao município de Taquaritinga do Norte, distando cerca de 9km do centro de Santa Cruz do Capibaribe, localizado no entroncamento entre a BR-104 e a PE-090.

cada uma delas. Nos anos subsequentes, com a implantação dos centros de venda exclusivos para esse setor e a ampliação da visibilidade comercial na esfera regional, observou-se uma tendência à expansão da atividade produtiva pelos municípios vizinhos. Expansão comprovada com o resultado da análise pelo modelo *Skater* referente ao ano de 2019, que considerou 19 municípios com maior correlação espacial a partir das variáveis observadas.

A classificação resultante em 2019 deixou em evidência a homogeneidade encontrada em alguns municípios do Agreste pernambucano, como visível no grupo 2 (Figura 46). Além dela, o grupo 3 trouxe uma segunda aglomeração formada pelos municípios paraibanos de Piancó, Igaracy e Itaporanga, que têm relação direta com a produção de pano de prato, pano de chão, flanela, aventais, toalhas etc., compondo uma pequena região produtiva voltada para a indústria têxtil naquele estado. Enquanto o grupo 4 trouxe o ponto de entropia, refletindo área cujo valor de apenas uma variável analisada foi elevado, evidenciando alguma discrepância local. Nesse caso, o município de São João do Tigre – PB, apresentou alto percentual de vínculos em comércio têxtil, embora os valores absolutos fossem baixos.

Figura 46 – Cartograma com aplicação do modelo Skater de regionalização (2019)



Fonte: elaboração própria, com dados da RAIS (2019).

A regionalização proposta pelo modelo reflete bastante daquilo que de fato é encontrado na região atualmente, com um grupo de municípios onde a atividade de confecção tem alcançado cada vez mais espaço e sido difundida como forma de obtenção de renda pela população agrestina. Dentre os municípios centrais do Polo, Toritama foi o que deteve maior participação percentual nas quatro variáveis. Na sequência estão os números de Santa Cruz do

Capibaribe, que nas duas variáveis relativas à fabricação e à confecção apresentaram percentual de 93,2% e 91,4% de estabelecimentos voltados a essa atividade quando comparado ao total de indústrias da confecção, respectivamente, e 95,3% e 95% de vínculos em empresas desse ramo. Caruaru, com economia mais diversificada, apresentou participação de 59,3% no número de estabelecimentos e 51,2% no número de vínculos (Quadro 6).

Quadro 6 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos de fábricas e confecções têxteis sobre o total da indústria de transformação (ano 2019)

Município / Variáveis	Soma das Divisões relativas a fabricação e confecção têxtil	Total da Seção referente à Industrias de Transformação	% de participação das Divisões sobre o Total da Seção
ESTABELECEMENTOS			
Alcantil - PB	3	3	100
Toritama - PE	233	250	93,2
Santa Cruz do Capibaribe - PE	533	583	91,4
Jatáúba - PE	7	8	87,5
Vertentes - PE	24	28	85,7
Taquaritinga do Norte - PE	74	91	81,3
Riacho das Almas - PE	25	31	80,6
Poção - PE	4	5	80
Santa Maria do Cambucá- PE	6	8	75
Brejo da Madre de Deus - PE	27	39	69,2
Cupira - PE	38	55	69,1
Panelas - PE	2	3	66,7
Surubim - PE	69	113	61,1
Caruaru - PE	666	1124	59,3
São Caitano - PE	19	35	54,3
Frei Miguelinho - PE	1	4	25
Altinho - PE	2	9	22,2
São João do Tigre - PB	0	0	0
Barra de São Miguel - PB	0	1	0
VÍNCULOS			
Alcantil - PB	48	48	100
Toritama - PE	1989	2088	95,3
Santa Cruz do Capibaribe - PE	4521	4761	95
Poção - PE	148	156	94,9
Riacho das Almas - PE	217	231	93,9
Vertentes - PE	126	135	93,3
Panelas - PE	14	15	93,3
Jatáúba - PE	22	25	88
Taquaritinga do Norte - PE	809	963	84
Cupira - PE	325	387	84
Brejo da Madre de Deus - PE	168	267	62,9
Altinho - PE	101	163	62
Frei Miguelinho - PE	14	25	56
Surubim - PE	577	1072	53,8
Caruaru - PE	6050	11824	51,2
São Caitano - PE	361	993	36,4
Santa Maria do Cambucá - PE	14	45	31,1
São João do Tigre - PB	0	0	0
Barra de São Miguel - PB	0	5	0

Fonte: elaboração própria, com dados da RAIS (2019).

Apesar de Alcantil – PB ocupar posição de destaque em duas das quatro variáveis analisadas, ressaltamos que esse patamar foi alcançado com valores absolutos mais baixos devido à proporção da participação da atividade de confecção dentro do total de empresas do setor econômico ao qual ela faz parte no município. Ou seja, mesmo com um número baixo de

estabelecimentos e de vínculos em fábricas têxteis e confecção, como o total de indústrias da transformação, apresentou valores aproximados a este, o percentual resultante foi elevado.

Outros dois municípios pernambucanos que merecem destaque são Taquaritinga do Norte e Agrestina, que estiveram presentes na aglomeração formada no ano 2000 e reapareceram na de 2019, sobretudo nos valores apresentados no quadro anterior. No caso de Agrestina, são apenas confecções de artigos de vestuário e acessórios, por não contar com a existência de fábricas têxteis formais em seu território em 2019, enquanto Taquaritinga conta com estabelecimentos dos dois tipos, conforme pode ser visto no Quadro 7.

A participação da cadeia da moda e de tecidos no comércio demonstrou valores mais elevados nos percentuais em duas das três principais cidades do Polo, resultado da existência dos centros exclusivos de venda da confecção em seus territórios. Por serem grandes espaços comerciais destinados especificamente aos produtos oriundos da confecção, levam a maior concentração de estabelecimentos e vínculos desse tipo, não apenas nos próprios centros, como também no entorno deles. Mais uma vez, cabe ressaltar que Caruaru tem dinâmica econômica mais diversificada, e por isso o percentual de vínculos no comércio da moda não se mostra tão elevado quanto os de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe. Mas, ainda assim, Caruaru desponta com o maior número absoluto nas duas categorias, seguida das outras duas cidades.

A grande quantidade de empresas pertencentes à cadeia da moda nas cidades centrais, sejam indústrias ou comércios, bem como a atração provocada pela realização das feiras semanais, associadas à existência dos centros de venda específicos, colaboram para que a atividade se torne cada vez mais disseminada na região e para concentração de vendas nas três grandes feiras. Disso resulta o maior quantitativo de comércios e vínculos formais nos três municípios, corroborando para a centralidade exercida por eles.

Mesmo que nas feiras a comercialização seja normalmente feita pelo próprio fabricante, por familiares ou por trabalhadores contratados informalmente, o avanço da visibilidade do Polo nos últimos anos, incentivou à formalização daqueles fabricantes que buscam ampliar as possibilidades de comercialização, via Rodada de Negócios, por exemplo. A padronização do produto, a melhora da qualidade das peças e a segmentação da produção a partir de coleções de roupas conforme a estação do ano, são alguns resultados do processo de especialização. Transformações que, paralelamente, alimentam o ciclo de expansão da produção da confecção e o alcance de novos espaços no mercado, consolidando cada vez mais a região produtiva.

Os resultados obtidos com a aplicação do modelo Skater, ao evidenciar a formação do agrupamento de municípios em 2019, juntamente com as análises expostas no capítulo anterior, referentes à expansão das áreas urbanas e densidades de ocupação populacional, ao

deslocamento pendular para trabalho e ao fluxo de compradores vindos de outros municípios, complementados pelas informações extraídas das entrevistas realizadas, nos permitiram trazer a visualização do atual contorno regional. Ademais, esse conjunto de resultados contribuiu para identificar a emergente estruturação de um arranjo espacial urbano-regional formado por municípios que integram o Polo, tendo em vista o espraiamento baseado em uma atividade econômica predominante, sobretudo em pequenas cidades dispersas pelo território agrestino.

Quadro 7 – Participação percentual de estabelecimentos e vínculos do comércio têxtil e de confecção sobre o total de comércios em geral (ano 2019)

Município / Variáveis	Soma das Classes de comércio têxtil e confecção	Total da Seção referente aos comércios em geral	% de participação das Classes sobre o Total da Seção
ESTABELECEMENTOS			
Toritama - PE	192	373	51,5
Santa Cruz do Capibaribe - PE	344	918	37,5
São João do Tigre - PB	1	3	33,3
Jataúba - PE	9	45	20,0
Caruaru - PE	676	3449	19,6
Taquaritinga do Norte - PE	14	77	18,2
Vertentes - PE	10	55	18,2
Barra de São Miguel - PB	1	6	16,7
Cupira - PE	18	116	15,5
Surubim - PE	63	427	14,8
Riacho das Almas - PE	7	56	12,5
Brejo da Madre de Deus - PE	13	111	11,7
São Caitano - PE	11	109	10,1
Panelas - PE	4	61	6,6
Altinho - PE	2	47	4,3
Poção - PE	1	35	2,9
Santa Maria do Cambucá - PE	0	18	0
Alcantil - PB	0	4	0
Frei Miguelinho - PE	0	0	0
VÍNCULOS			
São João do Tigre - PB	8	9	88,9
Barra de São Miguel - PB	14	27	51,9
Toritama - PE	603	1265	47,7
Santa Cruz do Capibaribe - PE	1433	3893	36,8
Taquaritinga do Norte - PE	40	263	15,2
Jataúba - PE	21	144	14,6
Caruaru - PE	2961	21737	13,6
Riacho das Almas - PE	20	148	13,5
Vertentes - PE	21	177	11,9
Cupira - PE	47	402	11,7
Surubim - PE	192	1863	10,3
Brejo da Madre de Deus - PE	34	398	8,5
Panelas - PE	10	150	6,7
São Caitano - PE	23	464	5
Altinho - PE	4	164	2,4
Poção - PE	2	181	1,1
Santa Maria do Cambucá - PE	0	63	0
Alcantil - PB	0	11	0
Frei Miguelinho - PE	0	63	0

Fonte: elaboração própria, com dados da RAIS (2023).

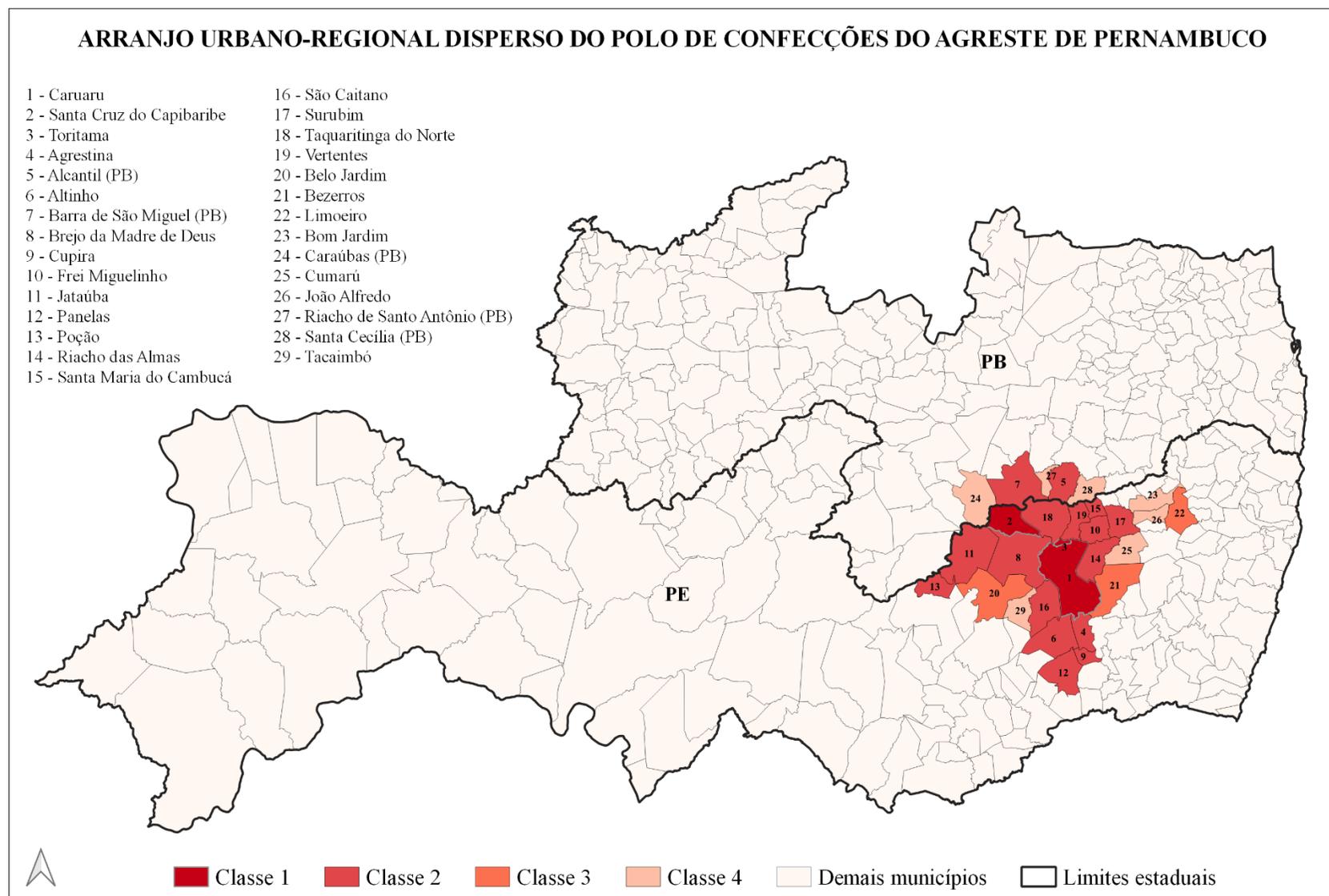
No mapa a seguir (Figura 47), destacamos os municípios principais do Polo, seguido daqueles que foram evidenciados nas análises quantitativas/qualitativas realizadas no decorrer desta pesquisa e sugerimos a configuração do arranjo espacial urbano-regional, composto por vários pequenos núcleos urbanos dispersos sobre parte do território agrestino, numa área onde existe a consolidação da especialização produtiva voltada ao mercado da moda.

A proposta de regionalização que trazemos a seguir, tem por base todo o percurso exposto nesse trabalho, que procura mostrar as transformações ocorridas na estrutura urbana, socioespacial e econômica ocorrida no agreste de Pernambuco, impactadas pela chegada de uma atividade econômica que se disseminou entre vários pequenos municípios. Assim, conseguimos indicar 29 municípios como partícipes dessa configuração regional, sendo 23 pernambucanos e 6 paraibanos. A divisão apresentada no cartograma segue a seguinte classificação:

- Classe 1: os três principais municípios do Polo de Confecções;
- Classe 2: os demais municípios que foram resultado da aplicação do método de regionalização Skater;
- Classe 3: municípios que tiveram altos percentuais nas variáveis analisadas no modelo *Skater*, mas que não tinham contiguidade espacial para pertencerem ao Grupo 2 naquela análise, e /ou que apresentaram significativo deslocamento pendular para trabalho;
- Classe 4: municípios que apareceram em algumas variáveis com menor participação ou significância e apareceram em mais de uma das análises realizadas no decorrer do trabalho.

Ressaltamos que a primeira classificação traz os municípios de origem do Polo, dada a centralidade exercida por eles, pelos maiores valores apresentados nas análises realizadas e pela capacidade dos agentes de desenvolverem articulações interescares, cuja atuação influencia diretamente na ampliação da visibilidade da região nos últimos anos. Além disso, os três municípios que consideramos como Classe 3 (Bezerros, Belo Jardim e Limoeiro), tiveram valores relevantes de participação na indústria, com percentuais que foram de 9% a 26%. Contudo, no modelo *Skater* eles não atenderam ao critério de contiguidade espacial definido e, portanto, ficaram de fora do Grupo 2. Contudo, estes municípios foram devidamente inseridos após observação posterior dos dados, levando em conta as outras análises feitas neste trabalho.

Figura 47 – Cartograma com proposta de delimitação do arranjo urbano-regional do agreste de Pernambuco



Fonte: elaboração própria, a partir das análises feitas neste trabalho (2023).

Apesar de não existir uma zona industrial bem definida nos municípios da região, pelo fato das fábricas, dos fabricos, das facções, e demais manufaturas estarem distribuídas de maneira dispersa no território, entendemos ser nítido que a confecção conecta os municípios em torno de uma atividade em comum. Trata-se de uma área que possui elementos essenciais para consolidação de uma zona produtora, como pequenos e médios produtores de confecção, fábricas de médio porte, centros comerciais de referência, alta disponibilidade de mão de obra, além de contar com instituições que dão suporte à cadeia produtiva. Assim, entendemos que as transformações socioeconômicas que fomentaram o surgimento da aglomeração produtiva e de um mercado de trabalho local, colaboraram para o desenvolvimento de uma zona dinâmica, assim como ocorre nas Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) definidas pela Elias (2006;2008), que mesmo sem contiguidade urbana densa, tem forte conexão entre as pequenas cidades e aglomerações urbanas dispersas pelo território. Isso nos permitiu identificar o arranjo proposto no início deste trabalho, ao qual nomeamos de **arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco**, ao considerar a configuração dos municípios em formato conglomerado, a disposição dos assentamentos populacionais de maneira espalhada sobre a área estabelecida e o contexto socioespacial que viabilizou essa formação.

Nossa proposta, tenta trazer luz ao processo em curso, que tem como base um conjunto de pequenas cidades cuja população encontrou na produção da confecção uma atividade em comum. Tal processo não se encaixa em uma classificação regional apenas socioeconômica, pois trouxe transformações urbanas que constituíram novas relações entre as cidades e entre a cidade e o campo, por meio da urbanização dispersa sobre a região, tal qual nas RPAs (Elias, 2006; 2008). Mas cabe ressaltar que, nelas, a formação da aglomeração e o processo de urbanização dispersa esteve diretamente ligado ao agronegócio globalizado.

Por outro lado, no contexto da confecção no interior de Pernambuco, essa formação está mais relacionada às características locais e regionais, dentre as quais podemos destacar: a existência de aglomerações dispersas sobre um território composto basicamente de pequenos municípios, a disponibilidade de mão de obra, a facilidade de ensinar o ofício para os membros da família, a possibilidade de implantação do próprio fabrico ou facção sem precisar de muito dinheiro para investir e garantindo alguma autonomia, dentre outras. Mas cabe ressaltar que, apesar das características citadas, a fragmentação e a flexibilização do trabalho existentes no arranjo são próprias do capitalismo financeiro — flexível e globalizado — trazendo reflexo do global ao local/regional, principalmente a partir da absorção do modelo de trabalho informal que já mencionamos.

Como descrito no início desse trabalho, as formas de classificar regiões já não conseguem alcançar as dinâmicas provocadas pela expansão do capital, pelo avanço das transformações socioeconômicas, da divisão territorial do trabalho e das comunicações, como exposto por Limonad (2010), Elias (2011) e Elias e Pequeno (2018). De modo geral, o avanço do meio técnico-científico-informacional (Santos, [1996] 2002), tem tornado o espaço cada vez mais complexo e diversificado, embora existam elementos de homogeneização. A partir disso, entendemos ser possível que uma configuração regional possa variar ao longo dos anos, quando outras características sociais e econômicas trazem mudanças, dando contorno a uma nova regionalização. Processo que pode ocorrer de forma espontânea, como se deu a transformação socioespacial das cidades agrestinas aqui estudadas, ou por meio de incentivos públicos e privados que tenham por objetivo trazer outras dinâmicas a determinado território.

6 CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta pesquisa, examinamos de forma abrangente algumas das mudanças socioespaciais ocorridas desde o início da produção de confecção de roupas no Agreste de Pernambuco. O estudo envolveu o resgate histórico sobre a origem da manufatura nas três cidades inicialmente envolvidas com essas atividades, a apresentação sobre a origem das Feiras da Sulanca (onde as roupas confeccionadas eram/são vendidas) e a análise de variáveis socioespaciais que trouxessem aspectos das cidades sobre um recorte temporal de 35/40 anos. Esses registros foram essenciais para compreendermos o contexto da relação dos municípios com a confecção, bem como para mostrar como a atividade produtiva alterou a dinâmica socioespacial, resultando na identificação de um arranjo urbano-regional composto majoritariamente por pequenos núcleos urbanos dispersos sobre a região agrestina.

Ao entender que podem existir tantas delimitações regionais quantas diferentes formas de reprodução espacial existam (Corrêa, 2000; Oliveira, 1977), percebemos que novos processos de regionalização ocorrem à medida que transformações espaciais e fatores que indicam homogeneidade se constituem sobre dado espaço. Fatores, estes, que podem ser naturais, econômicos ou culturais (Bitoun, 2013), ou resultem da junção de vários deles.

Cabe ressaltar que, atualmente, a identificação de regiões não se limita a considerar apenas características em comum dentro de uma contiguidade territorial, pois as relações espaciais alcançam escalas diversas, proporcionando o surgimento de regiões onde as interações não precisam de proximidade física entre os lugares. A exemplo da definição de regiões reticulares proposta por Limonad (2010), que mostra a possibilidade de identificar uma região a partir das conexões entre pontos geograficamente localizados que se relacionam verticalmente e não possuem proximidade territorial. Por isso, percebemos que alguns processos de regionalização são mais complexos de fato, mas isso não significa que eles não existam, pois mesmo com a ausência de proximidade espacial concreta/física, sua formação se dá a partir de “interações verticais de interesses sociais”, que resulta em uma estrutura imaterial “definida pelo grau de diferentes interações que se estabelecem” (Limonad, 2010, p.164).

Por outro lado, a definição do arranjo urbano-regional apresentada por Moura (2009), abarca uma escala mais ampla e mais complexa das relações entre núcleos urbanos centrais e seu entorno. Sua estruturação tende a se formar de maneira contínua por meio da expansão do tecido urbano que liga um conjunto de cidades horizontalmente, via conexões físicas em escala regional; e verticalmente, mediante o desenvolvimento de redes nacionais e internacionais. A autora, ao escolher o termo “arranjo urbano-regional” para caracterizar uma “etapa avançada

do processo de metropolização”, deixa evidente a ênfase dada à formação de um conglomerado que engloba as áreas urbanas de um conjunto de municípios em uma escala geográfica ampliada, nesse caso a regional, contando com relações que se desenvolvem em múltiplas escalas, partindo desde as dimensões locais até as globais (Moura, 2009, p.222). Relembramos que, na regionalização proposta nesta tese, reivindicamos o uso do termo “arranjo urbano-regional”, ressalvadas as adaptações aos significados usados por Moura, como explicamos no final do item 1.1.2 desse texto.

A ampliação do acesso às redes, desde as mais básicas (energia elétrica e estradas), àquelas que avançaram com a evolução do meio técnico-científico-informacional, a exemplo das conexões virtuais e mais distantes, promoveram o crescimento das aglomerações urbanas e influenciaram na conformação de novas estruturas no espaço geográfico. Mudanças que contribuíram para que atividades produtivas, antes restritas a ocorrência nas cidades, se expandissem para além de sua morfologia.

A propagação da atividade de confecção nas cidades agrestinas, partindo de Santa Cruz do Capibaribe na década de 1970, deu início a transformação espacial que viria a ocorrer na região nos anos subsequentes. Mudanças que foram facilitadas pelas características físicas, sociais e econômicas já existentes, tais como a existência de um conjunto de pequenas cidades com disponibilidade de mão de obra barata, a disposição da própria população em atuar numa nova atividade (dado o costume com a pluriatividade), pelas cidades estarem inseridas numa estrutura agrária de pequenas e médias propriedades, além das dificuldades enfrentadas pelas condições climáticas (períodos de seca, praga nas lavouras etc.).

Parte da população dessas cidades aqui estudadas, viu na atividade de confecção um caminho alternativo para obtenção de renda. Fato confirmado quando observamos o aumento da quantidade de estabelecimentos e de vínculos de trabalho na produção e na confecção de roupas em cada cidade ao longo dos anos, que começou de maneira mais concentrada em Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, conforme dados da RAIS de 1985, chegou a alcançar mais de 15 municípios na segunda década dos anos 2000, conforme apresentado no capítulo 04.

A ampliação da malha das redes, nomeadamente aquelas que permitem as conexões físicas, bem como a melhoria nas infraestruturas básicas (alcance da energia elétrica, por exemplo), favoreceram a ocorrência de aglomerações com características urbanas ao longo de eixos viários principais, alcançando espaços antes identificados como rurais. Aos poucos, esse movimento mudou a paisagem existente, resultando no crescimento das manchas urbanas e das aglomerações urbanas e rurais em um conjunto de pequenos municípios. Crescimento este por nós identificado, quantificado e representado a partir dos dados da variação da cobertura do

solo por meio das classificações feitas pelo GHSL e pelo MapBiomias, conforme apresentado no capítulo 03. Expansão que, sem dúvida, viabilizou a disseminação da atividade de confecção na escala regional encontrada atualmente e, concomitantemente, possibilitou a ocorrência de processos urbanos e a chegada de atividades urbanas fora das aglomerações mais densas, resultado em uma dispersão urbana.

Mas não apenas a cobertura do solo variou na escala temporal aqui em foco. Os números relativos à população, também apresentados no capítulo 03, apontaram transformações significativas no crescimento de pessoas em áreas urbanas em detrimento daquelas em áreas rurais nos dois períodos (1980-1991 e 1991-2010), na maioria dos municípios analisados. Inclusive foram verificados percentuais superiores ao do Estado de Pernambuco como um todo, indicando um possível deslocamento da população das áreas rurais para as urbanas, em busca de melhores condições de vida.

Contudo, vale acrescentar que aumento da população nas áreas rurais dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e de Santa Maria do Cambucá entre 1980-1991, e de Caruaru, Santa Maria do Cambucá e Toritama entre 1991-2010, conforme dados das tabelas 3 e 4 (item 3.1.1), nos levam a reforçar que parte dessa população voltou ou continua a morar no campo, muitas vezes passando a exercer atividades atreladas à cidade, tal qual a confecção de roupas. Um trabalho muitas vezes realizado em conjunto com pequenas tarefas do campo, como a criação de caprinos e aves, ou ainda associadas ao cultivo de alimentos, segundo fala das costureiras com as quais tivemos a oportunidade de conversar. Durante chamada de vídeo realizada com umas delas, inclusive, foi possível ouvir o ruído de alguns animais em seu quintal. Este é mais um elemento que corrobora com nossa afirmação de que a disseminação da atividade de confecção, fomentou o processo de dispersão urbana em curso sobre um conjunto de pequenas cidades onde a cadeia da moda tem se estabelecido. Relembramos que essa análise quantitativa e temporal foi limitada, devido à falta de publicação de dados mais recentes pelo IBGE, tendo em vista o atraso na realização e na divulgação das informações colhidas no Censo Demográfico de 2022.

Outrossim, sendo inicialmente realizadas nas ruas de cada uma das três principais cidades do Polo e, posteriormente, nos centros de venda específicos para os produtos oriundos da confecção, a realização das feiras semanais exerce um papel essencial na consolidação da região enquanto aglomeração produtiva, por serem elas os principais centros atrativos de comercialização dos artigos produzidos. Mesmo antes da instalação das grandes estruturas voltadas ao comércio da moda, as Feiras da Sulanca eram destino certo de compradores de roupas das regiões vizinhas. Mas a criação do Moda Center Santa Cruz, do Calçadão Miguel

Arraes, do Parque das Feiras, a ampliação da Feira de Caruaru para abarcar a Sulanca, a estruturação da Feira da FUNDAC e a construção do Polo Caruaru (sendo esse último mais voltado a compras no varejo), atraíram novos olhares para a região e conseguiram abarcar maior público de comerciantes e compradores. O Moda Center, por exemplo, conta com vendedores oriundos de mais de 50 municípios de Pernambuco e da Paraíba (Xavier, 2018).

O avanço da visibilidade do Polo e, por conseguinte, a ampliação da sua área de influência, contou com apoio das conexões via redes territoriais existentes. Ao observar o deslocamento para trabalho em direção às três cidades principais do Polo, vimos que existem percentuais significativos de pessoas que se deslocam de municípios vizinhos para trabalhar em uma delas. Dentre estas destacam-se aquelas que saem de Agrestina e São Caitano para Caruaru; de Brejo da Madre de Deus, Caraíbas – PB e Taquaritinga do Norte para Santa Cruz do Capibaribe; e as que se destinam a Toritama, saindo de Vertentes e Santa Maria do Cambucá. Ocorrência que demonstra a existência de uma considerável relação entre esses municípios e ressalta a centralidade exercida pelas três cidades, exercendo Santa Cruz e Toritama maior atração vinculada à atividade de confecção. No caso da maior participação dos deslocamentos em direção a Caruaru, este movimento deve-se também a maior diversidade de áreas para trabalho em seu território.

Por sua vez, o destino para compras de vestuário e calçado, apresentado pela primeira vez no REGIC de 2018 (IBGE, 2020), mostrou a forte centralidade de Caruaru, de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe, como lugares para onde as pessoas se deslocam a fim de comprar esses itens no varejo. Nesse caso, percebemos que os centros de venda de confecção e a realização das feiras semanais favorecem esse deslocamento, pois concentram a comercialização em um dado espaço, beneficiando os compradores com a variedade de oferta das mercadorias de mesmo tipo em um só lugar, principalmente aqueles oriundos do mesmo estado (Pernambuco) ou de estados vizinhos (Paraíba, Alagoas e Bahia).

Ainda nessa perspectiva, acreditamos que as compras de roupas em atacado (para revenda) devem superar, e muito, as distâncias dos deslocamentos vistos na pesquisa realizada no REGIC para o varejo, pois a área de vendas das empresas do Polo tem sido ampliada nos últimos anos, em direção às regiões do Centro-Oeste e algumas partes do Sudeste (Minas Gerais), como mencionado por alguns dos agentes entrevistados. Mas, mesmo com limitações, devido a impossibilidade de espacialização em mapas das cidades de origem dos compradores em atacado do Polo, com as informações que obtivemos por meio do REGIC (IBGE, 2020) e as entrevistas realizadas, conseguimos afirmar a forte tendência à ampliação da área de alcance das mercadorias produzidas no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

Os representantes das instituições com os quais conversamos, além de exercerem papel importante no apoio aos produtores e comerciantes da cadeia da confecção na região, demonstram interesse em direcionar a produção do Polo para alcançar mercados além das regiões Norte e Nordeste. Movimento que se fortalece desde começo dos anos 2000, com o início da instalação dos grandes centros de vendas, seguido do uso de uma nova nomenclatura — considerada mais apropriada que “Feira da Sulanca” — proposta pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST) e pelo SEBRAE (Véras de Oliveira, 2011; Pereira Neto, 2013). A mudança teve como um dos objetivos retirar do senso comum a ideia de que a produção das roupas era de baixa qualidade, devido aos baixos preços e por serem comercializadas em feiras realizadas nas ruas, passando a chamar a aglomeração produtiva de Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, nome utilizado até hoje.

Contudo, ressaltamos que essas grandes estruturas físicas para comercialização já não se mostram suficientes para abarcar todo o mercado objeto de desejo dos produtores e dos agentes sociais — que possuem papel essencial no crescimento da atividade na região e no alcance do produto pernambucano a nível nacional — e esse foi um dos principais pontos destacados pelos agentes que entrevistamos. Assim, a realização de eventos voltados para a divulgação e para a consolidação de negócios, surgiu como mais um caminho traçado por eles em busca da expansão do Polo e de sua visibilidade dentro da cadeia produtiva da moda no Brasil. De fato, esses eventos têm contribuído para que novas relações surjam, haja vista o alcance da produção a mercados do Norte, Centro-Oeste e, em caráter inicial, do Sudeste. Além disso, o trabalho realizado pelas instituições que atuam na região tem potencializado as relações existentes entre os três principais municípios e em escalas além da regional.

Dito isso, com base em todo levantamento e análises realizadas aqui, conseguimos perceber a existência de um conjunto de componentes que fomentaram a organização do Polo na disposição em que se encontra hoje. Composto por três municípios com maior poder de centralidade, tanto do ponto de vista da produção quanto da comercialização dos artigos de vestuário; circundado por um conjunto de pequenos municípios que, a depender da proximidade física, possuem maior ou menor interação com os centros de comando regional. Configuração que avançou sobre um espaço composto por assentamentos populacionais pulverizados no Agreste central e setentrional, onde a conjuntura social, fisiográfica e econômica, facilitou o espraiamento da confecção de roupas por um extenso território no decorrer dos anos. Aspectos evidenciados com aplicação do modelo *Skater* de regionalização, apoiado na interpretação dos dados apresentados no decorrer desta tese.

Assim, percebemos a consolidação dessa atividade sobre várias pequenas cidades agrestinas como crucial para a formação de um processo de regionalização. Processo este, em curso desde o final dos anos 1990, quando o conjunto de elementos anteriormente citados fortaleceu uma especialização vinculada à confecção, resultando no que consideramos o espaço claramente delimitado e que propomos definir como arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Mantendo-se a nomenclatura de Polo, a fim de assinalar o atributo econômico como condição *sine qua non* para a formação da aglomeração produtiva, e associando-o a termos que traduzem os aspectos socioespaciais e morfológicos encontrados, ao evidenciar a disposição de uma organização espacial em escala regional na qual a urbanização dispersa surge como parte essencial do processo.

Devemos lembrar que estamos falando de uma região onde parte da população abraçou a confecção como caminho para sair do desemprego, do trabalho árduo no campo ou mesmo do vínculo assalariado e vê nessa atividade uma maneira de conseguir melhorar as condições de vida. Vislumbram na produção de roupas um futuro nem sempre alcançável, pois apesar da grande disponibilidade da população em atuar no ramo de forma autônoma/independente, o resultado muitas vezes vem acompanhado de precarização do trabalho, por meio da terceirização e quarteirização da confecção, sem nenhuma garantia de direito trabalhista e previdenciário, como mostrado mais detalhadamente em trabalhos elaborados por Vêras de Oliveira (2011), Pereira Neto (2013) e Vêras de Oliveira e Rodgers (2021), por exemplo. Problemática esta que, muito embora não tenha sido nosso foco de análise, é latente na realidade pesquisada, e que, por conseguinte, mostra um lado frágil da região, haja vista a vulnerabilidade e a ocorrência de trabalho análogo a escravidão. Tais evidências deveriam ser prioridade na elaboração de políticas públicas que pretendam aumentar o potencial do Polo.

Entendemos ser dever do Estado (esferas municipal, estadual e federal) uma maior participação enquanto articulador de políticas públicas que assegurem os direitos dos trabalhadores, bem como a garantia da proteção das áreas ribeirinhas (devido ao descarte de resíduos irregulares nos rios), por exemplo. Mas reforçamos a importância dos demais agentes sociais, principalmente daqueles com maior potencial de articulação regional, como o NTCPE, a ACIC e o SEBRAE, na manutenção da cadeia produtiva na região e no papel de articuladores com o Estado para implantação e fiscalização do cumprimento dessas políticas.

O arranjo urbano-regional disperso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco possui um grande potencial de crescimento, cujo alcance pode facilmente ultrapassar os 29 municípios indicados, dadas as particularidades regionais já citadas, considerando que essa

proposta retrata a sua condição atual. Além disso, percebemos a existência de outros possíveis elementos que podem ser investigados com o intuito de entender ainda mais a dinâmica da disseminação da atividade produtiva nas cidades, sobretudo quando nos referimos à difusão da confecção em núcleos dispersos sobre as áreas rurais.

Neste sentido, fechamos esse trabalho com a proposta de uma investigação futura que tenha como foco as estradas vicinais, partindo de uma análise de imagens de satélite que mostrem os caminhos que levam a lugarejos e aglomerações rurais nas entranhas do Agreste Pernambucano, onde a produção de confecção se disseminou e mudou o modo de vida da população. Bem como um olhar mais atento às questões relativas à condição de trabalho e gênero, tendo em vista que a produção das roupas é majoritariamente realizada por mulheres, muitas vezes dentro de suas próprias casas. Pesquisa que pode nos levar a perceber uma divisão territorial do trabalho ainda mais complexa na região.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas**. EURE (Santiago) [online]. Vol.38, n.114, 2012. pp.35-69
- ALMEIDA, A. P. A. **O papel da cidade média de Caruaru na estruturação da rede urbana pernambucana**. Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias, UFRJ/ReCiMe, abril de 2015. p.103-120.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do nordeste**. Recife: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. C. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2007.
- ANDRADE, T. S. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. CCSA, 2008. 219 p.
- ANSELIN, L. **Local indicators of spatial association – LISA**. Geographical Analysis, Columbus, Ohio, v.27, n.2, p.94-115, 1995.
- AQUINO, A. L.; BRESCIANI, L. P. **Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual**. Organizações em contexto, Ano 1, n. 2, 2005.
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes, que Nordeste?** In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. (Org). Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap / UNESP, 1995. p. 125 a 146.
- ARAÚJO, T. B. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Revista Estudos Avançados, v.11, n.29, 1997.
- ARROYO, M. **A economia invisível dos pequenos**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2008. Disponível em < <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>>. Acessado em 09 de dezembro de 2021.
- ASSUNÇÃO, R. M., LAGE, J. P., REIS, E. A. **Análise de Conglomerados Espaciais via Árvore Geradora Mínima**. Revista Brasileira de Estatística, v. 63, p.7-24, 2002.
- AZAMBUJA, R.; DEGRANDE, P. E. **Trinta anos do bicudo-do-algodoeiro no Brasil**. Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo, 2014. DOI: 10.1590/1808-1657000012013
- AZEVEDO, A. **As cidades**. In: AZEVEDO, A. (Org). Brasil: a terra e o homem. v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- BARBOSA, R. N. C. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 125, p. 167-188, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.061>

BERTARELLI JR, A. A.; MONTE-MÓR, R. L. M.; SIMÕES, R. F. **Urbanização extensiva e o processo de interiorização do Estado de São Paulo: um enfoque contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013. 28 p. : il. (Texto para discussão, 480)

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho** / Juscelino Eudâmidas Bezerra. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente: [s.n], 2012. 376 f.

BEZERRA, J. A. **A cidade e região de Pau dos Ferros: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada** [recurso eletrônico] / Josué Alencar Bezerra. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016. 429 f.

BITOUN, J. **Regionalizações, Tipologias e Desenvolvimento Territorial: Um debate sobre o papel da Geografia**. In: XIV ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 2013, LIMA, PERU. Anais XIV Encontro de Geógrafos da América Latina 2013 Peru. Lima, Peru: Comitê executivo XIV EGAL, 2013.

BONETTI, E. **A teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Losch**. In. BONETTI, E. Et al. Centralidade e regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, p. 1-17. Textos teóricos, n. 1.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel. [1961] 1970.

BREITBACH, A. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BRUNETT, A. **O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco**. História Oral, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez. 2014.

CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudos de casos no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano**. 2007. 311f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

CAMARGO, E. C. G; MONTEIRO, A. V. M. **Regionalização via Skater**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2010. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/cursos/ser301/SlidesAulas/Aula_Edu_Skater_2010.pdf>. Acessado em setembro de 2020.

CASTRO, L. **Entre as relações de força e o consenso: as políticas antimigratórias e os trabalhadores-cassacos no contexto das secas da década de 1950**. Revista Fronteiras e Debates, v. 6, n. 2, jul./dez. 2019. DOI: 10.18468/fronteiras.2019v6n2.p85-100

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CATALÃO, I. **Dispersão urbana: apontamentos para um debate**. Revista Cidades, v.12, n.21, 2015, p. 250-277.

CARDOSO, M. F. T. C. **Caruaru: A cidade e sua área de influência**. Revista Brasileira de Geografia, v. 27, n. 4, 1965. p. 587-614.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

CAVALCANTE, L. V. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais** [recurso eletrônico] / Leandro Vieira Cavalcante. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015. 298 f.

CAZADO-DÍAZ, J. M.; COOMBES, M. **The delineation of 21st century Local Labour Market Areas: a critical review and a research agenda**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles N.º 57, p.7-32, 2011.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

CONTEL, F. B. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3, 2014. DOI: 10.4000/terrabrasilis.990

CORRÊA, R. L. **O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica**. Revista Brasileira de Geografia: Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p.107-124, abr/jun. 1988

_____. **Região: a tradição geográfica**. Revista Brasileira de Geografia: Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p.1-107, jul./set. 1995

_____. **Região e Organização Espacial**. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, José Jonas Duarte da. **A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano (uma análise das causas)**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande, PB: UFPB, 1996.

COSTA, J. M. **Arranjos Produtivos Locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.

CORBANE, C.; FLORCZYK, A.; PESARESI, M.; POLITIS, P.; SYRRIS, V. **GHS-BUILT R2018A - GHS built-up grid, derived from Landsat, multitemporal (1975-1990-2000-2014)**. European Commission, Joint Research Centre (JRC) [Dataset] doi: 10.2905/jrc-ghsl-10007 PID: <http://data.europa.eu/89h/jrc-ghsl-10007>

CPRH. **Lavando Limpo**. Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, Governo do Estado de Pernambuco, 2018. Disponível em <http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/cartilha%20lavando%20limpo;4901;20181211.pdf>. Acessado em 19 de agosto de 2021.

CRUZ, B. O. et al. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Onrg. CRUZ, B. O; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JÚNIOR, W. Brasília: Ipea, 2011. 406 p

DANTAS, G. P. G. **Feiras no Nordeste**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 7, núm. 13, 2008, pp. 87-101

DEMATTEIS, G. **Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas**. Presentación realizada en el ciclo: "La ciuda dispersa Suburbanización y nuevas periferias". Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996.

DEMATTEIS, G. **Contraurbanização, periurbanização, cidade dispersa e rede de cidades na Itália**. Revista Cidades, v.12, n.21. 2015, p. 14-34.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org). 16° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n.2. 2011. p.153-167. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2>

ELIAS, D. **Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas**. In: Org. BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a.

ELIAS, D. **Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013b. p.13-32. DOI: 10.5654/actageo2013.0003.0001

ELIAS, D; PEQUENO, R. **Reestruturação produtiva do território de Mossoró (RN)**. In: Org. ELIAS, D.; PEQUENO, R. Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. 1°ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FREIRE, S.; MACMANUS, K.; PESARESI, M.; DOXSEY-WHITFIELD, E.; Mills, J. **Development of new open and free multi-temporal global population grids at 250 m resolution. Geospatial Data in a Changing World**. Association of Geographic Information Laboratories in Europe (AGILE). AGILE, 2016.

FLORCZYK, A. J.; CORBANE, C.; EHRLICH, D.; FREIRE, S.; KEMPER, T.; MAFFENINI, L.; MELCHIORRI, M.; PESARESI, M.; POLITIS, P.; SCHIAVINA, M.; SABO, F.; ZANCHETTA, L. **GHSL Data Package 2019**. EUR 29788 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2019, ISBN 978-92-76-13186-1, doi:10.2760/290498, JRC 117104.

FUSCO, W; VÉRAS DE OLIVEIRA, R; MOREIRA, M. M. **Migração e mobilidade pendular em municípios do aglomerado de confecções das mesorregiões Agreste de Pernambuco e Borborema da Paraíba**. Revista Brasileira de Estudos de Estudos de População, v.38, 1-36, 2021. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0150>

GOMES, P. C. C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org). 16° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GONÇALVES, L. A. A.; HOLANDA, V. C. V. **As feiras populares no Nordeste brasileiro: aportes iniciais**. Revista de Geografia (Recife) V. 34, No. 2, 2017.

GONÇALVES, L. A. A. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.248 p.

HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização**. Revista GEOgraphia – Ano. 1 – No 1, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. Revista Antares, n.3, jan/jun 2010.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. IV. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1958.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1961 – Ano XXII**. Conselho Nacional de Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

_____. **Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados**. Conselho Nacional de Geografia, Divisão de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas, 1968**. Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1970. 564 p.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1972. 112 p.

_____. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.

_____. **Regiões de influência de cidades 2007**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p.

_____. **Rede de fluxos do território: Ligações aéreas**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 61 p.

_____. **Divisão Urbano-Regional do Brasil**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 74 p.

_____. **Rede de fluxos do território: Gestão do território**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 118 p.

_____. **Rede de fluxos do território: Logística de energia.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 100 p.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 167 p.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 80 p.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018: Notas Metodológicas.** IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. 56 p.

_____. **Anuário estatístico de Pernambuco – Ano XVII.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Estado de Pernambuco – Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1961. Disponível em < <http://archive.org/details/anuario1960pe/page/n9/mode/2up?view=theater>>. Acessado em 30 de julho de 2021.

INDOVINA, F. **La città diffusa** (1990). In: INDOVINA, F. Della città diffusa all'arcipelago metropolitano. Franco Angeli: Milão, 2009.

_____. **Algunes consideracions sobre la ciutat difusa.** Documents d'Anàlisi Geogràfica. 33, Barcelona. 1998.p. 21-32

_____. **La città diffusa: cos'è e come si governa** (1999). In: INDOVINA, F. Della città diffusa all'arcipelago metropolitano. Franco Angeli: Milão, 2009.

_____. **Della città diffusa all'arcipelago metropolitano.** Franco Angeli: Milão, 2009.

KAYSER, B. **A região como objeto de estudo da geografia.** In: P. GEORGE, et al. A Geografia Ativa. 4ªed. DIFEL: São Paulo, 1975.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LEITE, M. E.; ROSA, R. **Geografia e geotecnologias no estudo urbano.** Caminhos de Geografia. Uberlândia, v.17, n. 17, 2006. p. 180-186.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** 1ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: EdUSP, 2014.

LIMA, H. S. **As lavanderias de jeans de Toritama: uma contribuição para a gestão das águas.** Recife: Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – UFPE, 2006.

LIMONAD, E. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?** Revista Formação, nº14, volume 1, 2007. p. 31-45

LIMONAD, E. **Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas.** Revista Cidades, v. 7, n. 11, 2010.

LIMONAD, E. **Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?** In: Org. LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015. 214p

LINHARES, L.; MAGALHÃES, F.; MONTE-MÓR, R. **Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte.** Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004. Disponível em <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A056.pdf>>. Acessado em maio de 2020.

LIRA, S. M. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** Revista de Geografia da UFPE, Recife, n. 23, v. 1, p. 98–114, 2006.

_____. **O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: as suas inter-relações socioespaciais.** 2009. 2014f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009

MAIA, D. S. **O campo na cidade: necessidade e desejo (um estudo sobre espaços rurais em João Pessoa – PB).** 1994. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

_____. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB.** 2000. 338p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **A feira de gado na cidade: encontros, conversas e negócios.** Revista Formação, nº14 v.1. UNESP, 2002. p. 12-30

_____. **A ferrovia nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia e na estrutura urbana.** Terra Brasilis (Nova Série), São Paulo, v. 8, 2017a.

_____. **Cidades Bocas de Sertão: sobre a origem e constituição no Núcleo Primaz e os primeiros indícios do processo de urbanização.** In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. Centro e centralidade em cidades médias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b.

MATOS, M. P.; CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M; LEMOS, C.; SZAPIRO, M. (Org). **Arranjos Produtivos Locais: Referencial, experiências e políticas em 20 anos de RedeSist.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MELO, M. L. **Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos.** Recife: SUDENE, 1980.

MILANÊS, R. **“Todo mundo aqui quer ser patrão”: pernambucanizando o empreendedorismo no Polo de Confecções de Roupas do Agreste.** Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2020. 278 f.

MIRANDA, G. M. S. **A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento urbano, 2009.

MONCLÚS, F. J. **Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. Introducción.** In: MONCLÚS, F.J. (Ed.). *La ciudad dispersa.* Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 143-167.

MONTE-MÓR, R. L. M. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental.** In SANTOS, M.; SOUZA, M.A.S; SILVEIRA, M.L. (org.) *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTE-MOR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MOURA, F. D. S. S. **Cenas de uma cidade sensível: o cine bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe – PE.** 2014. 139p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, do centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2014.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 10, n. 2, 2008.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2009. 242p.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba.** 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MOTT, Luiz Roberto. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco.** Tese de Doutorado (Ciências Sociais). 348 p. Campinas: UNICAMP, 1975.

MOTT, L. R. B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil.** Revista da História. n. 105, São Paulo, 1976.

OLIVEIRA, F. P. **Percepção ambiental e gestão do meio ambiente de Toritama (PE): estudo da percepção de diferentes atores sociais sobre o rio Capibaribe.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais. Recife, 2007.

OLIVEIRA, C. A. **Revisitando os conceitos de cidade difusa e acessibilidade: relações com a circulação e o aumento da frota de veículos em cidades médias do estado de São Paulo.** Geo UERJ. N. 25, v.2. 2014. p. 324-365

OLIVEIRA, G. C.; MARTINS, V. S.; FERNANDES FILHO, E. I.; XAVIER, F. V. **Classificação supervisionada como ferramenta para avaliação da dinâmica do uso e cobertura do solo.** Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v.10, n. 18, p. 924–935, 2014.

PESARESI, M.; MELCHIORRI, M.; SIRAGUSA, A.; KEMPER, T. **Atlas of the Human Planet 2016: Mapping Human Presence on Earth with the Global Human Settlement Layer.** European Commission. 2016. doi:10.2788/582834

PECK, J. A. **Reconceptualizing the local labour market: space, segmentation and the state.** *Progress. Human Geography* v. 13, n. 1, março, 1989., 42–61.

PEREIRA, A. E. **Bacias de emprego em Portugal continental.** Revista de Estatística, 1 Quad., Instituto Nacional de estatística, 1997.

PEREIRA JUNIOR, E. A. **Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente: [s.n], 2011. 450 f.

PEREIRA NETO, E. V. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco.** Recife: FUNDAJ, 2013.

PERROUX, François. **Notes sur la notion de pole de croissance.** In *Economie Appliqué*, no. 1/2. 1955. pp. 307-320.

_____. **L'économie du XXe siècle.** Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble. 1961.

PINTAUDI, S. M. **Mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana.** *CIDADES*, v. 3, n. 5, 2006, p. 81-100.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil.** 34° ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

REIS JUNIOR, D. F. C. **Quinze bons argumentos contra a geografia teórica; quatorze contra-argumentos melhores ainda (ou quando o quantitativo nada quer dizer).** In: GODOY, P. R. T. (org.) *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS, N. G. **Dispersão Urbana e Modernização Capitalista.** *Revista Cidades*, v. 12, n. 21, 2015.

REIS, N. G.; BENTES, J. C. G. **Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios.** Porto Alegre: Anais do IV Enanparq, 2016.

ROCHEFORT, M. **Um método de pesquisas de funções características de uma metrópole regional.** In *Boletim Geográfico* no. 198, 1967. pp. 11-15.

_____. **Método de estudo das redes urbanas: interesse da análise e do setor terciário na população ativa.** Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p. 3-18, 1961.

ROSA, R. **Introdução ao Geoprocessamento.** Uberlândia: EDUFU, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** 4ªed. São Paulo: EdUSP, [1996] 2002.

_____. **O Espaço Dividido.** 2ª ed. São Paulo: EdUSP, [1979] 2004.

_____. **Espaço e Método.** 5ª ed. São Paulo: EdUSP, [1995] 2008a.

_____. **Manual da Geografia Urbana.** 3ª ed. São Paulo: EdUSP, [1981] 2008b.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, ([2000] 2020).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Schiavina, Marcello; Freire, Sergio; MacManus, Kytt (2019): GHS population grid multitemporal (1975-1990- 2000-2015), R2019A. European Commission, Joint Research Centre (JRC) [Dataset] doi:10.2905/0C6B9751-A71F-4062-830B-43C9F432370F

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste. Relatório final Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco.** SEBRAE, Pernambuco, 2013. 151p

SEBRAE. **Estudo econômico das indústrias de confecções de Toritama/PE.** Caruaru: SEBRAE, 2019. 69p.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, A. O. **A terra dos Toyotas: um estudo sobre o Toyota Bandeirante adaptado do município de Brejo da Madre de Deus – PE.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Design, 2020. 135f.

SILVA, A. P. **Análise multitemporal da evolução da mancha urbana do município de Vespasiano RMBH.** 2013. 28f. Monografia (Especialização em Geoprocessamento – Instituto de Geociência, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SILVEIRA, M. L. **Região e Globalização: pensando um esquema de análise.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2010. p. 74 - 88

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

UKCES - UK Commission for Employment and Skills. **Information to Local Intelligence: Guidance on Local Labour Market Assessments**. Briefing paper, 2014. Disponível em <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/346923/Local_LMI_Guidance_Aug14_FINAL_with_covers_v3.pdf>. Acessado em 31 de agosto de 2017.

TEIXEIRA, S. H. O.; CATELAN, M. J. **Novas articulações da rede de cidades no Brasil: uma análise das heterarquias por meio do sistema de movimento aeroviário**. Revista Sociedade e Natureza, v.31, p. 1-23, Uberlândia – MG, 2019. ISSN 1982-4513

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade: as consequências de atração de população para o município de Toritama - PE**. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **O Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem**. In: ARAÚJO, A; OLIVEIRA, R. (Org.). Formas de trabalho no capitalismo atual. São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; RODGERS, G. (Org.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2021.